

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

ALESSANDRA CORSATO HOFFMANN

Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade
de Maringá-Pr

Maringá, Pr.
2015

ALESSANDRA CORSATO HOFFMANN

**Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade
de Maringá-Pr**

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dias Silva

Maringá, Paraná.
Agosto, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

H711r Hoffmann, Alessandra Corsato
Registrar para preservar : a arquitetura em
madeira na cidade de Maringá-Pr / Alessandra Corsato
Hoffmann. -- Maringá, 2015.
iii, 240 f. : il. color., figs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dias Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Tecnologia, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, 2015.

1. Arquitetura de madeira - Paraná. 2. Capelas de
madeira - Inventário - Maringá (PR). 3. Arquitetura
religiosa de madeira - Maringá (PR). 4. Arquitetura
religiosa de madeira - Paraná. 5. Patrimônio
cultural - Arquitetura de madeira. 6. Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
7. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
(SICG). I. Silva, Ricardo Dias, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de
Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed. 721.0448
AMMA-003044




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

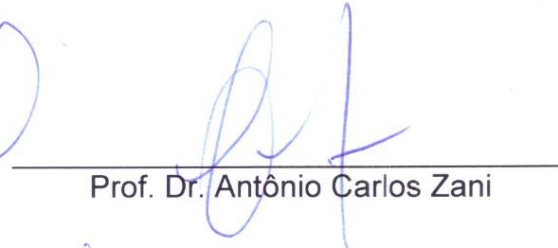
**REGISTRAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA
RELIGIOSA EM MADEIRA NA CIDADE DE MARINGÁ-PR.**

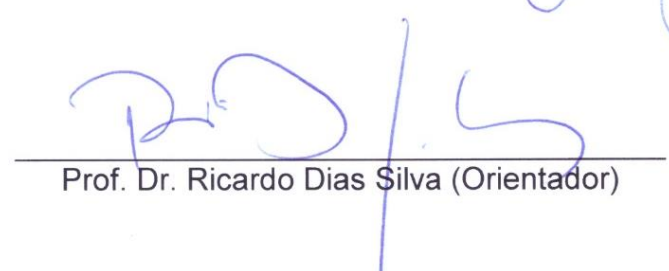
Autora: Alessandra Corsato Hoffmann
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dias Silva

TITULAÇÃO: Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 18 de agosto de 2015.


Prof. Dr. Jorge Daniel de Melo Moura


Prof. Dr. Antônio Carlos Zani


Prof. Dr. Ricardo Dias Silva (Orientador)

*Dedico este trabalho ao meu filho Augusto,
minha mãe Elena e,
minha avó Iracema (In memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado sempre é realizada com a contribuição de diversas pessoas e instituições, portanto agradeço:

À Universidade Estadual de Maringá, pelo ensino de qualidade que me foi proporcionado, tanto na graduação, quanto no mestrado;

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Dias Silva, por aceitar a orientação, por acreditar na minha pesquisa e respeitá-la, para que seguisse o caminho por mim preconizado, e pela compreensão que teve comigo, durante todo o período do mestrado. Muito obrigada mesmo;

Aos professores do PPU-UEM que tive o privilégio de cursar suas disciplinas, Prof^a. Dr^a Fabíola Cordovil e Prof. Dr. André Augusto Alves, pelas contribuições de suas aulas, que me tornaram uma Arquiteta e Urbanista mais crítica e atenta às questões da profissão e do ensino de Arquitetura;

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela oportunidade concedida para cursar o mestrado, coordenadores e funcionários, em especial à Rose (Secretária). Aos demais professores da UEL que também ministraram disciplinas;

À Capes, pela bolsa concedida no primeiro ano do mestrado;

Aos professores da banca, prof. Jorge Daniel e Zani;

Aos entrevistados, Sr. Izaltino Machado (carpinteiro), Edgar Ostenhof, Maurinho Piccioly, Sr^a. Alice Nunhez, Sidney Telles, ao colega Mauro Menegazzo, pela gentileza de cederem seus depoimentos para esta pesquisa;

À Gerência de Patrimônio Histórico, ao Museu da Bacia do Paraná, à Secretaria de Planejamento e Urbanismo, por disponibilizarem seus acervos para esta pesquisa.

Não poderia deixar de citar o nome de dois professores da graduação, que despertaram em mim o interesse por nosso patrimônio: Professora Aline Silveira Montagna e Professor Oigres Macedo.

Ao graduando Vinícius Alves, por contribuir com os desenhos em 3D.

À Sabrina Pavesi, professora de Inglês, que me preparou para o exame de proficiência.

Ao Fábio por me incentivar a prestar a seleção do mestrado.

E finalmente, o meu maior agradecimento e gratidão, a minha mãe. Por tudo que sempre fez, privilegiando meus estudos, e especialmente neste momento, que me ajudou a cuidar da minha casa, do meu filho, e ainda me auxiliou nos levantamentos das capelas inventariadas.

Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá-Pr.

RESUMO:

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a arquitetura religiosa de madeira remanescente na cidade Maringá-Pr, compreendendo as capelas São Bonifácio (1940), Santa Cruz (1945) e Nossa Senhora Aparecida (1949), que foram edificadas por carpinteiros detentores de uma técnica construtiva particular, responsável pela configuração do cenário inicial de ocupação territorial do Paraná. As três capelas estão tombadas como patrimônio cultural da cidade e as duas primeiras, tombadas a nível estadual, porém ainda não possuem seus inventários realizados. Os objetivos desta pesquisa portanto compreendem: realizar o inventário das três capelas, pautado nas diretrizes do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, instrumento desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que possui um modelo e metodologia única de documentação e inventário de bens culturais, cuja intenção é sua proteção, valorização e gestão; e ainda, propor a otimização do processo de cadastro de tal instrumento incluindo um modelo específico de registro para arquitetura religiosa em madeira, uma vez que ainda existem diversas edificações com tais características que se encontram protegidas por legislação mas não foram inventariadas. A pesquisa inicia-se com a abordagem da trajetória do patrimônio cultural, partindo de seu conceito inicial até os dias de hoje, e as políticas preservacionistas implementadas a nível internacional, nacional, estadual e municipal, com o intuito de compreender o valor patrimonial das edificações estudadas, e as ações necessárias para a preservação de tais bens. Na sequência adota-se a metodologia proposta pelo IPHAN, que consiste no preenchimento de fichas desenvolvidas para a captura e organização de informações dos bens inventariados, estruturadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro, cada um correspondente a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural. Seguindo as diretrizes dos formulários definiu-se como recorte territorial o estado do Paraná, recorte temático a arquitetura em madeira e como universo de análise as capelas de madeira da cidade de Maringá. Foi portanto realizado o “estado da arte” referente a arquitetura em madeira no Paraná, bem como levantamentos histórico, documental, físico, fotográfico e entrevistas, para o devido cadastro das capelas supracitadas. Com a realização do inventário das edificações foi possível verificar o valor histórico e arquitetônico das capelas registradas neste trabalho e concluir que, apenas a inscrição dos bens no livro no tomo, não constitui garantia de preservação do patrimônio cultural, a carência de gestão efetiva do patrimônio cultural do município apontam para a necessidade de ações que garantam a preservação das capelas de madeira da cidade de Maringá para a memória da comunidade.

Palavras-chave: arquitetura de madeira, arquitetura religiosa de madeira, patrimônio cultural, inventário, Maringá-Pr.

Registering to preserve: religious architecture in wood in the city of Maringá, in the state of Paraná.

ABSTRACT

This work has as a research subject the remaining religious wooden architecture in the city of Maringá - PR, which are the chapels of St. Boniface (1940), Santa Cruz (1945) and Our Lady Aparecida (1949), which have been built by carpenters owners of a specific constructive technique responsible for setting the initial scenario of territorial occupation of Paraná. The three chapels are declared as cultural heritage of the city and the first two are declared at the state level, but they have not had their inventories held yet. Therefore, the aims of this research include: carry out the inventory of the three chapels based on the guidelines of Integrated Knowledge System and Management, instrument developed by The National Historic and Artistic Heritage Institute, which has a model and unique methodology of documentation and inventory of cultural property that intention is their protection, appreciation and management; and also propose the registration process optimization of such an instrument including a specific model of registration for religious architecture in wood, once there are still many buildings with such characteristics that are protected by law but have not been inventoried. The research starts with approach of the cultural heritage trajectory, from its initial concept to this day, and preservationist policies implemented at international, national, state and municipal levels, in order to understand the asset value of the studied buildings, and the necessary actions for the preservation of such properties. Following it is adopted the methodology proposed by IPHAN, which consists filling forms developed for capturing and organizing information of the inventoried goods, structured into three modules: Knowledge , Management and Register, each one correspond to an approach sphere of cultural equity. Following the forms guidelines it was defined as territorial trimming the state of Paraná, the thematic focus in wooden architecture and as an analytical universe the wooden chapels of Maringá. Therefore, It was held the "state of the art" concerning the wooden architecture in Paraná, as well as historical, documentary surveys, physical, photographic and interviews, for the appropriate registration of the chapels above. With the inventory holding of the buildings it was possible to verify the historical and architectural value of the chapels recorded in this study and concluded that only the assets registered in the book at the moment it is listed as heritage, it is not the guarantee of the cultural heritage preservation, the lack of effective management of the cultural heritage of from municipality aims at the action needs to ensure the preservation of the wooden chapels in the city of Maringá for the community memory

Keywords: wooden architecture, wooden religious architecture, cultural heritage, inventory, Maringá-Pr.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CSDPC - Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
DPHAC - Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná
GPH – Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPHA – Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos
MBP – Museu da Bacia do Paraná
PMM – Prefeitura do Município de Maringá
SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SAP - Sala do Artista
SAOP – Sistema Autárquico de Obras Públicas
SEEC – Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
S & G – Saia e Gameiro
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo de Maringá
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEM – Universidade Estadual de Maringá

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo ficha Contextualização Geral.....	17
Quadro 2– Comparativo ficha Planilha Síntese.....	18
Quadro 3 – Comparativo Ficha Cadastro Geral	19
Quadro 4 – Comparativo ficha Bem Imóvel – Arquitetura x Arquitetura religiosa de madeira	21
Quadro 5- Comparativo ficha Diagnóstico de conservação arquitetura religiosa x Intervenções e Diagnóstico de conservação Arquitetura Religiosa de madeira.....	28
Quadro 6 – Comparativo ficha Relatório Fotográfico	29
Quadro 7 – Quadro síntese dos materiais e métodos desenvolvidos para o registro de bens representativos da arquitetura religiosa em madeira.....	30
Quadro 8 – Teorias Europeias sobre Restauração	35
Quadro 9 – Relação das Cartas Patrimoniais que contribuem para a ampliação da diversidade do patrimônio cultural.....	39
Quadro 10 – Medidas dos componentes de madeira beneficiada utilizada nas construções de madeira no Paraná.	70
Quadro 11 – Sequência de procedimentos para executar uma casa de madeira (ZANI, 2005)	72
Quadro 12 – Ferramentas utilizadas pelos carpinteiros de acordo com cada etapa da obra (ZANI, 2005)	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Paraná com a localização dos município com bens tombados pelo estado.	54
Figura 2 – Fotografia do Museu das Missões projetado por Lúcio Costa	60
Figura 3 – Fotografia Park Hotel projetado por Lúcio Costa.....	60
Figura 4 – Fotografia da Casa Dembinski na cidade de Irati.....	63
Figura 5 – Fotografia da atual Sede da Sociedade Agrícola Emboque em São Mateus do Sul	63
Figura 6 – Fotografia da antiga casa da Família Stenzel	64
Figura 7 –Fotografia da atual Superintendência do IPHAN-Pr	64
Figura 8 –Fotografia da de casa de madeira com fachada de alvenaria.	65
Figura 9 – Fotografia da derrubada da mata.....	68
Figura 10 – Fotografia do transporte de uma tora de Peroba-Rosa	68
Figura 11 – Fotografia de uma serraria.....	68
Figura 12 – Fotografia do transporte de uma Peroba-Rosa	68
Figura 13 – Fotografia do primeiro prédio do Hospital e Maternidade Santa Casa de Misericórdia de Maringá.....	69
Figura 14 – Fotografia do primeiro hotel da cidade no Maringá Velho	69
Figura 15 - Corte de uma casa de madeira construída na Zona 7 em Maringá.....	70
Figura 16 – Croqui de um corte e perspectiva de casa de madeira.....	71
Figura 17 – Fotografia do ex-carpinteiro Sr. Izantino com um arco-de-pua	74
Figura 18 – Fotografia do ex-carpinteiro Sr. Izantino com um serrote	74
Figura 19 – Fotografia Igreja da Imaculada Conceição, Cachoeirinha - Prudentópolis.....	77
Figura 20 – Igreja de São Sebastião e São João– Taquari, Irati	77
Figura 21 – Igreja de São Pedro e São Paulo, Gonçalves Junior - Irati.....	78
Figura 22 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Serra do Tigre - Mallet	78
Figura 23 – Fotografia Capela Nossa Senhora Aparecida - Pinhalzinho	80
Figura 24 – Fotografia Capela Patrimônio Campinho em Arapongas.....	80
Figura 25 – Desenho das fachadas dos primeiros templos religiosos em madeira no norte do estado.....	81
Figura 26 – Fotografia Catedral Nossa Senhora da Glória em madeira em 1950	82
Figura 27 – Fotografia Catedral Nossa Senhora da Glória em madeira em 1972	82
Figura 28 –Fotografia construção da Catedral N. S. da Glória em concreto em 1972	82
Figura 29 - Mapa de localização das capelas de madeira na cidade de Maringá.....	86
Figura 30 – Fotografia externa Capela São Bonifácio	87
Figura 31 – Fotografia interna Capela São Bonifácio	87

Figura 32 – Fotografia da antiga casa do Padre Scherer na Fazenda São Bonifácio.....	88
Figura 33 – Fotografia da lateral direita da Capela São Bonifácio em 1985.....	89
Figura 34 – Fotografia da fachada posterior da Capela São Bonifácio em 1987.....	90
Figura 35 – Fotografia da Capela São Bonifácio em degradação no ano de 1995.....	90
Figura 36 – Fotografia da Capela São Bonifácio após reforma.....	90
Figura 37 - Imagem aérea da entrada do complexo religioso de Schoenstat.....	91
Figura 38 - Imagem aérea das edificações do complexo religioso de Schoenstat.....	92
Figura 39 - Imagem aérea da Capela São Bonifácio.....	92
Figura 40 - Localização e situação da Capela São Bonifácio.....	93
Figura 41 – Implantação da Capela São Bonifácio e o complexo de Shoenstatt.....	94
Figura 42 - Imagem Capela São Bonifácio com torre sineira.....	95
Figura 43 – Planta de cobertura Capela São Bonifácio.....	96
Figura 44 – Planta Baixa Capela São Bonifácio.....	97
Figura 45 – Elevação frontal Capela São Bonifácio.....	100
Figura 46 – Elevação lateral direita Capela São Bonifácio.....	101
Figura 47 – Elevação posterior Capela São Bonifácio.....	102
Figura 48 – Elevação lateral esquerda Capela São Bonifácio.....	103
Figura 49 – Corte transversal Capela São Bonifácio.....	104
Figura 50 – Corte longitudinal Capela São Bonifácio.....	105
Figura 51 – Perspectiva cobertura Capela São Bonifácio.....	106
Figura 52 – Fotografia externa Capela Santa Cruz.....	107
Figura 53 – Fotografia interna Capela Santa Cruz.....	107
Figura 54 - Fotografia do evento de implantação da Cruz onde seria construída a Capela Santa Cruz.....	108
Figura 55 - Fotografia Histórica Capela Santa Cruz.....	109
Figura 56 – Imagem aérea Capela Santa Cruz.....	110
Figura 57 - Imagem aérea Capela Santa Cruz e Colégio Santa Cruz.....	110
Figura 58 – Planta de localização e situação da Capela Santa Cruz.....	111
Figura 59 – Implantação da Capela Santa Cruz.....	112
Figura 60 - Fotografia Capela Santa Cruz sem o alpendre.....	113
Figura 61 – Planta baixa Capela Santa Cruz.....	114
Figura 62 – Planta do coro e planta de cobertura Capela Santa Cruz.....	115
Figura 63 – Elevação frontal Capela Santa Cruz.....	118
Figura 64 – Elevação lateral direita Capela Santa Cruz.....	119
Figura 65 – Elevação posterior Capela Santa Cruz.....	120
Figura 66 – Elevação lateral esquerda Capela Santa Cruz.....	121
Figura 67 – Corte transversal Capela Santa Cruz.....	122

Figura 68 – Corte longitudinal Capela Santa Cruz	123
Figura 69 – Perspectiva cobertura Capela Santa Cruz	124
Figura 70 – Fotografia externa da Capela Nossa Senhora Aparecida.....	125
Figura 71 – Fotografia interna da Capela Nossa Senhora Aparecida.....	125
Figura 72 – Fotografia de quermesse realizada na Capela Nossa Senhora Aparecida.....	126
Figura 73 – Imagem Capela Nossa Senhora Aparecida e Estrada Guaiapó– Street View .	126
Figura 74 - Localização e situação da Capela Nossa Senhora Aparecida	127
Figura 75 - Implantação Capela Nossa Senhora Aparecida.....	128
Figura 76 – Planta baixa da Capela Nossa Senhora Aparecida	130
Figura 77 – Planta do coro e planta da cobertura da Capela Nossa Senhora Aparecida ...	131
Figura 78 – Elevação frontal Capela Nossa Senhora Aparecida.....	132
Figura 79 – Elevação lateral direita da Capela Nossa Senhora Aparecida.....	133
Figura 80 – Elevação posterior da Capela Nossa Senhora Aparecida	134
Figura 81 – Elevação lateral esquerda da Capela Nossa Senhora Aparecida	135
Figura 82 – Corte transversal da Capela Nossa Senhora Aparecida	136
Figura 83 – Corte longitudinal da Capela Nossa Senhora Aparecida.....	137
Figura 84 – Perspectiva da Estrutura da Cobertura Capela Nossa Senhora Aparecida.....	138
Figura 85 – Fotografia Capela Santa Cruz suspensa por macacos hidráulicos.....	143
Figura 86 - Fotografia Capela Santa Cruz suspensa por macacos hidráulicos.....	143
Figura 87 – Estrutura da cobertura sendo coberta por lonas.....	143
Figura 88 - Estrutura da cobertura sendo coberta por lonas	143
Figura 89 – Detalhe revestimento externo, “alma” e revestimento interno.....	143
Figura 90 - Detalhe revestimento interno, “alma” e revestimento externo.	143
Figura 91 – Coro retirado na restauração	144
Figura 92 – Escada retirada na restauração	144
Figura 93 – Adendo fachada posterior retirado na restauração.....	144
Figura 94 – Adendo lateral esquerda – parte retirado na restauração.....	144
Figura 95 - Fotografia externa Capela Santa Cruz.....	144
Figura 96 - Fotografia entrada lateral Capela Santa Cruz	144
Figura 97 - Fotografia da Capela São Bonifácio degradada – lateral direita.....	146
Figura 98 - Fotografia da Capela São Bonifácio degradada -fundos.....	146
Figura 99 – Fotografia fachada principal Capela São Bonifácio (2004).....	150
Figura 100 – Fotografia fachada principal Capela São Bonifácio (2014).....	150
Figura 101 – Fotografia lateral e fundos Capela São Bonifácio (2004)	150
Figura 102 – Fotografia lateral e fundos Capela São Bonifácio (2014)	150
Figura 103 – Fotografia desgaste piso Capela São Bonifácio.....	150
Figura 104 – Fotografia desgaste da estrutura Capela São Bonifácio.....	150

Figura 105 – Fotografia desgaste parede interna Capela São Bonifácio.....	151
Figura 106 – Fotografia desgaste beiral Capela São Bonifácio.....	151
Figura 107 – Fotografia reforma Capela Nossa Senhora Aparecida - paredes	152
Figura 108 – Fotografia reforma Capela Nossa Senhora Aparecida - telhado	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DAS AÇÕES PRESERVACIONISTAS E DO IPHAN	34
1.1 Da origem do conceito de Patrimônio Cultural as Teorias de Restauração	34
1.2 As Cartas Patrimoniais e a Política Internacional do Patrimônio regida pela Unesco.....	36
1.3 A Política Nacional do Patrimônio Cultural e as ações do IPHAN.....	40
1.3.1 As primeiras ações preservacionistas e a criação do SPHAN.....	40
1.3.2 O IPHAN e as atuais ações preservacionistas	44
1.4 O Patrimônio Cultural no Paraná.....	49
1.5 O Patrimônio Cultural na cidade de Maringá	55
CAPÍTULO 2. ARQUITETURA EM MADEIRA NO PARANÁ	59
2.1 As construções de madeira do Paraná: uma arquitetura popular	59
2.2 O Saber-Fazer das edificações em madeira no Norte do Paraná	66
2.3 Arquitetura Religiosa em Madeira no Paraná	76
CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA RELIGIOSA DE MADEIRA REMANESCENTE NA CIDADE DE MARINGÁ.....	85
3.1. Capela São Bonifácio	87
3.1.1. A capelinha do Vale Azul	87
3.1.2 O sistema construtivo da Capela São Bonifácio.....	95
3.2. Capela Santa Cruz.....	107
3.2.1. A Capela do Maringá Velho	107
3.2.2 Descendente técnica de sua antecessora.....	113

3.3 Capela Nossa Senhora Aparecida	125
3.3.1. A Capelinha do Guaiapó	125
3.3.2. A comunidade construiu sua capela em tábuas e mata-juntas.....	129

CAPÍTULO 4 – CAPELAS DE MADEIRA DE MARINGÁ: AÇÕES

PRESERVACIONISTAS PASSADAS E FUTURAS	140
---	------------

4.1. Restauração e tombamento Capela Santa Cruz	140
--	------------

4.2. Reforma e tombamento da Capela São Bonifácio	145
--	------------

4.3. Tombamento e reforma da Capela Nossa Senhora Aparecida, realizada pela comunidade	151
---	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	160
---	------------

APÊNDICE	166
-----------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como **objeto** de estudo as capelas de madeira remanescentes na cidade de Maringá-Pr. Os templos estudados compreendem: a **Capela São Bonifácio**, construída entre 1939 e 1940 na área rural e reformada em 1998; a **Capela Santa Cruz**, construída entre 1945 e 1947 na zona urbana, reformada/restaurada em 1990 e a **Capela Nossa Senhora Aparecida**, edificada entre 1947 e 1949, reformada na década de 1990, na área rural. As três capelas estão tombadas como Patrimônio Histórico e Cultural a nível Municipal, e as duas primeiras também encontram-se tombadas a nível Estadual.

Os templos religiosos alvo deste trabalho constituem exemplares das edificações em madeira que configuraram a paisagem tanto urbana quanto rural no período de ocupação de terras do Paraná. Cada região pôde desenvolver uma tipologia própria de acordo com: as espécies arbóreas encontradas em seu solo; a influência étnica dos imigrantes que se dirigiam para cada porção de terras do território paranaense e o período de ocupação de cada região. Essas edificações foram construídas por mãos de anônimos, os mestres carpinteiros, detentores de um “saber-fazer” particular, responsáveis por construir as cidades que se formavam no Paraná e imprimir nas obras seus conhecimentos, muitas vezes adquiridos de gerações passadas, sobre a técnica de se construir em madeira. A carpintaria, foi o suporte essencial à ocupação inicial das cidades, ações que visem a preservação das construções em madeira, permitem que se salvasse o bem cultural representante do patrimônio material do estado e que se valorize a forma de construir na região, conferindo à técnica construtiva um patrimônio imaterial.

Apesar da importância atribuída tanto aos carpinteiros quanto às edificações, testemunhos do momento ocupacionista do estado, ambos estão sendo esquecidos da história oficial das cidades paranaenses. Valoriza-se muito pouco os antigos carpinteiros e suas obras, com exceção de raras pesquisas acadêmicas, que pretendem registrar a técnica de se construir em madeira e seus exemplares edificados. O fato dos carpinteiros não possuírem formação acadêmica, ou formação técnica profissional, aliado a falta de informação sobre a manutenção e durabilidade das construções em madeira, contribuem para tal preconceito e descaso.

Em consequência, a história do Paraná vem perdendo cada vez mais seus testemunhos. De um lado as casas de madeira estão se extinguindo da paisagem, dando lugar ao impiedoso mercado imobiliário, de outro lado, os carpinteiros seguem a lei natural da vida se tornando cada vez mais raros, ou com idade avançada, incapazes de se lembrarem de seus feitos do passado. Mas o maior problema encontra-se na falta de registro, tanto do depoimento desses mestres artesãos, quanto das edificações, verdadeiras expressões culturais do estado.

Entre as edificações que estes mestres carpinteiros construíram, pode-se destacar os templos religiosos, que possuíam um maior esmero da técnica construtiva. Foram diversas as capelas e igrejas construídas em madeira no período inicial de ocupação territorial das cidades paranaenses. Uma grande parte destas edificações já foram demolidas, mas ainda pode-se encontrar exemplares espalhados pelo estado. Algumas protegidas por lei, outras sem nenhuma proteção legal, e a maioria das existentes, sem o registro documentado.

Em Maringá, as Capelas São Bonifácio (1940), Santa Cruz (1947) e Nossa Senhora Aparecida (1949), objetos deste estudo, configuram atualmente os exemplares remanescentes da arquitetura religiosa em madeira nesta cidade, e que apesar de estarem tombadas, não foram inventariadas.

Não somente as fotografias, mas os demais registros iconográficos realizados nesta pesquisa, contribuirão para a preservação da memória das capelas São Bonifácio, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida. Não será possível garantir a permanência das construções, mas suas existências e o modo como foram constituídas em sua materialidade será preservado. Pois diante da forma como o poder público municipal vem tratando o patrimônio cultural desta cidade, pode acontecer que num futuro próximo tais edificações possam dar lugar a outros interesses imobiliários do município.

OBJETIVOS

O propósito desta pesquisa vem de encontro a carência de registro das edificações supracitadas, desta forma os objetivos concentraram-se em: realizar o inventário das três capelas pautado nas diretrizes do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), instrumento desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que possui um modelo e metodologia única de documentação e inventário de bens culturais; e ainda otimizar o processo de cadastro de tal instrumento incluindo um modelo específico de registro para arquitetura religiosa em madeira,

JUSTIFICATIVAS

O inventário realizado justifica-se pela urgência de registro documentado das edificações tratadas aqui, para que sirva de referência para pesquisas acadêmicas posteriores e para a implementação de novas ações preservacionistas que venham acontecer nas capelas inventariadas, uma vez que foi verificado certo desgaste nas construções, e para que se realizem novas reformas nos bens inventariados, necessita-se do levantamento e registro de cada edificação a sofrer intervenção.

Enquanto a proposta de otimizar as diretrizes para o registro de edificações religiosas em madeira, justifica-se pela quantidade de edificações carentes de tal procedimento e pela demanda atual do IPHAN, em cadastrar algumas edificações com essas características no Paraná para posterior tombamento a nível nacional.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada para o Inventário dos bens em questão teve como referência basilar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG, que é um instrumento desenvolvido pelo IPHAN para integrar dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário, patrimônio naval, conjuntos rurais, entre outras formas de patrimônio cultural do Brasil. (IPHAN).

A intenção do IPHAN é propor um modelo de metodologia de documentação e inventário de bens culturais, realizando um “mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização”. O pressuposto da metodologia desenvolvida que integra o SICG é “tomar os bens culturais como fatores de compreensão dos processos históricos e sociais do país. A metodologia também envolve uma pesquisa de campo sobre universo do bem a ser inventariado, desta forma as unidades pesquisadas compreendem “testemunhos relacionados a um contexto que auxilia a entender seu significado e importância”, e não são mais registradas como “ocorrências isoladas cujo interesse esteja em sua excepcionalidade artística ou sua monumentalidade” (PORTA, 2012, p. 43)

De acordo com Porta (2012), este instrumento também dá suporte à gestão da política de preservação, “instruindo e facilitando a tomada de decisões, o planejamento e formulação de ações, assim como o cotidiano de trabalho ligado à fiscalização, análise de projetos, acompanhamento de obras, etc”. (PORTA, 2012, p. 42).

A documentação dos universos pesquisados pelo sistema desenvolvido pelo IPHAN envolve: levantamento bibliográfico e de campo, identificação, registros imagéticos (audiovisuais e fotográficos), cadastramento e georreferenciamento.

O registro dos bens, é constituído por um conjunto de fichas¹, agrupadas em três módulos: **Conhecimento, Gestão e Cadastro**. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e é estruturado por um conjunto de formulários designados para a

¹ As fichas do SICG estão estruturadas a princípio em base Word e Excel, pois o sistema ainda está em fase de implantação e posteriormente será informatizado, para que seja acessado para consulta via internet. Após a interface se consolidar, o sistema terá outros usuários além do IPHAN, serão os estados, municípios e entidades parceiras como, as universidades, centro de estudos, museus, e outros).

captura e organização de informações de acordo com o objetivo do estudo ou inventário. De acordo com o IPHAN, estes módulos foram organizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais, e possibilitando a utilização de outras metodologias, caso seja necessário para a complementação da pesquisa, como por exemplo o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (destinado a identificação de bens de natureza imaterial). (IPHAN, SICG. Disponível em <http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginaIPHAN>. Acessado em 20 de jan. de 2015).

Neste sentido, o presente trabalho ao encontrar no SICG uma metodologia para a realização do inventário das capelas objeto deste estudo, **utiliza** tal processo, **adapta**, e **aplica** no inventário das capelas de madeira remanescentes em Maringá. As adaptações mais significativas propostas nesta pesquisa compreendem: a inversão dos Módulos Gestão e Cadastro, como será explicado em linhas abaixo, e a inserção de um novo formulário de registro de bens, especificamente para Arquitetura Religiosa em Madeira. Apesar do SICG já contemplar uma ficha para Arquitetura Religiosa, verificou-se que as construções religiosas em madeira possuem elementos construtivos específicos, e de acordo com a Superintendência Estadual do IPHAN², existe a demanda do órgão sede pelo cadastro de determinadas capelas de madeira existentes no estado, julga-se propício o momento para o desenvolvimento de uma metodologia de registro da arquitetura religiosa em madeira.

Antecedendo a aplicação da metodologia desenvolvida a partir das premissas do SICG, este estudo realiza uma pesquisa sobre: a trajetória do conceito de Patrimônio Cultural; a política internacional voltada ao assunto; o surgimento do IPHAN, e suas principais ações preservacionistas; o Patrimônio Cultural no Paraná e em Maringá, e apresenta uma breve explanação sobre estes assuntos, com a intenção de auxiliar no decorrer do texto, o entendimento das questões do Patrimônio Cultural, em especial sobre a configuração do IPHAN, pois a metodologia empregada aqui foi desenvolvida por tal órgão. E ainda destaca como as políticas preservacionistas são conduzidas no Paraná, e na cidade de Maringá. Essa abordagem configura no Capítulo 1 desta dissertação.

Posteriormente realiza-se no trabalho os procedimentos referentes a cada módulo do SICG - na seguinte ordem – Conhecimento – Cadastro – Gestão, e na sequência o preenchimento dos formulários, com as adaptações elaboradas nesta pesquisa, referentes ao inventário das capelas São Bonifácio, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida. Neste estudo, para cada módulo da metodologia do IPHAN, é apresentado um capítulo, configurando a seguinte

² Foi realizada uma consulta à sede da Superintendencia Estadual do IPHAN no Paraná, localizada em Curitiba, e em conversa informal com o Arquiteto José Carlos Constantino, o mesmo relatou que será aberto processo de licitação para contratação de empresa que realize o inventário das igrejas e capelas de madeira do sul do Paraná.

sequência: Módulo Conhecimento – Capítulo 2; Módulo Cadastro – Capítulo 3 e Módulo Gestão - Capítulo 4.

Segue abaixo, a metodologia empregada pelo IPHAN, dividida nos três módulos já mencionados acima, com as adaptações propostas neste trabalho e os procedimentos e ferramentas utilizados em cada etapa do processo de inventariar as capelas objeto desta pesquisa. Desta forma, a apresentação detalhada dos procedimentos realizados, contribuirá para a realização de outros inventários de exemplares da Arquitetura Religiosa em madeira.

Módulo Conhecimento - Este módulo é estruturado pela reunião de informações que contextualizem, na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. Consiste em uma etapa primordial para se iniciar um estudo temático ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico. Neste módulo é definido o Recorte Territorial, que corresponde a identificação da região estudada, o Recorte Temático, que destina-se a identificação do tema ou ótica sob a qual se pretende abordar os bens a serem conhecidos ou inventariados, e por último, é realizado a Identificação do Universo, ou seja o objeto de análise. As informações obtidas através desse módulo são complementadas pelo cadastro de bens, efetuado através das fichas do módulo de Cadastro.

Para este estudo, delimitou-se como Recorte Territorial, o estado do Paraná, e como Recorte Temático a arquitetura em madeira. Uma vez que os objetos de estudo compreendem três capelas de madeira localizadas na cidade de Maringá- Pr. Para a Identificação do Universo, definiu-se a arquitetura religiosa de madeira em Maringá. Diante da problemática delimitada foi investigado o momento de destaque da arquitetura em madeira no Paraná, que converge para o período de ocupação territorial. Para a melhor contextualização das capelas objeto deste trabalho, pesquisou-se o período de ocupação de terras do norte do Paraná, que compreende também a cidade de Maringá, bem como a relação desta cidade com tais bens patrimoniais.

O módulo conhecimento compreende três formulários para serem preenchidos³, porém para este estudo destina-se apenas uma das fichas, denominada de **Ficha M101 –**

³ **Ficha M101 – Contextualização Geral:** é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo. Não deve ser preenchida para os bens isolados (seja um sítio histórico urbano ou um imóvel isolado) e sim permitir a contextualização de diversos bens, relacionando-os com o universo cultural pesquisado, seja ele territorial ou temático. Para informações relativas a sítios e conjuntos deve-se preencher a ficha M102 – Contexto Imediato e para o cadastro bens individuais deve-se utilizar a ficha M301. **Ficha M102 – Contexto Imediato:** é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101. Não é aplicável para bens isolados. **Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente:** aplicável, especialmente, a conjuntos rurais ou urbanos que já contem com algum tipo de proteção, seja por legislação cultural ou ambiental. Deverão ficar expressos os valores atribuídos ao sítio ou conjunto em estudo quando da sua

Contextualização Geral: Direciona-se à coleta e organização das informações relacionadas ao recorte territorial amplo, para isto foram coletadas primeiramente informações sobre a localização geográfica do objeto de análise, para que seja possível realizar o mapeamento nacional dos bens nacionais destacados pelo IPHAN, no caso a localização da cidade de Maringá em relação ao país, ao estado do Paraná e seus limites municipais, tais informações foram encontradas em especial no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na Secretaria de Planejamento e Urbanismo da cidade de Maringá - SEPLAN, e posteriormente informações sobre o contexto histórico do objeto de análise, que permitem contextualizar os bens estudados em relação a outros bens relacionados com mesma temática. O levantamento do contexto histórico, nesta pesquisa, compreende o “Estado da Arte” da arquitetura em madeira no estado Paraná, com uma pesquisa bibliográfica sobre esta temática. A bibliografia consultada compreende os seguintes autores e assuntos respectivamente: **Sanches (1987)**, a autora destaca os fatores históricos que fizeram com que o estado do Paraná desenvolvesse um cenário de construções predominantemente em madeira; **Barizon (1991)**, a pesquisadora realiza um levantamento das primeiras capelas do norte do Paraná, que devido ao contexto histórico e cultural foram construídas em madeira, em seus estudos Barizon apresenta o desenho gráfico das fachadas frontais dos templos religiosos enfocados; **Zani (2003)**, e **Zani (2005)**, o pesquisador apresenta na primeira pesquisa o contexto da arquitetura em madeira no norte do Paraná e realiza um levantamento e registro de algumas capelas e igrejas de madeira que ainda existiam na época na região, no segundo estudo o autor apresenta mais especificamente a técnica de se construir na região supracitada, e a identificação das casas de madeira, através de tipologias construtivas, na cidade de Londrina-Pr; **Batista (2007)**, **Batista et al (2009)** e **Batista (2011)**, na primeira pesquisa, o autor realiza um panorama da forma de construir em madeira em Curitiba, das técnicas tradicionais às contemporâneas, na segunda pesquisa os autores realizam um registro gráfico de capelas Ucranianas do Paraná, entre elas 18 são de madeira, na terceira pesquisa referenciada o autor faz uma explanação sobre a técnica tradicional das casas de madeira da cidade de Curitiba; **Larocca Jr (2008)**, este estudo apresenta um levantamento de algumas casas de madeira, que possuem características comuns da forma de construir dos imigrantes poloneses e ucranianos da região sul do estado; **Berriel (2011)**, um estudo que exalta o saber popular das casas de madeira e **Imaguirre (2011)** que apresenta parte do registro de uma seleção de casas de madeiras que se destacam na cidade de Curitiba, pela riqueza de detalhes construtivos. Além da bibliografia que trata da arquitetura em madeira no estado do Paraná, também foram consultados, autores que escrevem sobre a ocupação territorial do Paraná, mais precisamente sobre o norte do Paraná e a companhia responsável

proteção, proporcionando os subsídios necessários para a construção de normatizações e planos específicos, cujo instrumental está disponível no módulo de Gestão.

pela ocupação de Maringá, onde as capelas objeto deste estudo estão localizadas, com o intuito de melhor entender a importância que tais edificações representam para a cidade. Sobre este assunto os autores consultados foram: **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), Andrade (1979), Luz (1999), Paula (1998), Rego (2009).**

A ficha M101 – elaborada pelo IPHAN, apresenta 9 (nove) seções para preenchimento, neste estudo a proposta é de inverter algumas seções com a intenção de agrupar na mesma sequência informações sobre o contexto geográfico, localização e mapas, e posteriormente o contexto histórico seguido das imagens. Também sugere-se que o item correspondente a palavras-chave se encontre no início da ficha, logo após a identificação, para que seja possível visualizar num primeiro instante os assuntos que serão tratados no decorrer do formulário.

Para esta primeira ficha, são reduzidas as sugestões de alterações, por se tratar da parte mais genérica do SICG, acredita-se que as seções elencadas suprem o objetivo de contextualizar o universo de análise das mais diversas formas de bens patrimoniais de natureza material, e também pelo fato das fichas pertencentes a este módulo possuírem atualmente o maior número de preenchimentos, pois apesar do sistema ainda não estar informatizado, as superintendências regionais já veem realizando estudos e preenchimentos das fichas. Desta forma a sequência da ficha M101 – contemplaria os seguintes elementos apresentados no Quadro 1:

FICHA M101 ⁴ - SICG		FICHA M1/01 ⁵ - HOFFMANN (2015)	
01	Identificação	01	Identificação
02	Localização do Universo /Objeto de Análise	02	Palavras-chave
03	Informações sobre contexto histórico do universo/objeto de análise	03	Localização do Universo/Objeto de Análise
04	Informações sobre contexto geográfico do universo de análise	04	Informações sobre contexto geográfico do universo de análise
05	Seleção de Imagens	05	Informações sobre contexto histórico do universo/objeto de análise
06	Mapeamentos e cartografia disponíveis	06	Seleção de Imagens
07	Fontes de informação/referências bibliográficas	07	Mapeamentos disponíveis
08	Palavras-chave	08	Fontes de informação/referências bibliográficas
09	Preenchimento	09	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 1 – Comparativo ficha Contextualização Geral

A segunda Seção do SICG corresponde ao Módulo Gestão, e traz uma “abordagem sistemática do patrimônio cadastrado e protegido, estimulando estratégias de gestão e valorização” dos bens inventariados. Enquanto a terceira seção correspondente ao Módulo

⁴ A nomenclatura atribuída as fichas do SICG tem o seguinte significado: M101 - M=corresponde ao termo módulo, 1=corresponde ao primeiro módulo e 01=corresponde a ficha de n 1 do módulo a que pertence, a assim sucessivamente nas fichas e módulos seguintes.

⁵ Para esta pesquisa adotou-se a seguinte nomenclatura M1/01 – com os mesmos significados das fichas do SICG.

Cadastro, onde primeiramente é realizada uma listagem com os bens a serem registrados correspondente ao mesmo recorte temático ou territorial, e posteriormente ocorre o registro do bem de forma individual, sendo que o mesmo recebe um código identificador que será impresso em todas as fichas correspondentes a ele, inclusive as do módulo anterior. Desta forma neste estudo propõe-se alterar as ordens destes dois módulos, pois acredita-se que primeiramente é necessário conhecer determinado bem cultural para depois propor ações de preservação. Além de que, o código identificador suprirá melhor a demanda se for registrado na primeira ficha correspondente ao bem cadastrado, e replicados nas seguintes. Outro motivo pelo qual propõe-se a inversão dos módulos, consiste no fato do Módulo Gestão, abordar os bens de uma forma mais detalhada, possuindo uma maior variedade de fichas especializadas, possibilitando cada vez mais a inserção de formulários para novas categorias de bens patrimoniais. Pois o próprio IPHAN alerta para a fase de construção do sistema, admitindo que as fichas existentes ainda não abrangem todo o universo do patrimônio cultural.

Diante da proposta de inversão dos Módulos Cadastro e Gestão, na sequência apresenta-se a descrição do Módulo Cadastro, juntamente com a otimização das fichas elaboradas nesta pesquisa.

Módulo Cadastro: Este módulo é composto por 8 (oito) formulários que, como dito anteriormente, são relativos a bens individuais, exceto a primeira ficha denominada **Ficha M300 - Planilha Síntese**, que consiste numa planilha com a listagem contendo identificação, localização e informações relevantes para a gestão do bem (estado de conservação, estado de preservação, proteção existente e proteção proposta, propriedade, informações cadastrais, data de preenchimento e fonte das informações), e deverá conter anexo um mapa geral do universo inventariado. Para este formulário, não houve proposta de alterações na ficha desenvolvida pelo SICG, pois consiste em uma planilha genérica, com a listagem dos bens a serem inventariados, sem aprofundamento dos assuntos. Os itens contemplados na ficha M300 são apresentados no Quadro 2:

FICHA M300 - SICG		FICHA M2/01- HOFFMANN (2015)	
01	Localização	01	Localização
02	Identificação	02	Identificação
03	Caracterização	03	Caracterização
04	Estado de Preservação e Conservação	04	Estado de Preservação e Conservação
05	Grau de Proteção	05	Grau de Proteção
06	Preenchimento	06	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 2– Comparativo ficha Planilha Síntese

Na sequência, a **Ficha M301 – Cadastro Geral** é aplicada a todas as categorias dos bens de natureza material (arqueológico, paleontológico, natural, bem imóvel, bem móvel e bem

integrado). A partir do preenchimento da ficha M301, o bem cadastrado receberá um código identificador, que será reproduzido em todas as fichas subsequentes referentes ao bem inventariado. Este código servirá como uma cédula de identidade e, possibilitará o rastreamento do bem em outras fichas, bancos de dados ou sistemas. Segue abaixo no Quadro 3 os itens contemplados na ficha do SICG e no formulário desenvolvido nesta pesquisa:

FICHA M301 - SICG		FICHA M2/02- HOFFMANN (2015)	
01	Identificação	01	Identificação
02	Localização do universo/objeto de análise	02	Localização do universo/objeto de análise
03	Propriedade	03	Propriedade
04	Natureza do bem	04	Natureza do Bem
05	Contexto	05	Contexto
06	Proteção Existente	06	Proteção Existente
07	Proteção Proposta	07	Proteção Proposta
08	Estado de Preservação	08	Estado de Preservação
09	Estado de Conservação	09	Estado de Conservação
10	Imagens	10	Imagens
11	Dados Complementares ⁶	11	Informações Históricas (Síntese)
12	Preenchimento	12	Informações Complementares
		13	Referências Bibliográficas
		14	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 3 – Comparativo Ficha Cadastro Geral

Para este inventário a utilização das fichas M300 e M301, que são obrigatórias ao cadastro de bem material do SICG, se dará da forma como o IPHAN propõe, com todas as seções e itens das fichas originais do SICG, porém com alguns ajustes na diagramação da ficha M301 para que seja melhor visualizado e compreendido para esta pesquisa, além do desmembramento do item 11 - “Dados Complementares”, que na ficha original contempla os subitens: Informações Históricas, Informações Complementares e Referências Bibliográficas, na ficha proposta este subitens passam a ser itens separadamente.

As fichas seguintes correspondentes ao Módulo Cadastro (ficha M302 à ficha M307)⁷ são especializadas e entram nas especificidades de cada categoria: arquitetura, bens móveis e

⁶ O item 11 se subdivide nos seguintes subitens: 11.1 - Informações Históricas (síntese); 11.2 – Outras informações (especializadas, temáticas, informações complementares às históricas como por exemplo manifestações culturais vinculadas ao bem e outras ocorrências); 11.3 – Referências Bibliográficas.

⁷ **Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.** É composta de campos que permitem uma caracterização mais aprofundada do bem arquitetônico em análise, considerando os elementos externos, especialmente do ponto de vista morfológico e tipológico da edificação. Seu preenchimento não pressupõe o acesso ao interior do imóvel. **Ficha M303 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna:** essa ficha contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Deve ser preenchida quando de levantamentos mais detalhados ou da realização de visitas técnicas e/ou vistorias. **Ficha**

integrados, patrimônio ferroviário, patrimônio naval, dentre outros. Seu preenchimento não é obrigatório, no caso de Inventários de Conhecimento, o que se pretende é o conhecimento amplo, um mapeamento do universo cultural em estudo. A partir desse mapeamento, conhecido o universo em questão, é que se optará pelo aprofundamento de informações de determinados bens. As instruções do IPHAN, é para que essas fichas específicas só sejam preenchidas para os bens sobre os quais há um interesse especial de gestão ou proteção, como é o caso desta pesquisa, que realiza o registro aprofundado das capelas de madeira de Maringá, para que se instigue ações contundentes de preservação e gestão sobre os bens.

Neste sentido serão utilizadas aqui as diretrizes das fichas **M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização Externa** e **M303 - Arquitetura – Caracterização Interna**, pois ao analisar as duas fichas, verificou-se que, para se ter um entendimento arquitetônico completo da edificação, é necessário visualizar as duas categorias de formulários, pois uma ficha complementa a outra, sendo que numa possível intervenção de um bem inventariado, provavelmente ambas as fichas serão consultadas, desta forma, para um melhor gerenciamento de futuras ações preservacionistas, propõe-se a junção das duas fichas, e considerando o objetivo deste estudo, se propõe para este módulo uma ficha especializada denominada de **Bem imóvel – Caracterização Arquitetura Religiosa de Madeira**. Essa especificidade é sugerida após o estudo do universo de arquitetura em madeira relacionada anteriormente e também da arquitetura religiosa, que possuem, cada qual suas particularidades, que não são contempladas na caracterização das fichas propostas pelo IPHAN neste módulo.

Os itens relacionados nas fichas M302 e M303, bem como a junção dos itens destas duas fichas são apresentados no Quadro 4:

M304 – Bem imóvel – Conjuntos rurais: está voltada para a aplicação em áreas rurais, caracterizada pela existência de fazendas, pequenas propriedades, engenhos e outras ocorrências típicas do patrimônio rural brasileiro. Aborda aspectos morfológicos sobre a implantação e a caracterização arquitetônica dos conjuntos e também do uso e atividades econômicas desenvolvidas (original e atual). Para os imóveis mais representativos do conjunto, poderão ser preenchidas as fichas M301, M302 e M303, conforme o grau de interesse e aprofundamento do estudo. **Ficha M305 – Bem móvel e integrado:** esta ficha tem o objetivo de cadastrar o universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. **Ficha M306 – Patrimônio Ferroviário:** esta ficha foi elaborada visando o cadastro do acervo oriundo da extinta RFFSA, que passou aos cuidados do IPHAN através da Lei nº11.483/07. **Ficha M307 – Patrimônio Naval:** voltada para os estudos do patrimônio naval brasileiro, traz, juntamente com as fichas M304 (de conjuntos rurais) e M306 (patrimônio ferroviário) uma abordagem temática que só recentemente vem sendo tratada pelo Iphan e demais órgãos de preservação.

FICHA M302 - SICG		FICHA M303 - SICG		FICHA M2/03- HOFFMANN (2015)	
01	Identificação	01	Identificação	01	Identificação
02	Planta/Croqui Implantação no Terreno	02	Cômodos	02	Data da Construção
03	Imagens/Croquis das Fachadas	03	Planta/Croqui de Planta baixa	03	Usos e utilização
04	Tipologia ⁸	04	Divisórias	04	Religião
05	Época/Data da Construção	05	Pisos	05	Responsáveis pelo projeto e execução
06	Topografia do Terreno	06	Forros	06	Situação e Topografia do Terreno
07	Pavimentos	07	Observações (modificações, marcas, etc)	07	Implantação
08	Uso Original	08	Bens móveis e Integrados de Interesse ⁹	08	Plantas (planta baixa, coro e cobertura)
09	Uso Atual	09	Seleção de Imagens do Interior e Detalhes	09	Imagens Externas/Croquis das Fachadas
10	Medidas Gerais da Edificação	10	Preenchimento	10	Imagens Internas/Croquis Cortes
11	Observações			11	Medidas gerais da edificação
12	Fotos e Ilustrações de Detalhes Importantes			12	Ambientes/Materiais (piso, forro, revestimentos/aberturas)
13	Breve Descrição Arquitetônica ¹⁰			13	Descrição Arquitetônica (estrutura, cobertura, revestimento, ornamentos)
14	Informações Complementares (etnológicas, arqueológicas e outras.			14	Observações (modificações, marcas)
15	Levantamento Arquitetônico existente (localização do levantamento)			15	Bens móveis e integrados de Interesse
16	Outros Levantamentos (localização)			16	Informações Complementares
17	Fontes Bibliográficas e Documentais			17	Levantamentos
18	Preenchimento			18	Fontes Bibliográficas e Documentais
				19	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 4 – Comparativo ficha Bem Imóvel – Arquitetura x Arquitetura religiosa de madeira

⁸ Os subitens existentes para Tipologia seriam: Religiosa; Civil; Oficial; Militar; Industrial; Ferroviária; Outra. Este item foi retirado da nova proposta, pelo fato da própria ficha já caracterizar a tipologia, que no caso é religiosa.

⁹ Mobiliário, quadros, peças de arte, escadas, guarda-corpos, pinturas murais, etc.

¹⁰ Este item contém os seguintes subitens: 13.1 Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos); 13.2.Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos); 13.3.Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos); 13.4.Palavras-chave.

Para o preenchimento dos itens relacionados nas fichas M2/01, M2/02 e M2/03 correspondentes ao Módulo Cadastro, foi preciso primeiramente realizar um levantamento dos dados históricos das capelas estudadas. Tal procedimento compreendeu consultas: ao Museu Histórico de Maringá¹¹ – Unicesumar, Museu da Bacia do Paraná¹² - MBP, localizado na UEM, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo – SEPLAN e a Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá- GPH. Nos dois museus da cidade, foi possível encontrar registros fotográficos históricos da capela Santa Cruz e de partes aleatórias da cidade, onde é possível visualizar as construções em madeira das décadas iniciais do município. Na SEPLAN, foi possível ter acesso a uma cópia¹³, do desenho arquitetônico do projeto de restauração realizado na Capela Santa Cruz, e na Gerência de Patrimônio, foi o local onde se teve acesso ao maior número de informações das capelas inventariadas, os dados compreendem: fotografias históricas da capela São Bonifácio, e a documentação referente aos processos de tombamento das três edificações objeto deste estudo, entre esses documentos existem registros fotográficos da situação das capelas antes de serem restauradas ou reformadas, pedidos de tombamentos, decretos-leis autorizando os tombamentos, reportagens de jornais locais alertando sobre a situação de abandono tanto da capela São Bonifácio quanto da capela Santa Cruz, entrevistas com pioneiros e padres, que falam sobre a Capela São Bonifácio, exposição de motivos reivindicando a preservação de tais bens, entre outros.

Este estudo também realizou entrevistas com pessoas que tiveram contato com as capelas estudadas no período de construção das mesmas ou logo após serem edificadas. Admite-se que localizar habitantes maringaenses que tiveram contato com as construções das capelas foi algo complexo, pois os poucos dos que ainda vivem, estão com idade avançada, e por problemas de saúde não puderam dar seus depoimentos. Os pioneiros entrevistados foram os seguintes: **Edgar Werner Osterroht**, que chegou na cidade em 1951, foi topógrafo da CMNP, teve contato com a capela São Bonifácio e com a capela Santa Cruz após suas construções, e junto com seu pai foi sócio proprietário de uma empresa de engenharia civil que projetou e construiu mais de cinco mil casas, inclusive diversas casas de madeira na cidade, Osterroht também registrou em telas o cenário inicial de Maringá e as capelas São Bonifácio e Santa Cruz; o carpinteiro **Izaltino Machado** que, participou junto com seu irmão da construção da Capela Santa Cruz e das primeiras casas de madeira da cidade, entre elas a casa que atualmente abriga o MBP; a pioneira **Alice Oriolli Nunhez** que reside nas

¹¹ O Museu Unicesumar possui uma unidade denominada de Casa do Pioneiro, uma casa de madeira de 1953, adquirida pela instituição e reconstruída no campus com as características originais, e outra construção correspondente a Tulha Cafeeira, também em madeira, a edificação data de 1949.

¹² O Museu da Bacia do Paraná funciona em uma casa de madeira, uma das primeiras de Maringá, o imóvel foi transferido para o pátio da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 1983.

¹³ O projeto original feito em papel vegetal foi digitalizado, e por este motivo a cópia não encontra-se totalmente legível.

proximidades da Capela Nossa Senhora Aparecida desde a década de 1950 e uma das pessoas responsáveis pelo pedido de tombamento da mesma.

Os dados históricos dos templos religiosos também foram pesquisados em publicações locais, e publicações sobre assuntos regionais pertinentes a este trabalho, compreendendo: **Maringá (1991), Sanches (2002), Hoffmann et al(2005), Robles (2007), Osterroht (2007).**

Para a realização do levantamento físico das capelas foi preciso consultar bibliografia pertinente a arquitetura em madeira, para adquirir um melhor conhecimento sobre os elementos construtivos, e reproduzi-los nos desenhos de forma correta, tal bibliografia já foi relacionada em linhas anteriores, na pesquisa realizada para o Módulo Conhecimento, no entanto ao se deparar com o universo dos templos religiosos, sentiu-se a necessidade de compreender melhor os aspectos formais da arquitetura religiosa, pois as descrições dos autores consultados sobre a tipologia das edificações religiosas, muitas vezes eram contraditórias, e geravam questionamentos. Sendo assim, foi necessário consultar uma bibliografia específica sobre elementos sacros. Os autores contemplados foram os seguintes: **Pastro (1993), Pastro (1999) e Menezes (2006)**, somente a partir destas leituras foi possível identificar nas capelas inventariadas a denominação correta dos espaços delimitados e também a simbologia dos elementos sacros.

Após o conhecimento teórico sobre construções em madeira, arquitetura religiosa e levantamento histórico das capelas em questão, prosseguiu-se para o levantamento físico e fotográfico das edificações. Para isso também foi preciso consultar uma literatura específica, onde encontrou-se instruções para direcionar os levantamentos pretendidos. A bibliografia destacada para tal temática correspondeu a **Oliveira (2008)**. O autor chama de “levantamento cadastral de precisão” o processo de realizar as medidas das edificações a serem inventariadas e representá-las iconograficamente. A representação das edificações pode ser realizada de duas maneiras: uma real e outra aparente. A primeira consiste em desenhos em escala, com indicação de cotas, a segunda corresponde a perspectivas e fotografias. Oliveira (2008) apresenta o instrumental a ser utilizado e a sequência das operações a serem realizadas, porém destaca que o operador dos levantamentos deve conciliar as condicionantes da melhor forma possível:

Para a aplicação dos processos de medição, utilizamos um arsenal de instrumentos, muitos dos quais conhecidos desde a Antiguidade. Citamos alguns: escalas rígidas e dobráveis, trenas de tecidos especiais e metálicas, teodolitos, miras, níveis, clinômetros, goniômetros, bússolas, prumos e similares. Outros processos mais modernos como a fotografia tradicional e a digital, a fotogrametria terrestre e aérea (essa última imprescindível no estudo dos centros urbanos e do território), as modernas ferramentas computacionais de retificação de imagens e outros instrumentos adicionam-se aos recursos tradicionais da representação. Até mesmo o cinema e o

vídeo, como já vimos, são técnicas que nos podem ajudar na documentação da nossa memória construída. Esses processos, isoladamente, apresentam virtudes e defeitos na sua aplicação prática, mas cabe ao experiente operador dos levantamentos escolher e utilizar judiciosamente cada um, associando, em algumas oportunidades, as suas potencialidades para obter os melhores resultados na busca, sempre, da maior exatidão. (OLIVEIRA, 2008, p. 30).

Em relação ao instrumental indicado por Oliveira (2008), foram utilizados para as medições: prancheta de mão formato A-4; lapiseiras; trenas manuais e eletrônicas e réguas. Apesar do autor indicar outros instrumentos, mais complexos, como por exemplo, os de nivelamentos e os topográficos, não utilizou-se em função da intenção do levantamento, consistir apenas nas edificações e não no sítio em que estavam inseridas e também pelo fato de ter acesso ao mapa planialtimétrico da cidade, onde foi possível obter os desníveis dos terrenos em que as edificações se encontram.

A sequência metodológica das operações, se pautou nas diretrizes de Oliveira(2008), com algumas adequações diante das situações encontradas, conforme apresentada a seguir:

Passo1 – “Reconhecimento preliminar das edificações, para avaliação das dificuldades de acesso e da necessidade de contar com apoio pessoal auxiliar, e de equipamentos que facilitem o trabalho como escadas, andaimes, material de segurança e similares”. Ao fazer o reconhecimento das capelas em questão, verificou-se que os acessos as estruturas dos telhados da Capela Santa Cruz e da Capela Nossa Senhora Aparecida era complicado, necessitando de escadas e de mais pessoas para auxiliar no levantamento. Para as Capelas São Bonifácio e Nossa Senhora Aparecida foi necessário a utilização de lanternas, pois não existe iluminação acima do forro, e o ambiente é extremamente escuro. Também foi utilizada máscara de proteção, uma vez que verificou-se a existência de muita poeira e fezes de animais, acumuladas no local. Vale salientar que foram diversas visitas às edificações, pois os levantamentos foram realizados somente nos momentos em que os zeladores faziam a limpeza das mesmas, com tempo reduzido, e o acesso ao forro das capelas também demandaram planejamento e auxílio dos zeladores das capelas Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida;

Passo 2 - “Cobertura fotográfica preliminar, para auxiliar na avaliação do conjunto do edifício”. A princípio foram registradas fotos gerais das capelas, em especial das fachadas externas e entorno, utilizado máquina digital semiprofissional;

Passo 3 - “Elaboração de croqui da planta e da elevação, em escala aproximada e em dimensões não muito reduzidas, sobre o qual foram anotadas as medidas e outras informações que forem encontradas no cadastramento” - para o presente levantamento foram utilizadas uma folha para cada elemento registrado compreendendo: planta de situação,

planta baixa, elevação frontal, elevação lateral direita, elevação posterior, elevação lateral esquerda, planta coro (p/ capelas Santa Cruz e N. S. Aparecida), elevação interna frontal (correspondente ao presbitério), elevação lateral direita, elevação posterior (correspondente a entrada principal das capelas), elevação lateral esquerda, elevação da cobertura, para cada capela. Também foi preciso desenhar em escalas maiores determinados detalhes das construções para possível anotações das medidas;

Passo 4 – “Levantamento e anotações de medidas” - as dimensões menores foram adquiridas com trena manual metálica e réguas, de forma cumulativa, como por exemplo distância entre uma abertura e outra, e até mesmo as medidas das aberturas, enquanto as medidas maiores e gerais, como a altura do pé-direito dos ambientes, e as dimensões totais das edificações foi utilizada trena eletrônica.

Passo 5 - “ Complementação da cobertura fotográfica que facilite o desenho dos detalhes”

Passo 6 - “Desenho em versão digital” - O software utilizado para a digitalização dos desenhos ortogonais foi o AutoCad, pelo fato de possuir interfaces com outros softwares e também por ser o programa de domínio do responsável pelo levantamento. Os elementos gráficos produzidos correspondem aos solicitados pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná para possíveis projetos de restauração ou reforma¹⁴. Uma vez que dois dos bens inventariados já são protegidos a nível estadual, no caso de futuras intervenções já possuem o levantamento exigido. Nem todos os desenhos realizados são relacionados no SICG, desta forma, pelos motivos descritos sugere-se ampliar a variedade dos desenhos a serem

¹⁴ **(a) Planta de localização:** Edifício em relação à cidade – acessos, orientação, etc. Identificação dos demais edifícios de interesse histórico ou artístico da área. **(b) Planta de situação:** Locação da edificação com relação ao terreno, áreas do terreno, da construção e projeção do edifício, cotas de nível, perfis do terreno, representação de jardins, especificação das espécies e caminhos, locação dos pontos de referência das fotografias. **(c) Planta de implantação:** Quando for o caso de a área do lote ter muitos detalhes para a representação de jardins, especificação das espécies e caminhos, etc. **(d) Planta baixa de cada nível:** Dimensões externas: medidas em série e totais. Dimensões internas: medidas de lado e diagonais dos espaços, espessura das paredes e amarração dos vãos. Codificação de todos os detalhes construtivos: portas, janelas e vãos, seteiras, altares etc. Representação de escadas com numeração dos degraus e dimensionamento. Indicação do tabuado do piso e do forro. Projeção de clarabóia, coro, caixa d’água, beirais etc. Identificação dos materiais construtivos, adotando-se convenções para alvenarias (pau-a-pique, adobe, taipa etc.) e demais elementos. Denominação dos espaços. **(e) Cortes:** Cotas de pés-direitos, piso-a-piso, espelhos, guarda-corpo, banheiro, vergas, cimalthas internas. Dimensionamento de peças do telhado e dos beirais. Representação exata da armação das tesouras e de demais peças. Altura de vergas, vãos, peitoris, cimalthas, barras e outros elementos. Indicação do tipo e da cor da pintura das alvenarias, esquadrias etc. **(f) Elevações e Fachadas:** Representação de todos os elementos arquitetônicos. Caimentos de ruas e ou terrenos. Especificação do tipo e da cor das alvenarias e esquadrias, bem como dos demais materiais de acabamento. **(g) Planta de cobertura:** Limite da edificação em tracejado. Limite da cobertura em linha cheia. Dimensão dos beirais. Sentido das declividades. Representação de calhas, condutores, rufos, rincões, chaminés etc. **(h) Detalhes:** Adotar a mesma codificação usada em planta. Todos os detalhes devem estar cotados e especificados quanto ao tipo de material e pintura (tipo e cor). **(i) Memorial descritivo:** Descrição de características importantes a conservar e a alterar no imóvel Apresentação de relatório sobre as fases de construção e materiais da construção. **(j) Levantamento Topográfico:** Representar os elementos do terreno curvas de níveis- cotas de nível nos vértices das divisas do lote, localizar a projeção da edificação e os outros elementos do terreno (árvores- muros de arrimo)- destacar os níveis dos terrenos vizinhos. PARANÁ. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=288>. Consultado em 20 de novembro de 2014.

registrados. Iniciou-se portanto o processo dos desenhos pelas plantas dos níveis dos imóveis, na sequência as elevações externas concomitantemente com os cortes transversais e longitudinais, e por último as plantas de cobertura, situação e localização. Sobre este último elemento gráfico, acrescentou-se imagens aéreas de satélite, um recurso que possibilita a melhor compreensão do entorno do bem inventariado. Os elementos desenhados em Auto Cad que encontram-se em um arquivo de extensão DWG, para que fossem inseridos neste trabalho foram salvos um a um em PDF e posteriormente exportados para um software de edição de imagens denominado Gimp, na sequencia salvos em JPEG, o que possibilitou a inserção das imagens no software Word, programa utilizado para a formatação deste trabalho das fichas desenvolvidas pelo IPHAN.

Passo 7 – “Complementação e correção de dados no campo”. Ao digitalizar os desenhos surgiram dúvidas que exigiram retornos aos locais levantados¹⁵. Para tanto foi realizado um *check list* com as dúvidas suscitadas e posteriormente retornou-se a campo para sanarem as dúvidas realizando as medidas faltantes. Vale salientar que o levantamento fotográfico dos detalhes foram imprescindíveis para a realização dos desenhos. Pois as capelas inventariadas possuem muitos detalhes que no processo de medição não ficaram claros, porém de posse das fotografias foi possível visualizar os detalhes com precisão.

Passo 8 – Após os desenhos ortogonais serem finalizados, deu-se prosseguimento aos desenhos tridimensionais. O software utilizado foi o Sketchup, desenhou-se novamente as capelas e posteriormente foi gerado perspectivas das edificações. Com a utilização desta ferramenta foi possível desmembrar os elementos construtivos de tais edificações para serem apresentados. Mesmo as perspectivas não sendo obrigatórias tanto no sistema do SICG quanto para projetos de restauração e reforma da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, acredita-se que a utilização de novas ferramentas computacionais enriquece o inventário no sentido de que auxilia a melhor compreensão dos elementos construtivos, e o registro pretendido se torna mais fidedigno.

Módulo Gestão: o terceiro módulo consiste em articular o processo de gestão dos bens inventariados com o conhecimento adquirido sobre os mesmos e com o universo temático correspondente. “O método pressupõe uma atitude propositiva incorporada às análises, como forma de objetivar e agilizar processos de gestão” (IPHAN-SICG). Este módulo é composto até o momento por 7 (sete) fichas cadastrais, que possuem como enfoque as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o IPHAN ou os demais órgãos de preservação do

¹⁵ O ideal seria não ocorrerem retornos para confirmações de medidas, porém de acordo com Oliveira (2008), dúvidas são inevitáveis. Para novos levantamentos sugere-se anotar o máximo de informações dos detalhes dos elementos construtivos, por menores que forem, e realizar o registro fotográfico o mais minucioso possível, para auxiliar na elaboração dos desenhos.

patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de fazer a gestão através de normatização, ações de fiscalização, da construção de planos e preservação, de reabilitação, entre outros. Para esta pesquisa as fichas utilizadas correspondem às: Ficha M206 – Diagnóstico de conservação-Arquitetura Religiosa e M207 – Relatório Fotográfico. As demais fichas (M201 à M205)¹⁶ são direcionadas a conjuntos rurais e urbanos.

A **Ficha M206 - Diagnóstico de conservação – Arquitetura Religiosa**, foi adaptada neste estudo para **Intervenções e Diagnóstico de conservação - Arquitetura Religiosa em Madeira**. O sistema SICG destina este formulário, principalmente, para “orientações de vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à conservação do bem”. Neste estudo acrescenta-se portanto, o registro das intervenções já realizadas nas edificações, com o intuito de que esta ficha consista em um dossiê das ações preservacionistas aplicadas aos bens inventariados, auxiliando nas tomadas de decisões para novas intervenções necessárias. A intenção é tornar possível a obtenção de informações sobre o que já foi alterado e o que ficou conservado nas edificações. As especificações quanto a arquitetura em madeira também são contempladas neste formulário, sendo que este se tornará uma extensão da ficha correspondente ao cadastro da arquitetura religiosa em madeira, elaborada no Módulo Cadastro. Os itens da ficha M206, e os relacionados na ficha proposta neste trabalho estão elencados no Quadro 5:

¹⁶ **Ficha M201 – Pré-setorização:** tem como objetivo a construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno, com vistas à normatização e construção de planos de preservação. **Ficha M202 – Caracterização dos setores:** esta ficha tem por finalidade caracterizar, detalhadamente, cada um dos setores estabelecidos a partir do preenchimento da ficha M201. A partir disso, e considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto ou sítio tombado e áreas de entorno, serão apontadas as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural. **Ficha M203 – Averiguação e proposição local:** nesta ficha, as diretrizes apontadas para cada setor a partir do preenchimento das fichas M201 e M202 serão testadas quadra a quadra, utilizando-se as faces de quadra como unidade mínima de averiguação. **Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote:** tem como objetivo a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo – número de imóveis por lote, número de pavimentos por imóvel, área construída, taxa de vacância, estado de conservação, entre outros. O cruzamento desses dados, conforme o interesse do estudo, fornece informações estratégicas que dão subsídios para projetos de reabilitação urbana ou tomadas de decisão quanto à necessidade de investimentos em áreas mais degradadas, por exemplo. **Ficha M205 - Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra:** visa agrupar dados relativos às quadras de maneira global, incluindo desde sua ocupação (área construída e desocupada, densidade, etc) até a infra-estrutura urbana (como rede elétrica, saneamento, telefonia, lógica, etc) e equipamentos disponíveis (segurança, educação, lazer, etc). Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana.

FICHA M206- SICG		FICHA M3/01- HOFFMANN (2015)	
01	Identificação	01	Identificação
02	Imagens	02	Imagens
03	Espaço Avaliado ¹⁷	03	Espaço Avaliado
04	Danos Estruturais	04	Danos e degradação dos materiais
05	Degradação do Material	05	Elementos Complementares Avaliados
06	Umidade	06	Intervenções realizadas
07	Observações	07	Descrição intervenções
08	Avaliação outros elementos ¹⁸	08	Ilustrações das Intervenções
09	Observações	09	Observações
10	Outros Levantamentos e Fontes de Informação	10	Outros levantamentos e Fontes de Informação
11	Preenchimento	11	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 5- Comparativo ficha Diagnóstico de conservação arquitetura religiosa x Intervenções e Diagnóstico de conservação Arquitetura Religiosa de madeira

As capelas objeto deste estudo já foram restauradas ou reformadas, diante da escassez de material encontrando sobre tais procedimentos, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram das intervenções. A capela Santa Cruz foi restaurada em 1990, das capelas inventariadas é a que possui maior documentação a ser consultada. Na SEPLAN, encontrou-se o projeto arquitetônico de restauração, e na Gerência de Patrimônio, o memorial descritivo da mesma intervenção. Não foi possível entrevistar os responsáveis pelo projeto de restauração, informações relatam que não são mais vivos, porém foi possível identificar a empresa responsável pela execução da obra e seu proprietário **Maurinho Piccioly (2014)**, que acompanhou todo o processo e cedeu seu depoimento para esta pesquisa, também foi entrevistado o engenheiro da prefeitura **Mauro Menegazzo (2014)**, que acompanhou as obras em questão e complementou os detalhes relatados por Maurinho. Em relação a reforma realizada na Capela São Bonifácio, não foram encontrados documentos, porém conseguiram-se informações sobre o responsável pelas obras, o engenheiro civil **Sidney Telles (2015)**, que também cedeu um depoimento sobre a intervenção. Na Capela Nossa Senhora Aparecida ocorreu uma grande reforma com o intuito de preservar o bem que estava deteriorado, porém, tal procedimento foi realizado pela própria comunidade, sem registros do processo de intervenção.

Ficha M207 – Relatório Fotográfico: esta ficha é destinada à documentação e organização das fotografias obtidas em campo, seja em estudos ou inventários de conhecimento, seja em vistorias de bens já protegidos. O formulário pode ser anexo à relatórios, estudos e outros documentos. A ficha elaborada pelo SICG consiste em uma ficha simples com duas colunas,

¹⁷ Este item se divide em: 3.1 – Exterior (fachada principal, fachada lateral direita, fachada lateral esquerda, fachada posterior, torres; 3.2 – Interior (Nave, Capela Mor, Coro); 3.3 – Cobertura (cúpula, estrutura forro, estrutura telhado, entelhamento)

¹⁸ O subitens correspondem: 8.1 Elementos Artísticos e Integrados (altar mor, retábulos, pinturas parietais, púlpitos, pintura de forro, azulejaria, sinos); 8.2 Elementos Arquitetônicos (escadas, esquadrias, guarda-corpos, grades); 8.3 Instalações Prediais (Elétrica, Hidráulica e Sanitária, Incêndio); Sistema de Segurança (presença de vigias, sistema de alarme ou monitoramento, sistema de proteção contra incêndio)

a da esquerda para inserção das imagens e a da direita para comentários e localização da imagem. Sugere-se aqui manter o formato, porém propõe-se a inserção de um campo com a planta da edificação onde estará a localização de todas as imagens inseridas na coluna da esquerda, ficando a coluna direita apenas para comentários, sem a localização. Além do acréscimo deste mapa das imagens, propõe-se a identificação dos equipamentos utilizados e a localização dos arquivos digitais com o intuito de garantir o acesso as imagens produzidas.

Os itens relacionados no formulário em questão, bem como a proposta desenvolvida aqui, encontram-se no Quadro 6:

FICHA M207- SICG		FICHA M3/02- HOFFMANN (2015)	
01	Identificação	01	Identificação
02	Imagem	02	Planta Localização das imagens
03	Comentários	03	Imagem
04	Preenchimento	04	Comentários (com referências)
		05	Dados Autor
		06	Equipamento utilizado
		07	Localização arquivos
		08	Preenchimento
Fonte: IPHAN		Fonte: Autora	

Quadro 6 – Comparativo ficha Relatório Fotográfico

O levantamento fotográfico foi realizado pela própria autora, e o equipamento utilizado para capturar as imagens atuais consistiu em uma câmera fotográfica digital Canon T4i com lente intercambiável 18:35 mm. A fotografia foi um instrumento imprescindível para o cadastramento dos bens, neste sentido, Oliveira (2008) destaca que:

Terminada a fase cadastral do objeto, a boa metodologia do projeto de restauração nos aponta a necessidade do diagnóstico, para o qual o apoio da fotografia se faz também necessário. Ela será de extrema ajuda para descrever as patologias encontradas nas estruturas e materiais da antiga fábrica, constituindo-se peça indispensável nas ilustrações das fichas do dito diagnóstico. (OLIVEIRA, 2008, p. 59).

As fotografias se tornaram documentos essenciais para o estudo, na medida em que são testemunhos do momento em que a imagem foi capturada. Segundo Kossoy (1980) “a imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como uma fonte primária visando a recuperação das informações”. Tal elemento é visto como “suporte da memória” capaz de “congelar” representações de um determinado momento e espaço, e também sobreviver ao longo do tempo principalmente os de natureza material, como é o caso das obras arquitetônicas ora pesquisadas. (KOSSOY, 1980).

Na sequência, o Quadro 7, configura uma síntese das etapas do processo de inventário das capelas de madeira de Maringá, realizado neste trabalho, relacionando os procedimentos empregados e materiais utilizados para o preenchimento das fichas propostas aqui.

ETAPAS		PROCEDIMENTOS	FERRAMENTAS
MÓDULO CONHECIMENTO	FICHA M1/01- Contextualização Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Definição Recorte Territorial: o Estado do Paraná - Definição Recorte Temático: Arquitetura em madeira; - Definição Universo/Objeto de Análise: Arquitetura Religiosa de madeira em Maringá; - Levantamento da situação geográfica de Maringá e localização do universo/objeto de análise; - Pesquisa do contexto histórico do objeto de análise: "Estado da Arte" da arquitetura em madeira no estado do Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> - Banco de dados IBGE - internet - Mapas: do Brasil com a localização do Paraná, mapa do Paraná com a localização do município de Maringá; mapa dos limites municipais da cidade em questão; mapa da cidade de Maringá. - Publicações (teses, dissertações, artigos, reportagens e livros) sobre arquitetura em madeira no Paraná; sobre arquitetura religiosa em madeira no estado e sobre a ocupação territorial da cidade de Maringá.
	FICHA M2/01-Planilha Síntese	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento dos bens inventariados; - Levantamento de dados cadastrais das edificações; - Levantamento jurídico dos tombamentos das edificações estudadas; - Visita aos bens para observação e constatação do estado geral de conservação e preservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapa do município; - Banco de dados imobiliários da Prefeitura do Município de Maringá; - Leis e decretos referentes ao tombamento das edificações; - Prancheta e lapiseira.
MÓDULO CADASTRO	FICHA M2/02-Cadastro Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica de cada bem inventariado (individual); - Levantamento de dados cadastrais de cada edificação inventariada; - Levantamento da legislação incidente sobre cada edificação inventariada; - Levantamento histórico de cada bem; - Realização de entrevistas com pioneiros, ou pessoas que tiveram contato com cada edificação no período de construção; - Visita técnica a cada bem, reconhecimento da edificação com registro fotográfico preliminar (fotografias gerais). 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapa do município em DWG, georreferenciado na Coordenada Transversa de Mercator SAD 69.; - Software Auto Cad, Acrobat Adobe e Gimp para manipulação do mapa; - Banco de dados imobiliários da Prefeitura do Município de Maringá; - Leis e decretos referentes ao tombamento de cada edificação registrada existente na Internet e acervo da Gerência de Patrimônio; - Publicações (artigos, reportagens, livros) sobre cada bem inventariado; - Acervo dos museus da cidade com informações sobre cada edificação inventariada – entrevistas transcritas, recortes de reportagens, documentação de processos de tombamentos e intervenções, fotografias; - Gravador Digital. - Câmera fotográfica semi-profissional.
	FICHA M2/03- Bem imóvel- Caracterização Arq. Religiosa em Madeira	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de croquis das plantas e elevações de cada edificação para levantamento; - Levantamento e anotações das medidas gerais e cumulativas de cada edificação (tanto parte interna quanto externa); - Cobertura fotográfica detalhada de cada bem inventariado; - Desenhos ortogonais (plantas, elevações e cortes) em versão digital; - Complementação e correção de dados no campo; - Desenhos tridimensionais em versão digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prancheta, lapiseira, trena manual, trena eletrônica, régua. - Escada, lanternas, máscara de proteção facial; - Camera Fotográfica Semi-Profissional; - Softwares utilizados: Auto Cad, Adobe Acrobat, Gimp, Scketchup e Word.
MÓDULO GESTÃO	FICHA M3/01-Diagnóstico de Conservação Arq. Religiosa em Madeira	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação do estado de conservação e preservação dos elementos construtivos de cada bem registrado individualmente; - Pesquisa aos processos de restauração ou reforma de cada edificação; - Entrevista com responsáveis pela reforma e/ou restauração de cada bem inventariado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prancheta, lapiseira, - Acervo Gerência de Patrimônio Histórico e Artístico de Maringá; - Gravador Digital.
	FICHA M3/02 – Relatório Fotográfico	<ul style="list-style-type: none"> - Complementação do Registro fotográfico realizado nas outras etapas, evidenciando as patologias existentes em cada edificação. - Marcação das imagens na planta de cada edificação 	<ul style="list-style-type: none"> - Câmera fotográfica digital semi profissional. - Planta de cada edificação em meio digital (Auto Cad) - Softwares: Auto Cad, Acrobat Adobe, Gimp.

Quadro 7 – Quadro síntese dos materiais e métodos desenvolvidos para o registro de bens representativos da arquitetura religiosa em madeira.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação estrutura-se em sete seções, compreendendo a Introdução, os Capítulos I, II, III e IV, Considerações Finais e Apêndice.

INTRODUÇÃO

Na seção introdutória do trabalho, realiza-se a apresentação da pesquisa desenvolvida, evidencia-se o objeto de análise, os objetivos, a justificativa e os materiais e métodos utilizados no trabalho, pautados na metodologia do SICG. Apresenta-se portanto a metodologia do SICG e, propõe-se a otimização deste processo de registro, para inventários de edificações da arquitetura religiosa em madeira, traça-se desta forma, diretrizes para novos inventários de edificações com tais características. Apresenta-se a descrição das fichas utilizadas pelo SICG, e os itens contemplados em cada formulário do SICG, comparando-os aos propostos neste trabalho. Destaca-se, os principais autores referenciados no “Estado da Arte”, bem como, as pessoas entrevistadas nesta pesquisa. E ainda, elabora-se um quadro síntese com, as etapas realizadas no processo de inventários das capelas de Maringá, relacionando as fichas referentes a cada etapa, os procedimentos e os materiais empregados para o preenchimentos das mesmas.

CAPÍTULO I – A TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DAS AÇÕES PRESERVACIONISTAS E DO IPHAN

No primeiro capítulo deste trabalho, discorre-se sobre os conceitos e evolução do termo Patrimônio Cultural, cita-se os principais teóricos da restauração e suas premissas, que contribuíram significativamente para a trajetória do conceito. Faz-se uma breve explanação sobre, as Cartas Patrimoniais, responsáveis pela implementação de uma política patrimonial a nível internacional, e menciona as de menor destaque, mas que também regeram as questões pertinentes ao patrimônio. O capítulo, ainda contempla a cronologia referente a criação do IPHAN, bem como as ações preservacionistas preconizadas pelo órgão, destacando-se o SICG. E encerra-se com a abordagem das questões do patrimônio no estado do Paraná e na cidade de Maringá.

CAPÍTULO II – ARQUITETURA EM MADEIRA NO PARANÁ

O segundo capítulo, corresponde ao Módulo Conhecimento do SICG, momento em que se define no processo proposto pelo IPHAN, o recorte territorial e temático da pesquisa. Discorre-se sobre a caracterização da arquitetura em madeira no estado do Paraná, configurada no momento de ocupação territorial do estado. Constitui no “Estado da Arte”, deste estudo, apresentando pesquisas recentes sobre o tema. Aborda-se o fenômeno cotidiano, correspondente a perda de um patrimônio cultural material, configurado nas edificações em madeira, que estão desaparecendo e, de um patrimônio imaterial, presente no domínio da técnica construtiva, dos antigos mestres carpinteiros, que também está se perdendo, ratificando assim, a necessidade de registro destes bens. Dados e informações contidos neste capítulo alimentam a ficha M1/01 – Contextualização Geral.

CAPÍTULO III – AS CAPELAS DE MADEIRA REMANESCENTES NA CIDADE DE MARINGÁ

O terceiro capítulo, corresponde ao Módulo Cadastro do SICG. Nesta parte do texto realiza-se o registro histórico e gráfico dos bens individualmente, no caso desta pesquisa compreende o cadastro da Capela São Bonifácio, Capela Santa Cruz e Capela Nossa Senhora Aparecida, localizadas em Maringá-Pr. Para isso, realizam-se levantamentos: histórico, físico e fotográfico de cada edificação inventariada. Com informações coletadas preenche-se: uma Ficha M2/01 – Planilha Simples; uma ficha M2/02 – Cadastro Geral, para cada capela registrada aqui; uma ficha M2/03 – Bem imóvel – Caracterização arquitetura religiosa em madeira, para cada uma das edificações estudadas, resultando num total de 7 (sete) fichas para este módulo e conseqüentemente neste capítulo.

CAPÍTULO IV - CAPELAS DE MADEIRA DE MARINGÁ: AÇÕES PRESERVACIONISTAS PASSADAS E FUTURAS.

O último capítulo corresponde ao Módulo Gestão do SICG. Averigua-se a situação atual de cada bem, seu estado de preservação e conservação, e também registra-se as intervenções referentes a restaurações e reformas nos bens em questão. Com dados deste capítulo preenche-se as fichas: M3/01 - Diagnóstico de Conservação – Arquitetura religiosa em madeira, um formulário para cada capela; e a ficha M3/02 – Relatório Fotográfico, também uma para cada edificação, totalizando 6 (seis) fichas para este módulo e capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fechamento do texto, reafirma-se o fenômeno de desaparecimento das edificações em madeira e a importância do registro deste bens patrimoniais; aponta-se a forma como as ações preservacionistas foram aplicadas ou não nas capelas inventariadas, direciona-se consequentemente para a constatação de como o assunto Patrimônio Cultural é tratado em Maringá. Realiza-se uma avaliação sobre o a metodologia do SICG, e dos órgãos municipal, estadual e nacional, responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural. E para finalizar o texto aponta-se a importância desta pesquisa e direciona para a possibilidade de outros estudos, dando continuidade a esta dissertação.

APÊNDICE

No apêndice encontram-se as 14 fichas catalográficas preenchidas nesta pesquisa. As fichas estão na sequência proposta neste estudo, bem como as inclusões e alterações desenvolvidas aqui.

CAPÍTULO 1. TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DAS AÇÕES PRESERVACIONISTAS E DO IPHAN

Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los¹⁹.

John Ruskin.

1.1 Da origem do conceito de Patrimônio Cultural as Teorias de Restauração

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, nas casas, nas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros, na poesia, nas brincadeiras, nos cultos religiosos. Ele faz parte do cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores de um povo. (IPHAN. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/218>. Consultado em 10 de maio de 2015)

O significado atual atribuído a expressão patrimônio cultural teve ao longo dos séculos diversas alterações, entendimentos, interpretações e até mesmo outras terminologias já foram utilizadas para designar tal expressão como: Patrimônio; Patrimônio Histórico; Monumento Histórico; Monumento; Patrimônio Artístico; Patrimônio Genético; Patrimônio Natural; Patrimônio Histórico e Cultural. São expressões que fizeram parte da trajetória do conceito de Patrimônio Cultural, e que podem inclusive, sofrer outras alterações não só em sua estrutura morfológica, mas também relacionado a sua semântica, diante da crescente diversidade cultural que a sociedade atual vem acumulando.

Enfim, o conceito de Patrimônio sofreu diversas alterações ao longo dos anos, tornando uma tarefa relativamente difícil denominá-lo de forma precisa no tempo e lugar de surgimento desta expressão, porém, questionamentos são levantados por alguns pesquisadores. Entre estes destaca-se Choay (2006), a qual aponta que, a requalificação da palavra patrimônio por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc) fizeram dela um conceito “nômade”. Segundo a autora, a origem de tal palavra estava relacionada às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Eram bens materiais transmitidos dos pais e mães aos filhos como herança. Choay (2006) destaca a grande transferência semântica configurada pela palavra, conceituando a expressão patrimônio histórico como:

“(...) um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e

¹⁹ RUSKIN (2008, p.12)

obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”. (CHOAY, 2006. p.11)

Ainda sobre as origens da palavra patrimônio, Tsiomis (1996) apud Kersten (1998), acrescenta que os fundamentos da noção de patrimônio são datados do século XVI, advém da palavra grega – *mnémosynon*, que refere-se à memória de um objeto por excelência, e que após o século XVII o termo foi difundido paralelamente à palavra latina *monumentum*, que remetia a *obra do passado* ou *edificação comemorativa*. (Kersten,1998. p. 18).

(...) A noção de patrimônio, incorporando a idéia de herança aliada à de patrimônio arquitetural, começou a ser formada na Europa a partir do século XVIII. O primeiro país europeu a estabelecer uma legislação específica, com base nessa concepção, foi a França após 1834 (Tsiomis apud Kersten, 1998. p. 18).

Na Europa aconteceram as principais discussões sobre o patrimônio, os métodos de preservação e as teorias de restauração, utilizados pelos europeus sobre os bens considerados patrimoniais no século XIX, tiveram substancial importância e influência na trajetória de construção do patrimônio cultural. Os principais teóricos da restauração possuíam cada qual suas peculiaridades, na maioria das vezes controversas uma das outras, como pode ser verificado no quadro abaixo

<i>Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc</i> (1814-1879) - França	Defendia a restauração completa do edifício. “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.17)
<i>John Ruskin</i> (1819-1900) - Inglaterra	Considerado o principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra, Ruskin afirma que “a restauração significa a destruição do antigo edifício construído, porém caso seja necessária a restauração que se aceite-a como uma necessidade de destruição” (PINHEIRO in RUSKIN, 2008. p. 10).
<i>Camilo Boito</i> (1836-1914). Itália	O arquiteto privilegia conservação à restauração, na qual defende que a preservação é obrigação de todos, da sociedade e do governo, insiste na necessidade de conservações periódicas para se tentar evitar a restauração. Entre suas posturas evidencia-se a premissa da mínima intervenção, mas destaca que quando ocorrer, que os complementos e acréscimos se distinguem do original, e sejam obras de seu próprio tempo. (KUHL in BOITO 2003, p. 27).
<i>Cesare Brandi</i> (1906-1988). Itália	Formula em 1963 a “Teoria do Restauo”. Responsável pela linha de pensamento sobre restauração mais utilizada atualmente, a do <i>restauo crítico</i> : restaurar uma obra consiste em uma análise crítica da “obra de arte”, devendo ser levado em consideração seus aspectos históricos e estéticos, com vistas a sua transmissão para o futuro. (CARBONARA in BRANDI, p. 10).
<i>Alois Riegl</i> (1858-1905)	Esboça em 1902 nova Legislação para a conservação dos monumentos, da qual ocorre mudança de nomenclatura de monumentos históricos e artísticos, para monumentos históricos. Destaca que o que o que foi testemunho de um passado pode adquirir um valor histórico. Procura “analisar a questão dos monumentos históricos a partir das diferentes percepções que o contato com os monumentos suscita nos indivíduos”, em vez de analisar enquanto representações da nacionalidade”. A forma de Riegel designar como patrimônio a identificação da sociedade com o objeto, compreende o primeiro passo para identificação de patrimônio mais recente, que corresponde em patrimônio “material” e “imaterial”. (FONSECA, 1997. p. 65)

Quadro 8 – Teorias Europeias sobre Restauração

As teorias relacionadas acima possuem premissas contraditórias referente a aplicação dos métodos de restauração/preservação, mas os objetivos finais são semelhantes, o de salvaguardar os bens elencados como patrimônio. A partir das discussões geradas sobre tais teorias, surgiu uma consciência de tratar a questão do patrimônio de forma mais abrangente, a nível territorial, a qual foram realizados congressos e encontros para os países alinharem a condução da preservação de bens patrimoniais. As teorias de restauração, já constituem de certa forma uma política internacional de ações preservacionistas, pois as posturas dos teóricos eram largamente utilizadas, porém aplicadas muito pontualmente em obras arquitetônicas e objetos de artes, que era basicamente o objetivo das premissas defendidas pelos teóricos e restauradores. Além de que, a Europa era o ambiente em que tais teorias vingavam. Passou-se então a buscar-se medidas internacionais mais abrangentes para a proteção dos monumentos históricos.

A primeira iniciativa nesse âmbito desencadeou a **Carta de Atenas (1931)**, mas que na prática ainda ficou restrita a Europa, posteriormente com a criação da Unesco, no período pós-guerra, a política internacional preservacionista, começou a alcançar novos territórios, e conseqüentemente, novas cartas e tratados foram elaborados, traçando diretrizes no campo da preservação.

1.2 As Cartas Patrimoniais e a Política Internacional do Patrimônio regida pela Unesco

A Carta de Atenas²⁰, foi elaborada na Conferência promovida pelo Escritório Internacional dos Museus das Nações. O documento traçou diretrizes para a preservação e salvaguarda dos monumentos, destacam-se as seguintes recomendações:

- Tendência em abandonar as reconstituições integrais, adotando a “manutenção regular e permanente” dos monumentos; nos casos em que é indispensável a restauração, “que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”;
- “que se mantenha uma utilização dos monumentos”;
- Efetiva Colaboração entre arquitetos e restaurados com representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para a obtenção de técnicas aplicáveis em cada caso específico;
- Considera lamentável a retirada de uma obra de lugar;

²⁰ A Carta de Atenas pode ser consultada na íntegra no site do IPHAN – Cartas Patrimoniais. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>

- Espera-se que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, para promoverem a conservação dos monumentos de arte e história;
- Defende que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte é a manifestação de respeito e interesse dos próprios povos, considerando que os educadores estimulem as crianças e adolescentes à proteção dos monumentos.
- E ainda considera que cada Estado publique um inventário de seu patrimônio, anexados fotografias e informações e que seja depositado no Escritório Nacional de Museus.

Esta foi uma primeira iniciativa internacional, que teve grande valor para a preservação do patrimônio, mas que foi sendo superada ao longo dos anos, de acordo com abrangência da diversidade cultural de cada tempo.

A Segunda Guerra Mundial, devastou muitas cidades históricas no continente Europeu, após o fim deste marco histórico e a criação das Organizações das Nações Unidas – ONU (1945), o interesse em promover a recuperação das cidades destruídas, respaldados em direitos e deveres de caráter mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, em novembro de 1946, durante a Conferência de Londres. A Unesco consiste em uma organização intergovernamental vinculada à ONU, destinada a promover as políticas de cooperação no campo da educação, ciência e cultura. Torna-se portanto, o órgão responsável mundialmente pela proteção do patrimônio cultural. (SILVA, 2003. p.34)

Para colocar em prática seu legado, a Unesco promove a partir de então, encontros com a comunidade internacional, com o intuito de promover a criação e divulgação dos instrumentos normativos destinados à salvaguarda do patrimônio cultural.

De acordo com Silva (2003), entre os instrumentos de cooperação elaborados a nível internacional encontram-se as recomendações, resoluções e convenções. As primeiras possuem caráter pontual e sugerem medidas sem um valor vinculativo. As segundas destinam-se a levar os estados-membros à adoção de medidas concretas. E as últimas são tratados multilaterais aprovados pelos estados; constituem-se em normas que impõe aos países participantes obrigações recíprocas, que devem ser consolidadas pelos governos signatários que por conseguinte assumem o dever de executarem suas disposições (SILVA, 2003. p. 57).

Após a criação da Unesco, outras conferências e sessões menores, foram articuladas, gerando por exemplo as recomendações de Nova Delhi (1956) e a Recomendação de Paris (1962), no entanto, o primeiro marco significativo, para preservação do patrimônio, sob vigência da Unesco, consiste na Carta de Veneza (1964).

A Carta de Veneza é datada de maio de 1964, tendo sido elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na qual é manifestada a intenção de reexaminar a carta de Atenas, para aprofundá-la e dotá-la de um alcance maior neste novo documento.

De acordo com Cerávolo (2010), até a década de 1930 as discussões dos CIAMs – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, estavam centradas na Europa, mas que a elaboração da Carta de Veneza, profissionais do Brasil e outros países da América Latina participaram do evento e contribuíram de maneira ativa para a redação final da Carta. A delegação brasileira apresenta as ações do SPHAN, que são bem vistas e colocam o Brasil em evidência nos assuntos relacionados ao Patrimônio Cultural.

Dentre as principais premissas do documento destacam-se:

- A noção de patrimônio histórico deve abranger não só as grandes criações, mas também obras modestas que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural;
- “A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguarda tanto a obra de arte quanto ao testemunho histórico”;
- Atribuir uma função útil à sociedade se torna essencial para a conservação do monumento, porém não se deve alterar a disposição e decoração dos edifícios; deslocamentos de edifícios estão proibidos, salvo casos de interesse nacional ou internacional.
- A restauração “tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos”; caso as técnicas tradicionais não forem suficientes para a consolidação do monumento, pode-se empregar técnicas modernas de conservação e construção; “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração”.

Pode-se constatar um avanço entre a Carta de Atenas e a Carta de Veneza, ao tratar das obras modestas, de testemunhos históricos, e também nas questões da função social da edificação. No entanto, as recomendações ainda se voltam apenas para ações referentes ao patrimônio material.

Outras cartas foram e ainda continuam sendo elaboradas a partir de discussões internacionais sobre a preservação do patrimônio, mostrando uma evolução no conceito, conforme a realidade da evolução da diversidade cultural humana. Entre os documentos formulados que contribuíram significativamente para a ampliação do entendimento sobre patrimônio pode-se destacar as seguintes cartas relacionadas no Quadro 9:

Normas de Quito (1967)	Constata-se o esquecimento em que se encontra os monumentos americanos em especial os ibero-americanos , defende-se a fomentação do turismo como forma de salvaguardar lugares históricos , reitera-se que os “países da América adotem a Carta de Veneza como norma mundial em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos e artísticos, sem prejuízo de adotarem outros compromisso e acordos que se tomem recomendáveis dentro do sistema interamericano”. (Grifo nosso).
Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)	Entre as deliberações destaca-se: “São considerados patrimônio cultural: (...) os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico ” (Grifo nosso)
Declaração de Tlaxcala – México (1982)	“Que a utilização de materiais regionais e a conservação de técnicas de construção tradicionais de cada região sejam indispensáveis para a conservação adequada das pequenas aglomerações (...).O esforço para identificar, encorajar, manter em vigor e reforçar no espírito das comunidades o prestígio e o valor do uso de tais materiais e técnicas , justamente onde eles existem, é urgente. Recomenda-se encorajar a competência artesanal da construção. ” (Grifo nosso)
Recomendação de Paris (1989) Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.	Destaca que “a cultura tradicional e popular forma parte do patrimônio universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade”. E ainda reitera que: “a cultura tradicional e popular, enquanto expressão cultural , deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.), cuja identidade exprime. (Grifo nosso).
Conferência de Nara (1994),	Maior destaque desta conferência consiste no reconhecimento diversidade cultural existente . De acordo com Lemos (2010), o aspecto mais importante do documento gerado neste evento é o relativo à autenticidade da substância, do material empregado na construção. Pelo fato de que está “intimamente ligada à técnica edificatória e esta, por sua vez, particularmente relacionada com o saber fazer da sociedade e com os recursos do meio-ambiente vistos no tempo e no espaço nas pesquisas e inquéritos à volta de bens culturais”. (Grifo nosso).
Declaração de Sofia (1996)	Constata-se que o conceito de patrimônio cultural se encontra em constante processo de evolução. Defende a atuação prática da conservação dos testemunhos tangíveis e intangíveis , levando em conta a diversidade e a especificidades das culturas . Outro ponto relevante desta declaração consiste na recomendação de que o patrimônio cultural ao enfrentar o desafio econômico deverá: “antes de as atividades turísticas serem supervalorizadas, arriscando-se transforma-las em ameaça à integridade da substância do patrimônio cultural, levar-se-a em conta, e cada vez mais, a relação entre o patrimônio e a comunidade que o herdou ”. (Grifo nosso).
Recomendação de Paris (2003) Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.	“Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração , é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana . (Grifo nosso).

Quadro 9 – Relação das Cartas Patrimoniais que contribuem para a ampliação da diversidade do patrimônio cultural.

Muitas outras cartas²¹ e recomendações foram geradas ao longo dos anos, e se tornaram essenciais para a construção do conceito de patrimônio que se tem atualmente, pois a manutenção das discussões referentes a preservação do patrimônio contribui para a evolução do conceito, na medida da ampliação da diversidade cultural.

1.3 A Política Nacional do Patrimônio Cultural e as ações do IPHAN

Mudam-se os tempo, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tornando sempre novas qualidades.

Mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional – até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos.

(Aloísio Magalhães. **E Triunfo?**)²²

1.3.1 As primeiras ações preservacionistas e a criação do SPHAN

O processo colonizador que ocorreu no Brasil, trouxe diversas ambiguidades implícitas na compreensão da diversidade do país. Kersten (1998) aponta que imprimiu-se na “história do Brasil a ideia de seu povo ser formado por uma mescla de raças inferiores, como o índio ou o negro”, influenciando no entendimento das expressões culturais, nas ações políticas e nas discussões sobre patrimônio.(KERSTEN, 1998, p.51).

O cenário brasileiro era contrastante com o Europeu, que contava com bens patrimoniais deixados pelas civilizações etrusca ou greco-romana, enquanto o Brasil “seria muito novo para contar com objetos, documentos e edificações significativos, pois os produzidos após o descobrimento eram em pequeno número, a maioria destoando dos padrões estéticos europeus”. (KERSTEN, 1998, p.52).

Os bens reconhecidos como patrimoniais, eram relacionados com a colonização portuguesa, enquanto os pertinentes aos grupos indígenas ou outros grupos étnicos que faziam parte da população escravizada eram desconsiderados. (KERSTEN, 1998, p.52)

Alguns intelectuais, entre eles a maioria modernistas, já demonstravam nas duas primeiras décadas do século XX interesse com o destino e proteção da arte colonial brasileira “como manifestação de uma autêntica tradição nacional”. Foram publicados diversos artigos sobre

²¹ A relação completa das Cartas Patrimoniais pode ser consultada no site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

²² MAGALHÃES, A. **E Triunfo?** A Questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-memória, 1985.

a perda dos monumentos e o descaso do poder público para com as cidades históricas do Brasil.(FONSECA, 1997, p. 102).

Em 1936, Gustavo Capanema, ministro da Saúde e Educação do governo de Vargas, com o intuito de promover a proteção dos monumentos e obras de artes nacionais, solicitou a Mário de Andrade um anteprojeto para instituir um órgão de preservação. No ano seguinte o texto foi formulado de forma definitiva no Decreto-lei n 25, por Rodrigo de Melo Freitas de Andrade, que vem a ser o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, entidade responsável pela preservação do Patrimônio Cultural que começou a funcionar experimentalmente em 1936, e com a Lei n 378 de 13 de janeiro de 1937, o órgão passa a integrar a estrutura do Ministério da Saúde e Educação e Cultura - MES. (CERÁVOLO, 2010; FONSECA, 1997; GONÇALVES,1996).

Entre o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e o texto que compunha o decreto lei para a criação do Sphan houve um certo distanciamento de posturas e intenções. No anteprojeto o intelectual desenvolveu uma concepção de patrimônio inovadora para o período, antecipando até mesmo os preceitos da Carta de Veneza de 1964. “Ao reunir num mesmo conceito – arte- manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção”. (FONSECA, 1997, p. 108).

A definição de arte de Mário de Andrade se aproxima da concepção antropológica de cultura. De acordo com Fonseca (1997), a visão do intelectual se aproxima da concepção de Riegl sobre o valor histórico dos bens, enquanto testemunho da existência dos antepassados, e que por este motivo se atrairiam os olhares para os monumentos, indicando assim uma definição avançada e abrangente de Mário em relação às concepções de arte e de história da época, inclusive a existente nos serviços de proteção existentes na Europa. Traço marcante do anteprojeto de Mário de Andrade foi a valorização do popular. (FONSECA, 1997).

No entanto o Decreto-Lei n 25, de 1937 elaborado por Rodrigo de Melo F. Andrade, se voltava principalmente para garantir ao órgão criado os meios legais para sua atuação em especial as questões referentes ao direito de propriedade. O tombamento surgia, “como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público” relativo à preservação de valores culturais. Diante do caráter intervencionista do tombamento a proteção precisava se fundamentar em critérios que fossem “juridicamente defensáveis e socialmente aceitáveis”. (FONSECA, 1997, p. 117).

De acordo com Zanirato (2009) a experiência brasileira referente as políticas de conservação do patrimônio cultural iniciada na década de 1930, teve como expressão marcante o “juízo de

que determinados bens eram paradigmas de uma dada cultura e identidade nacional, símbolos do poder, conservados como se fossem expressões do interesse e da memória coletiva.” A autora questiona que eram elencados como patrimônio “objetos que consagravam os feitos do Estado, das instituições dirigentes e das classes sociais mais favorecidas”, enquanto as produções da maioria da população socialmente diferenciada era anulada.

Essa relação pode ser observada no decreto-lei nº 25 de novembro de 1937, que em seu primeiro artigo define:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Pesquisadores como Fonseca (1997), Gonçalves (1998), Kersten (2000) e Lemos(2010), apontam também, para a perda irreparável de bens de estilo eclético, que apesar de ser o estilo característico, além de testemunho histórico da Primeira República, era considerado pelos arquitetos modernistas como a “ovelha-negra” da arquitetura brasileira, e consequentemente teve apenas três obras tombadas, pelo seu valor histórico. O critério de seleção, autenticação e restauração dos bens patrimoniais instaurado pelo Sphan, foi alvo de diversas críticas, principalmente por ter relegado os interesses da população em detrimento da vontade dos condutores do órgão.

A vigência do Sphan, genericamente é marcada por dois momentos antagônicos: o primeiro, dirigido por Rodrigo de Melo até meados de 1979, que compreende praticamente o período em que tudo foi elaborado referente a proteção do patrimônio no Brasil, ou seja, foi um momento de desbravar o campo da preservação a nível nacional, denominada de “fase heroica”; e o segundo momento dirigido por Aloísio Magalhães, após 1979²³, conhecida como “fase renovadora”, que passou a suprir principalmente as carências conceituais da primeira fase.

A narrativa do novo diretor do Sphan assemelhasse a de um antropólogo social ou cultural. Substitui o termo “Patrimônio Histórico e Artístico” de Rodrigo de Melo pela noção de “Bens Culturais”. Para ele a cultura deve ser pensada como um processo de transformação histórica e não uma clássica exemplaridade do passado, enfatiza o presente no lugar do passado e valoriza diferentes formas de cultura popular, arte e arquitetura popular, artesanato, religiões

²³ No mesmo ano, foi criada a fundação Pró-Memória, também comanda por ele, que passou a gerir coisas do Patrimônio Cultural paralelamente à ação do Sphan.

populares, culturas étnicas, esportes, festas populares, entre outros. Seu principal lema era preservar a “heterogeneidade cultural” para garantir o “desenvolvimento”. (LEMOS, 2010).

Enquanto o contexto de Rodrigo de Melo era de um Brasil visualizado por meio de seus monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos, o de Aloisio se contrapunha, defendendo que os protagonistas são “povo”, “segmentos sociais”, “comunidade”. Para o segundo a nação é visualizada como uma pluralidade de grupos sociais, segmentos, comunidades e suas respectivas culturas, num quadro heterogêneo. (LEMOS, 2010).

Após Lemos (2010) apresentar a diferença de pensamento e postura existente entre os dois principais diretores do Sphan, conclui-se que tanto as premissas de Rodrigo quanto a de Aloisio são válidas, porque elas refletiram o momento social em que estavam inseridos. O discurso dos dois intelectuais, nada mais era do que, um reflexo dos valores da sociedade que pertenciam.

Outros pesquisadores também enfatizam a importância dos dois nomes para o Patrimônio nacional, bem como a figura de Mário de Andrade:

Neste processo surgiram três personagens paradigmáticas: Mário de Andrade, considerado por estudiosos do tema o mítico pai fundador das políticas de preservação no país, o profeta do patrimônio nacional, redator do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN; Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que orientou a edição do Decreto Lei n 25, conhecido como Lei do Tombamento, considerado sacerdote do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; e Aloísio Magalhães, o renovador das políticas culturais e do serviço patrimônio entre 1979 e 1982. Apesar das divergências, todos eles, sob uma estrutura narrativa ordenaram eventos históricos como uma realidade objetiva, inventado um todo coerente construíram o Patrimônio nacional. (KERSTEN, p. 5)

A forma de conceituar o Patrimônio foi se transformando gradualmente ao longo do século XX, sobretudo, como destaca Zanirato (2009), pelo “reconhecimento de que a sociedade é composta por grupos sociais com interesses diferenciados, pertencimentos múltiplos, interesses conflitantes e contraditórios”, se tornando cada vez mais inconsistente falar em identidade como um dado puro, “mas sim em identidades fluídas e em constante transformação”. Zanirato (2009) analisa que:

Dessa constatação depreendeu-se uma série de transformações no conceito de patrimônio, que permitem hoje identificá-lo como o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, culturais e naturais, de propriedade de particulares, de instituições e organismos públicos ou semi-públicos, que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte, da ciência e da cultura que os tornem dignos de conservação. (ZANIRATO, 2009, p. 2)

Evolução que pode ser constatada no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, onde além do termo Patrimônio Histórico e Artístico ser alterado para Patrimônio Cultural Material e acrescenta-se os bens de natureza Imaterial, conforme o texto que define:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural material é formado pelo conjunto dos bens móveis²⁴ e imóveis²⁵, enquanto o patrimônio imaterial é constituído pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas²⁶, que os indivíduos reconhecem como parte integrante seu patrimônio cultural. O patrimônio imaterial²⁷ se manifesta em : saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão; e lugares.

Mas para se chegar a essa conceituação atual, a expressão designada ao Patrimônio Cultural teve substancial influência das teorias dos restauradores europeus, da política internacional de preservação, do eventos realizados para discussão e tratados sobre a temática, e a própria história cultural do país.

1.3.2 O IPHAN e as atuais ações preservacionistas

Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização

Mário de Andrade

O Sphan/Pró-memória foi extinto em abril de 1990 para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, regulamentado pelo decreto 99.240, de 7 de maio de 1990. De estrutura autárquica, um tempo depois foi batizado de IPHAN.

Atualmente o IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao órgão assegurar a permanência e usufruto dos bens culturais do País para as gerações presentes e futuras, contando com as seguintes atribuições:

²⁴ Bens móveis: coleções arqueológicas, acervos de museus, documentos, vídeos, fotografias e filmes. Os bens móveis são as obras de arte figurativa (pinturas, esculturas, gravuras etc.) e da literatura (livros, coleções, catálogos, etc.), itens do mobiliário (mesas, cadeiras, armários, etc.), utensílios (instrumentos diversos e de funções variadas como os de uso doméstico, religioso, etc.), aos documentos (certidões, mapas, fotografias, etc.). Os bens integrados são os elementos incorporados à arquitetura (altares, ornamentos, etc.) (IPHAN)

²⁵ Bens imóveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais. (IPHAN)

²⁶ “Juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados.” (IPHAN)

²⁷ “Esse patrimônio é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana”. (IPHAN)

Elaborar e implantar a política nacional de patrimônio cultural, buscando a ação articulada entre os entes públicos e a participação da sociedade civil.
 Identificar e documentar o patrimônio cultural brasileiro;
 Reconhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural através do cadastro, tombamento, registro ou chancela;
 Instruir os processos de tombamento, registro e chancela;
 Conservar, fiscalizar e proteger os bens tombados;
 Estabelecer normas de proteção, conservação e intervenção em bens culturais;
 Promover a salvaguarda do patrimônio imaterial através de ações que estimulem a continuidade dessas manifestações culturais;
 Promover a formação de técnicos e de mão de obra especializada para a preservação do patrimônio cultural;
 Promover e divulgar o patrimônio cultural;
 Estimular a fruição, a vivência e o uso do patrimônio cultural pela sociedade;
 Facilitar e estimular o acesso aos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos relativos ao patrimônio cultural;
 Analisar, aprovar e acompanhar qualquer projeto de intervenção em bens tombados;
 Acompanhar e participar da formulação e implantação de planos de salvaguarda de bens registrados;
 Emitir parecer técnico sobre todos os projetos relativos ao patrimônio cultural apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei de Incentivo à Cultura e Fundo Nacional de Cultura);
 Adotar medidas legais em caso de furto ou dano de bens tombados;
 Autorizar a saída de bens culturais no país, bem como sua comercialização;
 Fornecer suporte técnico à preparação dos processos de candidatura de bens culturais brasileiros a Patrimônio Mundial e às Listas da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
 Emitir laudos técnicos relativos ao patrimônio cultural solicitados por instâncias de governo ou pelo judiciário;
 Analisar projetos de pesquisa, de intervenção ou de salvamento relativos a sítios e bens arqueológicos;
 Elaborar relatórios de impacto:

- de empreendimentos capazes de afetar o patrimônio cultural;
- de empreendimentos em áreas de proteção e entorno de bens tombados.(IPHAN)

Para atender esta vasta lista de atribuições, o IPHAN passou a descentralizar suas ações, oferecendo incentivos aos órgãos estaduais, municipais ou organizações sociais, através de convênios e editais de chamamento de projetos.

A Política Nacional de Patrimônio Cultural estruturada pelo IPHAN, se organiza nas seguintes linhas de ação:

1. Identificação, documentação e pesquisa.
2. Proteção e reconhecimento.
3. Preservação.
4. Difusão de conhecimento e promoção.
5. Educação patrimonial.
6. Formação e capacitação.
7. Fomento a atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural.

Entre as ações preservacionistas implementadas pelo IPHAN as que são abordadas nesta pesquisa compreendem a identificação, documentação e pesquisa; a proteção e reconhecimento; e a preservação.

1.3.2.1 Identificação, documentação e pesquisa

A importância do registro dos bens culturais realizado nesta pesquisa é destacado por AZEVEDO (1987) como um instrumento que permite “identificar e registrar as manifestações culturais para a história”. Para o autor o inventário configura-se como o primeiro procedimento para o necessário reconhecimento dos bens, materiais e imateriais, que formam o patrimônio cultural de uma comunidade. A partir da identificação dos bens que constituem esse acervo, pode-se, então, viabilizar os procedimentos e os mecanismos específicos para sua preservação.

A documentação de um bem cultural era entendida apenas como o passo inicial para os processos de tombamento. Porém foi constatado que este procedimento consiste uma ação efetiva de preservação e de gestão.

Lemos afirma que:

“(...)preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. “Assim, será mais fácil a manutenção de nossa identidade cultural se soubermos controlar os processos de evolução que fatalmente se desenvolvem mercê de alterações inevitáveis no campo do saber, especialmente do saber-fazer. Nesse controle está implícito o registro dos vários estágios por que passamos. Aqui, registrar é sinônimo de preservar, de guardar para amanhã informações ligadas a relações entre elementos culturais que não têm garantias de permanência” (LEMOS, 2010, p. 29)

Muitos bens culturais se perderam sem qualquer registro, neste sentido o IPHAN defende que é prioridade documentar e produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural, e que tais procedimentos não devem se restringir apenas aos órgãos de preservação, mas que requer a participação de universidades, centros de pesquisas e outras organizações afins para que se consiga documentar o maior número de bens culturais em menor tempo, antes que se percam de vez.

Os instrumentos de execução para a documentação do patrimônio cultural utilizados pelo IPHAN atualmente consistem: no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), voltado para a documentação do patrimônio material; no Inventário Nacional de Referências

Culturais (INRC), instrumento de documentação e produção de conhecimento utilizado para o patrimônio cultural de natureza imaterial; no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), voltado ao mapeamento e à documentação das línguas faladas no Brasil por povos indígenas, comunidades afrodescendentes e descendentes de imigrantes; e na Sala do Artista (SAP), sendo a principal ação de identificação e documentação, de caráter etnográfico, do artesanato tradicional e da arte popular realizada no país.

“Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas.” IPHAN - Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>. Acessado em 15 de março de 2015.

1.3.2.2 Proteção e Reconhecimento

As ações de proteção e reconhecimento de bens culturais são regulamentadas por lei, decreto ou portaria, por este motivo, é a que tem aplicabilidade mais restrita. Os instrumentos de execução compreendem: o tombamento; o registro de bens culturais imateriais; a chancela de paisagem cultural; e o cadastro nacional de sítios arqueológicos. Sendo que aqui nesta pesquisa é tratado apenas do tombamento, por ser pertinente aos estudos apresentados.

O tombamento é o mais antigo instrumento de preservação do patrimônio cultural. O decreto Lei 25/1937 normatizou a atividade de conservação dos bens e definiu o tombamento como “o instituto jurídico através do qual o poder público determina que os bens culturais sejam objetos de proteção”. Ele ainda fixou o modo como deveria ocorrer essa proteção. (Decreto-Lei 25/1937).

De acordo com Zanirato (2003):

O tombamento passou a ser o procedimento jurídico pelo qual se faz a proteção do monumento e que se efetiva ao ser inscrito no livro do tomo. Ele é tanto um ato administrativo quanto uma operação de inscrição do objeto em um dos livros de tomo: arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas. Os efeitos jurídicos sobre o patrimônio tombado restringem a alienação, a alteração da paisagem da vizinhança e a modificação do bem. Por fim, obrigam o proprietário a conservá-lo (SILVA, 2003, p. 139).

O tombamento pode ocorrer a partir da solicitação do IPHAN, das prefeituras, de outros órgãos públicos, das organizações sociais e também de um único cidadão. Após o pedido ser analisado se julgar procedente inicia-se a instrução do processo, que constitui em um primeiro

momento em uma “pesquisa aprofundada sobre a história do bem e de seu contexto, descrição minuciosa de suas características, contextualização geográfica ou urbana, análise de seu significado histórico, social ou artístico e documentação iconográfica”. (PORTA, 2010, p. 49).

No caso das capelas de madeira tombadas em Maringá, as primeiras manifestações sobre o tombamento iniciaram com a população, mas os pedidos oficiais de tombamento foram realizados por vereadores.

Quando o IPHAN, é o órgão responsável pelo processo, o mesmo encaminha notificação com a intenção de tombamento aos proprietários e publica no Diário Oficial da União. Posteriormente o processo é remetido a um conselho que vai analisar se o valor intrínseco no bem justifica seu tombamento, e realizar uma votação. Caso aconteça o tombamento, tal ação gera uma série de efeitos obrigações para proteger o bem. Dentre esses efeitos estão:

(...)a demarcação da área de entorno do bem, à qual se estende o efeito da proteção; o estabelecimento de normas de preservação específicas; a obrigatoriedade de autorização do IPHAN para qualquer proposta de interferência no bem ou na sua área de entorno; a responsabilização legal do proprietário pela manutenção e preservação do bem e a proibição de venda ao exterior de bens móveis tombados (incluindo acervos de arte ou bibliográficos). (PORTA, 2010, p. 49)

No caso de Maringá, foi criada uma Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá, constituída por membros das universidades da cidades, e servidores municipais, que analisam os pedidos de tombamento e deliberam sobre a preservação dos bens culturais da cidade.

1.3.2.3 Preservação

Para que seja possível garantir a memória social, deve-se preservar o que for significativo no vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação está a selecionar elementos culturais de seu interesse para que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação. (LEMOS, 2010, p. 30).

Segundo Lemos (2010), os professores de engenharia, ou de arquitetura, por exemplo, podem preservar edifícios antigos com fins didáticos, dispondo, assim, de amplo mostruário de técnicas que irão elucidar, ao vivo, os alunos atentos à evolução da arte de construir. (LEMOS, 2010, p. 31).

A afirmativa de Lemos (2010) reforça a importância desta pesquisa, que pretende colaborar neste processo de conhecimento de diversas técnicas construtivas.

Entre as ações de preservação implementadas pelo IPHAN encontram-se: as de fiscalização e acompanhamento de projetos de intervenções em bens culturais protegidos; as restaurações; as intervenções em cidades históricas; e as ações de apoio e fomento à continuidade de bens imateriais.

Os instrumentos de execução correspondem, além da fiscalização: às normativas de preservação; ao financiamento para recuperação de imóveis privados; aos planos de ação para cidades históricas; e aos planos de salvaguarda de bens registrados

Ou seja, cabe ao proprietário preservar o bem tombado, porém o órgão responsável pelo seu tombamento cabe a fiscalização e o fomento da sua salvaguarda.

No entanto, no caso de Maringá, existe uma carência das ações de preservação dos bens culturais, especialmente em relação a Capela São Bonifácio, onde a degradação da edificação é visível, de um lado o orgao preservacionista não fiscaliza e não fomenta ações sobre o bem e de outro o proprietário (Comunidade de Schoenstatt) espera que os órgãos públicos se movimentem para preservá-lo. Mesmo a legislação sendo clara, atribuindo direitos e deveres ao proprietário e ao órgão de preservação, a preservação deste templo não vem acontecendo.

1.4 O Patrimônio Cultural no Paraná

Os anos iniciais do século XX, foram marcados por momentos em que a busca de uma identidade brasileira era premente. O desejo de atribuir uma unidade cultural levou intelectuais ligados ao governo do Paraná “a selecionar especificidades e a buscar elementos que dessem um colorido especial à região” (KERSTEN, 2000, p. 19).

No entanto, a mescla de etnias da qual o Paraná foi constituído, gerou uma dificuldade para se definir um perfil ao homem paranaense. Foi neste contexto que surgiu o Paranismo, um movimento que tinha como objetivo “a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná”. O historiador Alfredo Romário Martins esteve a frente desse movimento, e também na direção do Museu Paranaense no período de 1901 a 1928. Martins foi responsável pela disseminação de um discurso simbólico sobre o Paraná, o qual eram apresentados como características mais marcantes do estado: o clima ameno, as belezas naturais e a disposição de seu povo para o trabalho (KERSTEN, 2000, p. 113).

Com a criação do Museu do Paraná e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, reforçou-se o propósito de “forjar uma memória e uma história capaz de promover o Paraná e aglutinar as diferentes etnias presentes no Estado”. As duas instituições defendiam a existência de um

passado comum, “capaz de fortalecer a identidade coletiva e de reforçar as relações que pudessem distinguir o paranaense na sociedade brasileira”. (ZANIRATO, 2009, p.04)

Na tentativa de definir uma identidade comum ao estado, foi criado, em 1935, o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná - CSDPC, um órgão consultivo, para atuar na defesa do patrimônio cultural, promover a atividade intelectual e artística do Estado com o intuito elevar a sua cultura. De acordo com Zanirato (2009) entre as atribuições do Conselho compreendidas na Lei 38/1935 constava “a defesa das riquezas naturais, artísticas, literárias e históricas do Estado” e a vigilância para “evitar a evasão da coleção de indumentária, filatélica, armas e quaisquer outras que se relacionam com a riqueza cultural e estética do Paraná, propondo a sua aquisição pelo Estado” (ZANIRATO, 2009, p.05).

Após o Decreto-Lei 25/1937 responsável por instituir a política nacional para a conservação de um patrimônio nacional, o diretor do Sphan, Rodrigo de Melo solicita a David Carneiro , delegado regional do órgão no Paraná, um levantamento dos bens existentes no estado merecedores de integrar o patrimônio nacional. O critério utilizado para seleção destes bens era o de que fossem considerados de excepcional valor artístico ou histórico. (KERSTEN, 2000, p. 128).

Segundo Zanirato (2009), David Carneiro indicou:

(...) uma fortaleza em Paranaguá, importante por ter sido construída no I Império e por ter sido um aparato de defesa na revolução federalista de 1850. Também indicou um convento de jesuítas de Paranaguá, uma Igreja de 1784 da cidade da Lapa e duas casas outrora pertencente a membros do alto escalão militar, assim como uma fazenda fortaleza em Tibagi. O juízo para a seleção desses bens foi dado pela relação entre os mesmos e a história do país, numa rememoração da defesa e do povoamento do território. Esses imóveis foram tombados como patrimônio nacional. Nos anos iniciais da década de 1940, outros dois elementos foram a eles incorporados: a Casa de Câmara e Cadeia da Lapa (1940) e a Igreja matriz de Guaratuba (1941). (ZANIRATO, 2009, p.06).

Porém medidas normativas para a conservação do patrimônio só foram tomadas após a criação da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (DPHAC), pela Lei 112 de 1948. O órgão criado com a intenção de assessorar o SPHAN, tinha caráter normativo e consultivo, responsável pelo acompanhamento e avaliação da política do patrimônio histórico, artístico e natural do estado. O DPHAC era incumbido de promover a defesa e a restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Paraná. (ZANIRATO, 2009).

Sobre a defesa do DPHAC referente a conservação do patrimônio natural elencado na normativa citada acima como paisagens e formações naturais, Zanirato (2009) destaca a incoerência entre a Lei e as ações do estado, onde no mesmo tempo este “autorizava o

desmatamento de cerca de 1/3 de seu território para expansão da frente pioneira”. Foi o período em que as regiões norte, noroeste e o oeste do Estado viveram a devastação de sua vegetação nativa para a abertura de cidades e o plantio do café. (ZANIRATO, 2009, p.6). Foi neste local e com a madeira destes bosques que as capelas deste estudo foram edificadas, testemunhas do período de formação do estado.

A Lei estadual que viria a dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná foi aprovada em 1953, no ensejo das comemorações do centenário do estado. O artigo primeiro discorre o seguinte:

1º. Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (PARANÁ. Lei 1211/1953).

Porém, segundo Kersten (2000), a expectativa dos conselheiros não se efetivou, durante a década de 1950 não foram efetivados tombamentos no estado, somente na década de 1960 ocorreram os primeiros tombamentos a nível estadual, pautados em critérios semelhantes ao adotados nos primeiros tombamentos realizados no Paraná pelo governo federal, critérios este que consistiam ou no valor histórico atribuído ao bem, relacionado com fatos ou figuras elencadas como importantes para a história da região; ou o valor artístico conferido às obras consideradas relevantes por expressarem a estética e a cultura do Estado, e ainda o valor documental atribuído aos documentos validados por uma certa interpretação histórica que defendiam a harmonia das relações humanas e omitiam os conflitos existentes. (KERSTEN, 2000, p. 44).

Na década de 1960 foram inscritas 21 unidades consideradas representativas da história do Estado, entre elas 15 são pertencentes a Igreja Católica. Na década de 1970 o número de bens tombados foi de 48 unidades. Segundo Kersten (2000) os bens tombados ainda constituíam-se em palacetes, fortes e igrejas, no entanto o estado dá início a salvaguardava dos chamados bens naturais: árvores, paisagens e orla marítima. Elementos referentes aos grupos étnicos que compunham a população paranaense também passaram a ser considerados bens de relevante valor histórico²⁸. (KERTSTEN, 2000, p. 145).

Referente a preservação de elementos de diferentes grupos étnicos, Kersten (2000) destaca que o slogan veiculado pelo governo do estado “Paraná de todas as gentes” alterou o discurso

²⁸ Como por exemplo; o Oratório de São Carlos Barromeo (polonês), o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade (italiano) e a Igreja de São Josafá (ucraniano).

e ações preservacionistas, com o reconhecimento da colaboração positiva e particular que as diferentes etnias trouxeram para o estado. (KERTSTEN, 2000, p. 145).

Com a criação da Secretaria de Cultura em 1979, juntamente com a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, responsável pelo suporte técnico dos processos de tombamento e preservação, assessoria e fiscalização, as ações no estado traduzem a ampliação da noção de patrimônio em concomitância com as premissas de Aloísio Magalhães. O Conselho do Patrimônio decidiu por trabalhar em torno de linhas culturais seguindo os ciclos históricos da economia. E para isso a Coordenadoria iniciou projetos de pesquisa que procuravam “resgatar a memória histórica com base não só em edificações, mas também nos caminhos, passagens e espaços recheados de significações”. (KERTSTEN, 2000, p. 145).

De acordo com Kersten (2000), reformas administrativas e conceituais ocorridas no SPHAN/Pró-Memória refletiram significativamente para o Estado do Paraná. Em 1984 foi instalado em Curitiba o Escritório técnico, “facilitando parceria mais estreita entre o órgão federal e a Coordenadoria do Patrimônio”. Outro aspecto destacado pela autora é o de que “ao ampliar o conceito de bem patrimonial para abarcar o ecológico e o saber fazer das populações, respondeu as demandas sociais pela preservação.”

Tal ampliação do conceito de patrimônio, pautado nas relações culturais foi destacado na Constituição Federal de 1988, que conseqüentemente refletiu na Constituição Estadual, definindo os mesmos critérios do direito de todos a cultura.

Artigo 191 Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura do Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade.

Parágrafo único: Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa, relativo ao patrimônio cultural paranaense ou em seu nome. (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989, Seção II, artigo 191, p. 101).

A década de 1980 teve cerca de 31 bens tombados no estado, período em que muitos municípios se interessaram em identificar referenciais simbólicos da sua comunidade. A década seguinte teve 35 bens registrados, muitos destes eram considerados representativos da diversidade étnica e cultural do estado. Paisagens urbanas, rurais e marítimas também passaram a ser tombados.

Porém de acordo com Zanirato (2009):

Durante esse tempo todo, a imensa maioria das ações foi efetivada no planalto curitibano. Construiu-se assim uma imagem de que o patrimônio expresso na pintura, na arquitetura, na escultura nas artes gráficas delineia uma fisionomia do Paraná a partir do referencial da capital e de cidades consideradas detentoras de bens cujo valor reside, sobretudo, no passar do tempo histórico. O critério da monumentalidade predomina nesse aspecto;

sobressai a preocupação com a salvaguarda dos valores arquitetônicos. As regiões norte, noroeste e oeste em quase nada foram consideradas portadoras de elementos relevantes ao ponto de serem tombados pelo Estado ou pela União. A exceção de Londrina e Jacarezinho, até o início do ano 2000, nenhuma cidade dessas partes do Estado tiveram bens de natureza histórica, artística e paisagística considerados relevantes pelas políticas patrimoniais. (ZANIRATO, 2009, p.9).

A representação desproporcional dos bens preservados no estado, segundo Zanirato (2009) repete a política do IPHAN, onde ocorre o predomínio na conservação determinados bens e lugares valorados em detrimento de outros menos representados. Ainda sobressai a concepção de que o patrimônio deve expressar a historicidade, autenticidade e integridade e a monumentalidade, ocasionando uma contradição a referente a diversidade criadora do homem e do paranaense. (ZANIRATO, 2009, p.10)

O Paraná encontra-se ainda tímido nas ações preservacionistas. Os bens reconhecidos no estado, a nível nacional, ou seja tombados pelo IPHAN, compreendem apenas 15 registros, distribuídos somente em 5 cidades: Campo Largo, Curitiba, Guaratuba, Lapa e Paranaguá, reforçando o que Zanirato citou em linhas acima, sobre a concentração das ações no planalto curitibano.

Atualmente a região norte e nordeste do Paraná possuem bens tombados pelo estado, porém poucos, destacando que entre os primeiros bens tombados desta região, foram edificações representativas da arquitetura modernista como por exemplo a antiga estação rodoviária de Londrina (1974), o Cine Teatro Ouro Verde (1999) na cidade de Londrina, ambos projetos do arquiteto modernista Vilanova Artigas, e o edifício Hotel Bandeirantes (2005), na cidade de Maringá, projeto do arquiteto José Augusto Belucci. As capelas São Bonifácio e Santa Cruz só foram tombadas pelo estado em 2012 e 2013, respectivamente.



Figura 1 – Mapa do Paraná com a localização dos município com bens tombados pelo estado.

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná

Entre tantos fatores que contribuem para a falta de ações preservacionistas na região supracitada, Zanirato (2009) aponta para o fato das cidades do norte e nordeste do Paraná serem cidades novas, que podem ser caracterizadas como contemporâneas e que caracterizam-se pela constante modificação da paisagem, “em consequência disso, fazem com que os referenciais históricos culturais herdados do passado tornem-se cada vez mais escassos e restritos a poucas edificações, objetos e lembranças de antigos moradores que o tempo implacavelmente ceifa.” (ZANIRATO, 2009, p. 12).

A autora ainda reforça que nestas cidades, “as marcas do passado aparecem como oposição ao ideal de progresso e modernidade, como sinônimos do arcaico”, e destaca como exemplo a cidade de Maringá, que “orgulha-se de ter na modernização um viés que a norteia desde que foi desenhada”. No entanto, para que a modernização preconizada não implique na destruição dos referenciais, e conseqüentemente na perda de experiências vividas, “é necessário que os habitantes citadinos preservem suas referências e resguardem suas raízes”. (ZANIRATO, 2009, p. 12).

1.5 O Patrimônio Cultural na cidade de Maringá

Maringá, uma cidade fundada na década de 1940, ainda caminha para a concretização de ações que visem à preservação eficaz de seu Patrimônio Cultural. A cidade ainda não administra de forma coesa e eficaz seus bens patrimoniais.

A primeira tentativa de salvaguardar a memória dos anos iniciais da cidade foi frustrada. De acordo com Leal (2001), em meados de 1964, alguns políticos, ao perceberem que a cidade de Maringá devido ao seu rápido e vertiginoso crescimento vinha sofrendo modificações constantes na paisagem, procuraram salvaguardar os objetos da cultura material cidadina. Para tanto foi criado o Museu Municipal de Maringá, através da Lei 299/64 (LEAL, 2001, p.45).

O Museu destinava-se a “reunir e conservar tudo o que se refere ao passado do município”. Para melhor organizar o acervo definiu-se diferentes seções, cada qual voltada à valorização de um determinado aspecto da memória de Maringá, sendo elas compreendidas em:

- I - Secção de peças históricas;
- II – Secção de trajes antigos;
- III – Secção de fotografias;
- IV – Secção de biografias de filhos ilustres;
- V – Secção de documentos;
- VI – Secção de biografia dos destacados homens públicos do Município;
- VII – Secção de coleção de jornais e revistas locais;
- VIII – Secção de livros escritos por filhos de Município;
- IX – Secção de obras de arte, de filhos de Município;
- X – Secção de progressos da cidade;
- XI – Secção de biografia dos pioneiros e desbravadores do Município

Através da visualização das seções em que se concentrariam o acervo do Museu, pode-se perceber uma grande preocupação com a figura do pioneiro, que perpetuou nas iniciativas seguintes. O poder público municipal através, da Lei 931/1972, “concedeu o título de pioneiro de Maringá àqueles que fixaram moradia na cidade no decênio 1940-1950. Uma menção honrosa por seu papel de destaque na colonização da cidade.”(FRIEDRICH, 2010, p. 30).

Em 1984, estabelecido em Maringá o “Projeto Memória”, que consistiu em uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Educação do Estado do Paraná, que tinha o “intuito de salvaguardar aspectos históricos da gente comum, até então pouco evidenciada, porém importantes para a compreensão da história de Maringá”. (FIEDRICH , 2010, p. 31).

Para a realização dos trabalhos empreendidos pelo projeto memória, houve uma junção de funcionários da Prefeitura de Maringá – Secretaria de Cultura, e pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, permitindo a composição de uma equipe multidisciplinar, encarregada de coletar documentos junto à comunidade e instituições, e organizar um acervo de relatos e memórias sobre a cidade. (LEAL, 2001).

Para Friedrich (2010), o Projeto Memória embora estivesse centrado em proteger o patrimônio representado pelos documentos textuais, orais e imagéticos, foi importante para “fomentar e dar início a discussões em torno de ações que pudessem salvaguardar outros suportes materiais da memória cidadina”. (FIEDRICH , 2010, p. 32).

A autora ressalta que, moradores e autoridades, começaram a perceber a necessidade de, preservar edificações que constituíam lugares de memória do período inicial de formação de Maringá. Friedrich (2010), relata que tal fato também era alertado pela imprensa regional, que se referem a Maringá como uma cidade pujante, e que em função de tal condição “tinha o espaço constantemente redefinido se que ocorressem medidas voltadas a conciliar a salvaguarda dos lugares de memória”. (FRIEDRICH , 2010, p. 33).

A Lei que institui o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico de Maringá – SPHAM, só foi criada em 1987, o artigo primeiro da Lei 2.297/87 define as atribuições do órgão em questão:

Art. 1º - O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal responsabilizar-se-á pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no município, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Maringá, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, ecológico e artístico.

A Lei ainda institui a criação de uma Comissão Especial, para proceder à análise de bens móveis e imóveis possíveis de serem tombados, que funcionaria como uma assessoria técnica do SPHAM.

Friedrich (2010), aponta algumas lacunas correspondente a formação da Comissão Especial:

(...) nenhuma medida com vistas a assegurar a qualidade técnica das comissões foi definida. Não foram incluídos na Lei 2.297/87 quesitos com relação aos segmentos sociais e conhecimentos técnicos necessários de serem representados no corpo da Comissão de Patrimônio. O único critério definido no tocante a composição da Comissão é dado no artigo 2, e se limitou a estabelecer que a dita comissão fosse “devidamente instituída pelo chefe do executivo Municipal, sob a presidência do Secretário da Cultura e Turismo”. (FRIEDRICH , 2010, p. 38).

Muitas edificações de valor histórico para o município foram demolidos para darem lugar ao “progresso da cidade”. As ações preservacionistas do município consistiram no tombamento da Capela Santa Cruz, bem como sua restauração, Hotel Bandeirantes, prédio sede da CMNP, Capela São Bonifácio, Festa Junina do Sr. Zico, Painel do Café, e Capela Nossa Senhora Aparecida.

O tipo de postura do município em relação a ausências relativas a ações preservacionistas são muito questionadas, a omissão do município em deixar que bens patrimoniais desapareçam do cenário citadino é questionada há muito tempo pelos primeiros teóricos europeus.

Os defensores ingleses dos monumentos históricos não se conformam com o desaparecimento dos edifícios antigos em proveito da nova civilização, que, encarnada pela América Latina, constrói “um mundo sem uma lembrança, nem uma ruína”. Para eles os monumentos do passado são necessários à vida do presente, não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano. (CHOAY, 2001, p. 139)

Apenas em 2004 se instituiu o Livro do Tombo na cidade, a partir do qual algumas obras, que já possuíam decreto autorizando seus tombamentos, passaram a ser inscritas. Dentre elas, encontram-se a Capela São Bonifácio (2005), a Capela Santa Cruz (2005), e a Capela Nossa Senhora Aparecida (2015).

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I

Considera-se, que a origem e trajetória do conceito de patrimônio, influenciou negativamente nos reconhecimentos dos bens patrimoniais de diversas comunidades, inclusive no Brasil. Pois a definição de patrimônio, ligada a monumentos, ou obras de artistas relacionadas com a elite, fez com se perdesse grande parte de edificações e até mesmo outras expressões culturais, com rico valor patrimonial.

A criação de uma política internacional do patrimônio, com eventos e congressos realizados para discussão e tomadas de decisões sobre o tema, bem como a criação da Unesco, no decorrer do século XX, contribuíram para que as diversidades étnicas e culturais também fossem reconhecidas como patrimônio cultural, mesmo que recentemente. Porém, até que novas formas de bens culturais fossem reconhecidos, como por exemplo, o patrimônio imaterial e o natural, muito se perdeu, sem qualquer registro documentado.

O órgão criado no Brasil em 1937, para conduzir as questões do patrimônio, teve em seu projeto inicial, elaborado por Mário de Andrade, uma grande abrangência de expressões culturais, com destaque para as populares, como representantes do patrimônio nacional. No entanto, a condução política, nos trâmites da criação do SPHAN (atual IPHAN), ignorou essa percepção vanguardista de Mário de Andrade, e direcionou as ações iniciais do órgão para os

trâmites de tombamento de obras representativas da arquitetura portuguesa ou da arquitetura modernista.

O equívoco, de se reconhecer apenas formas restritas de bens culturais, se replicou por muitos anos. A valorização do patrimônio imaterial, bem como de expressões culturais populares, ainda é uma prática recente no país. A política internacional, ditada pelas cartas patrimoniais, influenciou significativamente a ampliação do reconhecimento da diversidade cultural, e conseqüentemente do patrimônio cultural, porém os órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural a nível estadual e municipal, ainda caminham para concretização de tal legado, deixando lacunas na preservação da diversidade de bens culturais.

Como é o caso do que acontece com a arquitetura em madeira, de um modo geral. A falta de reconhecimento desta valiosa expressão cultural, faz com que o estado do Paraná, perca cada vez mais, uma parte sua memória histórica e cultural, sem ao menos ter sido registrada.

Templos religiosos e algumas poucas edificações residenciais singulares, remanescentes da arquitetura em madeira no estado do Paraná, encontram-se tombadas, porém, seus reconhecimentos ocorrem mais por serem testemunhos históricos de determinada religião, ou relacionados a figuras importantes da elite ou da política, do que por serem representantes de um saber humano, fruto de uma cultura popular.

A política do patrimônio no Brasil, ainda necessita de amadurecimento. Apenas tomar, ou legislar, sobre determinados bens patrimoniais, não será suficiente para preservar tamanha diversidade cultural existente no país. Na teoria, muita coisa mudou, porém as ações práticas, implementadas sobre os bens culturais, ainda são raras. Tomba-se um bem, e não se instigam novas ações que visem de fato sua preservação.

Estudos investigativos, registros documentados, fiscalização, incentivo financeiro e educação patrimonial, são imprescindíveis para a salvaguarda da memória histórica e cultural dos bens patrimoniais.

CAPÍTULO 2. ARQUITETURA EM MADEIRA NO PARANÁ

2.1 As construções de madeira do Paraná: uma arquitetura popular

A arquitetura popular é uma expressão cultural presente em todo território nacional, possuidora de uma vasta criatividade e diversidade de técnicas empregadas em sua concepção. Está intimamente ligada a cultura em que determinada comunidade está inserida, motivo que já a faz merecedora de reconhecimento, porém, não é o que se vê no meio social, acadêmico, tampouco profissional. Apesar de existirem arquitetos e pesquisadores que destinam suas pesquisas e questionamentos sobre este tema, a temática voltada a arquitetura popular encontra terreno fértil em outras áreas científicas como geografia, história, ciências sociais, antropologia, entre outras.

Gunter Weimer é um dos poucos arquitetos que discute e pesquisa a arquitetura popular brasileira, o mesmo também salienta a falta de reconhecimento desta expressão cultural afirmando que “A arquitetura popular de forma genérica, não faz parte do imaginário dos arquitetos” (WEIMER, 2005).

Porém algumas exceções devem ser consideradas pela importância que tiveram inclusive na história da arquitetura, como é o caso dos arquitetos Lúcio Costa e Lina Bo Bardi, que em determinado momento de suas trajetórias profissionais tiveram trabalhos que remetiam a arquitetura popular em algum aspecto.

Lina Bo Bardi defende não só a arquitetura popular, mas a arte popular de uma forma geral. A arquiteta valoriza sobremaneira o artesanato, e em um momento posterior passa a se interessar pelo folclore e práticas imateriais da cultura popular. Realiza diversas exposições entre 1960 e 1963 em Salvador-Ba, com temáticas voltadas ao saber popular. Em alguns projetos da arquiteta é possível constatar a presença de elementos da cultura popular, como é o caso da escada projetada para a restauração do Solar do Unhão²⁹ (1959), onde o sistema de encaixe dos elementos estruturais é inspirado nos carros de boi. De acordo com Ferraz (1993) a arquiteta alega que o homem do povo é o arquiteto de verdade, e ainda equipara as qualidades da arquitetura modernista com a arquitetura popular.

Além de Lina Bo Bardi, Lúcio Costa também valoriza aspectos da cultura popular em seus projetos, mas diferentemente dela, o arquiteto absorve em sua produção profissional o sentido material da cultura popular, nos projetos Museu das Missões (1937), Park Hotel São

²⁹ Solar do Unhão em Salvador - BA – Lina transfere para lá o MAM-BA. Funda o Museu de Arte Popular do Unhão, inaugurado com exposição “Nordeste”. Planeja criar junto a estes museus o Centro de Estudos e Trabalho Artesanal e a Escola de Desenho Industrial. INSTITUTO LINA BO E P. M BARDI. Disponível em http://www.institutobardi.com.br/linha_tempo.asp. Acesso em 15 de julho de 2014.

Clemente, ilustrados nas Figuras 2 e 3, e no projeto para as escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Glória (1965), pode ser observada a utilização de materiais e soluções empregadas na arquitetura popular.



Figura 2 – Fotografia do Museu das Missões projetado por Lúcio Costa

Autor/data: sem autor/ sem/data

Fonte: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/missoes.jpg>

Figura 3 – Fotografia Park Hotel projetado por Lúcio Costa

Autor/data: sem autor/ sem/data

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3513>

Lúcio Costa também valoriza o conhecimento dos mestres construtores. Em “*Documentação Necessária*” o arquiteto expressa seu reconhecimento em certa medida e interesse pelo registro das técnicas construtivas empregadas na arquitetura popular. O intuito da investigação sobre a técnica não seria o de evitar as reproduções de certos equívocos construtivos, mas sim de servir como material para novas pesquisas, e aprendizado para os novos arquitetos aproveitarem as lições e experiências de muitos anos. Para Costa (1937):

O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os vários sistemas e processos de construção, as diferentes soluções de planta e como variaram de uma região a outra, procurando-se em cada caso determinar os motivos – de programa, de ordem técnica e outros – (...) (COSTA, 1937, p. 34).

Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre obras sempre tão achincalhado, ao velho “portuga” de 1910, porque – digam o que quiserem – foi ele quem guardou sozinho, a boa tradição. (COSTA, 1937, p. 39)

A arquitetura popular, apresenta na maioria das vezes soluções construtivas simples, porém se destacam pela criatividade dos construtores na adaptação diante dos materiais e ferramentas disponíveis, faz parte de uma tradição construtiva, transmitida de geração para geração. Entre os sistemas e técnicas construtivas mais representativas desta expressão

cultural destacam-se as construções em adobe³⁰, em taipa³¹, de pau-a-pique³², em pedras e as construções feitas de tábuas de madeira.

São técnicas que não possuem paternidades específicas, mas que fazem parte da grande diversidade cultural disseminada. Essa diversidade ocorre no Brasil, em grande parte devido a própria formação cultural do país, da miscigenação entre a cultura negra, indígena, europeia, entre outras (WEIMER, 2005).

Este fenômeno de miscigenação pode ser evidenciado no Paraná de uma forma geral. Pois este estado teve em seu processo de ocupação um grande contingente de imigrantes que vinham de outros países fugindo muitas vezes de crises políticas e econômicas.

De acordo com Sanches (1987) até o início do século XIX, a população do Paraná era, em sua maior parte, constituída por tropeiros e mineradores. No entanto, um contingente populacional diminuto e disperso. Porém, a partir de 1853, uma política de estímulo a pequenos proprietários foi implementada, pelo então presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins. A ação consistia em fixar os imigrantes europeus em pequenas porções de terras, que foram conseqüentemente formando colônias no litoral e arredores de Curitiba.

Cada região do estado recebeu mais indivíduos de uma determinada nacionalidade, do que de outras. Esses imigrantes faziam parte de uma classe social desfavorecida, a maioria eram camponeses que traziam consigo seus costumes, seu modo de viver e também seu modo de construir. Trocas culturais foram, portanto acontecendo, no convívio entre esses imigrantes, os grupos não se isolaram de acordo com a nacionalidade. Porém, para cada região dirigiu-se um maior número de indivíduos de determinada nacionalidade do que de outras, e que conseqüentemente influenciou na cultura local.

³⁰ Peça de barro em forma de paralelepípedo, semelhante ao tijolo, utilizado em alvenarias. É composto de argila e pequena quantidade de areia, podendo ainda ter em sua composição estrume, fibra vegetal, ou crina, para aumentar sua resistência. Diferencia-se do tijolo por não ser cozido no forno, mas seco à sombra e depois ao sol. Teve amplo emprego nas edificações do período colonial. É ainda hoje usado em construções modestas do interior, particularmente no sul de Minas Gerais e no Planalto Central. É também chamado de tijolo cru ou tijolo burro. (ALBERNAZ, 1998, p. 16)“

³¹ Sistema construtivo usado na execução de paredes e muros que emprega como material de construção básico a terra argilosa, umedecida ou molhada, sem nenhum beneficiamento anterior. Outros materiais, como areia, cal, cascalho, fibras vegetais e estrume animal, podem ser adicionados a terra, dando maior plasticidade e resistência à taipa. Foi muito utilizada nas antigas construções, associada ou não a outras técnicas e materiais construtivos, como alvenaria de pedra e de tijolo. Os dois tipos de taipa mais usados foram a taipa-de-mão e taipa-de-pilão. A tarefa de executar a construção com taipa é chamada taipamento e entaipamento. A obra construída com taipa é chamada taipado. Construir com taipa é chamado entaipar e taipar. O operário que faz paredes de taipa é chamado taipeiro. (ALBERNAZ, 1998, p. 587).

³² Genericamente, qualquer sistema construtivo que utilize gradeados de varas de madeira organizados em sebe, preenchidos com barro. As varas de madeira são chamados pique. O mesmo que taipa-de-mão. (ALBERNAZ, 1998, p. 444).

Da união das trocas culturais aliada ao fato do estado possuir um grande número de florestas, fornecendo portanto a matéria-prima, no caso a madeira, com baixos custos, desenvolveu-se a prática de se construir com esse material.

A esse respeito Batista (2007) relata que:

O imigrante europeu introduziu no país novas tecnologias construtivas e o início da industrialização possibilitou a confecção de novos equipamentos e a produção de novos materiais. Surgem no cenário paranaense as construções em madeira, inicialmente executadas com pouco apuro tecnológico, construídas com troncos empilhados encaixados, sendo estas construções introduzidas pelos imigrantes poloneses. Com o surgimento das primeiras serrarias movidas por máquinas a vapor, foi possível uma maior eficiência no desdobramento da madeira, surgindo, então, uma padronização de bitolas, que possibilitou uma maior eficiência construtiva. (BATISTA, 2007, p. 01)

A Região Sul do país tinha uma grande disponibilidade de madeira, mas o Paraná se sobressaía na abundância desta matéria-prima. Dudeque (2001) destaca que o estado foi um dos maiores produtores de madeira do mundo, ainda ressalta a boa qualidade deste material podendo atender a qualquer especificação construtiva em relação a espessuras, larguras ou comprimentos.

As casas de madeira portanto, predominavam na paisagem tanto urbana como rural do estado do Paraná. Um estudo da década de 1940, da área de geografia intitulado "*Tipos e Aspectos do Brasil*"³³, que trata da vida cotidiana brasileira, destaca as casas de madeira como uma expressão cultural deste estado. Ou seja, esse tipo de habitação foi muito mais expressiva no Paraná, do que em outros estados.

Apesar das construções em madeira caracterizarem o cenário paranaense no início da ocupação do território, cada região do estado desenvolveu sua própria característica construtiva em função das espécies arbóreas encontradas em seu solo, e influência étnica dos imigrantes que se dirigiam para cada porção de terras do território paranaense. A *Araucária angustifolia* (araucária ou pinho do Paraná) era a espécie predominante da região central e sul do estado, e caracterizou as construções em madeira conhecidas como "casa de araucária", já na região norte a espécie abundante nas florestas era a *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa), caracterizando a casa de "tábua e mata-junta".

Autores como Batista (2007, 2011) e Larocca (2008), destacam que a solução construtiva de paredes de tábuas verticais de madeira, no Paraná está fortemente atada a grande cobertura

³³ (IBGE - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1956)

de araucárias existente no estado. Pois a araucária possui um tronco muito alto e isento de defeitos proporcionando peças de alta qualidade com grandes comprimentos.

Segundo Larocca (2008) as serrarias trabalhavam com apenas seis bitolas de madeira, mas que tornaram-se possíveis atender as necessidades das casas paranaense construídas com tal material. O autor descreve que a utilização de tábuas de uma polegada de espessura nas paredes revelou-se econômico, havendo uma transição de paredes portantes para paredes vedantes, sendo assim necessário a criação de uma estrutura independente. Sobre a influência étnica o autor destaca que:

Na casa de madeira paranaense comparecem as influências da imigração, tanto mais fortes quando provenientes de povos com tradição florestal. Isso explica, de certo modo, a pouca influência italiana nessas construções, já que aos peninsulares lhes apetecia construir com pedra e tijolo; quando obrigados a trabalhar com madeira, revelaram-se excelentes carpinteiros, porém influenciados pela tradição alemã ou polono-ucraniana. Já os alemães deixaram, na imagem das casa de araucária, a marca de sua cultura, sendo comum a volumetria, sua predileta, de chafro no telhado. Coube, entretanto, aos ucranianos e poloneses a primazia na utilização da casa de madeira – aos olhos do povo, a casa de araucária é, na maioria dos casos, a *casa-de-polaco*. (LAROCCA JÚNIOR, 2008, p. 100)

O autor supracitado realizou uma pesquisa que consiste no levantamento de casas construídas em madeira pelos colonos poloneses e ucranianos no sul do estado. Foram escolhidos doze municípios para a coleta de dados que compreendem: Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Irati, Rebouças, Rio Azul, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Antonio Olinto, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Palmeira³⁴. Seguem abaixo nas Figuras 4 e 5, imagens de duas das casas registradas pelo autor.



Figura 4 – Fotografia da Casa Dembinski na cidade de Irati



Figura 5 – Fotografia da atual Sede da Sociedade Agrícola Emboque em São Mateus do Sul

Autor/Data: Clarissa Lima e Giana Larocca

Fonte: LAROCCA, 2008, p. 135 e 193. (respctivamente)

³⁴ A região definida pelos autores compreendem o vale médio do Iguaçu, por concentrar a maior parte das grandes colônias oficiais da história da imigração, congregando 35% dos imigrantes provindo da Europa Central, cerca de 26 mil poloneses e ucranianos. LAROCCA JUNIOR, 2008, p. 40)

Outros pesquisadores também debruçam suas pesquisas sobre a casa de araucária, entre eles IMAGUIRE JR (1993, 2011), BERRIEL (2011).

Imaguire Jr , juntamente com Marialba Imaguire (2011), realizam um ensaio tipológico das “casas de araucária” de Curitiba. Os autores apresentam brevemente, o histórico do ciclo econômico da madeira que ocorreu no estado, os elementos construtivos das casas de madeira, as dimensões dos materiais e os elementos decorativos, mas se concentram em denominar as casas pesquisadas de acordo com a sua tipologia. Deste levantamento foi destacado os seguintes tipos: 1) – Casa Luso Brasileira; 2) – Casas da Imigração; 3) – Casas com Chafro; 4) – Telhados de Quatro Águas; 5) – Modernistas e 6) Especiais. Esta última compreende as casas que não se enquadram nas anteriores, possuindo características específicas, como é o caso das casas da Família Stenzel, ilustrada na Figura 6 e da Família Langer, esta que atualmente abriga a Superintendência do IPHAN – Pr, ilustrada a seguir, na Figura 7.



Figura 6 – Fotografia da antiga casa da Família Stenzel

Autor/Data: Key Imaguire Júnior/ sem data

Fonte: IMAGUIRE JR (2011)



Figura 7 –Fotografia da atual Superintendência do IPHAN-Pr

Autor/Data: autor desconhecido/ sem data

Fonte: <https://iphanparana.wordpress.com>

Os autores também ressaltam que foram construídos em madeira todo tipo de edifício, de estações ferroviárias a galpões industriais, de “casinhas” a ginásio de esporte, mas que são nas casas residenciais que se pode perceber a maior expressão desta arquitetura popular difundida no estado. Porém, também apontam para as restrições que as casas de madeira começaram a ter na área urbana de Curitiba, impostas pelo Código de Obras, desde 1905. Em determinadas áreas privilegiadas da cidade não se poderia mais construir em madeira, em outras áreas foram impostas restrições referentes a implantação, pintura, altura de pé direito, metragem, entre outras exigências, que aliado a outros fatores contribuíram para que se criasse um certo preconceito com as casas de madeira, definindo-as como “casa de pobre”.

Berriel (2011) também apresenta em sua pesquisa que além do fato das casas de madeira serem fadadas a se restringirem a zonas periféricas, com determinadas exigências legais, o preconceito com as casas de madeira também se sobressaía. A autora identifica em diversas casas da cidade de Curitiba, a intenção de esconder que a edificação é construída em madeira, acrescentando-se na fachada da edificação uma parede de alvenaria, ou até mesmo de Erkulit, como ilustra a Figura 8. Em sua pesquisa, Berriel também analisa a pouca expressividade da arquitetura em madeira no Brasil, diagnosticando a precariedade da concepção dos projetos, pelo fato dos arquitetos não possuírem familiaridade com o material, resultando em “projetos e obras de baixa qualidade tecnológica e construtiva”. (BERRIEL, 2011, p. 34).



Figura 8 –Fotografia da de casa de madeira com fachada de alvenaria.

Autor/Data: Andréa Berriel/2011

Fonte: BERRIEL (2011)

Mas a pesquisadora também apresenta a beleza não só existente no material - a madeira, como também na técnica e conhecimento dos carpinteiros, possuidores de um “saber-fazer” particular, conforme descreve nas linhas abaixo:

As tábuas, quando pregadas nas vigas mestras da estrutura em sua posição vertical, permitem que a água das chuvas escorra sem acumular nas juntas, o que apodreceria a madeira. O intervalo entre as tábuas, que poderia ter de alguns milímetros a um ou dois centímetros, gera uma possibilidade de ajuste, sendo recoberto posteriormente pela mata-junta. A flexibilidade e facilidade construtiva soma-se a beleza gerada pelo ritmo das linhas verticais que se repetem nas superfícies, as mata-juntas que estão geralmente em primeiro plano recebem mais luz, provocando uma linha de sombra em constante transformação ao longo do dia sobre as tábuas que, associado ao ritmo dos pregos, transformam casas singelas em arranjos bem orquestrados, reproduzidas empiricamente e anonimamente por carpinteiros que já não existem. (BERRIEL, 2011, p. 23)

Esses carpinteiros foram responsáveis não só pela solidificação construtiva da região sul do estado, onde as casas eram construídas em araucária, mas também em outras regiões, tendo grande destaque o norte do Paraná, configurado pelas edificações em peroba-rosa, como será visto no próximo item.

2.2 O Saber-Fazer das edificações em madeira no Norte do Paraná

O processo de ocupação inicial do território norte paranaense, décadas de 1930 a 1950, foi determinante no desenvolvimento da técnica de se construir em madeira, o cenário local, misturado com a poeira, era formado pelas construções de tábua e mata-junta predominantemente em peroba-rosa.

Nas últimas décadas do século XIX mineiros e paulistas começaram a se dirigir para a região dedicando-se à cafeicultura; porém dificuldades de locomoção ainda “travavam o desenvolvimento”. Para solucionar o entrave, alguns fazendeiros se reuniram e fundaram a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que mais tarde passou a ser chamada de Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, fazendo a conexão com Sorocaba -SP, sendo que seus trilhos chegavam a Ourinhos -SP. No ano de 1925 a ferrovia chega a Cambará - PR. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975)

Com a chegada dos trilhos à região e o com isso o conseqüente aumento do fluxo migratório, o Estado decide promover atividades “ocupacionistas”. Sua estratégia consiste em ofertar grandes áreas de terras, com preços extremamente baixos, a empresas particulares. A propaganda para atrair novos habitantes para o norte do Paraná era feita em todo o Brasil, e com grande intensidade .

A empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, criada a partir da empresa Inglesa de nome Sudan Cotton Plantations Syndicate, adquire em 1925 no estado, cerca de 515.017 alqueires paulistas, o correspondente a 6,6% da área total do estado do Paraná. (PAULA, 2001)

Ações empreendedoras são lançadas pela empresa, com o intuito de promover a ocupação da região, como por exemplo, a negociação da ferrovia que ligava Ourinhos - SP a Cambará - PR, levantamentos topográficos, planos de loteamentos, construções de rodovias entre outras. Essas ações foram executadas também com o intuito de que a ocupação na região seguisse um planejamento criterioso. Foi definido como principal área de ocupação o Espigão divisor de águas entre as bacias do rio Ivaí e do rio Paranapanema. Definiu-se a partir deste

ponto as vias de circulação, a estrada principal, os leitos das ferrovias, o local para os principais núcleos urbanos e também os núcleos menores, chamados de patrimônios.

Existia um planejamento para instalar núcleos econômicos de maior importância a cada 100 km de distância, que seriam Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. E entre esses núcleos, outros menores, servindo como centros comerciais e abastecedores intermediários a uma distância de 15 km. O planejamento para os núcleos populacionais não se restringia apenas a sua localização, mas também era desenvolvido um plano urbanístico para cada núcleo. As principais características desse plano consistiam na demarcação das ruas e praças, respeitando as características do relevo, na divisão da área urbana em zonas residenciais e comerciais, e na localização de uma extensa faixa ao redor das áreas urbanas que se dividia em chácaras. (REGO, 2009).

A primeira cidade planejada pela companhia foi Londrina em 1930, o núcleo destinava-se a promover a comercialização e abastecer a vasta região agrícola, e receber mais habitantes que os demais núcleos que a empresa planejou, assumindo assim a função de centro regional.

A 127 km de distância de Londrina designou-se pela CMNP a localização da cidade Maringá, centro geométrico da zona ocupada pela Companhia, contando com vias de ligação com outras regiões do estado e com São Paulo, e que contribuiu para que rapidamente se tornasse um dos principais núcleos urbanos fundados pela empresa ocupacionista. Maringá foi fundada em 1947.

As primeiras construções tinham caráter provisório e por isso muitas delas eram erguidas com estrutura de madeira roliça, e em alguns casos nem mesmo a vedação era com madeira cortada na serra. Isso acontecia principalmente porque a empresa urbanizadora oferecia 50% de desconto no valor do lote urbano, caso a casa fosse construída imediatamente após a aquisição da terra. Porém nas edificações construídas com caráter definitivo, predominou a técnica de se construir com tábuas, do tipo mata-junta, geralmente de *Aspidosperma polyneuron* (Peroba-Rosa), que em muitos casos era retirada do próprio terreno.

Esse incentivo da companhia contribuiu para acelerada devastação da mata. No ano de 1930 o estado possuía 64,2% de floresta primitiva. Já em 1965 o Paraná possui apenas 25% dessa mata. Perda ocorrida devido à ocupação do Norte do Paraná e exportação de Pinho, adquiridos no Centro Sul do estado. (SANCHES, 1987).

Sobre a frente colonizadora implementada pela CMNP, muitos pesquisadores, como é o caso de Paula (1998) apontam que as ações da Companhia se configuravam altamente predatória e nociva ao ser humano e a floresta.

O rápido crescimento e diversificação das habitações em madeira evidenciam que a ocupação da região se deu de forma vertiginosa, e essencialmente alicerçada sobre a derrubada e utilização da madeira abundante. Os estudos de ZANI (2003) apontam que este fato ocorreu no norte do Paraná devido aos seguintes fatores sociais:

À pressa dos pioneiros em instalar-se tanto na área rural como na urbana, aliada à falta de moradias e estruturas de serviços; à abundância de madeira na região, aliada a um grande número de serrarias, tornando o seu preço acessível; ao grande número de carpinteiros associados à facilidade e rapidez construtiva, tornando o preço da mão-de-obra acessível à maioria da população. (ZANI, 2003, p. 22).

Imagens históricas encontradas nos museus da cidade ilustram esse período de desmatamento, onde as pessoas gostavam de exibir as grandes toras retiradas floresta e transformadas posteriormente em componentes construtivos para as habitações, como pode ser verificado nas Figuras de 9 a 12, a seguir.



Figura 9 – Fotografia da derrubada da mata

Autor/Data: sem autor/década de 40

Fonte: Museu da Bacia do Paraná



Figura 10 – Fotografia do transporte de uma tora de Peroba-Rosa

Autor/Data: sem autor/década de 50

Fonte: Museu da Bacia do Paraná



Figura 11 – Fotografia de uma serraria

Figura 12 – Fotografia do transporte de uma Peroba-Rosa

Autor/Data: sem autor/década de 50

Fonte: Museu da Bacia do Paraná



“E lentamente, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes. Eram os cedros, os jacarandás, perobas, marfins, pau-d'alhos, que tombavam sob o vigor do machado pioneiro”(ANDRADE, 1979. p.61).

De acordo com Luz (1999), as famílias de pioneiros, após adquirirem o lote da Companhia, se instalavam “num rancho de palmito, que servia como primeiro abrigo até que se pudesse construir uma habitação melhor e mais segura.” O conjunto de ocupação inicial das cidades tinha as primeiras construções em madeira: a igreja, o clube, o hospital, o hotel, o comércio e as casas, que em sua maioria, eram edificadas em peroba rosa. (LUZ, 1999, p.128).

Pesquisas como a de France Luz endossam este quadro, evidenciando que Maringá possuía, ainda em 1953, cerca de onze serrarias. Relata ainda que entre 1949 e 1952, foi constatado que, de mais de mil e novecentas construções na cidade, mil seiscentas e cinqüenta foram em madeira. (LUZ, 1999, p.128).

Machado (2014) complementa os dados de France Luz, afirmando que a cidade de Maringá chegou a ter cerca de 22 serrarias e ainda cita os nomes de algumas que lhe veem a memória: Serraria São Sebastião; Werneck; Philips; Balan; Breno.



Figura 13 – Fotografia do primeiro prédio do Hospital e Maternidade Santa Casa de Misericórdia de Maringá

Autor/Data: autor desconhecido/década de 1950

Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 14 – Fotografia do primeiro hotel da cidade no Maringá Velho

Autor/Data: autor desconhecido/década de 1940

Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Carpinteiros se instalaram na região diante do grande número de edificações a serem construídas, e imprimiam nas edificações sua habilidade, muitas vezes adquirida em outras obras ou na própria família. Alguns possuíam mais rigor em detalhes que outros. Cada edificação possuía a volumetria de acordo com a necessidade do proprietário e conhecimento do mestre carpinteiro responsável por tal.

Apesar da volumetria e dimensões das casas se diferenciarem elas tinham mais semelhanças do que diferenças. Genericamente o sistema construtivo, que aliava a solução estrutural e a

técnica construtiva das casas de tábuas do norte do Paraná era o mesmo, as ferramentas utilizadas também eram as mesmas e ocorreu de certa forma uma padronização das peças de madeira destinada a cada elemento construtivo. No entanto as dimensões das peças de madeira da região norte do estado, diferenciavam das do sul. O quadro seguinte – Quadro 10, consiste em uma esquematização generalizada, das peças padronizadas de madeira produzidas nas serrarias do Paraná nas décadas iniciais do período de ocupação do território elaborado a partir dos estudos de Larocca (2008), Zani (2005) e Imaguire Jr (2012) e do depoimento do Sr. Izaltino Machado (2014).

Componentes de madeira	Zani (2005)	Izaltino (2014)	Larocca (2008)	Imaguire (2012)
Vigas (cm)	6 x 12 6 x 16	6 x 12 6 x 16	10 x 15	5 x 10
Caibros (cm)	6 x 5	6 x 5	5 x 15	
Tábuas (cm)	22 x 2.5 22 x 2.2	22 x 2.5	30 x 2.5 22.5 x 2.5	30 x 2.5
Ripas (cm)	5 x 1.5	5 x 1	5.0 x 2.5	5 x 2.5
Mata-juntas (cm)	6 x 1.2	6 x 1	5 x 1.2	5 x 1.2
Quadrado /Esteios (cm)	10 x 10 12 x 12	10 x 10 12 x 12	10 x 10	10 x 10

Quadro 10 – Medidas dos componentes de madeira beneficiada utilizada nas construções de madeira no Paraná.

Na sequência a Figura 15 apresenta o corte transversal de um projeto de uma casa de madeira construída na Zona 7 na cidade de Maringá, década de 1950. O desenho apresenta algumas medidas dos componentes construtivos apresentado no Quadro 10.

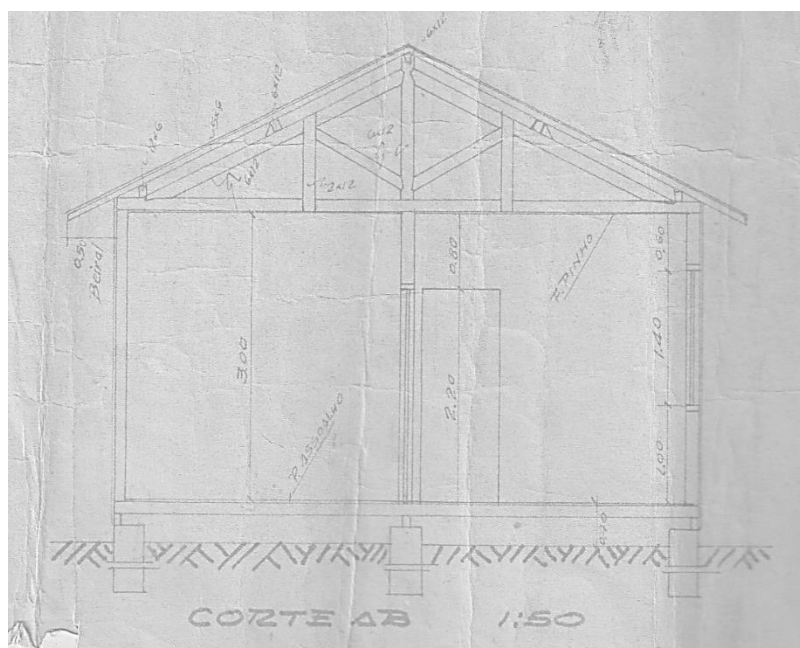


Figura 15 - Corte de uma casa de madeira construída na Zona 7 em Maringá.
Desenho: Autor desconhecido
Fonte: acervo autora

Segue abaixo a Figura 16, que consiste no croqui de um corte esquemático e uma perspectiva, de uma casa de madeira genericamente construída na região de Maringá. O desenho foi esboçado por Edgar Osterroht, ex-topógrafo da CMNP e projetista na empresa de engenharia de seu pai, a Arcontec, responsável por projetos e construções de milhares de casas de madeira no período de ocupação territorial da cidade.

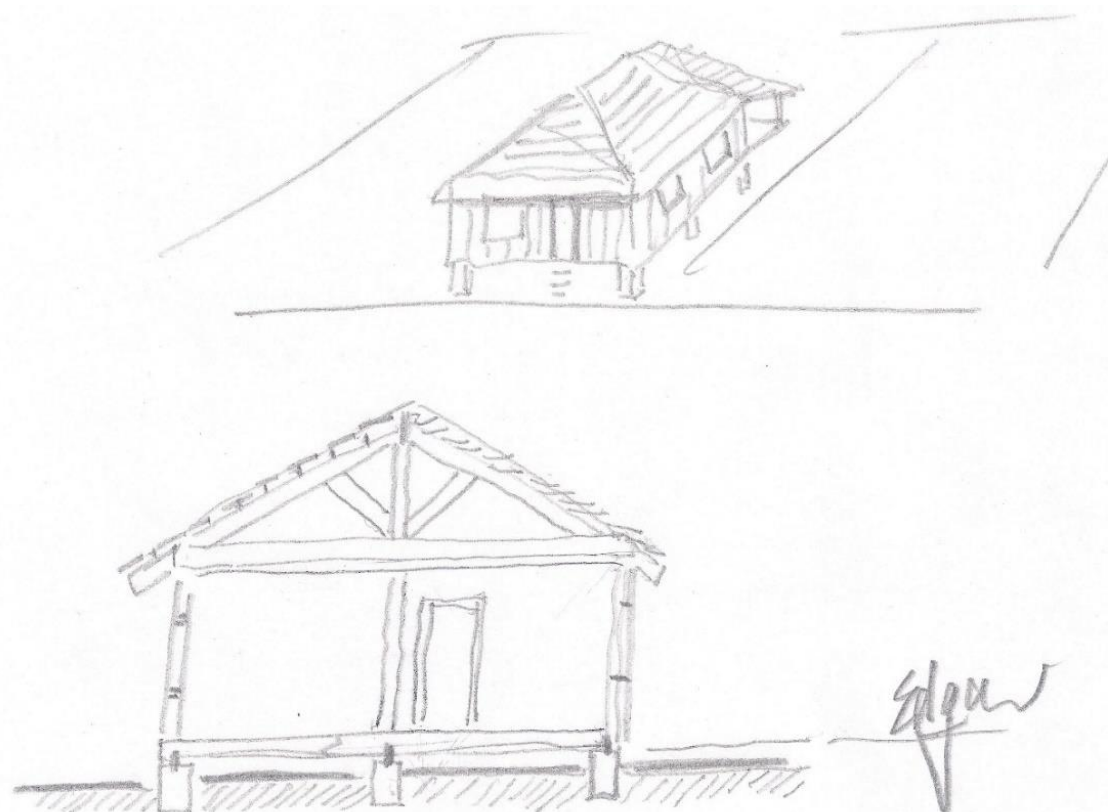


Figura 16 – Croqui de um corte e perspectiva de casa de madeira

Desenho: Edgar Ostenhof

Fonte: Acervo autora

Em relação ao conjunto estrutural das edificações em madeira, a pesquisa realizada por ZANI (2005) apresenta três subsistemas que compreendem: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares.

A parte portante é formada pelos quadros horizontais (superior e inferior) interligados através dos esteios. A estrutura do telhado é formada por tesouras romanas interligadas por trama de terças, caibros e ripas. As estruturas complementares eram formadas pelo enquadramento dos vãos de portas e janelas, vedações verticais e horizontais. (ZANI, 2005, p. 141)

Os procedimentos empregados na construção também seguem uma mesma sequência e foram listados por ZANI (2005) a partir de entrevistas com carpinteiros que participaram da construção das casas de madeira conforme elencadas a seguir, no Quadro 11:

- 1 – Esquadrejamento dos pilaretes de toco de tora ou de tijolo comum;
- 2 – Corte das peças para o quadro inferior;
- 3 – Montagem do quadro inferior, vigas guias “mestras” ou frechais “de baixo”;
- 4 – Corte das peças para o quadro superior;
- 5 - Montagem do quadro superior sobre o inferior;
- 6 – Corte das peças para a estrutura do telhado, rochante, loro, pontalete, terças e espigões;
- 7 – Montagem da estrutura do telhado formada por tesouras, terças e espigões, sobre o quadro inferior e superior, ao rés do chão;
- 8 – Numeração das peças da estrutura do telhado;
- 9 – Retiro e desmontagem das tesouras e do quadro superior;
- 10 – Alinhamento e colocação dos esteios (pé direito), e enquadramento dos vãos;
- 11 – Armação do quadro superior, frechais e vigas mestras;
- 12 – Colocação das tábuas de vedação;
- 13 – Armação da estrutura do telhado, tesouras, espigão, cumeeiras e terças sobre o quadro superior;
- 14 – Encaibramento e ripamento;
- 15 – Colocação das telhas;
- 16 – Colocação dos barrotes para assoalho;
- 17 – Colocação dos assoalhos;
- 18 – Colocação de tabuado vertical interno;
- 19 – Colocação de portas e janelas;
- 20 – Tarugamento para colocação do forro;
- 21 – Fiação
- 22 – Encanamento;
- 23 – Colocação de forro;
- 24 – Colocação de mata-juntas internas;
- 25 - Colocação de mata-juntas externas;
- 26 – Colocação de elementos de arremate: Forro nos beiras, rendilhado nos frontões e grade nas varandas.

Quadro 11 – Sequência de procedimentos para executar uma casa de madeira (ZANI, 2005)

As ferramentas utilizadas pelos carpinteiros compunham três conjuntos básicos de acordo com cada etapa da construção, a primeira consistia no processo de medição e marcação do local, a segunda etapa da obra, compreendia o momento de cortar as peças e construir de fato os elementos da edificação como as paredes, assoalho, forro e teto, e a última etapa, envolvia os acabamentos, o processo de plainar e entalhar. As ferramentas empregadas em cada etapa são apresentadas abaixo, no Quadro 12, segundo o estudo realizado por Zani (2005):

Etapa 1	<ul style="list-style-type: none"> - Metro de dobrar – para medição em centímetros e polegadas; - Lápis tipo carpinteiro – para riscadura dos cortes e sambladuras das peças; - Linha – para alinhamento da estrutura ou parte da mesma; - Prumo – para prumagem e nivelamento da estrutura ou parte da mesma; - Fio de prumo – para verificação da perpendicularidade da estrutura ou parte da mesma; - Esquadro 45 e 90 graus – para traçar cortes nas peças ou para esquadramento da mesma; - Esquadro suta – Esquadro móvel para traçar cortes em ângulos nas peças; - Graminho – para traçar espigas e encaixes
Etapa 2	<ul style="list-style-type: none"> - Serrote manual de 28 polegadas – para serrar vigamento tábuas e assoalhos; - Serrote manual de 28 polegadas – para serrar forros, ripas e mata-juntas; - Serrote manual de costas – para fazer moldura; - Serrote manual de sutar – para acabamentos - Serrote manual de sutar ponta – para serrar em linhas curvas; - Arco de pua – para furar as peças de madeira - Pontas para arco de pua – pontas para furos de prego n 2 até n 7; - Trado– para furos maior que a ponta n 7; - Máquina de furar manual – para furar peças em geral; - Martelo de unha grande – para vigamento e tábuas; - Martelo de unha média – para forro e assoalho; - Martelo de unha pequena – para acabamento; - Punção– para afundar a cabeça do prego na madeira
Etapa 3	<p>Conjunto de formões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formão de soquete para entalhe de vigamento e tábuas - Formão de espiga – para entalhes em forros, ripas e mata-juntas - Formão curto – Para entalhe em forros, ripas e mata-juntas - Formão goiva – usado como alavanca para forçar os cavacos de madeira; - Formão para entalhar – para entalhar em círculo. <p>Conjunto de plainas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plaina comum 15 polegadas – para aplainar qualquer tipo de superfície; - Meia galorpa – diferencia-se da plaina comum no tamanho, possui 18 polegadas - Galorpa ou junteira – para nivelar grandes superfícies. - Plaina de acabamento – para acabamento de pequenas peças. - Plaina Circular – Para superfícies curvas - Plaina Topejar – Para superfície inacessível à plaina comum - Plaina para rebaixos ou goivete – Para encaixe tipo macho-fêmea - Plaina para encaixe – Para cortar a madeira contra as fibras - Plaina para aparelhar – Para vigas, caibros, tábuas e mata-juntas - Plaina escratilho ou testa de carneiro – Para acabamento de portas. <p>Conjunto de limas – para afiamento de ferramentas em geral</p> <p>Conjunto de grossas – para reduzir e alisar as extremidades das madeiras que não podem ser acabadas com ferramentas cortantes</p>

Quadro 12 – Ferramentas utilizadas pelos carpinteiros de acordo com cada etapa da obra (ZANI, 2005)

Vale destacar que a grande maioria das casas eram construídas com tábuas na vertical, no sistema de tábuas e mata-junta, porém alguns raros edifícios possuíam as tábuas na horizontal, com uma técnica mais elaborada. Com a utilização de fresas, as tábuas ganhavam um encaixe macho-fêmea entre elas. Os edifícios com a tabuado na horizontal eram frequentemente relacionados aos proprietários das serrarias. As casas dos trabalhadores, os galpões e os edifícios comerciais eram construídos com as tábuas na vertical, com frestas vedadas pelas mata-juntas. Ambas as técnicas compartilharam uma origem comum: o processo industrial de desdobramento e beneficiamento da madeira feito nas serrarias. (BERRIEL, 2011, p. 22).

O depoimento do Sr. Edgar Osterroht, corrobora para a afirmativa de Berriel. Segundo Osterroht (2015), na região de Maringá, as edificações construídas com tábuas na horizontal de encaixe macho-fêmea, eram excepcionais, geralmente construídas para pessoas com maior poder aquisitivo, pois devido ao encaixe diferenciado das tábuas, na maioria das vezes essas peças vinham de outras cidades maiores, que possuíam serrarias com maquinário mais avançado.

Tais informações relacionadas em linhas acima, também puderam ser confirmadas com o Sr. Izaltino Machado, um carpinteiro que participou, juntamente com seu irmão das primeiras edificações em madeira da cidade de Maringá, e que ainda consegue relatar com lucidez o processo construtivo empregado no período de ocupação territorial desta cidade. Sr. Izaltino, participou da construção da capela Santa Cruz, da Catedral Nossa Senhora da Glória, da casa que atualmente abriga o Museu da Bacia do Paraná, e de centenas de casas que já foram demolidas. As figuras 17 e 18, são fotografias do Sr. Izaltino com duas das principais ferramentas que utilizou no passado para construir as edificações em madeira.



Figura 17 – Fotografia do ex-carpinteiro Sr. Izaltino com um arco-de-pua

Figura 18 – Fotografia do ex-carpinteiro Sr. Izaltino com um serrote

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2009

Fonte: Acervo da autora

Porém, com o tempo a prática de se construir em madeira acabou se dissipando, devido a distintos fatores, dentre os quais Zani enfatiza um que talvez possa ser tomado como central:

A técnica construtiva de se edificar em madeira durou aproximadamente 40 anos, tempo suficiente para a devastação completa da floresta norte-paranaense. Com a escassez de madeira, as construções com este material passaram a ter um custo próximo ao da alvenaria e deixaram de ter a preferência da maior parte da população. (ZANI, 2003, p.20).

A substituição da técnica de construção em madeira por outras se tornou inevitável. A técnica e as construções, que configuravam o cenário do período de ocupação da região, testemunhos de uma época, findaram e foram, aos poucos, substituídos.

O que vem acontecendo, não só nas cidades do norte do Paraná, mas do estado inteiro de uma forma geral, é o desaparecimento das edificações em madeira. A falta de preservação ou até mesmo de registro das construções representativas daquele momento, bem como a falta do testemunho dos carpinteiros que fizeram parte do momento mencionado, faz com que a cidade perca seus bens patrimoniais.

A este respeito Imaguire comenta:

(...) E quando se vê, nos testemunhos remanescentes do ciclo da madeira é muito triste: diariamente, casas de madeira são incendiadas e demolidas sem aproveitamento do material. Mesmo exemplares de valor excepcional desaparecem ou estão comprometidos – que dizer, então, das construções mais simples, aquelas vernáculas na plena acepção de termo, que deram abrigo a grande maioria – direi mesmo à quase totalidade – da população paranaense, pelo menos em alguma fase de suas vidas. (IMAGUIRE in LAROCCA JR, 2008, p. 14)

A carpintaria deu suporte à ocupação inicial da cidade e de seu entorno, configurando elemento de forte valor histórico, na medida em que representa patrimônio simultaneamente material, através das obras em si; e imaterial, representado pela fusão entre culturas e pelo conhecimento e técnica construtivas empregadas.

O conhecimento adquirido pelos carpinteiros que construíram as edificações em madeira, no período da ocupação da região, se configura em verdadeira tradição de um “saber fazer” particular, através de experiências de vida, de trocas culturais com carpinteiros de outras correntes de imigração, adquiridas muitas vezes nos mutirões de obras comunitárias, ou repassado de geração em geração. Desenvolveu-se portanto uma uniformização paulatina da técnica e do sistema construtivo, que formaram a paisagem da região.

Um “saber-fazer” que foi fundamental para o período citado, e que sugere o acesso a um importante legado cultural, pois permite a reconstrução de trajetórias e ações da sociedade local naquele momento, em que o desmatamento fornecia a matéria prima para as construções, permitindo o desenvolvimento do domínio da técnica construtiva e de uma tipologia própria, caracterizando a cultura arquitetônica da região. Tanto as edificações em madeira quanto a prática cultural aplicada em suas construções, constituem-se em bens patrimoniais, que por sua vez são testemunhos do saber humano e da história.

Deste modo, a preservação de construções representativas em madeira torna-se de vital importância para a salvaguarda do bem cultural (patrimônio material) e valorização da forma

de construir na região (a técnica construtiva, patrimônio imaterial), pois essas obras foram testemunhos do passado da cidade, e são imprescindíveis para a construção da história regional. Tais obras vinculam-se a um saber e a uma sensibilidade que enraízam no presente e retoma o passado.

O crítico de arte Jonh Ruskin ressalta a importância da preservação de obras arquitetônicas como sendo um dos meios de que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade. Assim ele assinala: “Nós podemos viver sem [a arquitetura], adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar.” (RUSKIN apud CHOAY, 2006, p. 12)

O fenômeno de substituição das edificações em madeira pelas de alvenaria representou a perda de uma parte da memória histórica, arquitetônica e cultural da região. Hoje, dado o quadro de inexistência de preservação material e mesmo documental, mostram-se essencialmente defensáveis ações e propostas que visem à preservação e memória das edificações e da técnica de construção em madeira do período de ocupação. A compreensão da ação do homem sobre o material principal das ocupações, a madeira, através da compreensão sobre suas técnicas e ações construtivas, representam um patrimônio histórico-cultural de relevância inegável. Debruçar a pesquisa histórica sobre este objeto se constitui em absoluta coerência e necessidade para preservação deste patrimônio material e imaterial, deste “saber fazer” que configurou a ocupação da região de cidade de Maringá.

2.3 Arquitetura Religiosa em Madeira no Paraná

Dentre as diversas edificações em madeira que foram erguidas no período de ocupação de terras paranaenses, com as mais distintas finalidades, as capelas e igrejas são os exemplares que melhor representavam o esmero da técnica construtiva desenvolvida.

Os templos cristãos são edifícios construídos em determinado tempo e espaço, e definidos a partir de necessidades da sociedade. Alguns grupos sociais necessitam de grandes catedrais para receberem seus fiéis, outros menores, de capelas, que abriguem a pequena comunidade local. Em alguns casos serão celebrados apenas o mistério pascal, em outros além deste mistério são celebrados batismos, casamentos, eucaristias, etc.

De acordo com Menezes (2006) os templos religiosos são também expressões culturais de determinada sociedade, e são construídos de acordo com a técnica e estilo da época. No período de ocupação do território paranaense, a técnica construtiva que se disseminava como

relatado em linhas acima, era a de construir em madeira e, dentre as diversas edificações construídas com tal material, destacam-se as capelas e igrejas.

Em geral, as capelas tem sido os últimos remanescentes de construções em madeira não residenciais nas cidades do Paraná. Ações preservacionistas, como o tombamento, tem evitado a demolição das últimas capelas de madeira no estado. Ainda existem, muitas casas espalhadas pelas cidades, porém, pode-se identificar que entre as remanescentes, existe um grande número mal preservadas, que num futuro breve serão extinguidas pelo ambicioso mercado imobiliário.

Alguns templos religiosos foram registrados por Miranda e Carvalho (2005), sendo que os autores apresentam 33 exemplares de igrejas e capelas, situadas à sudeste do estado. As edificações religiosas retratadas são católicas romanas, católicas orientais bizantinas, cristã ortodoxa e luterana. Tais templos, estão ligados às tradições religiosas e construtivas de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Os autores salientam que, de forma geral, os volumes dessas edificações possuem geometria de formas diversas, criando uma figura precisa: o pórtico, torre sineira, nave, altar e sacristia - as combinações dos telhados variam de uma edificação para outra, mas sempre possuem algo similar para que possam ser facilmente reconhecidas. Os autores também destacam que, essas edificações são construídas em madeira serrada, com tabuado na vertical do tipo mata-junta. Na sequência as figuras 19 e 20, apresentam duas das capelas registradas pelos autores.



Figura 19 – Fotografia Igreja da Imaculada Conceição, Cachoeirinha - Prudentópolis

Autor/Data: Nego Miranda/ 2005

Fonte: MIRANDA; CARVALHO (2005)



Figura 20 – Igreja de São Sebastião e São João– Taquari, Irati

Autor/Data: Nego Miranda/2005

Fonte: MIRANDA; CARVALHO (2005)

Nos estudos realizados por Batista (2009), sobre Igrejas Ucranianas no Paraná, são apresentados os levantamentos de 25 templos no estado de tradição ucraniana, selecionados de 200 edifícios no total, sendo que entre as edificações registradas, 18 são em madeira, fato

justificado pelos autores pela rápida desaparecimento dos edifícios construídos com este material. Estes, destacam em tal pesquisa, a importância da construção dos templos religiosos pelos imigrantes ucranianos, como uma afirmação da etnia no novo território. Os primeiros edifícios religiosos destes imigrantes no Paraná, tinham como principal matéria-prima, a madeira, da espécie *Araucaria angustifolia*, encontrada em abundância na região sul e sudeste do estado. Essas construções, possuíam vedação em tábua (vertical) e mata-juntas, destacam-se as cúpulas nas coberturas, que recebem uma carga simbólica como signo da etnia ucraniana. O partido arquitetônico é muito variado entre essas igrejas, pois foi sofrendo alterações com o passar do tempo. O envolvimento da comunidade na construção destes templos, era significativa, tendo a participação dos integrantes desde o projeto, até a construção dos edifícios, que era realizada em mutirão. (BATISTA, *et al* 2009).

As figuras 21 e 22, ilustram duas das capelas pesquisadas por Batista (2009), vale informar que ambas também foram fotografadas por Miranda e Carvalho (2005).



Figura 21 – Igreja de São Pedro e São Paulo, Gonçalves Junior - Irati

Autor/Data: Jamon José Gusso/2009

Fonte: BATISTA (2009)

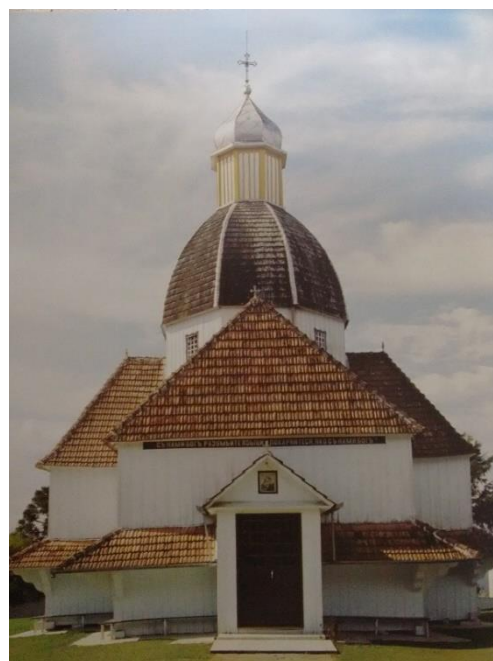


Figura 22 – Igreja de São Miguel Arcanjo, Serra do Tigre - Mallet

Autor/Data: Jamon José Gusso/2009

Fonte: BATISTA (2009)

O norte do estado do Paraná, também teve uma grande variedade de capelas e igrejas construídas em madeira nas décadas de 1930 e 1940. A companhia colonizadora CMNP, com o intuito de manter a ordem nos núcleos que se formavam, procurava sempre agilizar a construção da igreja ou capela. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Este tipo de edificação se mostrou de extrema importância para os primeiros habitantes do local, sua relevância era verificada até mesmo na localização dos templos, segundo estudos de Barizon (1991) e Rego (2009), as igrejas ou capelas na área urbana, eram na maioria das vezes localizadas no centro do traçado urbano da cidade. A capela Santa Cruz, inventariada neste estudo, localizada na área urbana, não seguiu esta regra, isso porque ela foi construída em um local destinado a ser um assentamento provisório, pois havia um plano urbanístico sendo projetado para cidade que, teria o centro em outro local. No plano elaborado por Jorge Macedo Vieira, o local destinado para o templo religioso principal do município teve lugar de destaque, corroborando para as afirmações de Rego e Barizon, onde construiu-se a catedral Nossa Senhora da Glória.

As capelas que se localizavam na área rural eram de acordo com Barizon (1991), construídas pelos colonos, e localizadas próximo a escola e a venda, voltadas para a estrada, na direção de maior afluência de pessoas. Eram ao redor as capelas, que se realizavam as festas religiosas, denominadas quermesses, uma das poucas formas de lazer dessa população naquele período. Isso pode ser evidenciado, na instalação da capela Nossa Senhora Aparecida, que foi construída pelos colonos na área rural, próximo a venda e escola da comunidade. No entanto a Capela São Bonifácio, também construída na área rural, não seguiu esta premissa, pois foi idealizada pelo Emílio Scherer, que construiu-a dentro de sua fazenda, em local que ainda não havia outras construções nas proximidades.

O templo cristão, portanto, tinha grande significado para esses primeiros habitantes, como a vida no início da ocupação das terras era de muitas dificuldades, essas pessoas se apegavam cada vez mais a religião, na esperança de boas colheitas e de uma vida melhor de onde vieram. Barizon (1991)

Alguns exemplares das edificações religiosas do norte do Paraná foram estudadas por Barizon (1991) e Zani (2003). A primeira realizou o registro gráfico das fachadas das primeiras igrejas e capelas em madeira no norte do estado, o segundo inventariou algumas capelas em madeira que ainda existem nesta região. Estas, eram construídas tendo como subsistema de vedação o uso de tábuas e mata-juntas, mas diferenciavam-se da arquitetura das casas na sua solução estrutural e de cobertura, em que grande parte dos casos utilizava pórticos atirantados por cabo de aço. Em relação ao programa arquitetônico, Zani (2003) afirma, que as capelas eram muito simples: nave, altar e sacristia. E o partido expressava essa simplificação na forma, sendo a nave coberta por um telhado de duas águas com forte inclinação e o altar e sacristia sempre com telhados mais baixos anexos. O coro e alpendre, também estavam presentes em algumas capelas e o campanário, em quase todas. O mesmo autor salienta que:

“A simplicidade do programa e o partido das capelas, aliados à composição de suas fachadas, marcada pela textura da tábuas e mata-juntas e do uso das cores tanto interno como externo, conferem-lhes uma qualidade plástica ímpar na arquitetura popular religiosa e marcam a paisagem dos patrimônios e bairros rurais da região norte-paranaense.” (ZANI, 2003, p. 147)

Nem todas as capelas estudadas por Barizon permanecem erguidas. A pesquisadora desenhou a fachada das capelas de Ibiporã (1935), Londrina (1933), Cambé (1934), Rolândia (1934), Arapongas (1938), Mandaguaçu (1944), Jaguapitã (1937), Jandaia do Sul (1940-1945), Santa Isabel do Ivaí (1952), Tamboara (1947), Mandaguari (1939), Borrazópolis (1948), Faxinal (1929), Cruzeiro do Sul (1953), Astorga (1945) e Jussara (1952).

Enquanto Zani (2003) inventariou as capelas de madeira existentes no Norte do Paraná. Compreendendo as seguintes edificações: Capela de Bratislava (Cambé, 1941), Capela KM 9 (Cambé, 1947), Capela Patrimônio Campinho (Arapongas, 1948), Capela Santo Antonio KM 12 (Arapongas, 1951), Capela Patrimônio Selva (Londrina, 1938), Capela Nossa Senhora Aparecida Pinhalzinho (Califórnia, s/d), Capela Couro de Boi (Sertanópolis, s/d), Capela Limoeiro (Londrina, 1959) e a Capela Fazenda Paraíso (Bela Vista do Paraíso, s/d).

Na sequência as figuras 23 e 24 apresentam duas das capelas inventariadas por Zani (2003), e a figura 25 ilustra, as edificações registradas por Barizon (1991).



Figura 23 – Fotografia Capela Nossa Senhora Aparecida - Pinhalzinho
Autor/Data: Fernanda Piçanço/1995
Fonte: ZANI (2003)



Figura 24 – Fotografia Capela Patrimônio Campinho em Arapongas
Autor/Data: Antonio C. Zani/1997
Fonte: ZANI (2003)

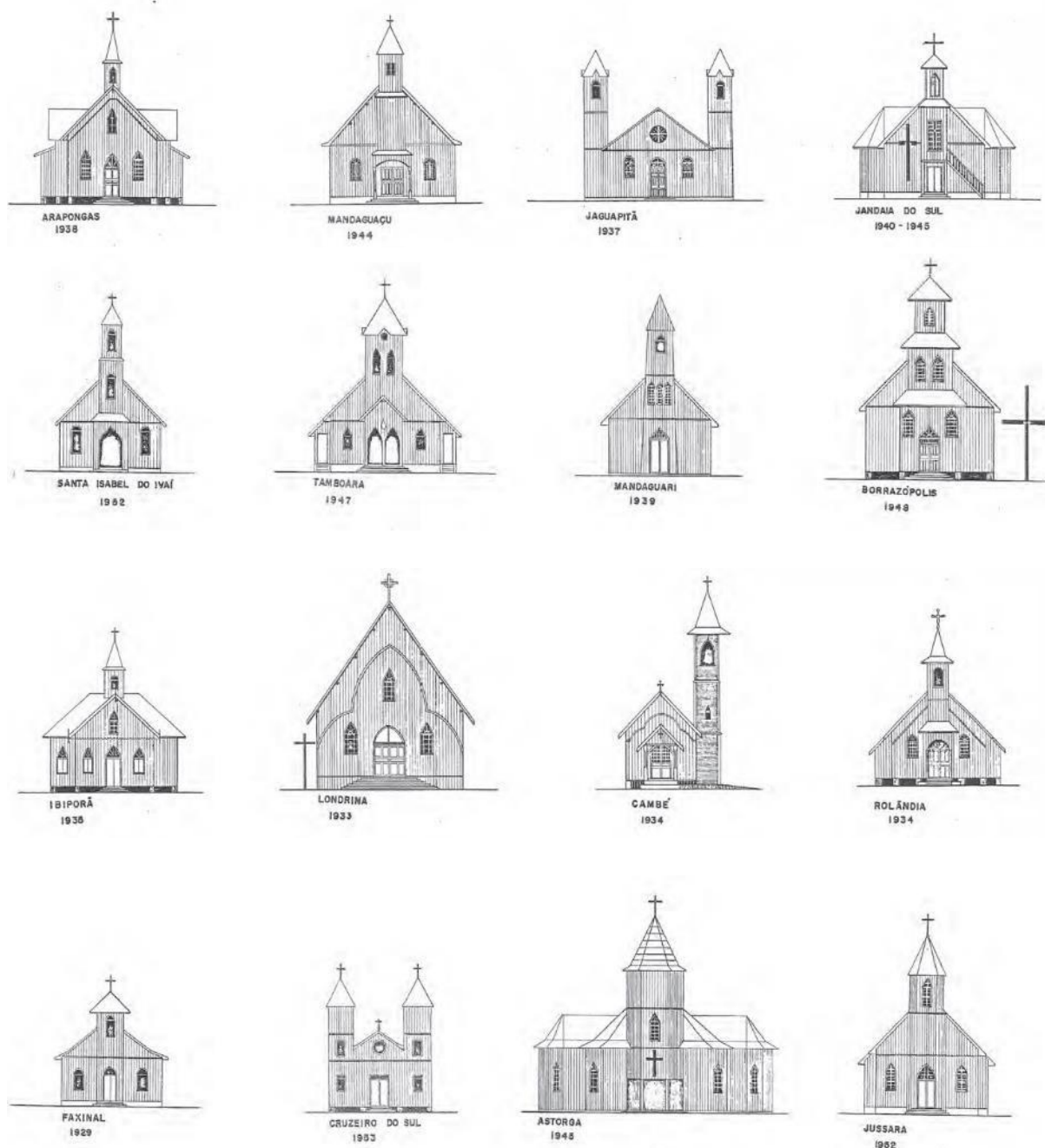


Figura 25 – Desenho das fachadas dos primeiros templos religiosos em madeira no norte do estado

Desenho: Maria Bernadete Barizon

Fonte: BARIZON apud ZANI (2003)

Na cidade de Maringá, os primeiros templos religiosos em madeira foram, a capela São Bonifácio datada de 1940, construída na zona rural de Maringá, na Gleba Pinguim e a capela Santa Cruz, construída em 1945, no Maringá Velho³⁵. A catedral Nossa Senhora da Glória,

³⁵ “Maringá Velho” é denominação dada atualmente para o local destinado pela CMNP à instalação dos primeiros prédios comerciais, uma região estratégica para que não interferisse significativamente no projeto encomendado ao urbanista Jorge Macedo Vieira para a cidade de Maringá, pois a região central da cidade se localizaria em outro local, distante daquele.

construída na Avenida Tiradentes, próximo ao centro cívico da cidade, também teve sua primeira versão em madeira, que além de fotografias não possui outros registros iconográficos ou menção sobre a construção, a qual foi demolida após a construção de outra edificação de maior porte em estrutura de concreto armado, projetada pelo arquiteto José Augusto Belucci em 1958, sua construção iniciou-se em 1959, e a obra foi finalizada em 1972.

A sequência de imagens a seguir Fig. 26 à 28, resume a história da edificação de madeira da Catedral Nossa Senhora da Glória em madeira, onde pode-se observar que a edificação sofreu acréscimos em sua construção e, posteriormente, foi substituída pela edificação imponente em concreto armado, porém, essa breve trajetória, pode ser contada apenas pelas imagens, a ausência de documentação ou registro impossibilita o conhecimento de detalhes sobre a obra.

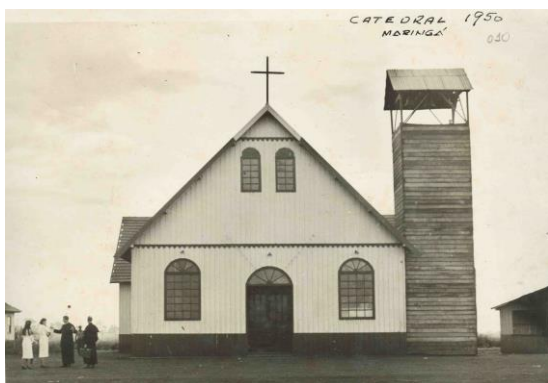


Figura 26 – Fotografia Catedral Nossa Senhora da Glória em madeira em 1950

Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná



Figura 27 – Fotografia Catedral Nossa Senhora da Glória em madeira em 1972

Autor: Desconhecido

Acervo: Museu da Bacia do Paraná



Figura 28 – Fotografia construção da Catedral N. S. da Glória em concreto em 1972

Autor: Desconhecido

Acervo: Museu da Bacia do Paraná

Além dos templos mencionados em linha anteriores, também foi edificado na zona rural a Capela Nossa Senhora Aparecida, em meados de 1950, na Estrada Guaiapó. Este templo religioso, juntamente com as Capelas São Bonifácio e Santa Cruz, encontram-se tombadas como patrimônio histórico de Maringá, sendo que as duas últimas, também são protegidas pelo Estado, e terão seus inventários registrados no capítulo seguinte.

CONCLUSÕES CAPÍTULO 2

Constata-se nesta pesquisa, que a arquitetura em madeira, possui um forte legado cultural e histórico para o estado do Paraná. Essa expressão cultural, que configurou-se no momento em que o desmatamento fornecia a matéria prima para as construções, permitindo o desenvolvimento do domínio da técnica construtiva, caracterizou uma cultura arquitetônica do território paranaense.

Construiu-se todo tipo de edificação com a madeira retirada das florestas do Paraná, desde pequenas casas residenciais, à ginásios de esportes. No entanto, apesar desta arquitetura, ter sido disseminada em praticamente todo território paranaense, ela apresentou características próprias em cada região.

As demais pesquisas sobre arquitetura em madeira no Paraná, apontam que a maneira de construir, as etapas de trabalho, as ferramentas e materiais utilizados, eram praticamente os mesmos, porém, existiu certas peculiaridades em cada região. Ao confrontar as medidas das peças de madeira, foi possível verificar que as bitolas comercializadas na região sul, possuíam medidas distintas, das bitolas da região norte do estado, em função da espécie arbórea característica de cada porção territorial do estado. Confrontando as imagens das edificações em madeira das duas regiões, também foi possível constatar um maior rigor de detalhes nas construções da região sul, do que nas da região norte. Pois a região teve o território ocupado em um momento de grande imigração europeia, enquanto na região norte, que teve o seu território ocupado posteriormente, teve uma maior miscigenação de imigrantes, concluindo-se portanto que os europeus, dominavam melhor a técnica construtiva em questão, e assim influenciaram significativamente na disseminação da arquitetura em madeira no estado.

A carpintaria, constitui portanto um patrimônio imaterial, representado pela fusão entre culturas e pelo conhecimento e técnica construtivas empregadas, e as obras em si, constituem um patrimônio material para o estado.

No entanto, muitos equívocos disseminados referentes ao conhecimento da matéria-prima bem como da técnica construtiva, estão fazendo com que esta expressão cultural desapareça do cenário paranaense, sem o devido reconhecimento.

Há algumas décadas, as construções de madeira já vem sendo substituídas por outras de outro material, devido a fatores como: preconceito com as obras feitas com este material; falta de conhecimento sobre a conservação da edificação e pressão do mercado imobiliário. Em decorrência destes fatores, uma parte da memória histórica e cultural do Paraná, também vem se perdendo. Pois não se tem registro do conhecimento da técnica construtiva dos carpinteiros, e pouco se tem documentado das edificações em madeira.

Na paisagem urbana e rural, das cidades do Paraná, ainda pode ser encontrado edificações residenciais em madeira, e algumas igrejas e capelas. Destas edificações remanescentes da arquitetura religiosa, algumas encontram-se registradas nos livros de tomo de suas respectivas cidades, ou até mesmo do estado. Porém, na maioria dos casos, o inventário da edificação ainda não foi realizado. Assim como, das demais capelas e igrejas de madeira que já foram demolidas, que também não tiveram seus registros gráficos documentados.

Exemplo próximo, ocorreu com a Catedral Nossa Senhora da Glória, na cidade de Maringá, que foi demolida após a conclusão da edificação atual, e não se tem nenhum desenho gráfico da obra, apenas algumas fotografias.

Na paisagem de Maringá, ainda podem ser encontradas três edificações representativas da arquitetura religiosa de madeira. As capelas São Bonifácio, Santa Cruz, e Nossa Senhora Aparecida, também estão inscritas no Livro do Tombo da cidade, e as duas primeiras também possuem inscrição no Livro do Tombo do estado, porém foram inscritas sem serem inventariadas.

Com o registro destas três edificações, realizado aqui, e o relato de um dos carpinteiros que participou da construção da Capela Santa Cruz, acredita-se que este trabalho, contribuirá para a preservação não só das edificações em sua materialidade, mas também para a memória da comunidade local e regional.

CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA RELIGIOSA DE MADEIRA REMANESCENTE NA CIDADE DE MARINGÁ

A cidade de Maringá, ainda tem o privilégio de possuir em sua paisagem, três edificações religiosas, remanescentes da arquitetura em madeira, que configurou o cenário do período de ocupação territorial, que constituem o objeto de pesquisa deste trabalho, sendo elas: a Capela São Bonifácio (1940), a Capela Santa Cruz (1945) e a Capela Nossa Senhora Aparecida (1950).

A primeira capela, foi construída na área rural, na Gleba Pinguim, no entanto atualmente, com o crescimento da cidade, sua localização pertence ao perímetro urbano de Maringá. A segunda capela, localiza-se numa região atualmente como Maringá Velho, no período de sua construção o local foi o reduto embrionário da cidade. E a terceira capela, foi construída na área rural, na estrada conhecida como Guaiapó. A localização das três edificações pode ser visualizada na figura 29.

Outras capelas e igrejas em madeira, já fizeram parte do cenário do município de Maringá, porém, por motivos diversos não existem mais. O maior problema encontra-se na falta de um registro documentado das edificações que se perderam, como é o caso da Catedral Nossa Senhora da Glória, relatado anteriormente.

As três capelas, remanescentes da arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá, constituem patrimônio material representado pelas edificações, e patrimônio imaterial representado pela técnica particular de se construir em madeira. Apesar de serem construídas no mesmo município, na mesma época, com praticamente as mesmas condicionantes, elas possuem cada qual, sua especificidade histórica, construtiva e preservacionista, que será abordado na sequência.

O registro destas edificações de interesse histórico-cultural, se faz necessário pelos mais variados motivos, destacando-se os seguintes: em casos de futuras ações preservacionistas (nova restauração), no inventário necessário a ações que visem a preservação do bem, na documentação da técnica construtiva utilizada, caso o bem se deteriore e venha a ser demolido, em futuras pesquisas sobre a técnica construtiva, sobre o “saber-fazer” dos mestres carpinteiros e sobre a história da cidade, além de assegurar a memória de uma edificação que faz parte da história local. Desta forma, o registro gráfico (plantas, cortes e elevações) realizado para esta pesquisa das capelas em questão, vem contribuir aos aspectos citados anteriormente. Pois apesar das capelas estudadas já terem sido tombadas como patrimônio histórico do município e do estado, não possuíam inventário devidamente documentado.

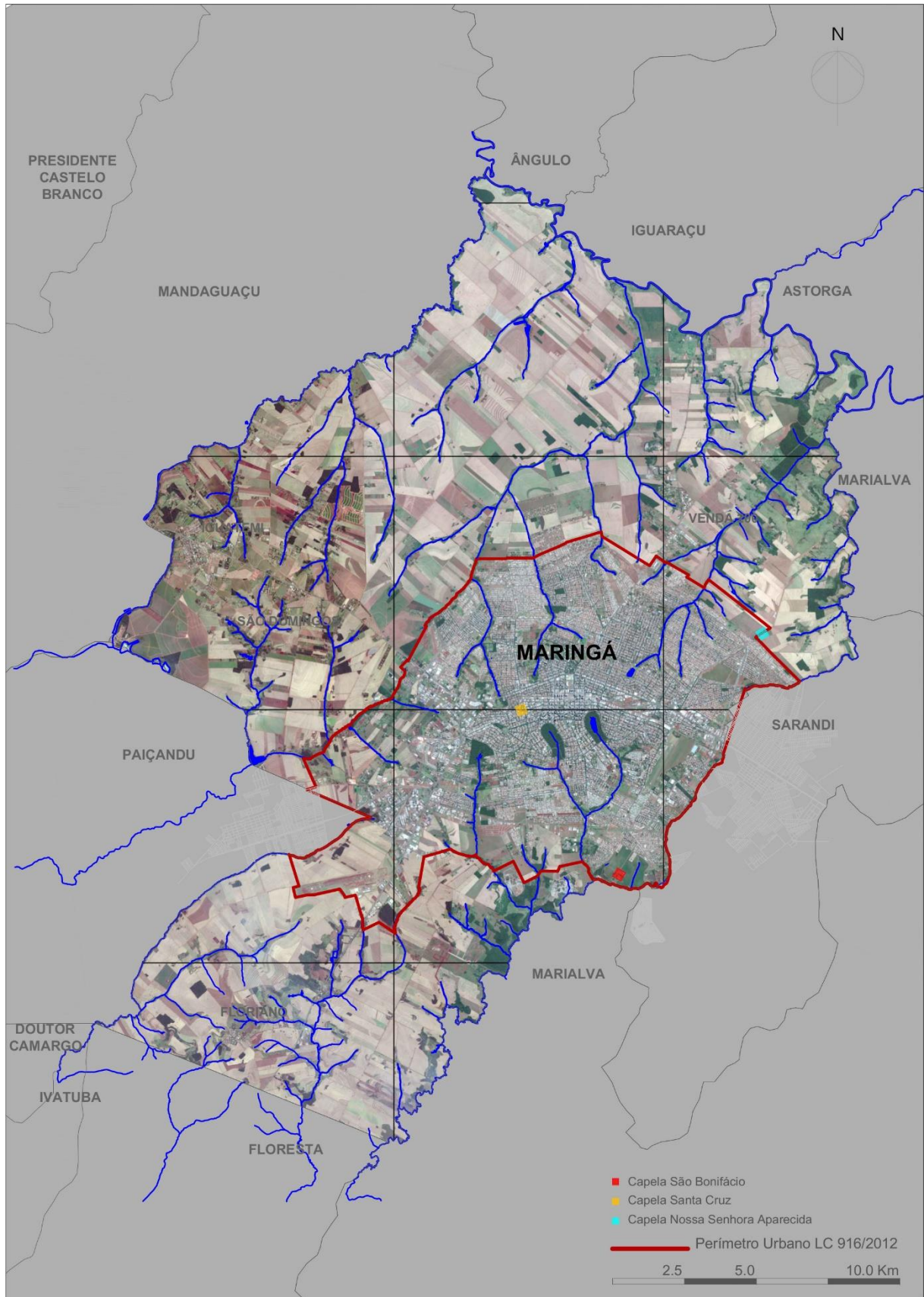


Figura 29 - Mapa de localização das capelas de madeira na cidade de Maringá
 Fonte: PMM – adaptado pela autora

3.1. Capela São Bonifácio

3.1.1. A capelinha do Vale Azul

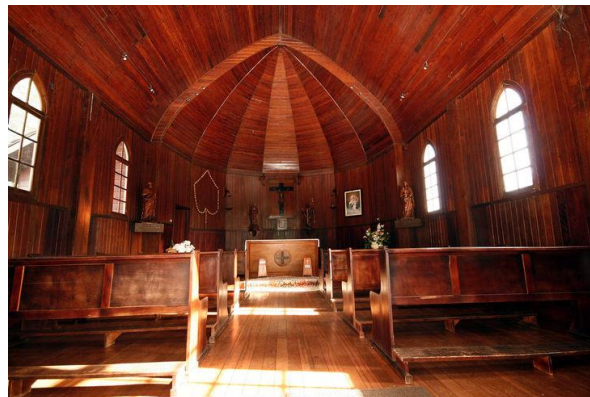


Figura 30 – Fotografia externa Capela São Bonifácio

Figura 31 – Fotografia interna Capela São Bonifácio

Autor/Data: André Renato (Imprensa Prefeitura) /2014

Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento e Turismo

A história da Capela São Bonifácio, está vinculada à trajetória de imigração do padre alemão Emílio Clemente Scherer, também diplomata, que na década de 1930, viajava por diversos países com a missão de cuidar das colônias alemãs espalhadas pelos continentes. Esteve de passagem pelo Brasil por diversas vezes, e entre os lugares mais visitados estavam São Paulo e Rolândia, no norte do Paraná.

No final da década de 1930, com as perseguições políticas, religiosas e raciais, em que se encontrava a Alemanha, Scherer posicionou-se contra o Reich, defendendo os interesses da igreja, e com isso colocou em risco sua segurança. Temendo a prisão, fugiu para a Suíça em 1938, posteriormente para Roma e de lá, embarcou para o Brasil. Hospedou-se primeiramente em Rolândia na casa de amigos, até encontrar um local para instalar-se definitivamente. (ROBLES, 2007, p. 112)

Paralelamente a esses acontecimentos, a CMNP promovia esquemas de permuta de material ferroviário por títulos de terras da empresa. Como o Padre Emílio saiu de seu país sem levar consigo seus investimentos, negociou-os com a empresa. Ele custeou a compra de trilhos na Alemanha para a companhia e esta, lhe daria em troca terras no Brasil.

Segundo Robles (2007), não havia mais, em 1938, terras próximas a Rolândia e Londrina, equivalentes ao desembolso de Padre Emílio. Com isso, Arthur Thomas, um dos diretores da CMNP indicou para o religioso terras próximas ao núcleo que se chamaria Maringá. O fator influenciador na escolha das terras foi que, a companhia inglesa pretendia para seus núcleos, condições ordeiras, e a presença de um padre ajudaria nessa premissa. Com a cautela de

que seus núcleos não virassem filmes de faroeste, a empresa incentivava a instalação de um templo religioso, um colégio e uma santa casa nos novos núcleos.

Padre Emílio adquiriu portanto o lote nº 01 da Gleba do Ribeirão Pingüim, região conhecida como Vale Azul, inicialmente com área de 230 alqueires, o que corresponde a 5.566.000 m² (cinco milhões quinhentos e sessenta e seis mil metros quadrados). Posteriormente em uma nova aquisição, a área aumentou para 400 alqueires. Iniciou-se a derrubada da mata e a larga exploração da madeira, como de costume na época de ocupação do norte do Paraná. Ergueu-se primeiramente a casa do padre (Figura 32), a casa dos empregados e outras dependências, posteriormente a capela. O Padre nomeou a área de Fazenda São Bonifácio, nome de um padroeiro alemão.



Figura 32 – Fotografia da antiga casa do Padre Scherer na Fazenda São Bonifácio

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2014

Fonte: Arquivo pessoal autora

A capela foi batizada com o mesmo nome do padroeiro da fazenda, a edificação começou a ser construída em 1939 e finalizada em 1940. Em 25 de fevereiro, o templo religioso fora abençoada pelo Padre Emílio. A capela São Bonifácio foi provisionada como *oratorium semipublicum*³⁶ pelo vigário Pe. Luis Othão Waschburger. Semipúblico é o oratório (capela) “erigido em benefício de uma comunidade ou de um grupo de fiéis que ali se reúnem, não aberto ao público em geral”. (ROBLES, 2007, p. 112).

O templo servia à comunidade local, que se dirigia à fazenda para os cultos e atividades litúrgicas. Foi nessa edificação que os habitantes do núcleo inicial da cidade realizaram as primeiras missas, batizados e casamentos dos moradores da região. “Aos domingos e dias

³⁶ Oratório “semipúblico” é uma criação do papa Leão XIII em 23 de janeiro de 1899. (ROBLES, 2007, p. 112)

santos, para lá se dirigiam os primeiros moradores, uns a cavalo, outros de carroças e alguns a pé.” (PROJETO MEMÓRIA, 1985)

Com o tempo, o eclesiástico começou a desmembrar a fazenda, vendendo partes das terras. E em 1953, doa para os Palotinos³⁷ os 200 alqueires restantes. Essa “doação” aconteceu como uma troca. A Sociedade do Apostolado Católico ficaria com a Fazenda e lhe beneficiavam com uma pensão vitalícia. Após essa negociação Pe. Emílio retornou à Alemanha, asilando-se no Convento de Metten, da ordem Beneditina, aonde veio a falecer em 30 de agosto de 1970, em Mallendorf, com 82 anos.

Após a doação da Fazenda para os irmãos Palotinos, tanto o complexo quanto a capela passaram a ser administrados por eles. Padre Ludwig, que assumiu a administração do complexo em 1974, relatou em entrevista ao Projeto Memória (1985), que a capela passou a ser pouco freqüentada, após a mecanização da lavoura. De acordo com o religioso, cerca de 80 pessoas moravam nas colônias, que pouco a pouco foram dissolvidas e a população seguiu para a cidade. Restaram apenas umas 5 ou 6 famílias. Pe. Ludwig indaga que apenas as crianças freqüentavam os cultos. Os adultos acabavam indo para outras capelas das proximidades.

As figuras 33 e 34, ilustram o contexto rural do qual a capela São Bonifácio se encontrava até a década de 1990, a cidade que se formava distante dali, e acabou distanciando também os fiéis, que procuravam as igrejas e capelas mais próximas de suas residências.

Com o passar do tempo, o primeiro templo religioso foi se deteriorando fisicamente, como pode ser visualizado na figura 35. Entre 1998 e 1999 foi realizada uma restauração/reforma na capela, conforme será detalhado no item 4.2.



Figura 33 – Fotografia da lateral direita da Capela São Bonifácio em 1985

Autor/Data: s/autor / 1985

Fonte: Acervo Gerência de Patrimônio

³⁷ Movimento religioso referente à Ordem dos Irmãos Palotinos.

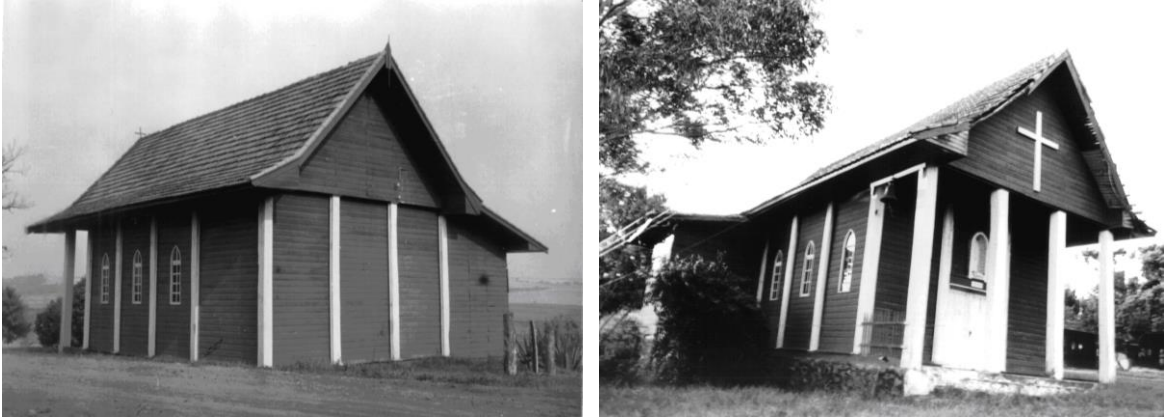


Figura 34 – Fotografia da fachada posterior da Capela São Bonifácio em 1987

Autor/Data: s.autor/1987

Fonte: Acervo Gerência de Patrimônio

Figura 35 – Fotografia da Capela São Bonifácio em degradação no ano de 1995

Autor/Data: s. autor/1995

Fonte: Acervo Gerência de Patrimônio

Após a conclusão das obras de “restauração”, os irmãos Palotinos destacaram o Movimento apostólico de Schoenstatt para administrar a sede da Fazenda São Bonifácio. Este Movimento, que ainda administra o complexo, pretende fundar no local o Santuário da Mãe Peregrina. Para tanto já se construiu um barracão, onde todo dia 18 de cada mês celebra-se uma missa em homenagem a Mãe Peregrina. As missas são realizadas no barracão, pois a capela é muito pequena para a quantidade de fiéis que se dirigem até o complexo rural. A capela portanto tem servido para visitação destes fiéis, e eventuais missas comemorativas. A figura 36 ilustra o templo logo após sua “restauração”.



Figura 36 – Fotografia da Capela São Bonifácio após reforma

Autor/Data: s. autor/

Fonte: Acervo Paróquia São Bonifácio

A capela São Bonifácio permaneceu por muito tempo isolada na área rural, porém, o limite do perímetro urbano foi ampliado em 2011, englobando o lote em que o templo se localiza, o que conseqüentemente, acarretou no aumento expressivo de novos loteamentos nas proximidades da capela. A densificação no entorno da São Bonifácio, pode ser observado na planta de localização, ilustrada na figura 40 , fato que tende a aumentar, com o loteamento da porção restante da Fazenda São Bonifácio referente ao lote 1 Rem, e que deve ser observado com cuidado pelos órgãos, tanto municipais quanto estaduais, responsáveis pela fiscalização e preservação na edificação em questão.

Atualmente no complexo religioso encontra-se a Capela São Bonifácio, a antiga casa do padre, uma gruta, sanitários e o barracão mencionado acima, como pode ser visualizado nas figuras 37 a 39, realizadas com drone, destaca-se que com esta nova tecnologia pode-se compreender melhor a relação física da capela com as demais edificações do lote.

Essas imagens aéreas, complementam as informações apresentadas nos desenhos das plantas de localização e situação - figura 40, elaborados para esta pesquisa, das quais pode-se observar o complexo religioso, em que a Capela São Bonifácio se encontra, bem como, seu entorno. Tal desenho foi realizado sobre uma base cartográfica que contém imagens de satélite da cidade de Maringá. A figura 41, referente a implantação do complexo religioso, apresenta a localização da capela no lote, as demais edificações existentes e as dimensões genéricas das edificações e do terreno enfocado.



Figura 37 - Imagem aérea da entrada do complexo religioso de Schoenstat

Autor/Data: Desconhecido/2014

Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento e Turismo



Figura 38 - Imagem aérea das edificações do complexo religioso de Schoenstat
Autor/Data: Desconhecido/2014
Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo



Figura 39 - Imagem aérea da Capela São Bonifácio
Autor/Data: Desconhecido/2014
Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo



Figura 40 - Localização e situação da Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: PMM – modificado pela autora



Figura 41 – Implantação da Capela São Bonifácio e o complexo de Shoestatt

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Arquivo pessoal autora

3.1.2 O sistema construtivo da Capela São Bonifácio

A Capela São Bonifácio tem como principal material utilizado na edificação a madeira serrada, predominando a madeira da espécie *Aspidosperma Plyneuron* (peroba-rosa), a qual foi empregada nos componentes estruturais e vedações externas da edificação.

O templo possui telhado de duas águas, conforme a planta de cobertura ilustrada na figura 44. Apresenta-se em formato retangular, que internamente corresponde a nave e ao presbitério, e na parte frontal possui um prolongamento, formando o alpendre, local onde encontra-se o único acesso ao interior da capela, conforme ilustra a figura 45 correspondente a planta baixa do templo religioso. A geometria retangular da edificação possui um acréscimo na lateral esquerda onde encontra-se a sacristia e um depósito³⁸, este último com acesso apenas pelo exterior da edificação, tal volume correspondia ao antigo campanário porém atualmente não faz mais parte do conjunto. Essa torre pode ser observada na figura 42, extraída de um livro do memorialista e pioneiro maringaense Antenor Sanches. Tal volume foi retirado, porém não se tem documentado o motivo e data de sua remoção.



Figura 42 - Imagem Capela São Bonifácio com torre sineira

Autor/Data: desconhecido/ sem data

Fonte: (SANCHES, p.12)

³⁸ Na época em que o Pe. Scherer morava na fazenda este depósito funcionava como adega.

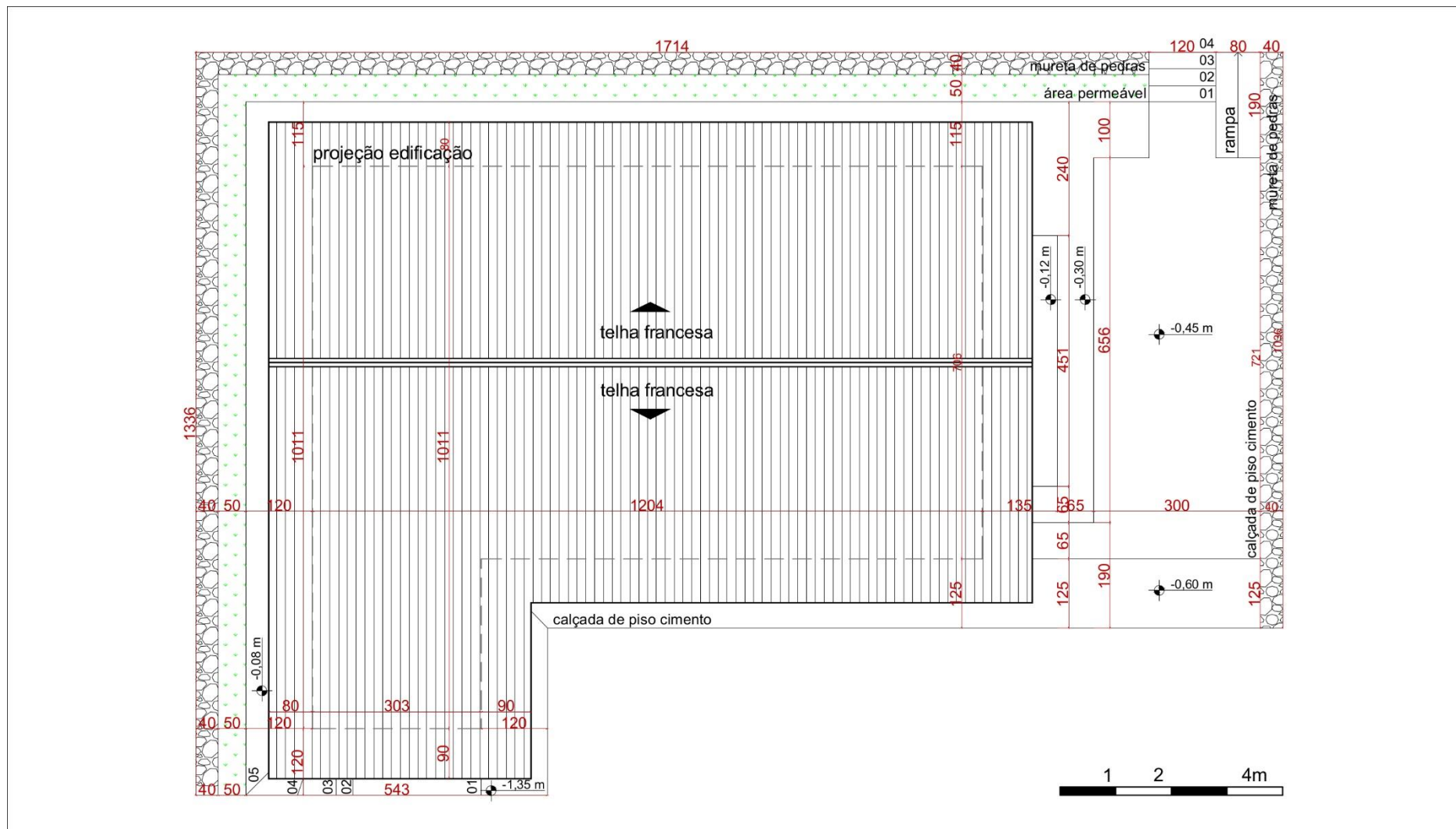


Figura 43 – Planta de cobertura Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

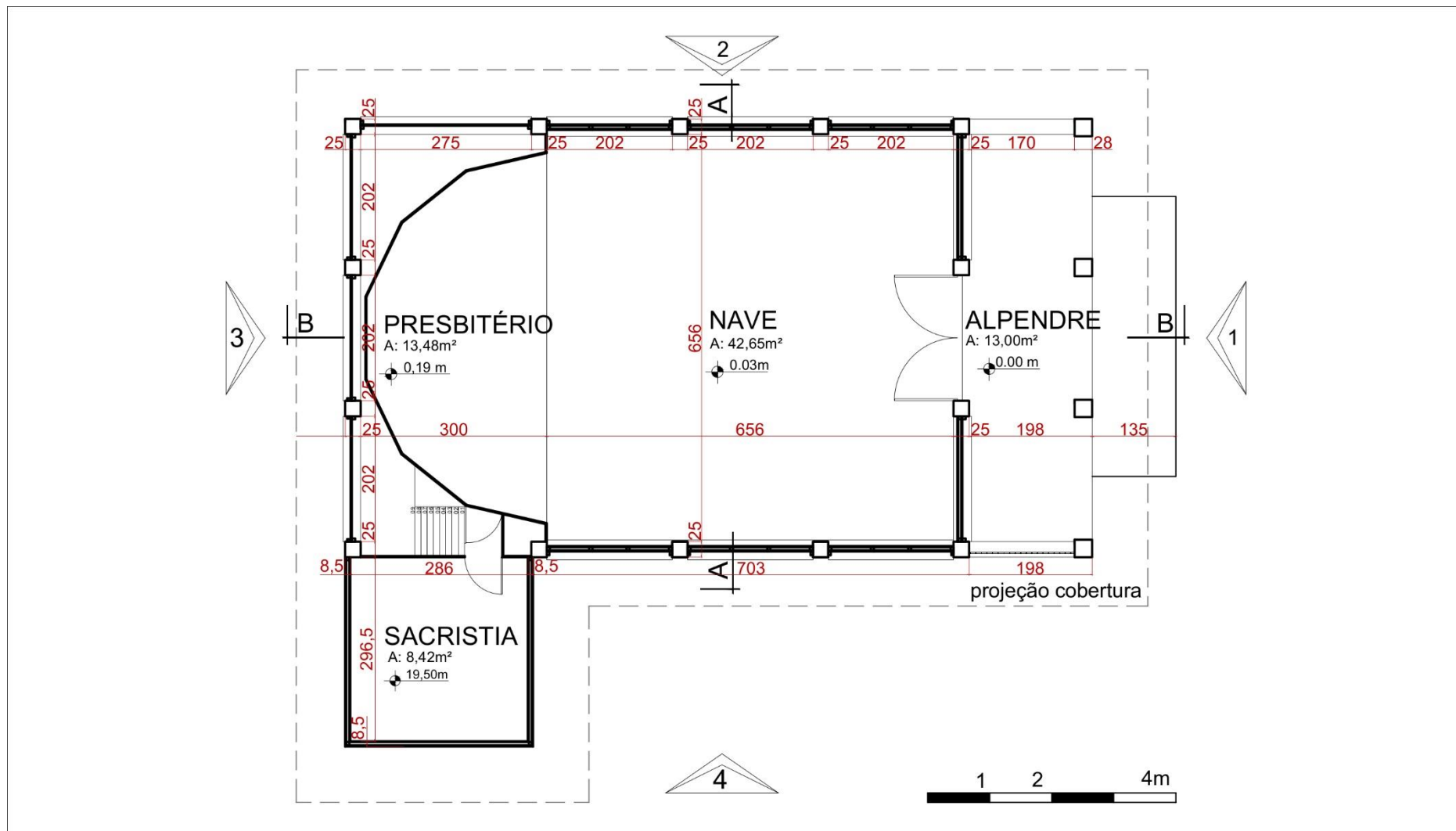


Figura 44 – Planta Baixa Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

Os estudos de Zani (2003;2005) apontam para a divisão das edificações residenciais em madeira em três partes (ou sistemas), sendo composta pelas: parte portante, estrutura da cobertura e estruturas complementares, porém o autor destaca que nas capelas e igrejas essa configuração possui algumas alterações na parte estrutural e na cobertura. O depoimento de Machado (2014), também aponta neste sentido, sendo que o ex-carpinteiro relata que, nas edificações maiores, como é o caso das capelas, ginásios, galpões, entre outras, as dimensões das peças tinham de ser diferenciadas para vencerem grandes vãos.

Nesta edificação a parte portante apresenta as vigas constantes no quadro de baixo de 25 x 15 (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 25 x 25 se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal com modulação de 2,27 m na parte correspondente a nave, no alpendre seis eixos se distanciam de 1,96 m e no presbitério os eixos dos pilares possuem intervalo de 3,00m totalizando seis elementos, no sentido transversal a modulação é de 2,27 m, no total de 4 pilares. No quadro superior, apresenta-se apenas as vigas laterais, que recebem as cargas da cobertura em função da conformação do forro.

Nas estruturas complementares o subsistema das vedações é do tipo sanduíche, ou seja, paredes duplas, com tábuas em *Aspidosperma Plyneuron* (peroba-rosa) dispostas no sentido horizontal na parte externa, com dimensão de 16,5 cm, com encaixe macho-fêmea, e internamente o material encontra-se disposto no sentido vertical com lambris de 20,5 cm, também com encaixe macho-fêmea³⁹, porém, segundo o depoimento de Teles (2015), os lambris das paredes internas eram de mogno, e não de peroba-rosa como as paredes externas. Dos estudos sobre esta arquitetura no norte do Paraná, este tipo de vedação, macho-fêmea é raramente apresentado, com exceção de algumas casas de madeira construídas por imigrantes alemães em Rolândia-PR, capturadas em fotografias por Zani (2003).

A madeira também foi utilizada no piso da capela. O enquadramento dos vãos está fixado nas tábuas da vedação, sendo que as janelas possuem arcos ogivais, e a porta de entrada possui bandeira reta, composta por duas folhas.

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura atirantada, e o telhado é formado em duas águas com inclinação nas laterais, que de acordo com ZANI (2003) é muito comum em casas construídas por alemães e nas capelas rurais. O vão vencido pela estrutura da cobertura é de

³⁹ Vale ressaltar também que a casa construída pelo padre alemão em sua fazenda também possui paredes duplas, sendo que na parte interna os lambris são do tipo macho fêmea, no sentido horizontal, e na parte externa da residência aplicou-se o subsistema de tábuas e mata-juntas, com as tábuas no sentido vertical

6,78 metros. O acabamento das laterais é do tipo caixão e as telhas são de barro do tipo francesa.

O forro desta capela, também diferencia-se das demais estudadas no norte do Paraná. O forro interno de madeira, apresenta a forma ogival na nave e, sobre o altar, arremata o interior com uma cúpula composta por sete planos verticais que formam um quarto de circunferência.

Os bens móveis e integrados consistem na mobília da nave, que inclui oito bancos de madeira, mesa do altar, sacrário, quatro esculturas sobre suportes de madeira e o Cristo na cruz, que não serão detalhados nesta pesquisa, mas poderão ser alvo de outras pesquisas acadêmicas.

As figuras 45 a 48, correspondem aos desenhos das elevações edificação inventariada, onde é possível verificar as proporções reais da capela. As figuras 49 e 50 consistem nos cortes transversal e longitudinal respectivamente, estes desenhos permitem compreender as partes estruturais da edificação e identificar os elementos construtivos. E os desenhos em perspectiva (3D), correspondentes as figuras 51 e 52, complementam a compreensão dos elementos construtivos da capela.

Os desenhos apresentados da Capela São Bonifácio, correspondem a situação atual da edificação, vale lembrar que a mesma já sofreu intervenções no passado, que não foram documentadas, impedindo a identificação de supressões ou acréscimos nos elementos construtivos.

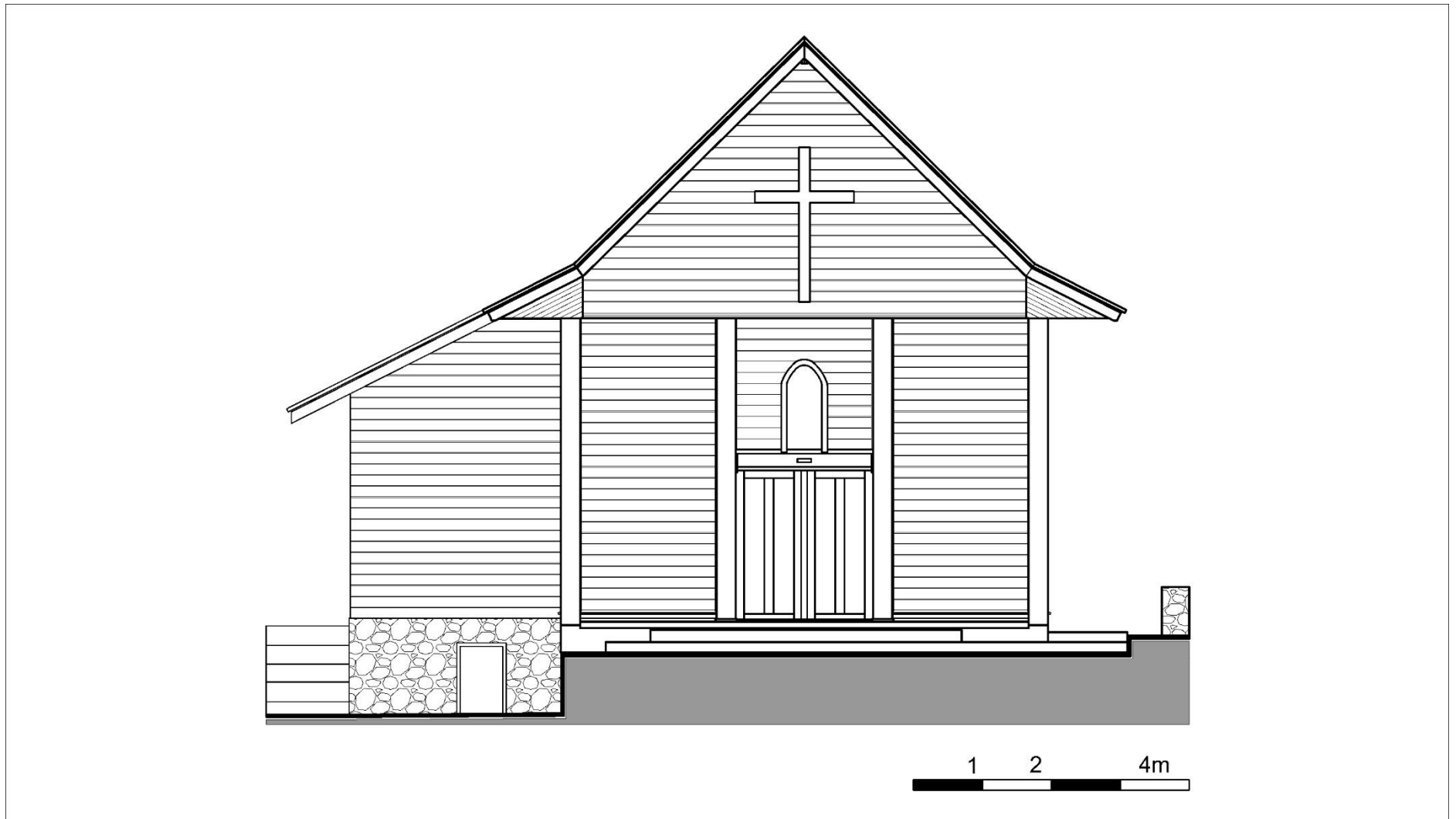


Figura 45 – Elevação frontal Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

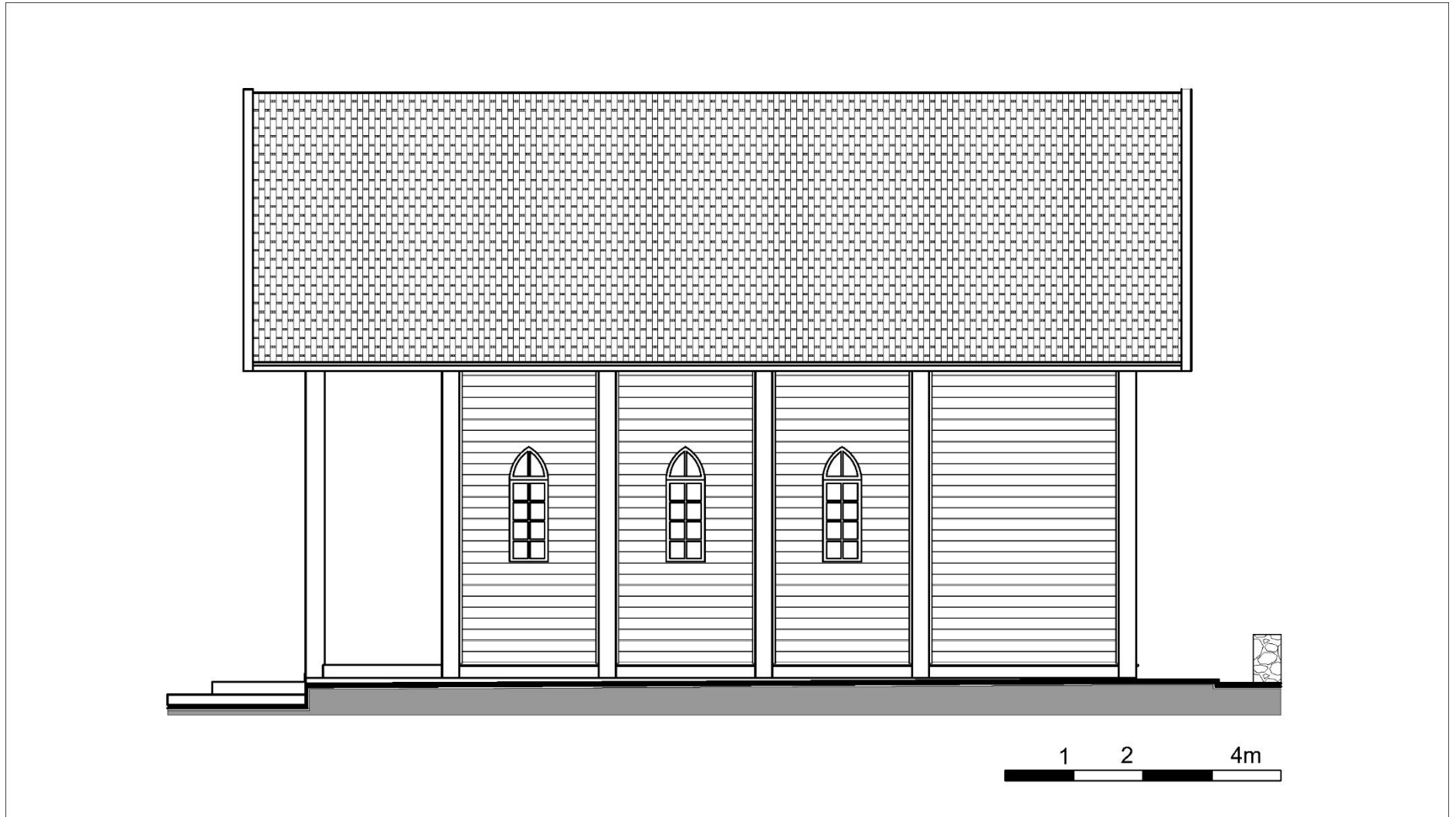


Figura 46 – Elevação lateral direita Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

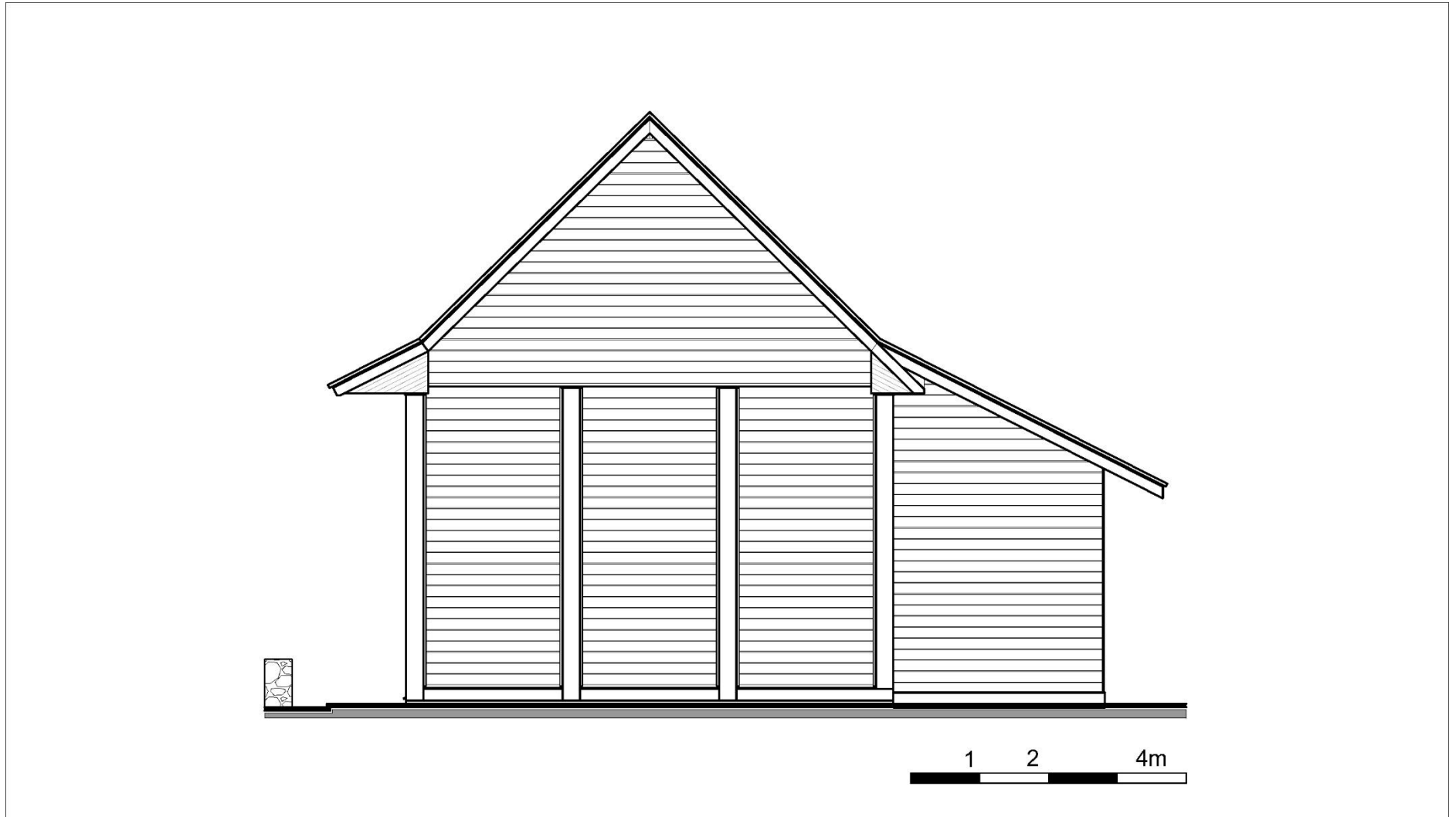


Figura 47 – Elevação posterior Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

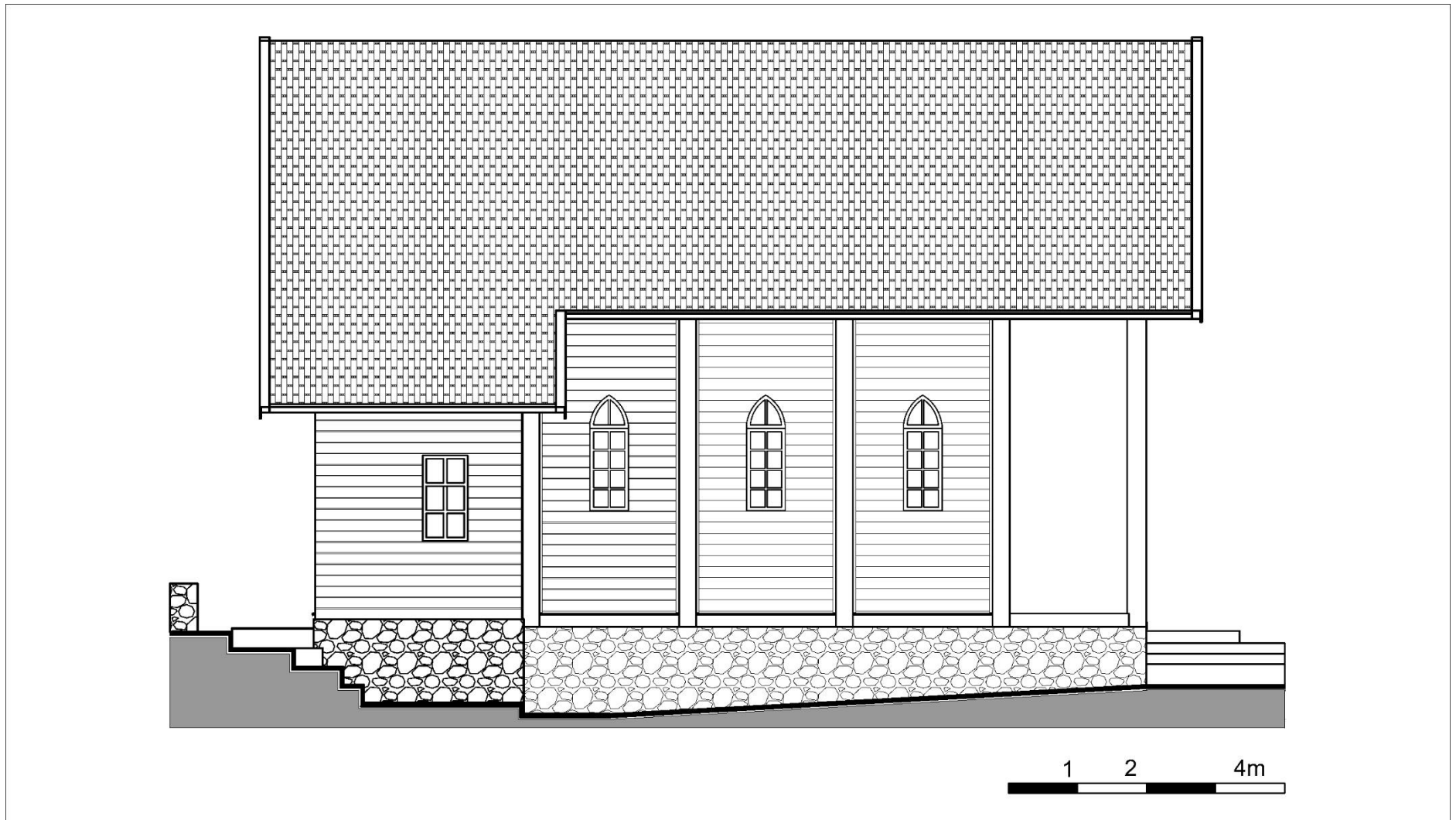


Figura 48 – Elevação lateral esquerda Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

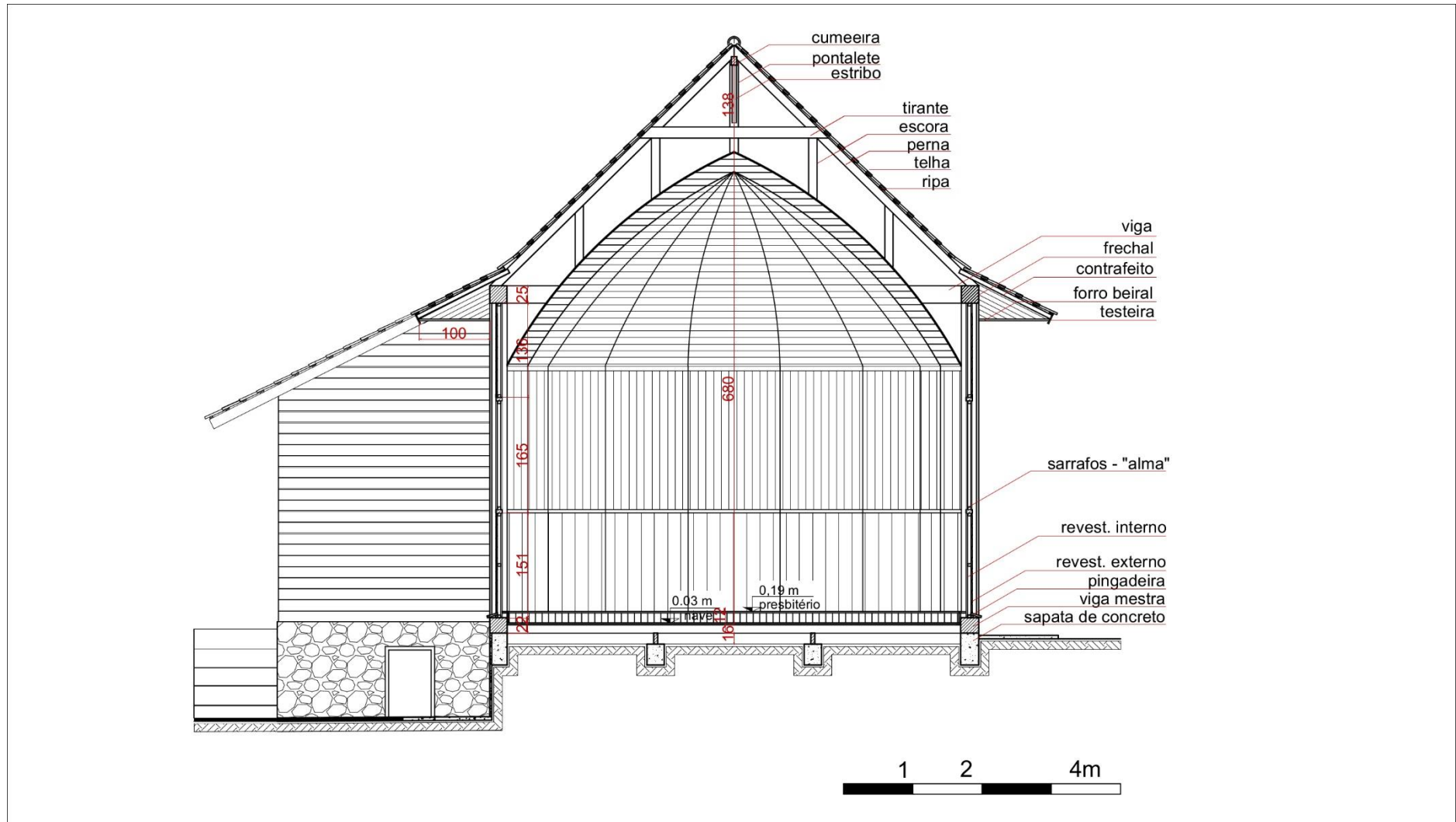


Figura 49 – Corte transversal Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

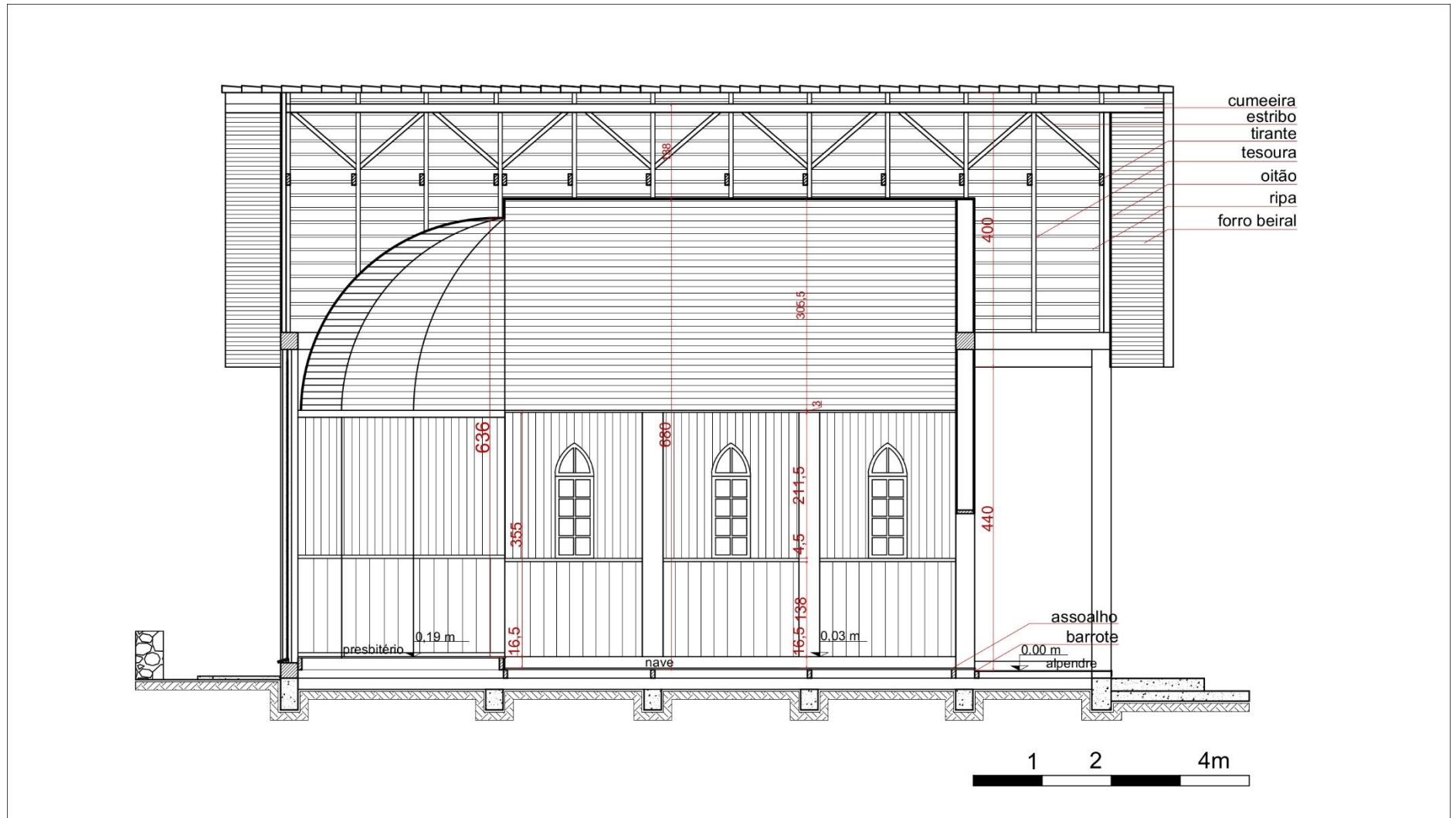


Figura 50 – Corte longitudinal Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

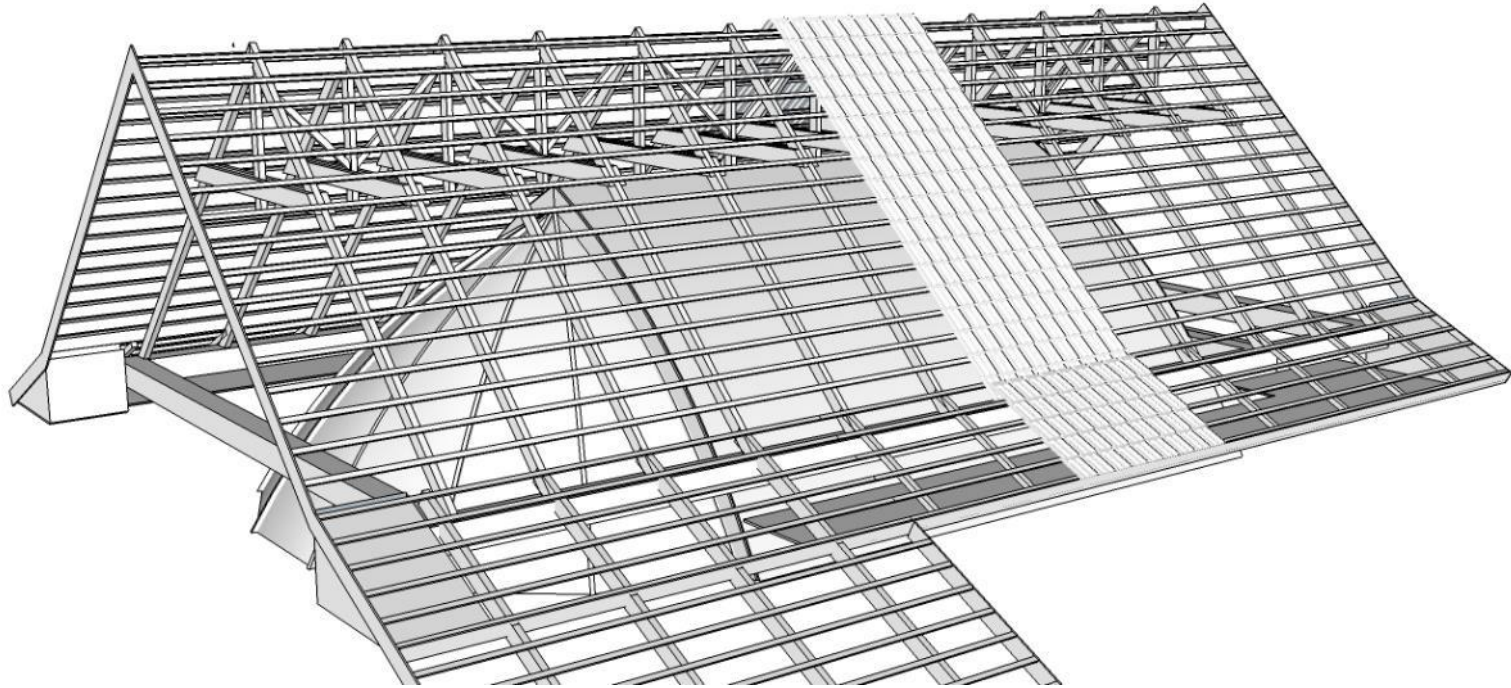


Figura 51 – Perspectiva cobertura Capela São Bonifácio

Desenho: Vinícius Alves Araújo

Fonte: Acervo pessoal autora

3.2. Capela Santa Cruz

3.2.1. A Capela do Maringá Velho



Figura 52 – Fotografia externa Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Figura 53 – Fotografia interna Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora

O início da década de 1940 configurou também o início da maciça ocupação das terras do núcleo planejado pela CMNP. O reduto embrionário foi o local conhecido hoje como “Maringá Velho”. Fora neste lugar que as primeiras famílias de “pioneiros” se instalaram, e local também de instalação dos primeiros prédios comerciais. Apesar do primeiro lote da cidade de Maringá ter sido comercializado distante do Maringá Velho, foi para este local que a CMNP direcionou a ocupação dos primeiros habitantes.

Sendo assim, na época as famílias residentes na cidade que surgia da mata, se dirigiam à Capela São Bonifácio para assistirem às missas, realizarem os casamentos, os batizados. Porém, como esta se encontrava na zona rural e as condições de locomoção da época eram extremamente precárias, a população sentiu a necessidade de um templo religioso mais acessível.

A própria comunidade passou a mobilizar-se para a construção de uma capela melhor localizada. Para tanto, foram realizadas quermesses, festas, entre outros eventos, com intuito de arrecadarem fundos para a edificação religiosa. O Padre Emílio Scherer forneceu grande apoio à população na construção da capela. (MARINGÁ, 1991).



Figura 54 - Fotografia do evento de implantação da Cruz onde seria construída a Capela Santa Cruz

Autor/Data: Desconhecido/s.d.

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

Nos depoimentos dos pioneiros, acolhidos pela Gerência de Patrimônio Histórico, pode-se constatar a necessidade que essas pessoas tinham de terem um local sagrado. Entre as entrevistas consta a de Angelo Planas, que possuía uma casa de secos e molhados em frente ao terreno onde seria construída a capela:

(...) Foi o primeiro padre aqui da cidade, da Fazenda São Bonifácio. Então nós íamos buscar ele aos sábados para rezar uma missa. Depois ia buscar domingo. (...) agora não tem mais jeito, não tem outro jeito de celebrar, como vai celebrar? Não tem igreja, não tem nada, aí não tem mais jeito. Aí eu falei com o Prefeito “Precisa arranjar um lugarzinho pra fazer uma capela, não vê está todos reclamando, como que é a força do povo, 80% - 90 % é católico, não é verdade, ele falou não tem jeito. Aí falaram com o Dr. Gastão Mesquita. O Dr. Gastão Mesquita veio aí pegou os engenheiros foi todos lá em casa, pegou o automóvel e foi todos lá em casa. O que você quer, eu digo “Eu não quero nada, é que o padre não tem onde rezar a missa. Ai ele falou, mas Igreja não aqui, a Igreja é lá em cima, digo: “Não tem nem picada, E não tem picada, vamos fazer estrada aqui. (...) É um pedido meio esquisito pensando bem. Foi lá da Companhia, porque até abrir essa igreja, o homem nesse sertão, uma casa de doze portas, dá um pedacinho pra fazer a capela pra eles. Aí deram o pedacinho de mato, mas deram um quarteirão inteiro, aí veio o bispo de Jacarezinho, veio aí aproveitou e falou, “O Planas, agora você vai fazer a Capela, aproveita, aí vamos pedir o quarteirão inteiro, porque assim vai lançar um colégio aí. Aí então deram o quarteirão inteiro, instalou o colégio Santa Cruz, (...) (PROJETO MEMÓRIA, 1986)

A CMNP doou o terreno e entre 1945 e 1946 ergue-se o templo denominado de Capela Santa Cruz.

“De todas as edificações erigidas pelos moradores do Maringá Velho, uma encerra determinadas especificidades que em muito diferencia das demais, trata-se da Igreja Santa Cruz, um verdadeiro marco na história de Maringá, não apenas por constituir-se no primeiro templo religioso localizado na zona

urbana, mas também pelo modo como deu-se sua construção, mobilizando praticamente toda uma sociedade que conscientizou-se da necessidade e importância de um estabelecimento desta natureza.

A participação maciça da população no soerguimento da Capela Santa Cruz representa a ampla vontade de um povo que, em meio a um sertão onde muitas das vezes prevalecia a violência humana, buscava no amparo espiritual uma forma de atenuar essas vicissitudes". (MARINGÁ, 1991).

A partir de então, era nessa Capela que se celebravam os acontecimentos religiosos do núcleo crescente. Em 2 de abril de 1950 a capela foi instituída Paróquia, e o Padre Emílio se tornou o primeiro Vigário da primeira paróquia de Maringá. Ainda em 1950, ergue-se a igreja Santíssima Trindade, na região central da cidade, que também foi denominada paróquia, atualmente catedral Nossa Senhora da Glória. Em outubro de 1951 o padre João Janssen foi denominado vigário da mesma, passando essa a ser a única paróquia da cidade a partir de então. (ROBLES, 2007)



Figura 55 - Fotografia Histórica Capela Santa Cruz

Autor/Data: Desconhecido/s.d.

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

Em 1952 a Capela do Maringá Velho passa a fazer parte do conjunto arquitetônico do Colégio Santa Cruz. Esse colégio, bem como a capela, passou a ser administrado pelas Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna, vindas da Espanha, para assumirem a missão de, conduzir o primeiro colégio de irmãs da cidade e também, o primeiro colégio particular do núcleo.

Essa capela também sofreu com o desgaste do tempo e, por volta de 1987, verificou-se a necessidade de uma restauração, pois suas estruturas estavam comprometidas, podendo o prédio ruir. Em 1990, com recursos próprios, a Prefeitura efetuou a restauração da Santa Cruz, conforme será abordado no item 4.1.

Atualmente são realizadas missas diariamente, além de casamentos nos finais de semana e esporadicamente batizados. A capela possui um grande número de fiéis frequentadores assíduos.

A edificação, que se encontra no complexo do Colégio Santa Cruz, está inserida em uma região bastante densificada da cidade, na Avenida Brasil, principal via da cidade, conforme mostra a planta de localização - figura 58. Na sequência desta imagem segue a implantação da capela – figura 59 com os demais edifícios do colégio Santa Cruz e complementando estes desenhos as fotografias aéreas, realizadas com drone, compreendendo as imagens 56 e 57.



Figura 56 – Imagem aérea Capela Santa Cruz

Autor/Data: Desconhecido/s.d.

Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento e Turismo



Figura 57 - Imagem aérea Capela Santa Cruz e Colégio Santa Cruz

Autor/Data: Desconhecido/s.d.

Fonte: PMM – Secretaria de Desenvolvimento e Turismo



Figura 58 – Planta de localização e situação da Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: PMM – adaptado pela autora

3.2.2 Descendente técnica de sua antecessora

A Capela Santa Cruz, teve em seu processo de construção, a contribuição da comunidade e do padre alemão Emílio Scherer. Segundo o depoimento de Machado (2014), o mestre carpinteiro responsável pela execução da obra foi Francisco Machado Homem Júnior, que tinha uma equipe de carpinteiros da qual Sr. Izaltino Machado também fazia parte, tendo participado da finalização da obra, nos acabamentos internos da edificação.

No entanto, outras informações sobre os carpinteiros foi verificada na publicação do Padre Robles (200), onde afirma que de acordo com algumas anotações dos registros da paróquia Santíssima Trindade:

Dois projetos para a nova capela foram elaborados e apresentados: um pelo arquiteto Dr. Omar Rupp de Londrina e outro pelo professor de desenho do ginásio Cristo Rei de Jacarezinho. Um destes projetos recebeu a devida licença pelo prefeito de Apucarana. No dia 11/08/1946 a serraria “Santiago” forneceu as primeiras madeiras. E em 10 de setembro começou a limpeza do terreno com o valioso auxílio do tractor da prefeitura Municipal. (...) Dia 18/10/1946 Pe. Emílio fez um contrato com os carpinteiros Vicente e João D’Agostini de Arapongas (...)As serrarias forneceram as madeiras restantes. Coberta a capela e um altar provisório feito, celebrou-se a primeira missa na nova capela no domingo da paixão de 1947. (...) Pouco a pouco a capela foi interiormente artisticamente terminada. Os trabalhos foram feitos pelo hábil carpinteiro “Christoph”. (ROBLES, 2007, p.118)

A capela é configurada por uma edificação de duas águas, que possui uma conformação retangular, com nave, presbitério, sacristia e campanário, estes últimos localizados nas laterais do fundo, junto ao corpo principal da edificação, como pode ser visualizado no desenho de sua planta baixa – figura 61.



Figura 60 - Fotografia Capela Santa Cruz sem o alpendre

Autor/Data: Desconhecido/s.d.

Fonte: Acervo Museu da Bacia do Paraná

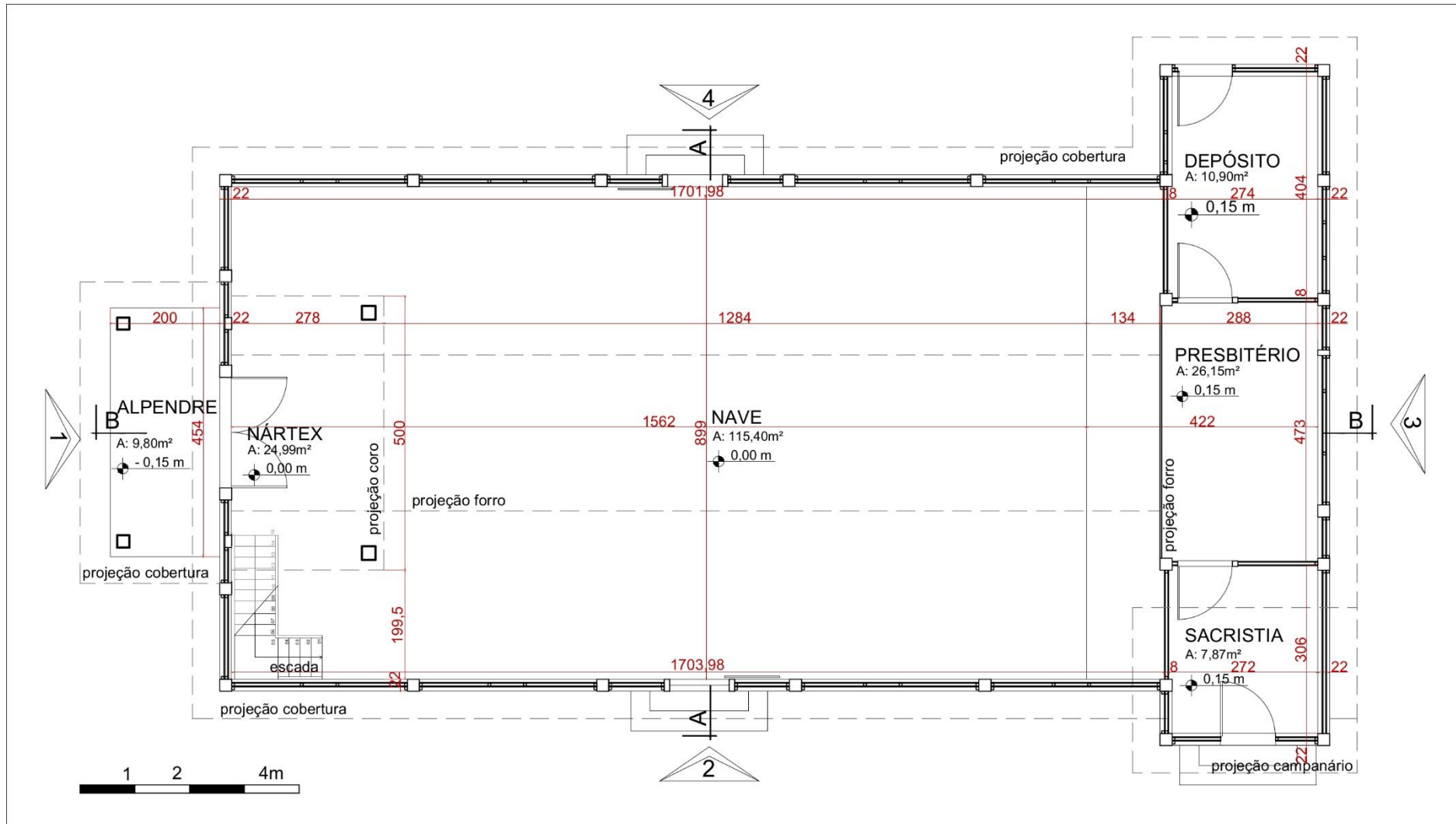


Figura 61 – Planta baixa Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

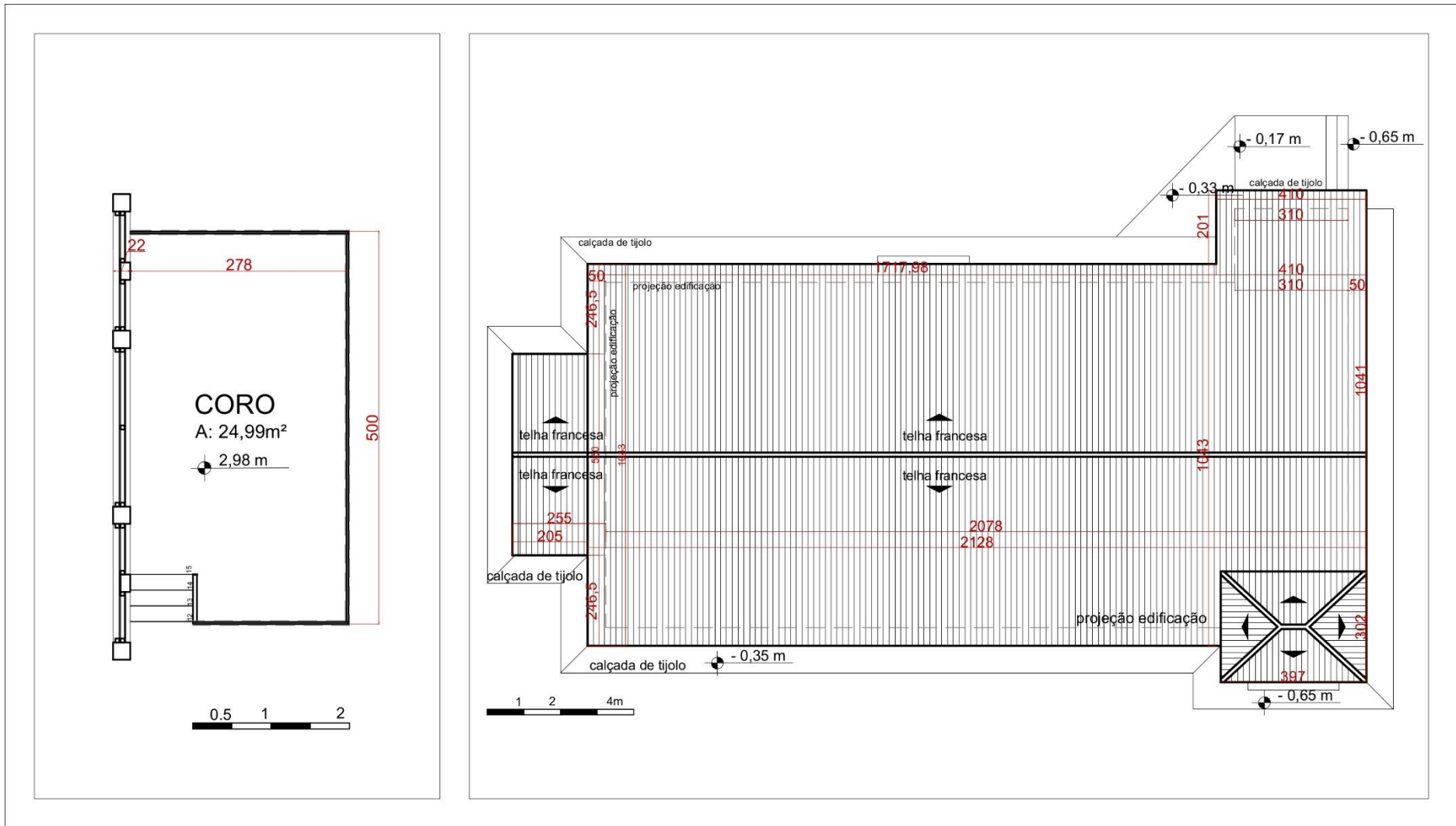


Figura 62 – Planta do coro e planta de cobertura Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

O acesso principal ocorre a partir de um alpendre, que foi adicionado ao edifício, porém sem data documentada, e que não aparece nas imagens mais antigas da obra, como a figura 60. Junto a esta entrada, na parte interna da edificação localiza-se o coro. Além do acesso principal, a construção possui dois acessos laterais para os fiéis adentrarem na parte denominada de nave, e dois acessos na parte do fundo, um para a sacristia e outro para o depósito.

O material predominante utilizado na construção da capela Santa Cruz foi a madeira serrada de *Aspidosperma polyneuron* – peroba-rosa. A partir deste material foi produzido diversos componentes construtivos: vigas, caibros, tábuas macho-fêmea, pilares, entre outros. Seu conjunto estrutural pode ser dividido em três partes: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares.

A parte portante da edificação em questão compreende: o quadro inferior, que são as vigas principais medindo 22 x 15 cm (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 22 x 22 cm, que se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal em uma modulação de 3,21 m, e no sentido transversal numa modulação de 1,52 m, com exceção para o vão da porta de entrada que possui um espaçamento de 2,00 m entre os pilares; e o quadro superior, que é o quadro de cima, possuindo apenas as vigas laterais que recebem as cargas da cobertura e transferem para os pilares, pode-se observar nesta edificação que as vigas estão na posição “deitada” com dimensão de 22 x 15 cm (L x A), intertravadas por tirantes metálicos.

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura atirantada. Vencendo um vão de 9,5 metros. O telhado formado por duas águas, possui telhas de barro do tipo francesas, tendo como acabamento no beiral do tipo “caixão”. As ripas que sustentam as telhas são de “cedrinho” com seção de 5 cm x 1,5 cm com intervalo de 40 cm entre uma e outra, estas são sustentadas pelos caibros, produzidos em peroba-rosa com seção de 6 cm x 5 cm e intervalo de 50 cm entre eles. Sustentando estes últimos encontra-se as terças com dimensões de 7 cm x 5 cm, posicionadas a 1,85 metros de distância entre cada uma. A tesoura por sua vez, também em peroba-rosa possui peças com dimensões de 8 x 6 cm, e tem a função de sustentar os elementos citados anteriormente. Outros componentes construtivos também fazem parte do conjunto da tesoura: como o pendural, as escoras e o banzo inferior e superior. Tais detalhes podem ser observados nos cortes e perspectivas da edificação, correspondente as figuras 58, 59 e 60. O campanário forma um volume a parte da estrutura principal, sendo coberto com telhado de quatro águas com telha francesa.

Das estruturas complementares, que compreendem as vedações verticais e horizontais e os vãos, na capela estudada, deve-se evidenciar as primeiras, um subsistema que diferencia a

capela Santa Cruz, bem como a São Bonifácio da maioria das construções em madeira do período. As paredes da capela são duplas, com tábuas de peroba-rosa na parte externa, dispostas na horizontal com encaixe macho-fêmea e seção de 22cm x 2,5 cm, e na parte interna do templo as tábuas são da mesma espécie porém com seção de 12cm x 2,5 cm dispostas no sentido vertical. Diante da semelhança deste aspecto com a capela São Bonifácio, pode-se supor a influência do padre Emílio Scherer, no sistema construtivo da Capela Santa Cruz. O forro da edificação em questão assemelha-se as demais edificações com as mesmas características, é constituído por lambris de madeira com encaixe macho-fêmea e seção de 10 x 1,2 cm. O forro forma um desenho trapezoidal, e o sentido das tábuas encontram-se na diagonal. Em algumas partes do forro e na parede entre o presbitério e a sacristia pode-se destacar um xadrez composto por ripas no sentido diagonal. O enquadramento dos vãos está fixado nas tábuas da vedação. O piso da capela é constituído de tijolos.

A capela Santa Cruz, possui uma beleza incontestável em sua simplicidade, uma obra construída pela mão de carpinteiros, que aplicaram seu conhecimento e técnica, adquirido de outras gerações, além de seu esmero para a realização de uma aspiração da comunidade que se formava. O templo em madeira, ainda resiste, como um dos poucos exemplares das edificações construídas com tal material.

Na sequência seguem os desenhos das elevações da edificação – figuras 63 a 66, a qual é possível verificar a disposição das tábuas, as aberturas da construção, os detalhes das portas e janelas e as inclinações do telhado, possibilitando também verificar as proporções reais da edificação.

Na figura 67 correspondente ao corte transversal da edificação, é possível visualizar a disposição e altura do coro e as aberturas como janelas e porta da fachada principal. Também pode-se verificar no corte das paredes, as estruturas existentes entre as camadas de vedação onde as tábuas são pregadas. Destaca-se neste desenho, a estrutura da cobertura, com seus componentes: telhas cerâmica do tipo francesa, ripas, caibros, terças, a tesoura, suas escoras e o tirante metálico, além do desenho trapezoidal formado pelo forro de madeira.

A figura 68 apresenta o corte longitudinal da capela, sendo possível observar o intervalo entre os componentes construtivos da cobertura citados na discriminação da figura anterior. Também é possível verificar a cobertura do alpendre e a disposição das tábuas do forro, na diagonal. Através deste desenho pode-se verificar os níveis do piso existentes ao longo da edificação. E finalizando os desenhos, uma perspectiva da edificação - figura 69, possibilita melhor compreensão dos elementos construtivos expostos acima.



Figura 63 – Elevação frontal Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

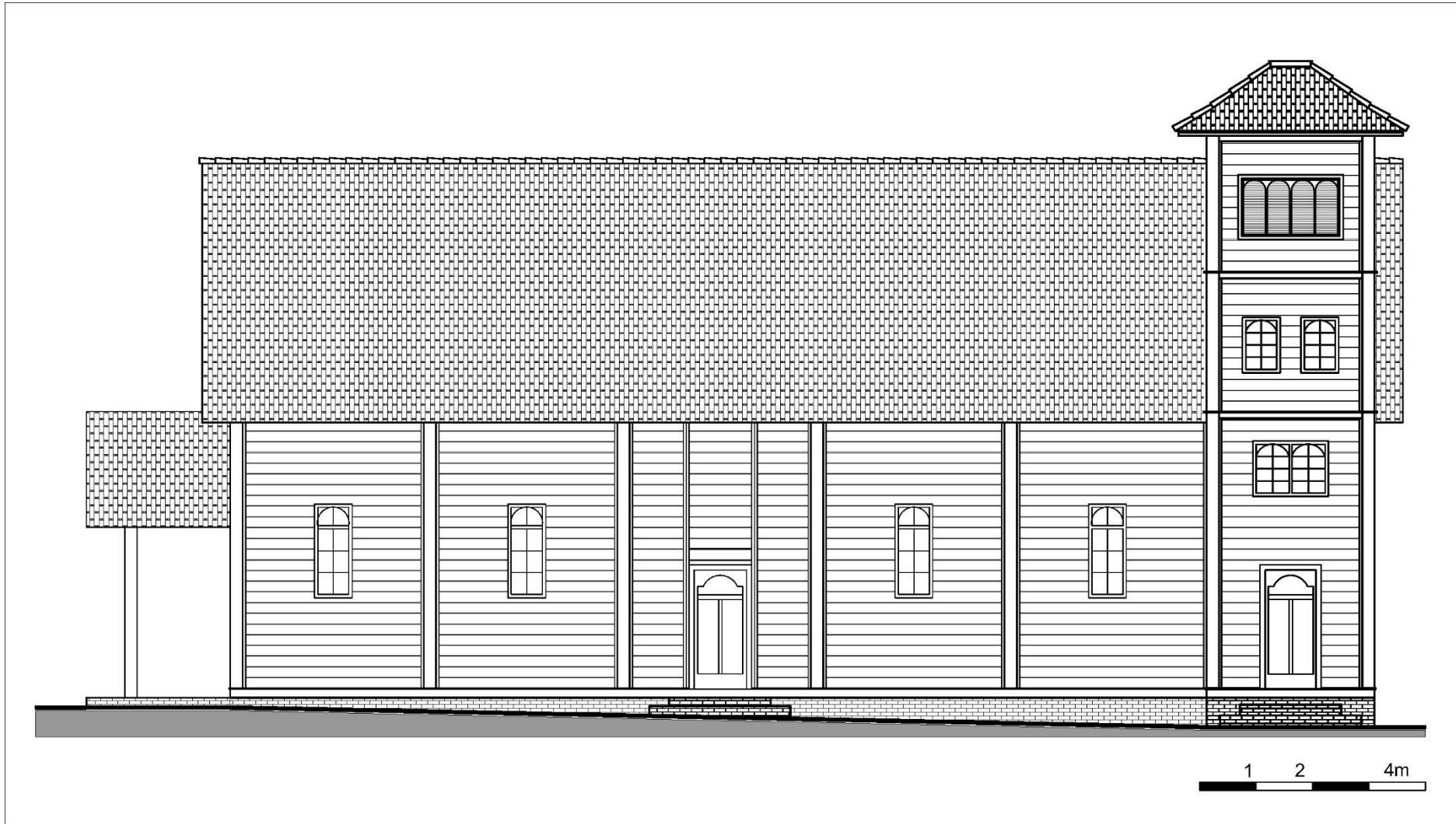


Figura 64 – Elevação lateral direita Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

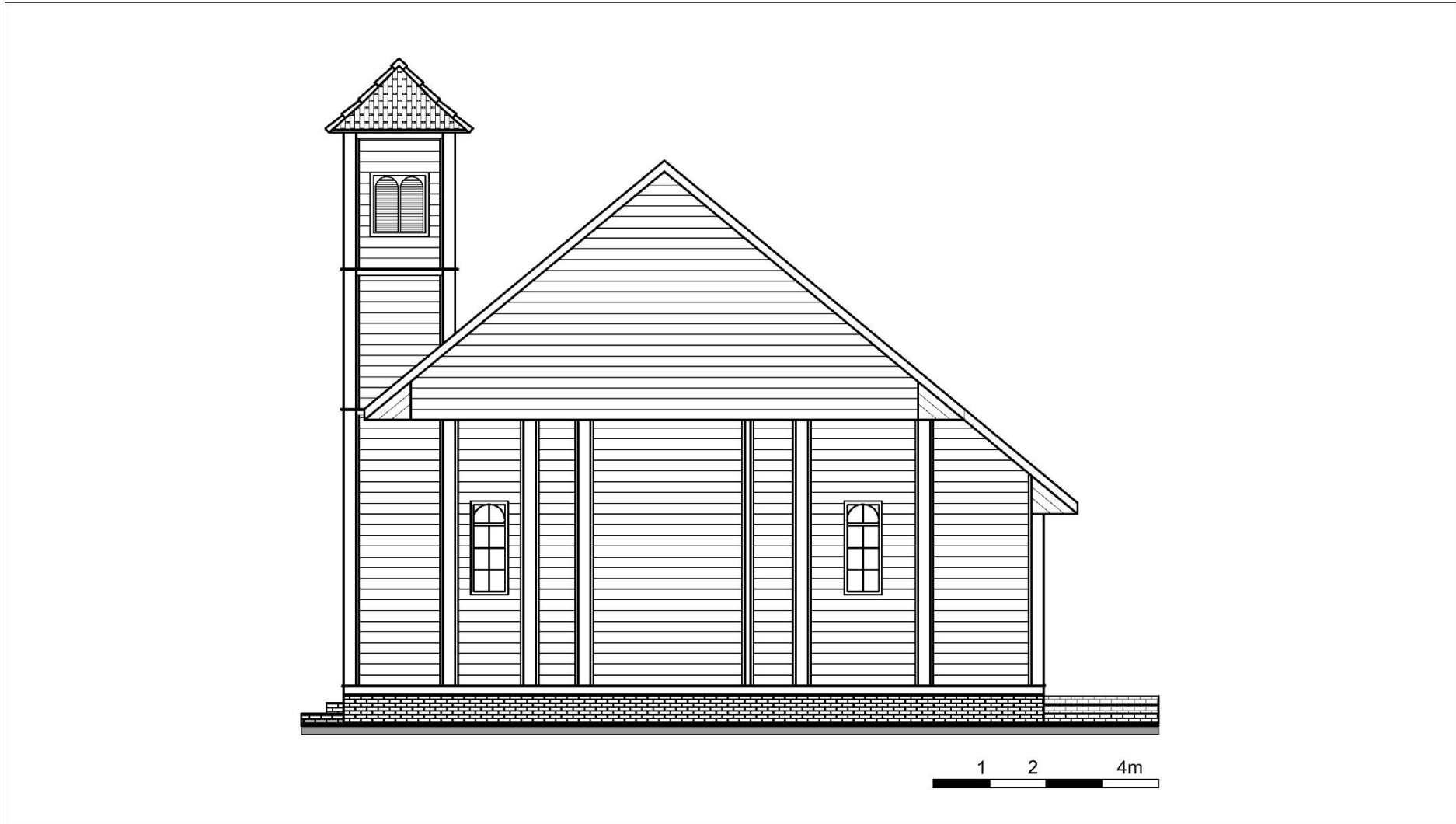


Figura 65 – Elevação posterior Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

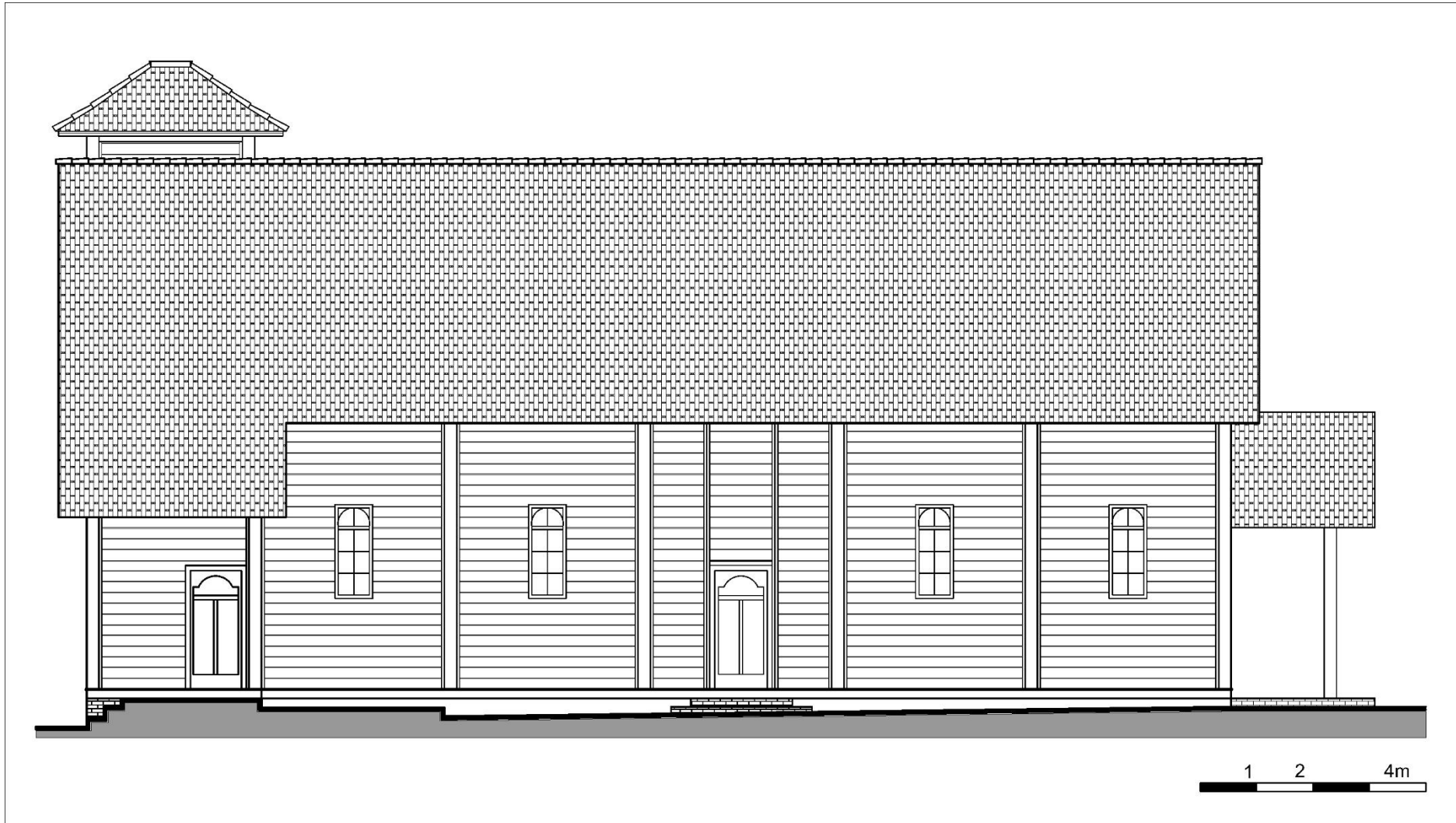


Figura 66 – Elevação lateral esquerda Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

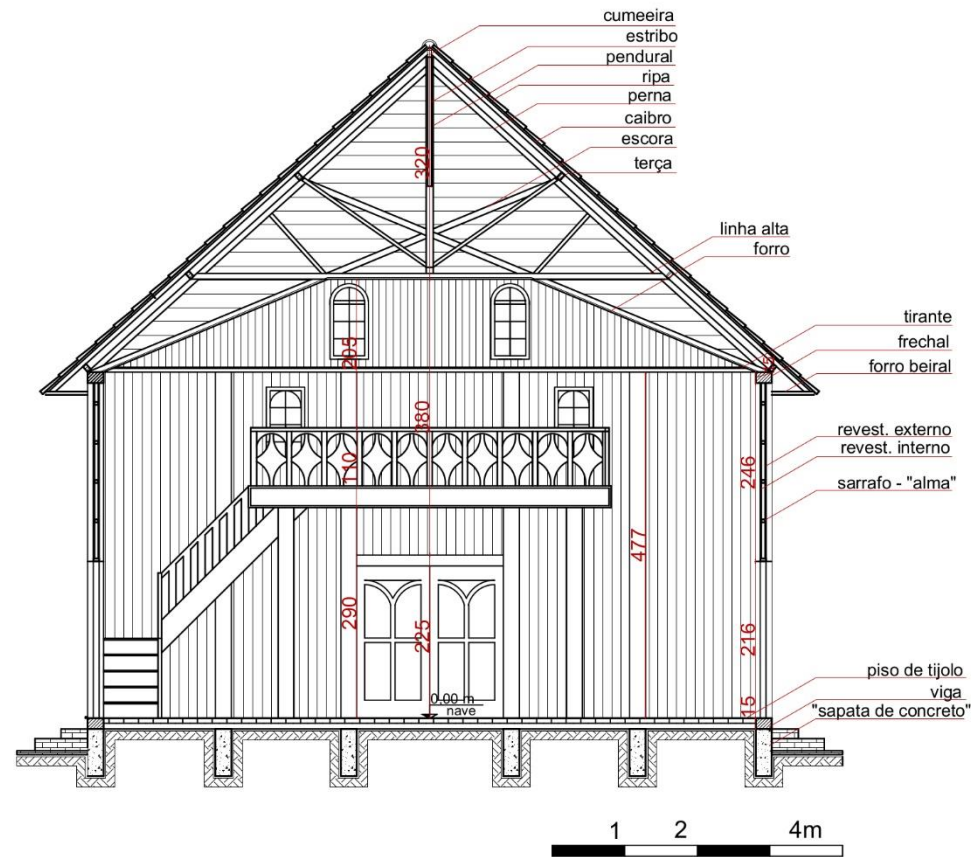


Figura 67 – Corte transversal Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

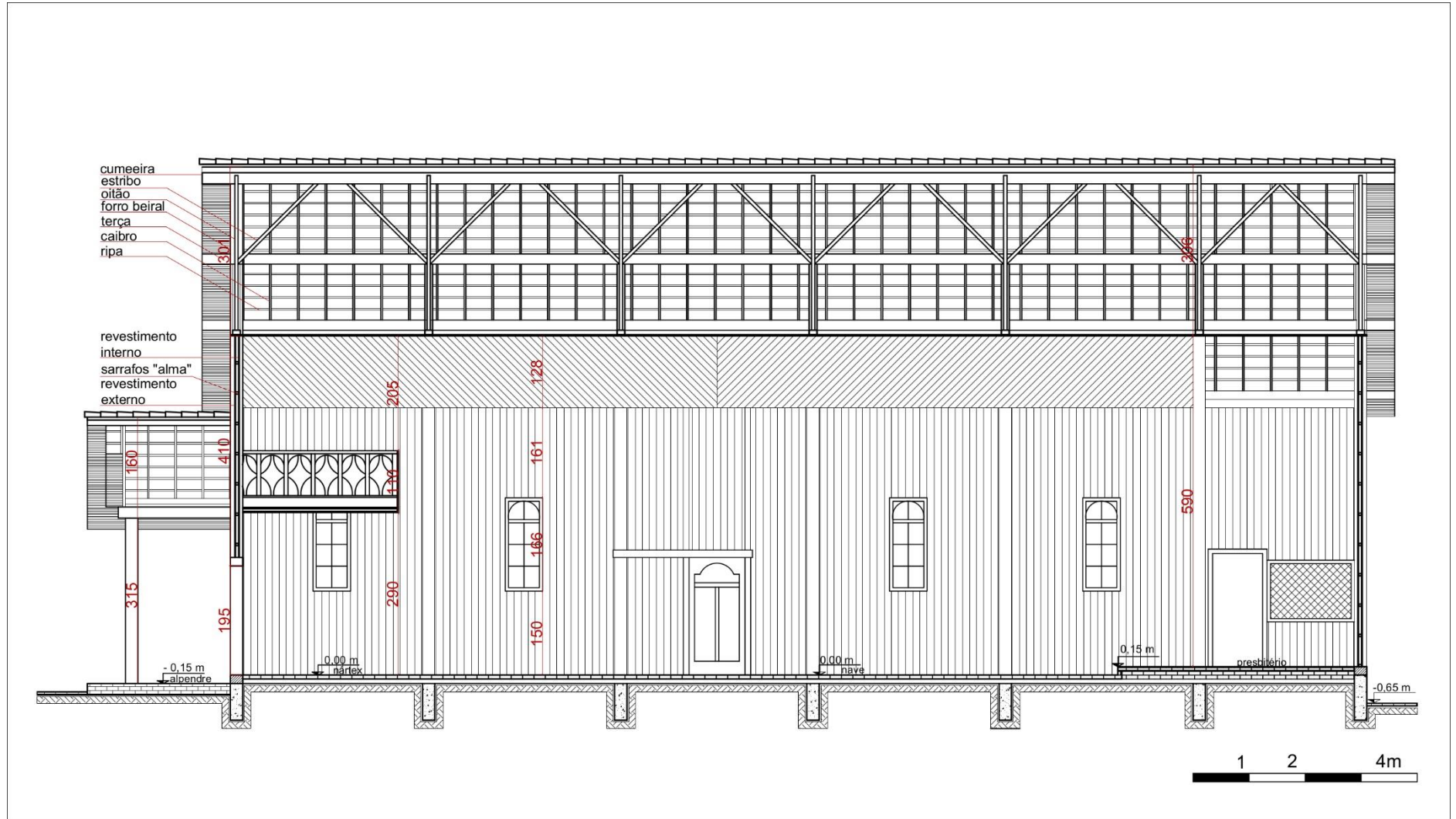


Figura 68 – Corte longitudinal Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

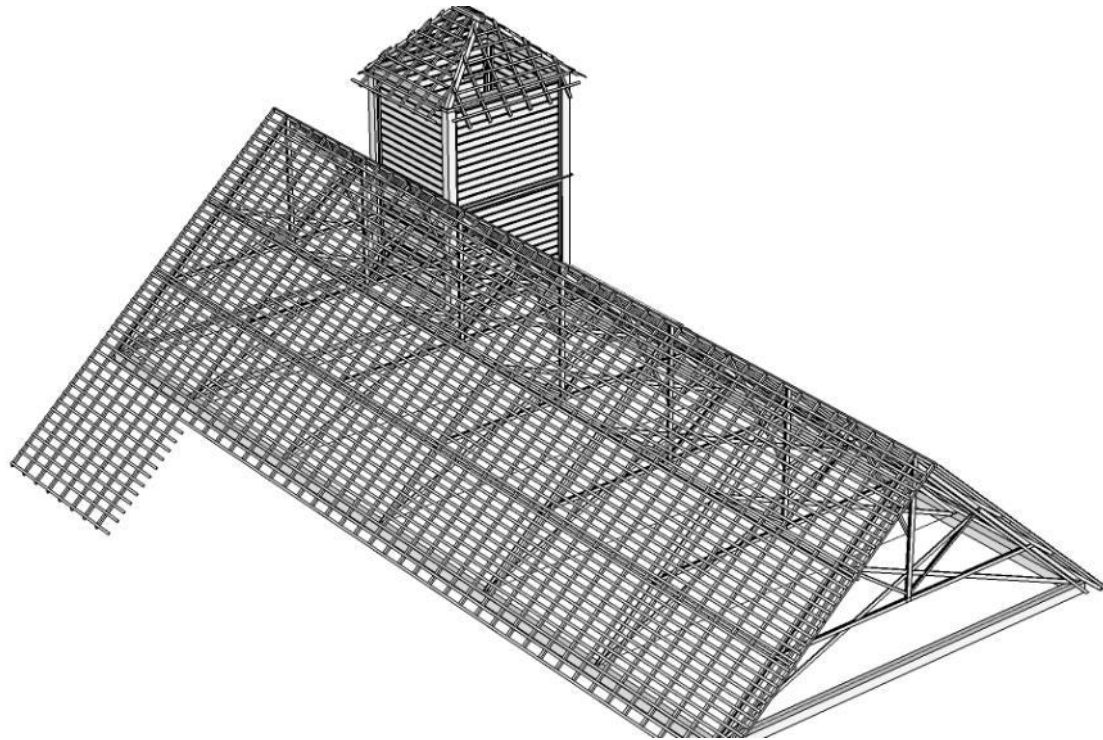


Figura 69 – Perspectiva cobertura Capela Santa Cruz

Desenho: Vinicius Alves

Fonte: Acervo autora

3.3 Capela Nossa Senhora Aparecida



Figura 70 – Fotografia externa da Capela Nossa Senhora Aparecida

Autor/Data: André Renato (Secom – PMM)/2015

Fonte: PMM

Figura 71 – Fotografia interna da Capela Nossa Senhora Aparecida

Autor/Data: André Renato (Secom – PMM)/2015

Fonte: PMM

3.3.1. A Capelinha do Guaiapó

A capela Nossa Senhora Aparecida também é conhecida como a “capelinha do Guaiapó”, pois a edificação foi construída na estrada rural denominada Guaiapó. A estrada foi aberta em 1938, assim como a maioria das estradas rurais, iam se formando pequenos núcleos rurais no seu entorno. Em 1947 inaugurou-se nesta estrada a Escola Machado de Assis, com o intuito de atender a população desses pequenos núcleos. A população que ali residia, ainda precisava se deslocar quilômetros para frequentarem as missas nas Capelas São Bonifácio ou Santa Cruz.

De acordo com os depoimentos dos pioneiros no documentário Devotos do Guaiapó (2011), a iniciativa para a construção de um capela próximo aos núcleos rurais daquela região, se deu pela própria comunidade tendo como líderes os pioneiros Armando Crippa, Caetano Feltrin e Ernesto Limonta. A construção da capela se iniciou em 1949, em sistema de mutirão, e a madeira utilizada em sua construção foi doada pelos sitiantes, assim como as imagens sacras, e mobiliários da capela foram doados pelos habitantes da redondeza.

No início a capela pertencia a Paróquia de Marialva, somente após a construção da Paróquia Nossa Senhora da Glória a capela ficou sob a administração de uma paróquia maringaense. Ela passou pela administração de diversas paróquias ao longo do tempo, atualmente a capela faz parte da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

Este templo também sofreu o desgaste do tempo, e precisou ser recuperado, porém foi a própria população que realizou uma reforma na capela em 2001. Essa mesma população que cuida, que preserva tal templo, pediu seu tombamento, o que ocorreu recentemente em junho de 2015.



Figura 72 – Fotografia de quermesse realizada na Capela Nossa Senhora Aparecida

Autor/Data:s/autor

Fonte: GPH

Nesta capela ocorrem casamentos e missas semanalmente, e uma festa anual no dia de Nossa Senhora Aparecida, a qual reúne diversos fiéis que trabalham, organizam e desfrutam da festa religiosa. A população que morava nos arredores, seus filhos e netos, ainda frequentam assiduamente a capela e as festas que são realizadas no local, desta forma, pode-se observar a identidade que esta população possui com a capelinha do Guaiapó.

A Capela Nossa Senhora Aparecida, encontra-se no limite da divisa do perímetro urbano da cidade de Maringá. Os loteamentos estão se aproximando dela, o que deve ser atentado pelo poder público, com o tombamento do templo algumas restrições de assentamentos na região devem ser fiscalizados.

A figura 74 pode ilustrar o exposto no parágrafo anterior, e a figura 75 apresenta a implantação do complexo religioso onde a capela está inserida. Na imagem seguinte – figura 73, pode-se visualizar a relação da capela com as demais edificações no lote e a estrada Guaiapó.



Figura 73 – Imagem Capela Nossa Senhora Aparecida e Estrada Guaiapó– Street View

Autor/Data:s/autor 2011

Fonte: Google Street View



Figura 74 - Localização e situação da Capela Nossa Senhora Aparecida

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: PMM – modificado pela autora

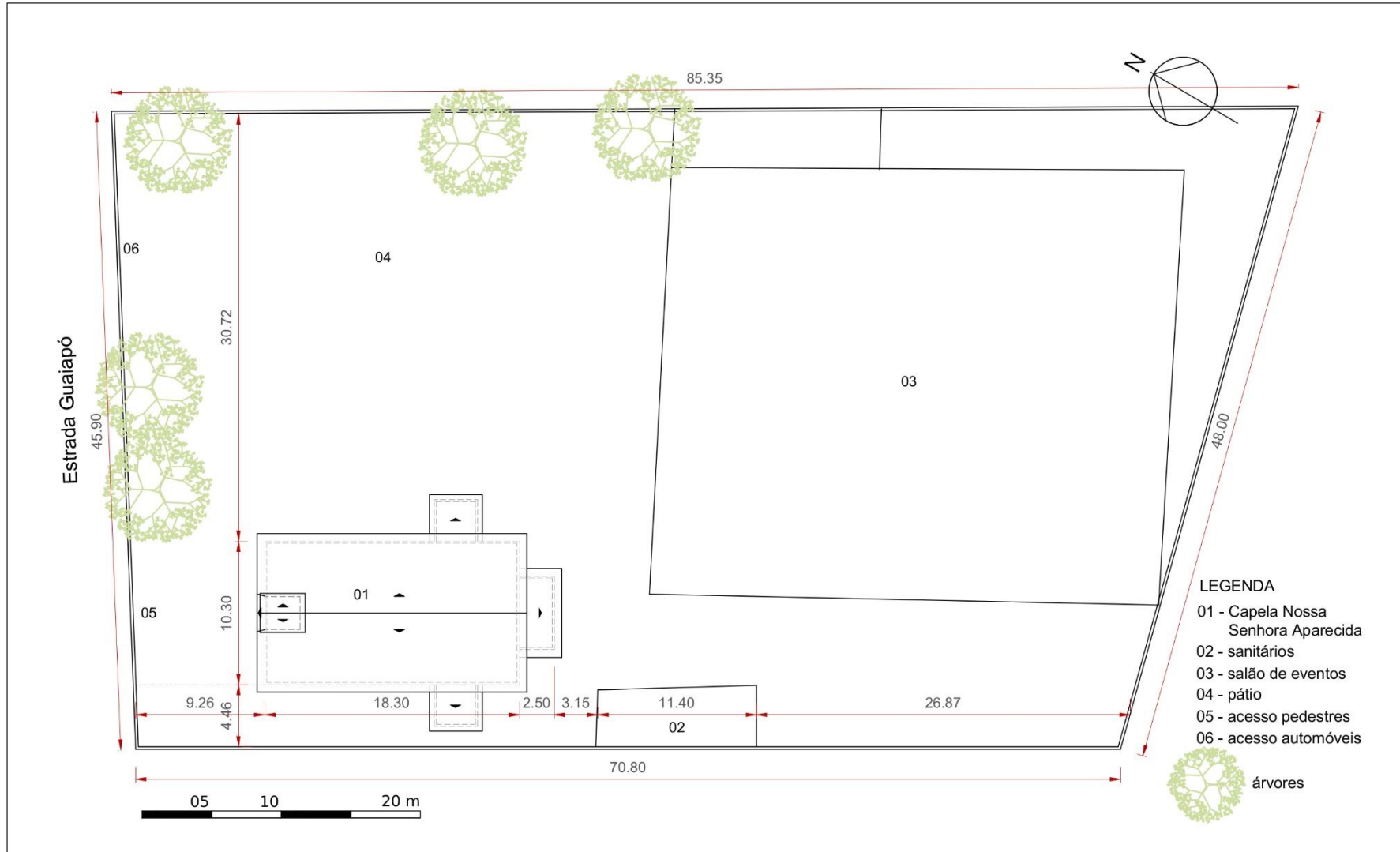


Figura 75 - Implantação Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

3.3.2. A comunidade construiu sua capela em tábua e mata-juntas

A edificação correspondente capelinha do Guaiapó possui formato retangular, acréscimos nas laterais, onde se encontram depósito e sacristia, e nos fundos, compreende parte do presbitério. O templo religioso em questão também possui um mezanino na entrada na capela, destinado ao coro, conforme pode ser observado nas figuras 76 e 77.

O conjunto estrutural da edificação em questão compreende: o quadro inferior, que é composto por um conjunto de vigas de 22 x 15 cm (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 15 x 15cm, que se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal em uma modulação de 3,00 m, e no sentido transversal numa modulação de 2,40 m; e o quadro superior, possuindo as vigas laterais, que recebem as cargas da cobertura a transferem para os pilares, que estão intertravados por tirantes metálicos.

A Capela Nossa Senhora Aparecida possui paredes duplas. É revestida externamente por tábuas de peroba-rosa no sentido vertical medindo genericamente 22 x 2,5 cm cada, sendo finalizada com as mata-juntas, que medem 6 x 1,2, e internamente o revestimento é de lambris, o mesmo empregado em forros, formando figuras geométricas.

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura romana. Vencendo um vão de 10 metros. O telhado é formado por duas águas no corpo principal da edificação com telhas de barro do tipo francesas, tendo como acabamento no beiral do tipo “caixão”. As ripas que sustentam as telhas são de “cedrinho” com seção de 5 x 1,5 cm com intervalo de 40 cm entre uma e outra, estas são sustentadas pelos caibros, produzidos em peroba-rosa com seção de 6 x 5 cm e intervalo de 50 cm entre eles. Sustentando estes últimos encontra-se as terças com dimensões de 7 x 5 cm, posicionadas a 1,85 metros de distância entre cada uma. A tesoura por sua vez, também em peroba-rosa, e tem a função de sustentar os elementos citados anteriormente. Os demais adendos da capela possuem telhado com uma água, com as mesmas características da estrutura principal.

Esta edificação não possui ornamentos na parte externa da edificação, porém seu forro possui diferentes disposições que formam figuras geométricas, como pode ser identificado nas imagens internas. As principais modificações que podem ser identificadas na capela em questão, consiste na alteração dos telhados dos adendos. O campanário possuía duas águas, atualmente possui duas, e o acréscimo na parte de trás do presbitério possuía três águas, atualmente encontra-se com uma água. Outra alteração constatada refere-se a cor da edificação, anteriormente era amarelo claro, agora encontra-se em azul.

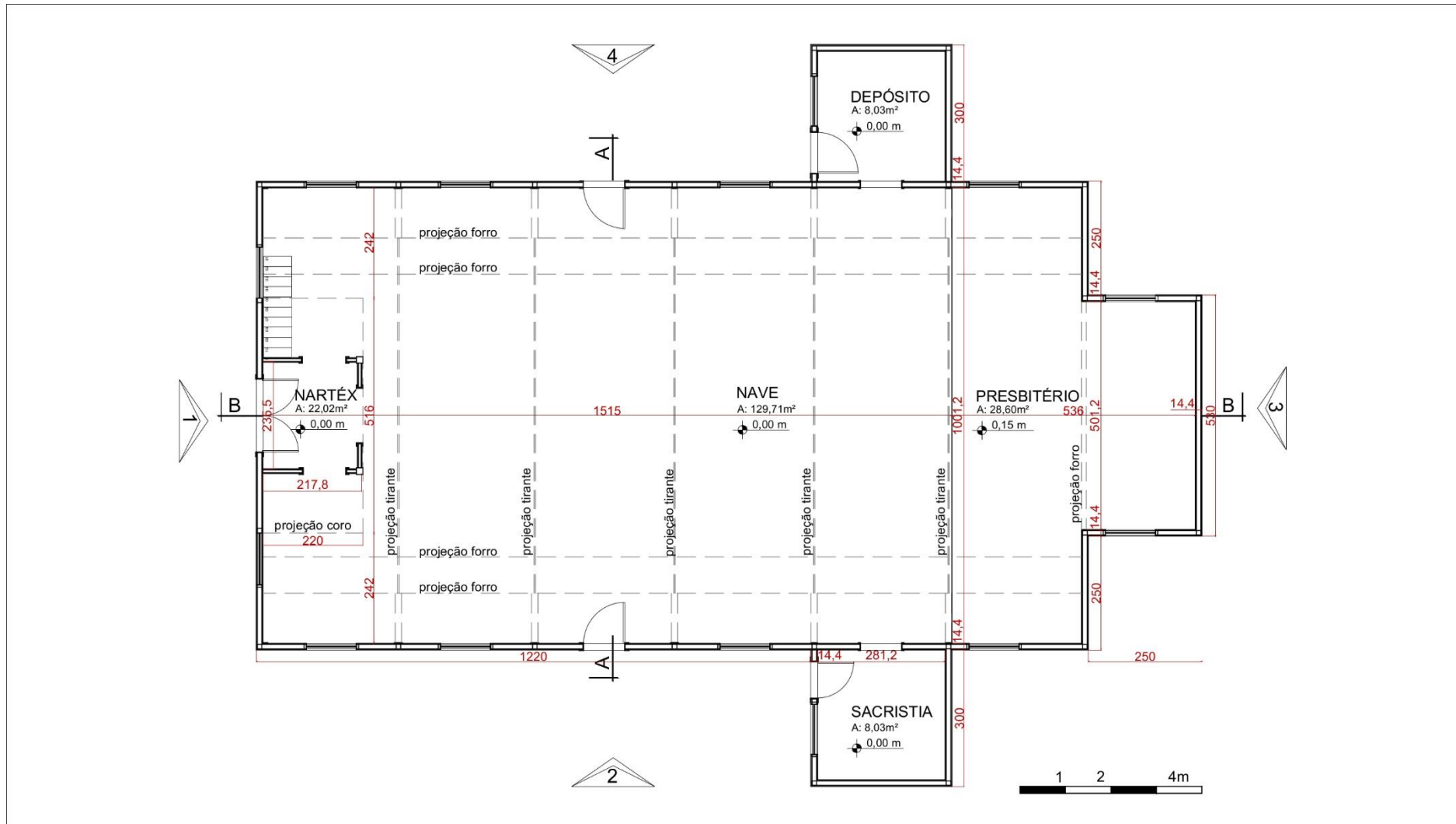


Figura 76 – Planta baixa da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo pessoal autora

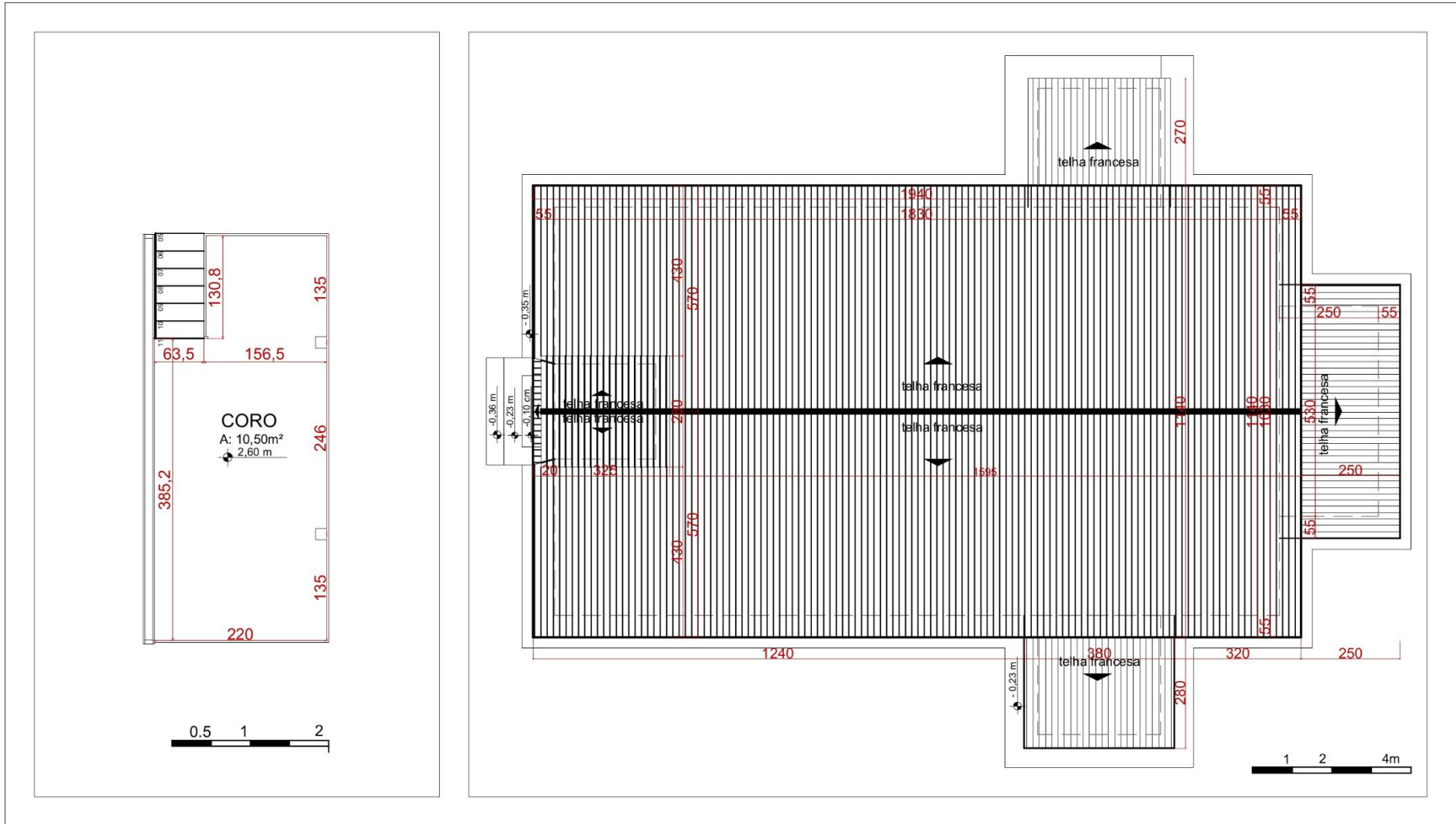


Figura 77 – Planta do coro e planta da cobertura da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: acervo pessoal autora

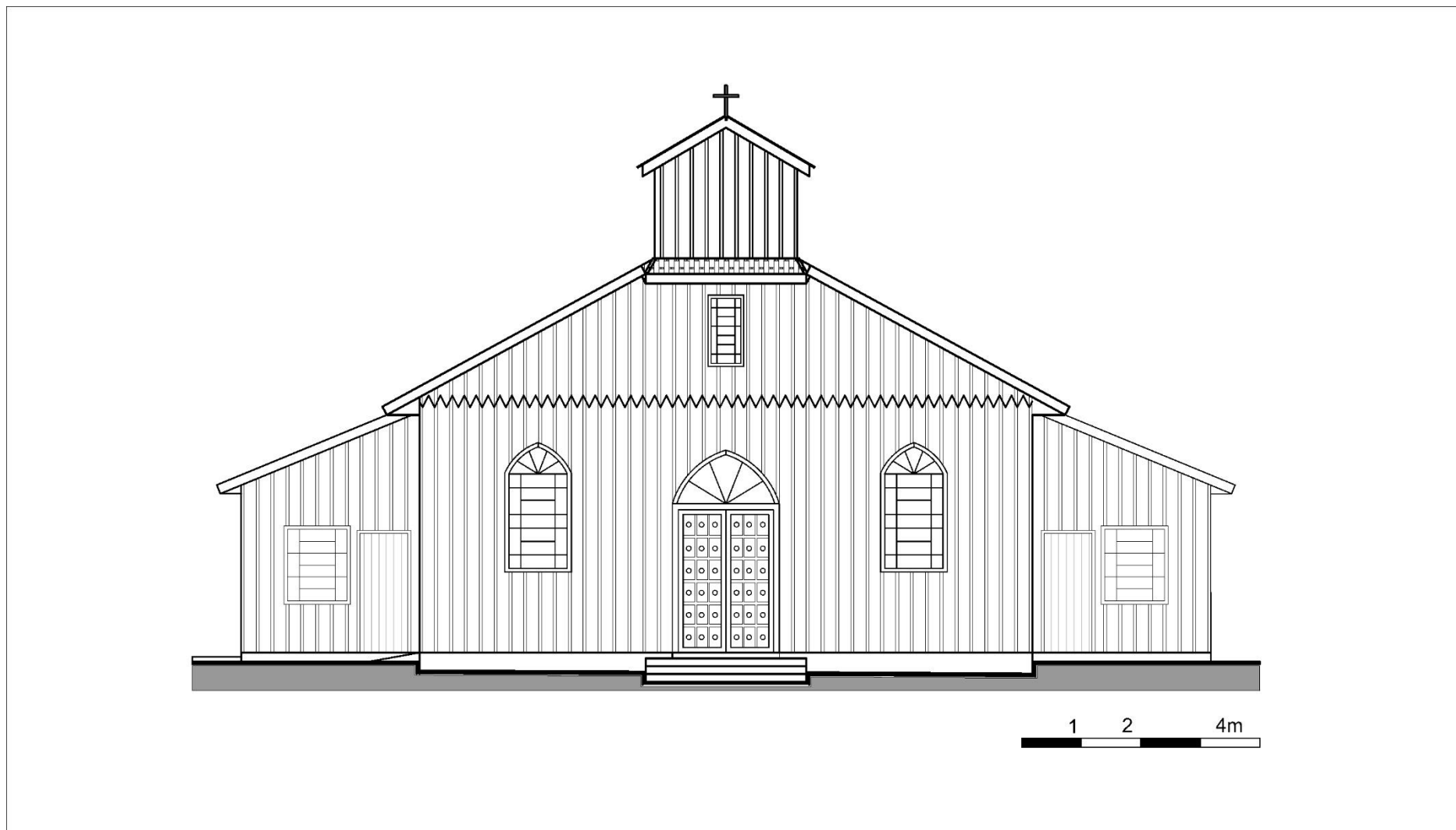


Figura 78 – Elevação frontal Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo da autora

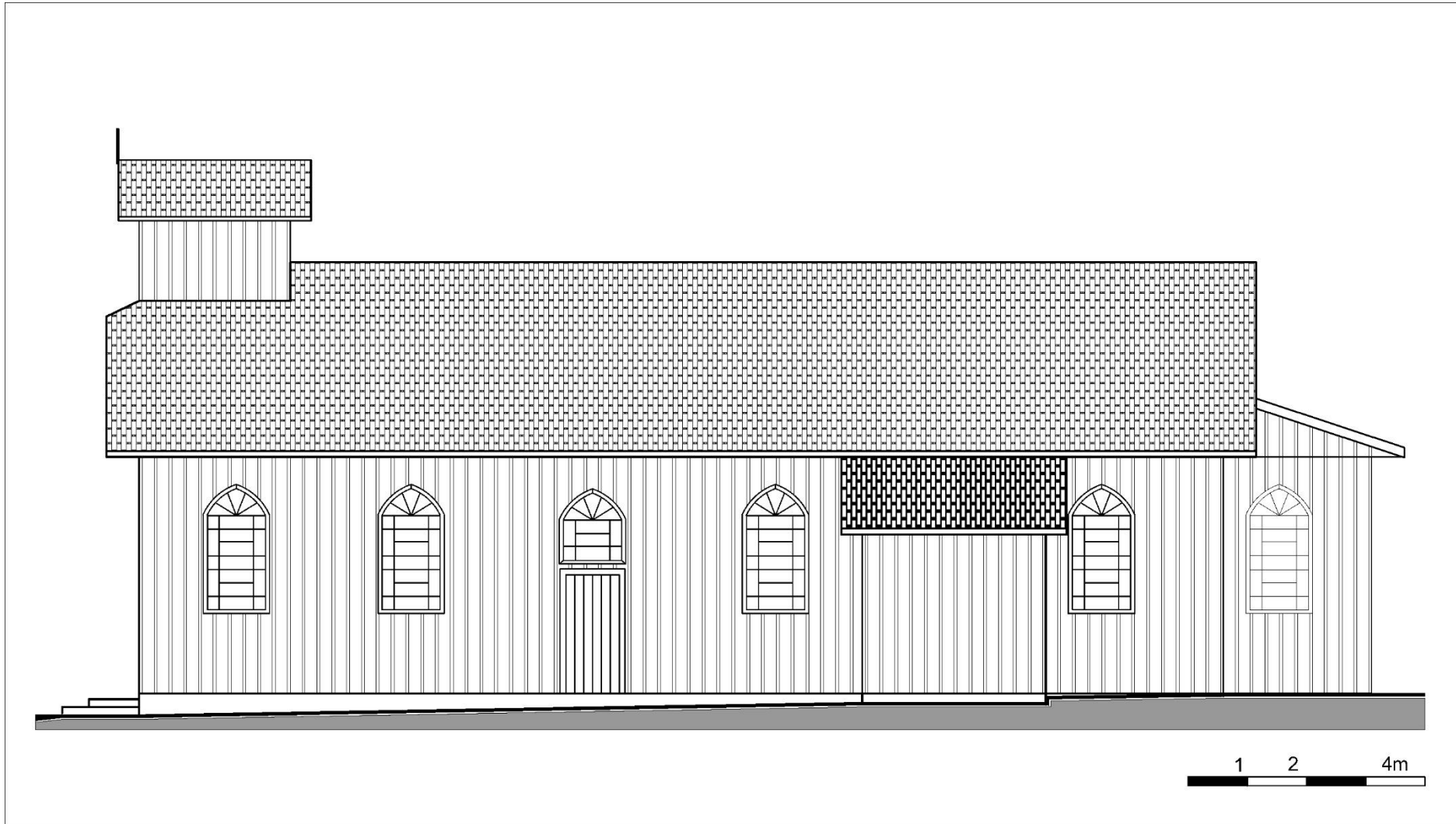


Figura 79 – Elevação lateral direita da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo da autora

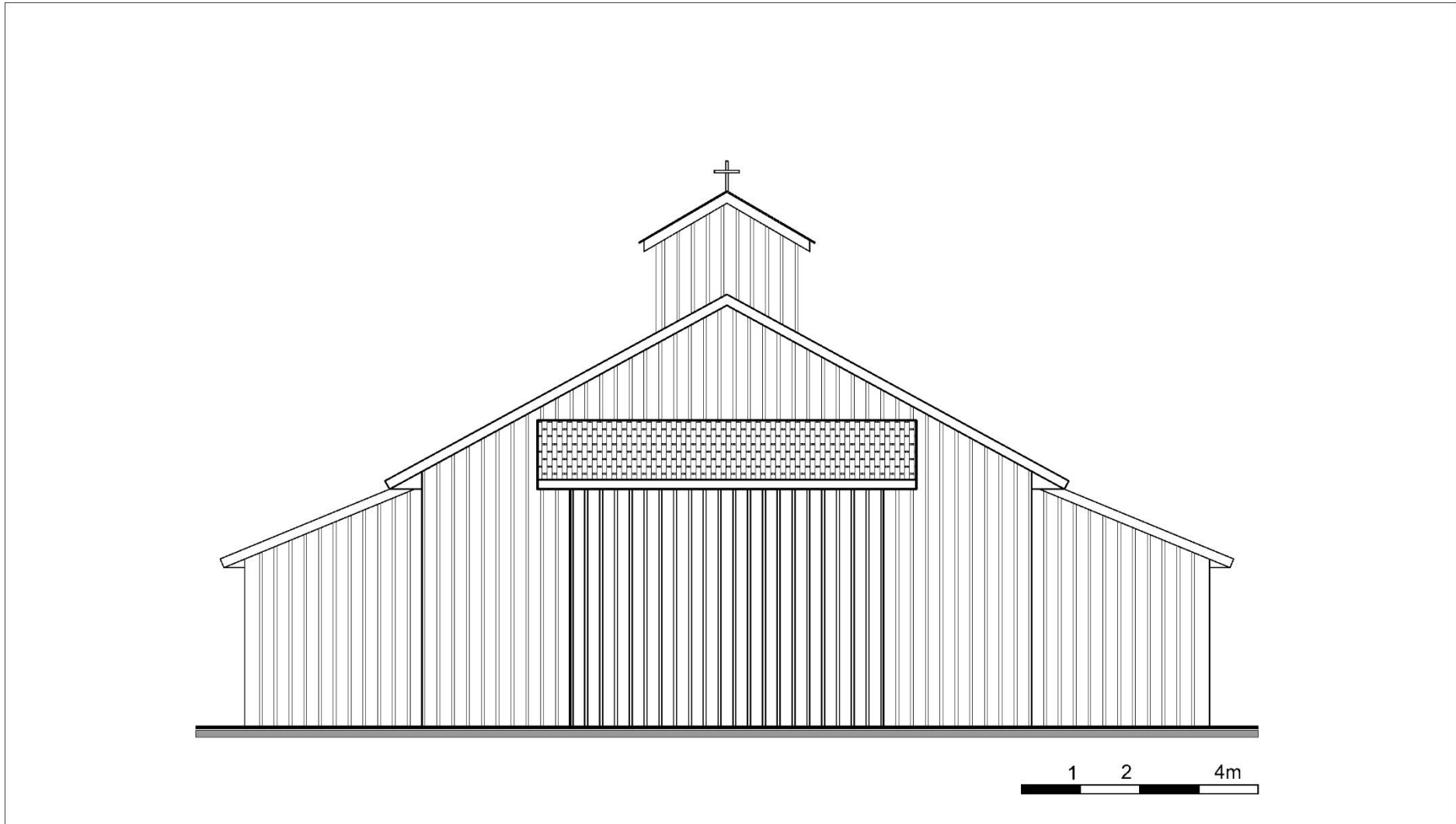


Figura 80 – Elevação posterior da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo da autora

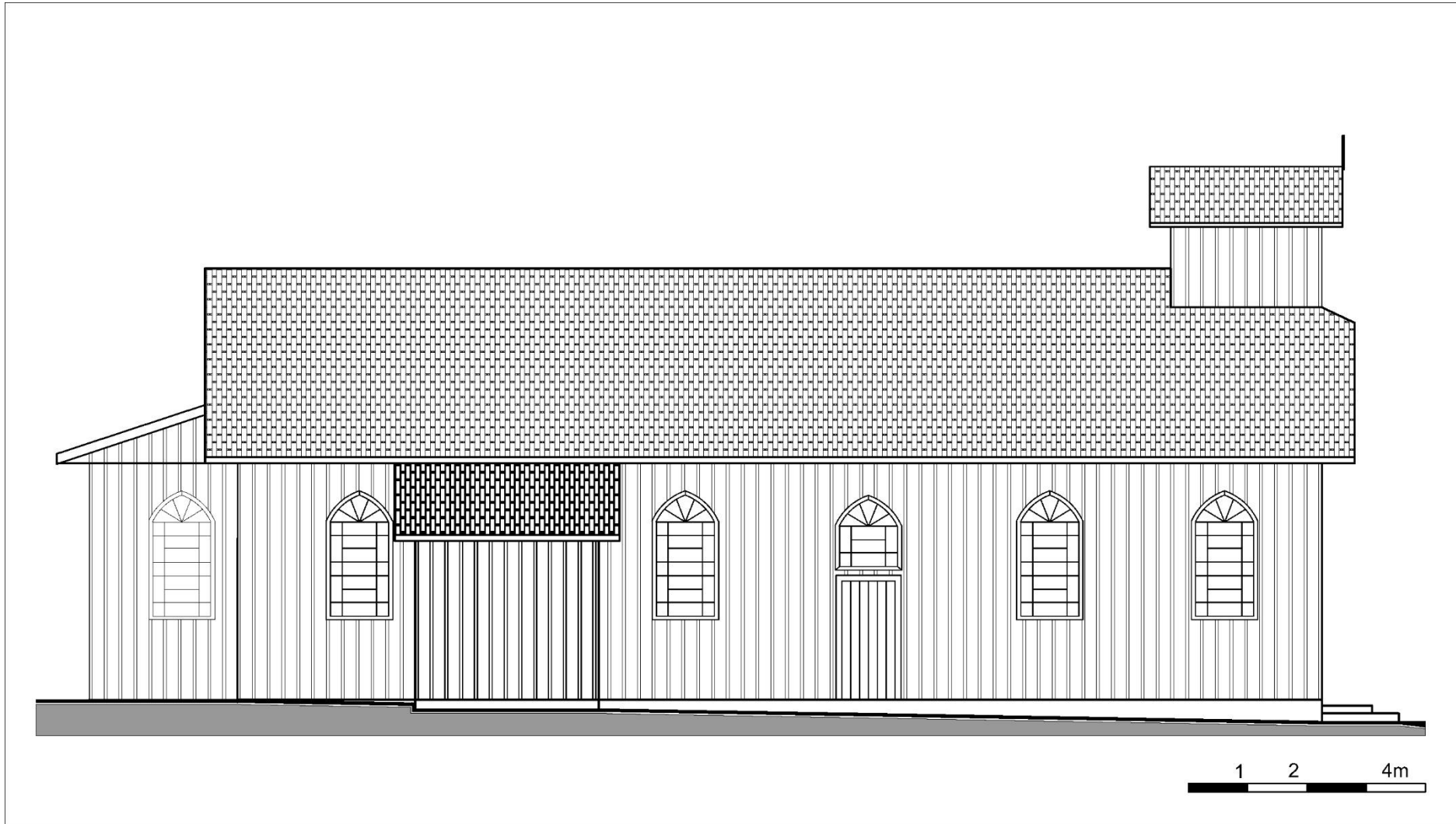


Figura 81 – Elevação lateral esquerda da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo da autora

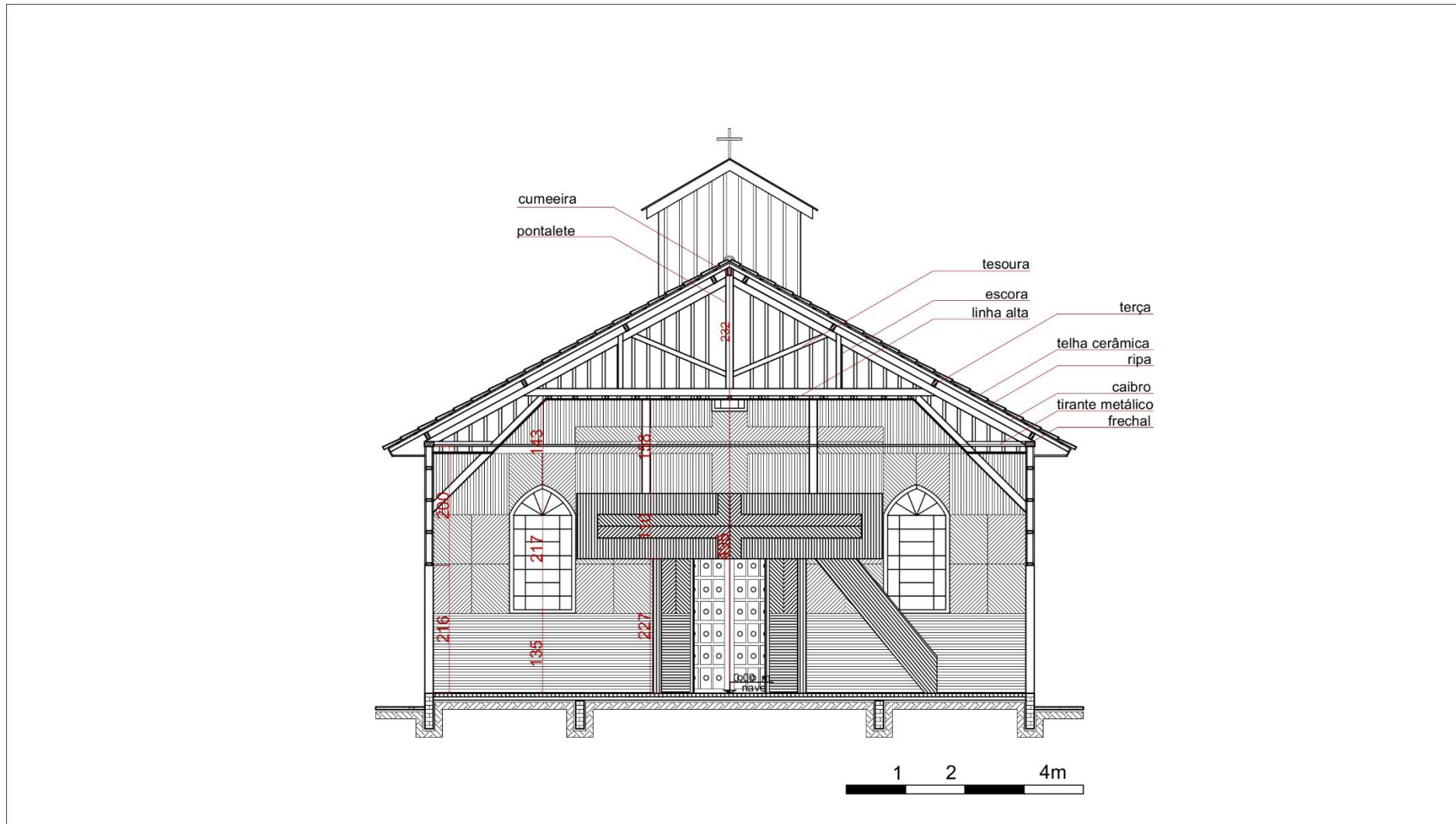


Figura 82 – Corte transversal da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: acervo da autora

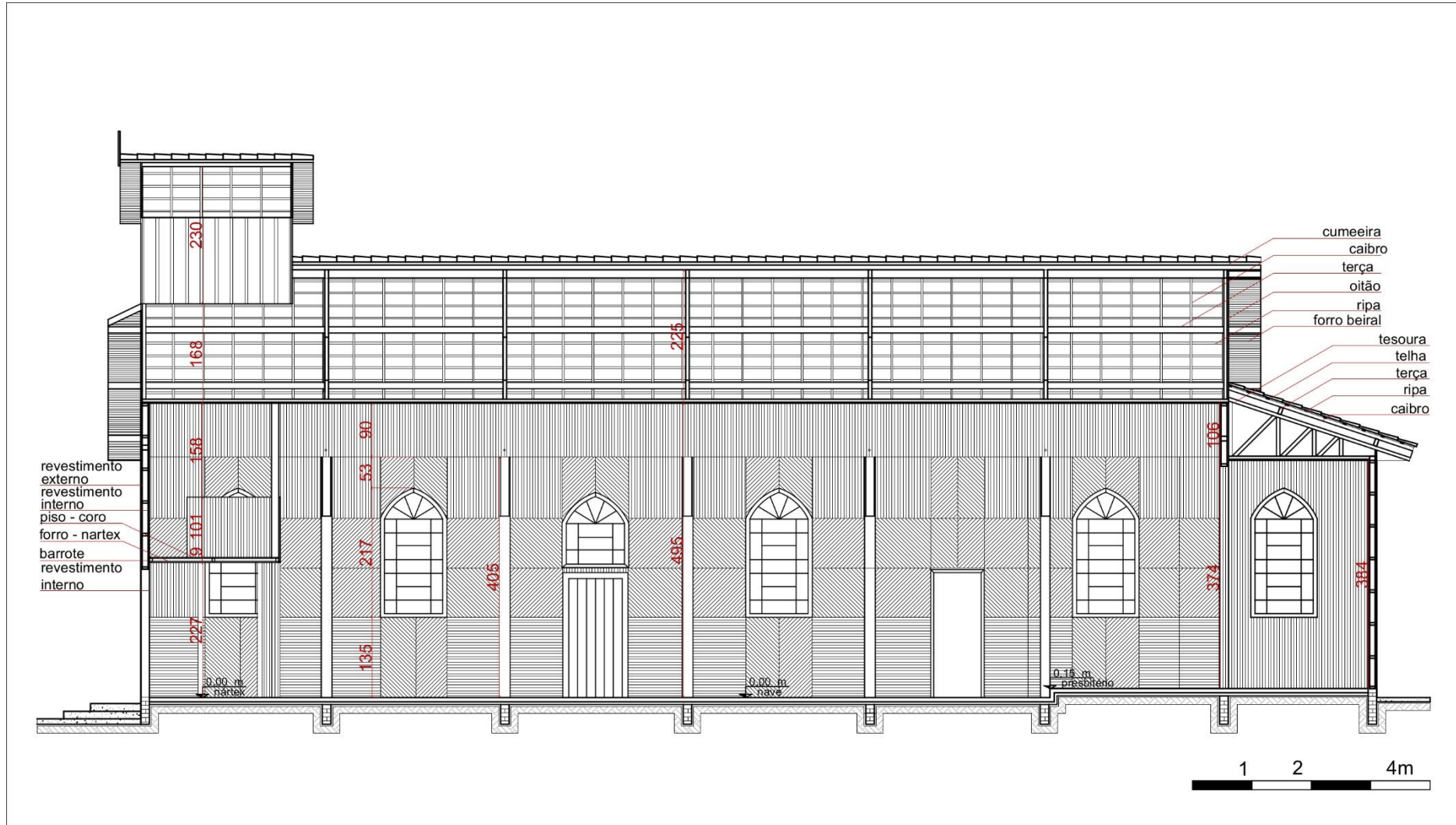


Figura 83 – Corte longitudinal da Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: acervo da autora

As figuras de 78 a 81, apresentam as fachadas da capela Nossa Senhora Aparecida, sendo possível observar principalmente, os elementos externos de vedação, do tipo tábua e mata-juntas. Através das figuras 82 e 83, correspondentes aos cortes transversal e longitudinal, pode-se compreender melhor a descrição sobre os aspectos estruturais da edificação, e ainda permite visualizar os detalhes do revestimento interno da capela em questão. Enquanto a estrutura da cobertura pode ser observada na figura 84.

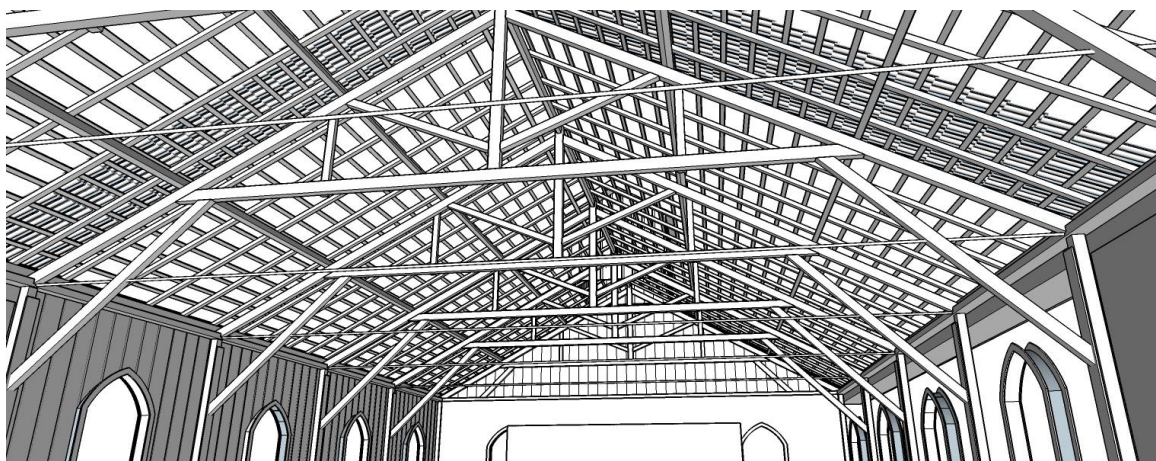


Figura 84 – Perspectiva da Estrutura da Cobertura Capela Nossa Senhora Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo da autora

CONCLUSÃO CAPÍTULO 3

As capelas estudadas aqui, remanescentes da arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá-PR, são testemunhos históricos da cidade, e também do saber humano, impresso na técnica utilizada em suas construções.

Apesar das três edificação terem sido construídas no mesmo período, influenciadas pelo mesmo contexto social, cada edificação, apesar de possuir semelhanças entre si, também possui sua particularidade: histórica e construtiva.

A Capela São Bonifácio, foi construída por aspiração do Padre Emílio Scherer, em sua própria fazenda, um local distante da cidade que se formaria. A comunidade frequentou a templo por muitos anos, no entanto, devido à dificuldade de acesso, à construção de novas capelas e igrejas na cidade, bem como o êxodo dos colonos que moravam nas proximidades, para a área urbana, fez com que os fiéis fossem se distanciando da capelinha. Atualmente, o templo religioso tem servido para, visitação dos religiosos que, vão as missas celebradas no complexo do Movimento Apostólico de Schoenstatt. Os antigos habitantes da cidade ainda se

identificam com a capela, mas os mais novos, não possuem muita identificação com a edificação. No entanto o templo não deixa de ser um testemunho histórico do momento de formação da cidade e da técnica de se construir em madeira.

Enquanto a capela Santa Cruz, localizada no Maringá Velho (zona urbana) e a capela Nossa Senhora Aparecida, localizada na estrada Guaiapó (zona rural), foram construídas por reivindicação da comunidade. A primeira teve grande participação da população na sua construção, e a segunda foi construída pela própria comunidade rural da localidade. As duas capelas ainda possuem fiéis assíduos, com celebrações frequentes de missas e casamentos.

O conjunto estrutural dos templos estudados pode ser dividido em três partes: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares, assim como ocorre com a maioria das edificações em madeira. No entanto, as três capelas estudadas, assim como as demais capelas e igrejas de madeira, diferenciam-se das casas residenciais, na parte portante. Pois as edificações religiosas, exigem peças mais robustas, para suportarem os vãos maiores destas edificações, uma vez que possuem apenas as vigas laterais no quadro de cima, tendo que suportar grandes cargas da cobertura.

Constata-se que as três edificações possuem um aspecto comum, que consiste nas paredes duplas, característica singular, entre a maioria das edificações de madeira das primeiras décadas de ocupação do estado do Paraná, que eram construídas com paredes simples do tipo mata-junta. Dos três templos inventariados, apenas a Capela Nossa Senhora Aparecida possui este tipo de revestimento na parte externa, sendo que o revestimento interno foi executado em lambris de forro tipo “paulistinha”, formando figuras geométricas nas paredes. O revestimento das capelas São Bonifácio e Santa Cruz, possuem encaixe do tipo macho-fêmea, os lambris nas paredes externas encontram-se na horizontal e na parte interna as tábuas estão dispostas na vertical, diferenciando-as das capelas e igrejas já estudadas no Paraná, e da maioria das edificações em madeira do mesmo período.

As capelas São Bonifácio e Santa Cruz, tiveram interferência do padre alemão Emílio Scherer em seus processos construtivos, o que pode ter influenciado na característica supracitada, que as tornam, edificações em madeira singulares no estado do Paraná, e a Capela São Bonifácio se destaca ainda, da maioria das edificações do norte do Paraná, pelo fato, do seu forro, apresentar forma ogival na nave e, sobre o presbitério, o forro é composto por sete planos verticais que formam um quarto de circunferência.

Neste sentido, constata-se que tais edificações, além de possuírem grande valor histórico para Maringá, também são testemunhos de um “saber-fazer” particular, que foi fundamental para o período de ocupação territorial do estado.

CAPÍTULO 4 – CAPELAS DE MADEIRA DE MARINGÁ: AÇÕES PRESERVACIONISTAS PASSADAS E FUTURAS

4.1. Restauração e tombamento Capela Santa Cruz

Com a Capela Santa Cruz, tanto a restauração como o processo de Tombamento, antecederam as ações preservacionistas aplicadas a Capela São Bonifácio. E por sinal os processos arrolaram com muito mais agilidade.

A população local começou a se manifestar reivindicando o tombamento e preservação da Capela Santa Cruz que apresentava bastante desgaste, e de acordo com depoimento de Piccioly (2014), o prefeito da época, se sensibilizou com os pedidos pelo fato de ter estudado no Colégio Santa Cruz e frequentado a capelinha.

Em 1987, um laudo técnico⁴⁰ realizado por engenheiros da prefeitura apontam a precariedade em que encontrava-se a capela do Maringá Velho. Neste laudo os profissionais enfatizam:

Haja vista o interesse do município em preservar os valores arquitetônicos e históricos dessa obra, é recomendada a contratação de uma empresa especializada para proceder todos os serviços de restauração de pilares de sustentação, com prioridade máxima na torre lateral que se encontra fisicamente instável. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ)

No ano seguinte, por meio do Decreto 95/88 nomeou-se uma Comissão Especial para proceder aos tramites de tombamento da Capela Santa Cruz. Conforme o texto a seguir:

Fica constituída uma Comissão, composta pelos cidadãos abaixo relacionados, com a finalidade de proceder a avaliação na Capela do Colégio Santa Cruz, para efeito de tombamento, de acordo com o artigo 2 da Lei Municipal n 2.297/87, que institui o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Municipal: (...)(PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ)

A Comissão portanto apresenta a Proposta de Tombamento da Capela Santa Cruz. No extenso texto⁴¹ apresentado pela Comissão sobre a relevância do Tombamento da Capela destaca-se os atributos mais significativos que justificam tal ato:

- a) Seu VALOR CRONOLÓGICO, uma vez que foi uma das primeiras edificações realizadas por iniciativa coletiva da comunidade pioneira. (...) Construído em 1945/46, o pequeno templo vinha preencher as aspirações religiosas de vários moradores (...) O terreno foi doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná e a comunidade mobilizou-se através de quermesses e doações para levar a cabo a construção da capela.(...)

⁴⁰ Laudo Técnico Capela Santa Cruz, 1987.

⁴¹ Este texto é assinado por José Henrique Rollo Gonçalves

- b) Seu VALOR RELIGIOSO, na medida em que foi a primeira construção do gênero feita no espaço urbano de Maringá, fato bastante significativo quando levamos em conta o contexto interétnico na qual se efetuou o povoamento regional. Nestes termos, enquanto forma primeira de encravamento do Sagrado na área urbana (...)
- c) Seu VALOR ARQUITETÔNICO, já que seus traços gerais foram conservados praticamente intactos e, neste sentido, ela representa um dos últimos vestígios da arquitetura popular da fase pioneira mais remota desta comunidade. (...) Nela não encontramos o inusitado ou o absolutamente singular. Tampouco a monumentalidade típica das edificações religiosas norte-paranaenses que surgem a partir dos anos 50. Há isto sim, o predomínio de uma artisticidade muito simples que beira o kitsch, um desenho global que nem de longe prima pela originalidade. Entretanto, ao invés de desqualificar seu valor, tais elementos indicam o vigor de sua riqueza. Olhados sem os preconceitos da alta cultura, eles apontam para as concepções estéticas de toda uma coletividade que, consensualmente, pelo visto, materializou seu modo rústico e singelo de conceber aquela encrustação ambiental do Sagrado dita anteriormente. Expressam os limites de um desenho feito a muitas mãos sem que sobre ele recaísse outro valor que não o da realização comunitária desprovida de ganhos individuais.

Diante do exposto pela comissão no ano de 1988, por meio da Lei nº 2.360/88, a Câmara Municipal aprovou e o prefeito Municipal sancionou, o tombamento da Capela Santa Cruz ao Serviço de Patrimônio histórico e Artístico Municipal.

As irmãs Carmelitas da Caridade, solicitam em 1989 que a Capela Santa Cruz fosse restaurada com verbas municipais. E no ano seguinte 1990, com recursos próprios, e do Ministério da Cultura a Prefeitura iniciou o processo de restauração da Capela Santa Cruz.

O projeto e assessoria da Restauração da Capela Santa Cruz, foram realizados pela empresa S & G Arquitetura, Restauo e Planejamento, sob a direção dos arquitetos Antonio das Neves Gameiro e Helena Saia. Além dos dois profissionais, a equipe contava com mais um arquiteto, um restaurador, um desenhista, dois auxiliares de restauração e uma datilógrafa. Os serviços de execução da obra ficaram a cargo da empresa Piccioly e Piccioly, e a fiscalização sob responsabilidade do Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação do município de Maringá (SAOP).

De acordo com o relatório apresentado pela empresa S & G o projeto de restauração fundamentou-se em critérios científicos de intervenção em edificações de caráter histórico/cultural, procurou-se eliminar todas as ampliações e adequações, realizadas ao longo dos anos e que descaracterizavam a capela, objetivando a valorização do edifício original. Parte do texto do relatório relata o seguinte :

“Basicamente o projeto de restauração prevê a volta à sua situação original através de fechamentos de vãos, abertos posteriormente, redução do coro, etc.No que diz respeito ao anexo, será demolida apenas uma parte, ficando a outra, embora não contemporânea à construção da capela, em função da necessidade de uma maior área construída.

Além disto, foi dado um tratamento paisagístico na área livre do lote, onde introduziu-se dois banheiros para uso público, calçadas para circulação de pedestres, acessos para autos, bancos de concreto, etc". (GAMEIRO e SAIA, 1990, s/p.).

Os procedimentos realizados foram os seguintes:

- 1) Levantamento das condições reais de conservação do prédio;
- 2) Análise e ação restauradora nos alicerces da Capela;
- 3) Restauo do Telhado;
- 4) Restauração das paredes (interno e externo), piso e teto;
- 5) Recuperação dos objetos religiosos internos.

O maior esforço dos trabalhos técnicos realizados, foi identificado na recuperação das fundações e dos elementos estruturais. Pois foram utilizados macacos hidráulicos para suspender a edificação, possibilitando a introdução de cintas de concretos para suportarem os baldrames, além da substituição das bases dos pilares que estavam apodrecidas. As tábuas da vedação que estavam podres, também foram substituídas, a probabilidade é que esses componentes se deterioraram devido a ação da água causada por mau detalhamento ou falta de manutenção, e algumas tábuas foram acrescentadas para reconstituir partes da edificação que foram alteradas, como no caso do fechamento de alguns vãos e no volume anexo que foi readequado. Ainda de acordo com o relatório de restauração, realizou-se prospecções nas paredes e esquadrias para identificação das cores originais.

Foram demolidos o coro, que foi reconstruído do tamanho original, e um trecho do anexo localizado na fachada norte, fazendo com que fosse preciso prolongar a cobertura da capela para cobrir a parte que permaneceu.

Foi realizada uma revisão na estrutura da cobertura, os beiras foram reparados e o forro totalmente substituído, bem como as telhas, do tipo francesas, que foram todas trocadas pelo mesmo tipo, inclusive adquiridas na mesma olaria das telhas originais. Ao observar algumas fotografias do processo de restauração da capela pode-se verificar que foi colocado uma lona acima das ripas, e por cima deste material as telhas. Outro detalhe que pode ser destacado, encontra-se na cobertura do alpendre, que também foi observado nas imagens fotográficas, a colocação de uma placa fina de madeira – provavelmente compensado – abaixo das telhas. Em outras imagens do processo de restauração, também pode-se evidenciar o tratamento das estruturas com mata-cupim. Alterações de cunho paisagístico, na parte externa da capela também foram realizados no local, destacando o corte das figueiras que suas raízes estavam prejudicando o piso da edificação

As imagens seguintes, figuras 85 a 94, ilustram os trabalhos realizados na Capela Santa Cruz.



Figura 85 – Fotografia Capela Santa Cruz suspensa por macacos hidráulicos

Figura 86 - Fotografia Capela Santa Cruz suspensa por macacos hidráulicos

Auto/Datar: Maurinho Piccioly/1990

Acervo; Maurinho Piccioly



Figura 87 – Estrutura da cobertura sendo coberta por lonas

Figura 88 - Estrutura da cobertura sendo coberta por lonas

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly



Figura 89 – Detalhe revestimento externo, “alma” e revestimento interno.

Figura 90 - Detalhe revestimento interno, “alma” e revestimento externo.

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly



Figura 91 – Coro retirado na restauração
Figura 92 – Escada retirada na restauração

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly



Figura 93 – Adendo fachada posterior retirado na restauração
Figura 94 – Adendo lateral esquerda – parte retirado na restauração

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly

.A capela Santa Cruz, encontra-se muito bem conservada em sua parte interna, porém os lambris da parte externa já apresentam certa deterioração, que precisa ser observado.



Figura 95 - Fotografia externa Capela Santa Cruz
Figura 96 - Fotografia entrada lateral Capela Santa Cruz

Autora/Data Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Acervo: Arquivo pessoal autora

O relatório emitido pela empresa responsável pela restauração, aponta para “volta a situação original da capela”, sem citar que teoria de restauração estava sendo utilizada. A tentativa de retomar a obra original, se aproxima da teoria de Viollet-Le-Duc, no entanto, a intervenção realizada na edificação, não executou a obra como fora construída originalmente, pois foram retirados alguns acréscimos da edificação, porém outros permaneceram, como um adendo na lateral da capela, e o alpendre, na entrada do templo. Verifica-se portanto, que houve uma análise crítica da obra, deixando-a com algumas modificações ocorridas ao longo dos anos, mas também ocorreu certa preocupação com a estética da edificação, pois elementos retirados na intervenção, de fato prejudicavam o aspecto estético da capela.

Neste sentido, constata-se, que a restauração da Capela Santa Cruz, foi direcionada pela teoria de Cesare Brandi, na qual o teórico defende uma que seja feita uma análise crítica da edificação, privilegiando seus aspectos histórico e estético.

4.2. Reforma e tombamento da Capela São Bonifácio

No final da década de 1980, surgem as primeiras reivindicações da comunidade voltadas a preservação da Capela São Bonifácio, que estava deteriorada fisicamente. Reportagens em jornais municipais relatam, que Maringá estava prestes a perder sua primeira capela, pois a construção estava se depreciando e não resistiria por muito mais tempo.

Os jornalistas Rogério Recco e Stela Paris publicam uma matéria intitulada “*Maringá fica sem passado com o fim da São Bonifácio*”. Nesta matéria os profissionais alegam que:

(...) o que já devia ter sido tombado pelo Poder Público, por representar um marco inicial da colonização e por ter um valor histórico indiscutível, simplesmente apodrece ao abandono O estado deplorável em que se encontra é o que pode chamar de atentado a memória da região. (RECCO e STELA, 1991, p. 12)

Este tipo de iniciativa, agiliza de certa forma, as decisões do Poder Público em tomar providências sobre os problemas apontados. Após a publicação acima, em tom de denúncia, a Diretoria de Cultura da Prefeitura do Município de Maringá, se manifesta com indignação, alegando que o município já havia investido em investigações históricas para a preservação do bem e que as atenções estavam voltadas no momento para a Capela Santa Cruz porque estava mais deteriorada que a Capela São Bonifácio. (MARINGÁ, 1991).



Figura 97 - Fotografia da Capela São Bonifácio degradada – lateral direita

Autor/Data: Desconhecido/1991

Acervo: GPH

Figura 98 - Fotografia da Capela São Bonifácio degradada -fundos

Autor/Data: Desconhecido/1991

Acervo: GPH

Neste mesmo ano de 1991, acontece a finalização do restauro da Capela Santa Cruz, e equívocos anulando a existência da Capela São Bonifácio são comuns. Matérias jornalísticas são lançadas afirmando que a Capela Santa Cruz era a primeira de Maringá.

Algumas modestas iniciativas dos órgãos públicos começaram a ser tomadas sobre a questão da Capela São Bonifácio. E ainda em 1991 é entregue ao Prefeito um ofício da Câmara Municipal de Maringá, consoante indicação do vereador Ricardo Aparecido Maia Kotsifas, “em caráter reiterativo, a viabilização do tombamento ao Patrimônio Histórico do Município da Capela São Bonifácio, localizada na Fazenda São Bonifácio”. O ato ainda mencionava que:

“O Patrimônio histórico de um povo é fundamental para o seu desenvolvimento, pois no respeito à história temos o respeito aos valores que formaram toda a comunidade, sem o qual as pessoas não teriam qualquer vínculo com o lugar e com as pessoas que aqui vivem. São conhecidas popularmente as expressões “um povo sem história é um povo sem memória”. (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 1991)

Em resposta a este ofício o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico de Maringá emitiu um parecer alegando que necessitava formar um conselho que se responsabilizasse pelos bens a serem tombados na cidade, mas que se comprometeria, assim que este conselho tivesse formado, a tomar as providências necessárias para o tombamento do bem em questão.

Instituiu-se portanto a Comissão de Patrimônio por meio da Portaria 038/91, porém nada se fez em relação a Capela São Bonifácio. As manifestações continuaram ocorrendo, em especial nos jornais. As manchetes eram as seguintes:

“*A esquecida Capela São Bonifácio*”, esta reportagem também denuncia o estado precário em que se encontrava a construção. “A capela, localizada na região Sul de Maringá, continua em pé teimosamente. A ação do tempo destrói lentamente o prédio que perde o viço e a

beleza de épocas passadas e espera por uma restauração”. (CORREIO MARINGÁ, 1993, p. 13)

“*Capela construída em 1940 está abandonada em Maringá*” – A matéria traz a opinião do arcebispo dom Jaime Luiz Coelho, “que vê no tombamento histórico a única saída para impedir a total destruição da Capela São Bonifácio. (JORNAL DO POVO, 1994, p. 3)

“*Memórias da São Bonifácio*”. Esta matéria apresenta uma entrevista com a família de Aparecido Faion, proprietário da fazenda Santa Mônica, vizinha da Fazenda São Bonifácio, a família morava no local desde a década de 1950. A esposa de Sr. Aparecido lembra “Vinha gente da fazenda São Francisco todos os domingos, a capelinha ficava lotada. Naquele tempo era lá que nós assistíamos à missa e rezávamos o terço”. Uma de suas filhas, Maria Lúcia, também relata “É muito triste ver esta capela abandonada, as lembranças do catecismo e da primeira comunhão ficaram registradas, mesmo quando as imagens já foram levadas da igreja”. (JORNAL DO POVO, 1994, p. 03)

Apesar de toda essa comprovação da necessidade de preservação tal bem, imprescindível para memória da cidade, somente três anos após o pedido da câmara de vereadores, reivindicar o tombamento da capela, é que uma nova proposta delegada pelo então vereador José Carlos Cuca Valêncio, que o poder público autoriza o Tombamento da Capela São Bonifácio.

A Lei de n 3.670/94 publicada no Diário Oficial do dia 11 de novembro de 1994 tem como parte constituinte de seu texto:

“Art 1 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o tombamento da Capela São Bonifácio, situada no lote n 1-A da Gleba Ribeirão Pinguim, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.
Art. 2 – A edificação será mantida na forma prevista pela Lei n 2297/87, cabendo ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico sua fiel conservação.
(MARINGÁ, 1994)

Somente no ano seguinte através da portaria n 89/95 –GP publicada no Diário Oficial em 26 de maio de 1995, o prefeito da gestão, no caso Said Ferreira, resolve: nomear uma “COMISSÃO ESPECIAL⁴² para proceder levantamento, arrolamento, avaliação, análise e posterior emissão de parecer para processo de tombamento da Capela São Bonifácio.

⁴² Esta Comissão era constituída pelos seguintes servidores municipais: Sueli Gomes Gonçalves – Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural, João Laércio Lopes Leal – Historiador da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural, ValentinPaulo Harcan – Representante da Secretaria de Planejamento, Lídia Bttinardi Zechetto- Representante da Procuradoria Jurídica, Muro Megazzo pereira da Silva – Representante da Secretaria de Trans[portes], Celso Afonso Correêa – Representante da Secretaria d eMeio Ambiente e ainda os governado José Carlos velêncio e o Presidente da Associação do pioneiros Antenor Sanches.

Em junho de 1995 a Comissão visitou a capela e emitiu um relatório para possível restauração do templo religioso. Neste relatório a comissão descreve que os elementos mais deteriorados da edificação são a fundação, madeiramento externo e beirais. (MARINGÁ, 1995)

A população continua sem ver nada de concreto acontecendo, e a capela ficando cada vez mais desgastada, a comunidade local continua se manifestando em prol do primeiro templo religioso de Maringá. Os moradores do Bairro Cidade Alta, que se localiza nas proximidades da Capela São Bonifácio, se mobilizam em junho de 1995, juntamente com o Rotary Maringá Sul, com um abaixo assinado de 700 assinaturas, reivindicando o tombamento da capela.

Porém o descaso dos órgãos públicos era cada vez mais evidente, de nada adiantavam as manifestações. Em uma carta de 20 de junho de 1997 a Secretaria de Esportes e Cultura – Diretoria de Cultura, divulga que ainda estava sendo negociado entre a Procuradoria Jurídica de Maringá e os irmãos Palotinos a questão do bem cultural.

Os Palotinos demonstram interesse em preservar a capela, mas não pretendem doar ao Município, ou seja, o gerenciamento da Capela ficaria sob a responsabilidade de uma Congregação de Irmãs.

Os contatos futuros entre prefeitura e o representante da Congregação dos padres palotinos será para definir de que forma será o tombamento e a restauração, uma vez que segundo informações do setor Jurídico, no que se refere a legislação, nada impede que a Capela seja tombada e restaurada, sem a mesma ser doada ao Município.

Finalmente em 1998, foram iniciadas as obras de “restauração” da capela e, em 10 de maio de 1999, o então Prefeito Jairo Gianotto, em ato solene, entrega a capela a comunidade.

As obras da Capela São Bonifácio foram realizadas pela empresa Ciplart, que ganhou a licitação para a empreitada. Em depoimento cedido para esta pesquisa pelo engenheiro Sidney Teles, um dos proprietários da empresa na época e responsável pelo acompanhamento do processo de intervenção, o profissional relatou que a empresa realizou apenas uma reforma na edificação. Segundo o engenheiro, havia um desenho arquitetônico⁴³ da capela cedido pela prefeitura de Maringá, onde estava descrito o que deveria ser feito.

Os serviços executados compreenderam:

- 1 - Recuperação da Estrutura de Madeira apodrecida;
- 3 Macaqueamento Hidráulico da edificação para substituição da estrutura de madeira;
- 4 Fundação direta em blocos de concreto armado;
- 5 Revisão e substituição de madeiramento de cobertura e aplicação de cupinicida;

⁴³ Alguns funcionários da PMM relatam que já viram o desenho da edificação em papel vegetal, mas o mesmo não foi encontrado.

- 6 Substituição do forro de madeira;
- 7 Recuperação do piso de madeira;
- 8 Recuperação de colunas, portas, batentes, guarnições, paredes, forro, pisos, detalhes esculpidos e janelas;
- 9 Restaurações de fechaduras, puxadores e vidros;
- 10 Restauração em pintura com selador e látex acrílico em madeira, com manutenção da pigmentação original da época;
- 11 Restauração em pintura com selador e verniz poliuretano;
- 12 Instalações elétricas na edificação

Após a conclusão das obras de “restauração”, os irmãos Palotinos destacaram o Movimento apostólico de Schoenstatt para administrar a sede da Fazenda São Bonifácio, grupo religioso que ainda administra a capela.

Como em Maringá não havia a instituição dos Livros do Tombo, somente seis anos após restauração a Capela foi inscrita no Livro do Tombo da cidade em 04 de maio de 2005, processo n 3670/1994. Esta capela também encontra-se tombada pela lei estadual nº 1211/53 – Processo nº 06/2008, seu registro data de 05 de março de 2012.

Porém tomar um bem não é o suficiente para preservá-lo, ações de conservação devem ser realizadas com frequência. O fato desta capela encontrar-se tombada não tem garantido sua preservação. Depois de seu reconhecimento não foi realizado nenhuma medida de preservação para garantir a integridade do bem cultural, e com isso a construção está se degradando. O movimento de Schoenstatt encontra dificuldades em preservá-la pelo fato da obra estar tombada e necessitar de uma série de procedimentos burocráticos para a realização de reformas e os órgãos municipais que deveriam fiscalizar e fomentar medidas que visem a preservação do bem, nada fazem.

Comparando as fotografias 99 e 101 com as imagens 100 e 102, pode-se constatar o desgaste que a edificação sofreu em 10 de anos de ausências de preservação.

As figuras seguintes de 103 a 106, mostram o desgaste físico da Capela São Bonifácio, os beirais apodrecendo, os lambris de madeira na parte externa da edificação e os pilares estão se deteriorando. Se manutenções não forem realizadas com vistas a sua preservação, a estrutura pode vir a ruir, comprometendo novamente a salvaguarda deste bem cultural.



Figura 99 – Fotografia fachada principal Capela São Bonifácio (2004)

Figura 100 – Fotografia fachada principal Capela São Bonifácio (2014)

Autor: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Arquivo Pessoal autora



Figura 101 – Fotografia lateral e fundos Capela São Bonifácio (2004)

Figura 102 – Fotografia lateral e fundos Capela São Bonifácio (2014)

Autor: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Arquivo pessoal autora



Figura 103 – Fotografia desgaste piso Capela São Bonifácio

Figura 104 – Fotografia desgaste da estrutura Capela São Bonifácio

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann (2014)

Fonte: Arquivo pessoal autora



Figura 105 – Fotografia desgaste parede interna Capela São Bonifácio

Figura 106 – Fotografia desgaste beiral Capela São Bonifácio

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann (2014)

Fonte: Arquivo pessoal autora

Apesar do desgaste aparente que se encontra tal edificação, não está prevista qualquer intenção de ação para recuperar a capela. Logo se vê que a burocracia e a falta de vontade, especialmente política, impera na resolução de problemas tão importante para salvaguardar a memória da cidade. Talvez este seja o problema de Maringá que cresceu sob o símbolo do progresso, das transformações, do desenvolvimento, não recebe atenção especial do Poder Público quando se refere a algo que remeta ao passado.

4.3. Tombamento e reforma da Capela Nossa Senhora Aparecida, realizada pela comunidade

A Lei municipal n 4.707/98, de 16 de novembro de 1998, autorizava o tombamento da Capela Nossa Senhora Aparecida, porém seu tombamento de fato só ocorre em junho de 2015.

Em 1999, foi realizada uma vistoria na edificação pela PMM, onde foi constatado o estado precário do edifício, realizado um levantamento físico da edificação seguido dos desenhos gráficos, e elaboração de orçamento para a obra. Porém, a escassez de documentação sobre o templo não permitiu o conhecimento do motivo pelo qual o edifício não foi reformado.

Em 2002, após uma denúncia da possibilidade de desmoronamento, a Mitra Diocesana foi notificada a demolir ou reformar a capela. O bispo solicita informações sobre o processo de tombamento, a prefeitura informa que a notificação sobre a demolição foi engano.

Apesar do engano, a capela estava realmente desgastada, fazendo com que a comunidade local se mobilizasse para reformá-la. Os fiéis se organizaram em mutirão e em 2004 ocorreu a reforma.

Tal intervenção não foi documentada, as informações sobre as ações realizadas foram adquiridas por fiéis e integrantes da Comissão da Capela, e compreenderam:

- Substituição das tábuas apodrecidas da parte externa da edificação, e dos beirais;
- Alteração da pigmentação das fachadas, que anteriormente eram na cor amarela, e após a reforma foi alterada para azul;
- Substituição dos lambris do revestimento interno que encontravam-se danificados;
- Reparação do forro;
- Recuperação do piso.
- Acréscimo de lustres com formatos circulares no forro da edificação.
- Substituição dos rodapés;
- Renovação das instalações elétricas
- Substituição da maioria dos elementos estruturais da cobertura, existe evidência de que foi alterado o sistema estrutural da cobertura. Existem peças do telhado que aparecem vestígios de outros tipos de encaixe, algumas peças estão inclusive com cortes remetendo sambladuras;
- Substituição de telhas quebradas.
- Alteração do telhado do adendo posterior correspondente a parte do presbitério, anteriormente possuía três águas, após a reforma passou a ter uma água.

Afiguras 107 e 108, são fotografias registradas pela própria comunidade, da intervenção executada na Capela São Bonifácio.



Figura 107 – Fotografia reforma Capela Nossa Senhora Aparecida - paredes

Figura 108 – Fotografia reforma Capela Nossa Senhora Aparecida - telhado

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann (2014)

Fonte: Arquivo pessoal autora

Atualmente a capela Nossa Senhora Aparecida encontra-se bem conservada. A comunidade local realiza sua limpeza semanalmente, bem como os reparos necessários para sua manutenção. As missas também são realizadas semanalmente, e existe uma grande demanda de celebração de casamentos. Os batizados são realizados esporadicamente.

A oficialização do tombamento da capela ocorreu recentemente em junho de 2015. De acordo com informação cedidas pela GPH, havia grande impasse entre a paróquia e a PMM para o tombamento do templo religioso. Pois a prefeitura passaria toda responsabilidade da obra sobre a Paróquia, atual proprietária, e esta por sua vez, esperava que a PMM se responsabilizasse por eventuais intervenções necessárias ao bem.

Essa divergência entre a esfera privada e a pública referente ao tombamento, é terreno comum, inclusive ao que se refere a questões financeiras. Cabe ao proprietário a responsabilidade de preservar o bem, e ao poder Público cabe fiscalizar mas também fomentar ações preservacionistas.

A Capela Nossa Senhora Aparecida, é um exemplo de que, o Tombamento não é garantia de preservação, tampouco de identificação da população com seu patrimônio. Pois a edificação só foi tombada recentemente, e das capelas inventariadas nesta pesquisa é a que encontra-se melhor conservada. Pois a comunidade local, que realmente se identifica com o bem, trata de conserva-lo, realizando periodicamente limpezas e manutenções. No entanto verifica-se que a principal ação preservacionista é a utilização do bem.

CONCLUSÃO CAPÍTULO IV

As três edificações estudadas aqui, estão inscritas no Livro do Tombo da cidade, e as capelas São Bonifácio e Santa Cruz, também encontram-se tombadas pelo estado, entretanto, os processos de tombamentos das edificações, bem como, outras ações preservacionistas, decorridas nas edificações, tiveram momentos e circunstâncias diferentes.

A capela São Bonifácio, foi a primeira das três edificações a apresentar desgaste físico, no início da década de 1980, a população já se mobilizava, solicitando soluções para a deterioração da edificação. Somente em 1994, foi decretado a autorização de tombamento da edificação, e em 1998/1999 a PMM realizou uma reforma, a qual o órgão insiste em chamar de “restauração”. Porém não existiu, nenhum estudo para restaurar a edificação, foram realizados apenas os reparos necessários para recompor a obra.

Enquanto a Capela Santa Cruz, teve seu tombamento decretado em 1988, mesmo com as reivindicações de preservação da edificação, surgirem após, os apelos da Capela São Bonifácio. Na Capela Santa Cruz, houve de fato uma restauração, com projeto elaborado, por escritório especializado em intervenções preservacionistas, sendo que, a execução das obras, ocorreu entre 1990 e 1991.

A inscrição, no Livro do Tombo do município, das duas capelas supracitadas, ocorreu somente em 2005. E no livro do Tombo do estado, em meados de 2012 e 2013, conseqüentemente.

A Capela Nossa Senhora Aparecida, também apresentou desgaste físico comprometendo a obra, no final da década de 1990, e em 1998, foi autorizado seu tombamento. No entanto, nesta edificação, a PMM, não contribuiu para sua restauração, apesar do órgão ter realizado um levantamento das condições da edificação, e em 2004, os próprios fieis, arrecadam dinheiro e realizaram uma reforma na edificação. A inscrição no Livro de Tombamento da cidade, ocorreu apenas em 2015.

Verificou-se que a PMM, despendeu maior esforço, inclusive financeiro, para ações preservacionistas voltadas à Capela Santa Cruz. Na Capela São Bonifácio, não houve nenhuma intervenção após seu tombamento, das três capelas inventariadas aqui, esta é a edificação que apresenta maior desgaste físico atualmente, enquanto a Capela Nossa Senhora Aparecida, mesmo tendo sido tombada recentemente, é o templo melhor conservado.

Neste sentido, conclui-se que, apenas o tombamento, não garante a preservação dos bens culturais, outras ações de gestão e manutenção das obras tombadas, devem ser implementadas para a salvaguarda do patrimônio cultural. A identificação da comunidade com o bem cultural, também se mostra um aliado na preservação do mesmo, pois a utilização do espaço, auxilia na manutenção e conservação das edificações. E uma vez, a comunidade se apropriando de seu patrimônio, ela também se torna fiscalizador do bem, cobrando e reivindicando a preservação do bem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura em madeira, constitui uma característica marcante do estado do Paraná, que configurou a paisagem do início da ocupação territorial, no entanto, exemplares desta arquitetura estão se extinguindo das cidades, assim como os carpinteiros responsáveis por tais construções, que quase não existem mais. Esta situação aponta para a urgente necessidade de ações preservacionistas que salve o patrimônio material do estado, impresso nas edificações de madeira, e que se reconheça o patrimônio imaterial no conhecimento da técnica construtiva pertencente aos mestres carpinteiros.

O conceito de Patrimônio Cultural teve considerável evolução ao longo dos anos, no entanto apesar da ampliação do significado de patrimônio, representantes da arquitetura popular, como por exemplo a arquitetura em madeira, e o “saber-fazer” particular presente em seus processos construtivos, ainda não foram devidamente reconhecidos, pelo menos no Paraná⁴⁴. Existem construções em madeira preservadas por lei no estado, porém muitas delas foram tombadas por terem sido uma das primeiras edificações desta ou daquela cidade, mas não são reconhecidas como um exemplar que possui impresso uma técnica construtiva particular, como é o caso das capelas de madeira inventariadas neste estudo, que foram tombadas por serem os primeiros templos religiosos da cidade de Maringá. De fato elas foram testemunhos dos primeiros acontecimentos cristãos da cidade, não se pode menosprezar isso, mas também deveriam ser reconhecidas por serem remanescentes de uma arquitetura popular onde foi impresso um valioso conhecimento da técnica de se construir em madeira, que caracterizou o cenário inicial das cidades implantadas no norte paranaense.

Diante da especulação do mercado imobiliário, do desgaste natural das edificações, aliado a falta de informação sobre a conservação das construções em madeira, e o preconceito com as mesmas, nem todas as obras representativas desta expressão cultural, ainda existentes, poderão ser preservadas fisicamente, tampouco o “saber-fazer” particular dos carpinteiros, porém esses bens culturais poderão ser preservados na memória das pessoas através dos seus registros documentados, como o que foi realizado nesta pesquisa.

Segundo o órgão nacional responsável pela proteção do Patrimônio Cultural do país o IPHAN, a principal ação preservacionista para a salvaguarda de um bem consiste no registro, porém esta prática não tem sido realizada nos órgãos estaduais e municipais incumbidos da proteção dos bens culturais. Os bens estão sendo tombados sem terem seus registros adequadamente realizados. Apesar da alegação de que existe em muitos casos a necessidade de se tornar

⁴⁴ O estado de Santa Catarina e Minas Gerais já realizaram um estudo aprofundado sobre o conhecimento dos mestres artífices empregado na arquitetura popular existente nestes estados.

o bem, com urgência para não perdê-lo, e posteriormente realizarem seu inventário, este fica esquecido, deixado para um segundo plano. Situação que ocorreu com as Capelas São Bonifácio, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida, que estão tombadas pelo município, e as duas primeiras pelo estado. Porém ainda não haviam sido realizados seus registros.

A Capela São Bonifácio teve seu tombamento decretado em 1994, em 1998/1999 foi realizado a reforma da capela, em 2005 o templo foi inscrito no livro do Tombo da cidade, e no do estado em 2012, já se passaram 21 anos da lei que autoriza seu tombado, uma intervenção foi realizada neste período, e várias oportunidades para que se realizasse o registro, mas ainda assim a obra não tinha sido inventariada.

A Capela Santa Cruz, teve seu tombamento decretado em 1988, na sequência sua restauração, datada de 1990/1991, em 2005 a capela foi inscrita no Livro do Tombo da cidade, e em 2012 no livro do estado. O único registro gráfico existente da edificação era uma cópia quase que ilegível do projeto de restauração realizado pela empresa que planejou a intervenção. Toda essa trajetória compreende 27 anos, também sem o inventário.

A Capela Nossa Senhora Aparecida possui autorização de tombamento em 1998, em 2004 uma reforma foi realizada pela comunidade, e sua inscrição no livro do tomo da cidade só ocorreu em 2015. Da mesma forma como as duas capelas anteriores, esta também não possuía inventário, compreendendo 17 anos da lei de tombamento do templo religioso até os dias de hoje.

Muitas informações sobre as capelas de madeira de Maringá, deixaram de ser registradas neste tempo “perdido”, a quase trinta anos atrás, meados do início das mobilizações populares reivindicando a preservação das capelas, muitos pioneiros e carpinteiros ainda eram vivos, e poderiam ter dado seu depoimento sobre os processos construtivos das edificações em pauta, porém atualmente poucos podem relatar sobre a técnica construtiva. Na cidade se tem conhecimento do carpinteiro Sr. Izaltino Machado, que prestou seu depoimento para esta pesquisa, o ex-carpinteiro participou da construção da capela Santa Cruz, da Catedral Nossa Senhora da Glória (edificação em madeira), e de muitas casas no período de ocupação da cidade. Mas informações sobre outros carpinteiros vivos em Maringá não foram obtidas. Nem mesmo com o Sr. Edgar Osterroht, ex-topógrafo da CMNP e sócio de seu pai na empresa Arcontec Construções Técnicas Ltda que, segundo seu depoimento, chegou a realizar mais de 6.000 projetos e execução de casas, a maioria de madeira no período mencionado, soube dar informações sobre outros carpinteiros residentes atualmente na cidade.

O reconhecimento da cidade com o Sr. Izaltino, refere-se muito mais ao fato de ter participado da construção dos dois primeiros templos religioso da área urbana do que de ser detentor de

um “saber-fazer” particular responsável pelo cenário inicial desta cidade. Outros carpinteiros também poderiam fazer parte da história oficial da cidade, seus relatos poderiam ter sido gravados, e conseqüentemente seus conhecimentos sobre a técnica construtiva poderiam ter sido registrados, mas não foram. Agora, ação preservacionista que resta a fazer é registrar os bens materiais onde foi impresso o conhecimento dos mestres carpinteiros, para que também não sejam esquecidas, ou apagadas da história da cidade.

Embora as capelas registradas aqui, estejam tombadas, não estão asseguradas integralmente. A Capela São Bonifácio, apresenta diversos elementos construtivos degradados, desde sua reforma, realizada após sua lei de tombamento, a edificação nunca mais passou por intervenção, nem mesmo pequenos reparos são realizados. Nenhuma das três capelas inventariadas possui dispositivos de segurança, como foi verificado no formulário M3/01, caso ocorra a destruição de alguma das edificações, somente o registro iconográfico realizado nesta pesquisa será capaz de assegurar a memória das capelas para gerações futuras.

Outros edifícios tombados pelo município também não apresentam inventário, a exemplo do que acontece com bens tombados pelo estado, o que evidencia a fragilidade dos órgãos de proteção do Patrimônio Cultural. Se o problema maior fosse financeiro, que aflige os órgãos públicos, parcerias com universidades poderiam ter sido realizadas, bem como a utilização de recursos adquiridos através de Leis de Incentivo à Cultura, que também podem ser utilizadas para pesquisa e documentação de bens tombados, como a Lei Rouanet a nível nacional ou a Lei Aniceto Matti, a nível municipal.

Durante a realização da pesquisa também pôde ser constatada a falta de comunicação e conhecimento entre a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná e a superintendência regional do IPHAN. Pois o IPHAN sede designou ao IPHAN regional do Paraná a elaboração de um processo de licitação para inventário de algumas capelas de madeira do estado, para posterior tombamento a nível nacional, porém o órgão regional sequer sabia da existência das capelas de Maringá, sendo que duas delas são tombadas pelo estado.

Nos contatos realizados com a Secretaria de Cultura do Estado, verificou-se certa falta de interesse com o desenvolvimento desta pesquisa, inclusive em fornecer algumas informações. Esse desinteresse constatado, também pode estar ligado ao fato apontado no texto da extrema valorização dos bens culturais localizados na capital ou próximo dela, e descaso em relação aos localizados no interior do estado, como foi ilustrado no mapa dos bens tombados do estado do Paraná, Fig 1.

Outra fragilidade encontrada no trato com o Patrimônio Cultural, consiste no próprio SICG, utilizado nesta pesquisa. O sistema vem sendo implementado desde 2009, e ainda possui falhas e algumas lacunas, aos olhos desta pesquisa, para o possível registro de todos os bens tombados no país. Pois as fichas especializadas, abrangem somente alguns tipos de bens específicos, tendo iniciado sua implantação em 2009, já daria tempo para acrescentar mais especificidades ao sistema. A ordem dos módulos – Conhecimento/Gestão/Cadastro - também acredita-se ser pouco prática, com a realização do cadastro do bem somente no último módulo, neste sentido esta pesquisa apresentou uma inversão do segundo e terceiro módulos – Conhecimento/Cadastro/Gestão.

Também verificou-se a falta de informatização do sistema de formulários. De acordo com informações coletadas com a superintendência regional do IPHAN no Paraná, os bens inventariados pelo órgão tiveram as fichas preenchidas manualmente, pois aguardam a informatização do sistema para cadastrarem as informações. Os bens que já foram inventariados pelo sistema SICG ainda não se encontram disponíveis no site do IPHAN para consulta do público em geral, tampouco para instituições parceiras.

No entanto a metodologia de registro SICG, se mostrou adequada aos objetivos deste trabalho, que também foi utilizada na pesquisa por se tratar do modelo implantado pelo órgão nacional responsável pela proteção do Patrimônio Cultural no país, pois nem o estado do Paraná e nem a cidade de Maringá possuem outra forma de registro dos bens, mas tendem a seguir o modelo do IPHAN. Essa pesquisa utiliza o modelo e aproveita o momento de implantação onde podem ocorrer possíveis adequações do sistema proposto e sugere uma otimização no modelo desenvolvido para inventário de bens materiais. As propostas apresentadas nesta pesquisa consistem basicamente: na alteração da ordem dos módulos Gestão e Cadastro e a inclusão de uma ficha especializada para cadastro de bens representantes da Arquitetura Religiosa de madeira, além de pequenos acréscimos de itens nas fichas com o intuito de obter mais informações sobre os bens cadastrados.

Diversas capelas e igrejas de madeira no Paraná também serão inventariadas com o modelo do SICG para posterior tombamento a nível nacional, quiçá as capelas de madeira de Maringá também sejam alvos desta ação preservacionista, desta forma o inventário realizado nesta pesquisa contribuirá para o registro de outros templos religiosos de madeira a serem inventariados, além de consistir em um registro essencial para a salvaguarda das Capelas São Bonifácio, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida para a memória da cidade de Maringá.

A presente pesquisa, realizada sobre arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá, não deve ser encerrada nesta dissertação, ainda existem outros aspectos, que não foram

aprofundados aqui, sobre essa expressão cultural, que podem ser investigados em novos estudos acadêmicos, entre eles pode-se elencar: estudos sobre a arquitetura residencial em madeira na cidade de Maringá; investigação aprofundada sobre os carpinteiros de Maringá; levantamentos sobre outras capelas de madeira no estado do Paraná que não foram estudadas, levantamento e catalogação dos bens integrados e móveis das edificações inventariadas aqui, e outros estudos que possam complementar o assunto. Considerando a importância destas pesquisas que na maioria das vezes é realizada em meio acadêmico, sugerem-se parcerias entre as universidades e os órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural, pois desta forma alia-se o conhecimento e interesse em preservar os bens culturais com o executor das ações preservacionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBERNAZ, M. P. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Pro Editores, v. 1, 1998.

ALBERNAZ, M. P. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Pro Editores, v. 2, 1998.

ANDRADE, A. **Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã**. São Paulo-SP: Rumo Gráfica e Editora Ltda, 1979.

AZEVEDO, P. O. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 82-85, Janeiro 1987.

BARIZON, M. B. **Primeiras Praças e Capelas do Norte do Estado do Paraná: algumas considerações**. Londrina: Semina, UEL, 1991.

BATISTA, F. D. **A Tecnologia Construtiva em Madeira na Região de Curitiba: da Casa Tradicional à Contemporânea**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis: [s.n.], 2007.

BATISTA, F. D. **A casa de madeira um saber popular**. Curitiba-PR: Instituto Arquibrasil, 2011.

BATISTA, F. D.; IMAGUIRE, M. R. G.; CORRÊA, S. R. M. **Igrejas Ucrânicas: Arquitetura da imigração no Paraná**. Curitiba-Pr: Instituto Arquibrasil/Petrobrás Cultural, 2009.

BERRIEL, A. **A tectônica e poética das casas de tábuas**. Curitiba-PR: Instituto Arquibrasil, 2011.

BOITO, C. **Os Restauradores**. Camilo Boito; tradução Paulo Mugayar Kuhl e Beatriz Mugayar Kuhl; apresentação Beatriz Mugayar Kuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia-SP : Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kuhl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Decreto Lei n 25, de 30 de novembro de 1937., 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 02 mar. 2014.

CERÁVOLO, A. L. **Interpretações do Patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. São Carlos-SP: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia da Univeridade de São Carlos da Univeridade de São Paulo, 2010.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade - UNESP, 2006.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. São Paulo: Edanee, 1975.

CORREIO MARINGÁ. A Esquecida Capela São Bonifácio, Maringá, 21 junho 1993.

COSTA, L. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 31-39, 1937.

DUDEQUE, I. J. T. **Espirais de MAdeira**: Uma História da Arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

FACULDADE MARINGÁ. **Devotos do Guaiapó**: a preservação do patrimônio de uma comunidade rural (Documentário digital). Maringá-PR: [s.n.], 2011.

FERRAZ, M. C. **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1993.

FONSECA, C. L. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRIEDRICH, V. **A política de conservação do patrimônio cultural em Maringá-PR (1987-2008)**. Maringá: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

GAMEIRO, A. D. N.; SAIA, S. **Memorial Descritivo da Restauração da Capela Santa Cruz**. Maringá: [s.n.], 1990.

GONÇALVES, R. D. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONZÁLES, C. M. **Arte y Cultura Popular**. Cuenca: CIDAP, 1996.

HOFFMANN, et al. Capela São Bonifácio e Capela Santa Cruz: a arquitetura religiosa em madeira em Maringá nas décadas de 1930. In: ZANIRATO, S. H.; PELEGRINI, ; MUNHOZ, S. **O Espaço Público**: configuração de olhares. Maringá-PR: TAC-Multimídia, 2006.

IBGE - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 1956.

IMAGUIRE JR, K. **A casa de Araucária**. Curitiba-PR: Instituto Arquibrasil, 2011.

IPHAN. **Patrimônio Material-SICG**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 24 outubro 2014.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portaliphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 15 outubro 2014.

JORNAL DO POVO. Capela construída em 1940 está abandonada em Maringá, Maringá, 11 Setembro 1994. 01-06.

JORNAL DO POVO. Memórias da São Bonifácio, Maringá, 25 outubro 1994. 04-06.

KERSTEN, S. D. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**. Curitiba-PR: UFPR, 2000.

KOSSOY, B. **A fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo-SP: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980.

LAROCCA JR, J.; LAROCCA, P. L.; LIMA, C. A. **Casa Esclavo-Paranaense**: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná. Ponta Grossa-PR: Larocca Associados, 2008.

LAROCCA JÚNIOR, J. E. A. **Manual de Conservação e Adaptação de casas de Madeira do Paraná**. 1. ed. Ponta Grossa: Larocca Associados, 2008.

LEAL, L. Anotações sobre uma experiência de formação de um arquivo municipal: o caso de Maringá. In: DIAS, B.; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de História Regional. Maringá-Pr: Eduem, 1999.

LUZ, F. Maringá: as fases de implantação. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de História Regional. Maringá-Pr: Eduem, 1999.

MACHADO, I. **Izaltino Machado**: depoimento (dezembro 2014). Entrevistadora: A. C. HOFFMANN, Maringá, 2014.

MAGALHÃES, A. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira/Fundação Pró-memória, 1985.

MARINGÁ. **Capela Santa Cruz**: a restauração que resgata a história de uma igreja que viu Maringá crescer. Maringá: [s.n.], 1991.

MARINGÁ. **Resposta as Reportagem "Maringá fica sem passado com o fim da São Bonifácio"**. Maringá: [s.n.], 1991.

MARINGÁ. **LEI 3.670/94**. Maringá: [s.n.], 1994.

MARINGÁ. **Relatório Situação Capela São Bonifácio**. Maringá: [s.n.], 1995.

MENEGAZZO, M. **Mauro Menegazzo**: depoimento (dezembro 2014). Entrevistadora: A. C. HOFFMANN: Maringá, 2014.

MENEZES, I. P. D. **Arquitetura Sagrada**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MIRANDA, N.; CARVALHO, C. **Igrejas de Madeira do Paraná**. Curitiba: Autores Paranaenses, 2005.

NUNHEZ, A. O. **Alice Oriolli Nunhez**: depoimento (dezembro 2015). Entrevistadora: A. C. HOFFMANN, Maringá, 2015.

OLIVEIRA, M. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília-DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

OSTERROHT, E. W. **Edgar Werner Osterroht**: depoimento (março2015). Entrevistadora: A. C. Hoffmann. Maringá, 2015.

OSTERROHT, W. **Maringá**: passado e futuro. Maringá: Midiograf Ltda, 2007.

PASTRO, C. **Arte Sacra**: O Espaço Sagrado Hoje. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1993.

PASTRO, C. **Guia do Espaço Sagrado**. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1999.

PAULA, Z. C. **Maringá**: coração verde do Brasil? Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis-SP: [s.n.], 1998.

PESAVENTO, S. J. Cultura e Representações: uma trajetória. **Revista Anos 90.**, Porto Alegre, v. 13, p. 45-58, jan/dez 2006.

PICCIOLY, M. **Maurinho Piccioly**: depoimento (dezembro 2014). Entrevistadora: A. C. Hoffmann: Maringá, 2014.

PORTA, P. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados:2000/2010. Brasília,DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PROJETO MEMÓRIA. **Capela São Bonifácio**. Maringá: [s.n.], 1980.

PROJETO MEMÓRIA. **Entrevista com Padre Ludwig**. Maringá: [s.n.], 1985.

PROJETO MEMÓRIA. **Entrevista com Pioneiro Angelo Planas**. Maringá: [s.n.], 1986.

RECCO, R.; STELA, P. Maringá fica em passado com o fim da São Bonifácio. **Jornal da Cocamar**, Maringá, v. 231, 1991.

REGO, R. L. **Cidades Plantadas**: Os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

ROBLES, O. **A Igreja que Brotou da Mata**: os cinquenta anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dental Press, 2007.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Jonh Ruskin;tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kuhl. Cotia-SP: Atêlie Editorial, 2008.

SAIA, L. **Morada Paulista**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SANCHES, A. **Maringá**: sua história e sua gente. Maringá: Massoni, 2002.

SANCHES, F. E. A. **A Arquitetura em Madeira**: Uma Tradição Paranaense. Curitiba: Scientia et labor, 1987.

SILVA, F. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo-SP: Editora da USP, 2003.

TELLES, S. **Sidney Telles**: depoimento (março 2015). Entrevistadora: A. C. Hoffmann. Maringá, 2015.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/>>. Acesso em: 10 Setembro 2013.

VIOLLET-LE-DUC, E. **Restauração**. Eugene Emmanuel Viollet-Le-Duc/Apresentação e tradução: Beatriz Mugayar Kuhl, revisão: Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2000.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. 1 Edição. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZANI, A. C. **Arquitetura em Madeira**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

ZANI, A. C. **Repertório Arquitetônico das Casas de Madeira de Londrina-Pr**. Londrina: Antonio Carlos Zani, 2005.

ZANIRATO, H. O Patrimônio Cultural em Cidade Nova: leituras da política patrimonial paranaense. **II Encontro Cidade Nova - A construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Suldo País.**, Londrina-PR, Unifil, 2009.

APÊNDICE

INVENTÁRIO ARQUITETURA RELIGIOSA EM MADEIRA NA CIDADE DE MARINGÁ-PR

1 - MÓDULO CONHECIMENTO

FICHA M1/01- Contextualização Geral

2 – MÓDULO CADASTRO

FICHA M2/01 - Listagem Geral

MAPA – Localização dos Bens Inventariados

FICHA M2/02 – Cadastro Geral - **Capela São Bonifácio**

FICHA M2/03 – Bem imóvel. Arquitetura religiosa de madeira - **Capela São Bonifácio**

FICHA M2/02 – Cadastro Geral - **Capela Santa Cruz**

FICHA M2/03 – Bem imóvel. Arquitetura religiosa de madeira - **Capela Santa Cruz**

FICHA M2/02 – Cadastro Geral - **Capela Nossa Senhora Aparecida**

FICHA M2/03 – Bem imóvel. Arquitetura religiosa de madeira – **Capela N. S. Aparecida**

3 – MÓDULO GESTÃO

FICHA M3/01 – Diagnóstico de Preservação. Arquitetura religiosa de madeira – **Capela São Bonifácio**


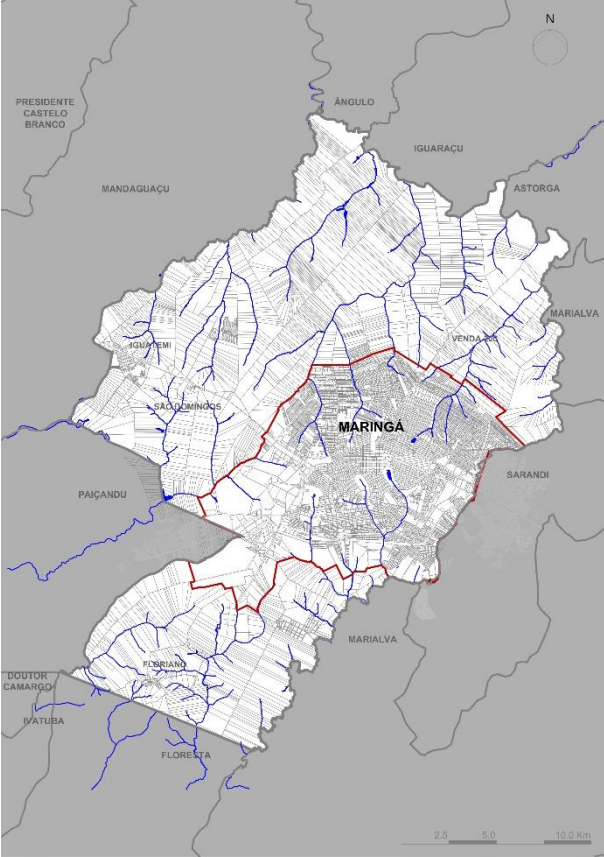

FICHA M3/02 – Relatório Fotográfico – **Capela São Bonifácio**

FICHA M3/01 – Diagnóstico de Preservação. Arquitetura religiosa de madeira – **Capela Santa Cruz**

FICHA M3/02 – Relatório Fotográfico – **Capela Santa Cruz**

FICHA M3/01 – Diagnóstico de Preservação. Arquitetura religiosa de madeira – **Capela Nossa Senhora Aparecida**

FICHA M3/02 – Relatório Fotográfico – **Capela Nossa Senhora Aparecida**

FICHA M1/01 Contextualização Geral		
1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Estado do Paraná		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Arquitetura em madeira		
1.3. Identificação Universo/Objeto de Análise		
Arquitetura Religiosa de madeira em Maringá-Pr		
2. PALAVRAS-CHAVE		
Arquitetura em madeira, Capelas de madeira, Arquitetura religiosa de madeira,		
3. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/OBJETO DE ANÁLISE		
3.1.U.F.(S)	3.2.Município (s)	3.3. Localidade(s)
Paraná	Maringá	Cidade de Maringá
3.4. Mesorregião (ões) – Dados IBGE		3.5. Microrregião (ões) – Dados IBGE
Norte Central Paranaense		Microrregião de Maringá
3.6. Mapas de Localização		
3.6.1. No Brasil	3.6.2. Em relação ao contexto/limites	
		
Legenda: Localização do Paraná	Legenda: Município de Maringá em relação a municípios limítrofes	
Fonte: it.wikipedia.org	Fonte: PMM – adaptado pela autora	
3.6.3. Na região/estado		
		
Legenda: Localização de Maringá		
Fonte: it.wikipedia.org		
3.4. Municípios Limítrofes (nominar)		
Ângulo, Iguaraçu, Astorga, Marialva, Sarandi, Floresta, Ivatuba, Doutor Camargo, Paçandu, Mandaguáçu.		
4. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/OBJETO DE ANÁLISE		
<ul style="list-style-type: none"> - Clima: subtropical (com diminuição de chuvas no inverno), no qual a temperatura média do mês mais frio é de cerca de 17 °C e a temperatura média anual é de 21,5 °C. - Solo: latossolo Roxo-Distrófico. - Vegetação primitiva acusava uma floresta fluviotropical, onde abundavam cebolão, pau d'alho, ingá, caviúna, peroba, marfim, óleo pardo, figueira branca, palmito, etc. - Latitude: 23° 25'S - Longitude: 51° 57'W 		

- Altitude: 596m (n/m)

- Poucos rios cercam a cidade, que tem como principal meio de abastecimento de água o rio Pirapó. Seu território encontra-se entre o interflúvio dos rios Pirapó e Ivaí.

5. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/OBJETO DE ANÁLISE

Arquitetura de madeira no Paraná

O estado do Paraná teve em seu processo de ocupação um grande contingente de imigrantes que vinham de outros países fugindo muitas vezes de crises políticas e econômicas. A partir de 1853 uma política de estímulo a pequenos proprietários foi implementada. Cada região do estado recebeu mais indivíduos de uma determinada nacionalidade, do que de outras. Esses imigrantes faziam parte de uma classe social desfavorecida, a maioria eram camponeses que traziam consigo seus costumes, seu modo de viver e também seu modo de construir. Da união das trocas culturais aliada ao fato do estado possuir um grande número de florestas, fornecendo portanto a matéria-prima, no caso a madeira, com baixos custos, desenvolveu-se a prática de se construir com esse material.

A esse respeito Batista, (2007) relata que:

O imigrante europeu introduziu no país novas tecnologias construtivas e o início da industrialização possibilitou a confecção de novos equipamentos e a produção de novos materiais. Surgem no cenário paranaense as construções em madeira, inicialmente executadas com pouco apuro tecnológico, construídas com troncos empilhados encaixados, sendo estas construções introduzidas pelos imigrantes poloneses. Com o surgimento das primeiras serrarias movidas por máquinas a vapor, foi possível uma maior eficiência no desdobramento da madeira, surgindo, então, uma padronização de bitolas, que possibilitou uma maior eficiência construtiva. (BATISTA, 2007, p. 01)

As casas de madeira portanto, predominavam na paisagem tanto urbana como rural do Paraná. Cada região do estado desenvolveu sua própria característica construtiva em função das espécies arbóreas encontradas em seu solo, e influência étnica dos imigrantes que se dirigiam para cada porção de terras do território paranaense. A *Araucária angustifolia* (Araucária ou Pinho do Paraná) era a espécie predominante da região central e sul do estado, e caracterizou as construções em madeira conhecidas como “casa de araucária”, já na região norte a espécie abundante nas florestas era a *Aspidosperma polyneuron* (Peroba-Rosa), caracterizando a casa de “tábua e mata-junta”.

Sobre a influência étnica Larocca Júnior (2008) destaca que:

Na casa de madeira paranaense comparecem as influências da imigração, tanto mais fortes quando provenientes de povos com tradição florestal. Isso explica, de certo modo, a pouca influência italiana nessas construções, já que aos peninsulares lhes apetecia construir com pedra e tijolo; quando obrigados a trabalhar com madeira, revelaram-se excelentes carpinteiros, porém influenciados pela tradição alemã ou polono-ucraniana. Já os alemães deixaram, na imagem das casa de araucária, a marca de sua cultura, sendo comum a volumetria, sua predileta, de chafro no telhado. Coube, entretanto, aos ucranianos e poloneses a primazia na utilização da casa de madeira – aos olhos do povo, a casa de araucária é, na maioria dos casos, a *casa-de-polaco*. (LAROCCA JÚNIOR, 2008, p. 100).

Pesquisadores da arquitetura em madeira no Paraná, ressaltam que foram construídos em madeira todo tipo de edifício, de estações ferroviárias a galpões industriais, de igrejas a ginásio de esporte, mas que são nas casas residenciais que se pode perceber a maior expressão desta arquitetura popular difundida no estado.

Berriel (2011) destaca a beleza não só existente no material - a madeira, como também na técnica e conhecimento dos carpinteiros, possuidores de um “saber-fazer” particular:

As tábuas, quando pregadas nas vigas mestras da estrutura em sua posição vertical, permitem que a água das chuvas escorra sem acumular nas juntas, o que apodreceria a madeira. O intervalo entre as tábuas, que poderia ter de alguns milímetros a um ou dois centímetros, gera uma possibilidade de ajuste, sendo recoberto posteriormente pela mata-junta. À flexibilidade e facilidade construtiva soma-se a beleza gerada pelo ritmo das linhas verticais que se repetem nas superfícies, as mata-juntas que estão geralmente em primeiro plano recebem mais luz, provocando uma linha de sombra em constante transformação ao longo do dia sobre as tábuas que, associado ao ritmo dos pregos, transformam casas singelas em arranjos bem orquestrados, reproduzidas empiricamente e anonimamente por carpinteiros que já não existem. (BERRIEL, 2011, p. 23).

Esses carpinteiros foram responsáveis não só pela solidificação construtiva da região sul do estado, onde as casas eram construídas em araucária, e também em outras regiões, tendo grande destaque o norte do Paraná, configurado pelas edificações em peroba-rosa.

Arquitetura em madeira no Norte do Paraná

O processo de ocupação inicial do território norte paranaense, décadas de 1930 a 1950, foi determinante no desenvolvimento da técnica de se construir em madeira, o cenário local, misturado com a poeira, era formado pelas construções de tábua e mata-junta.

As primeiras construções tinham caráter provisório e por isso muitas delas eram erguidas com estrutura de madeira roliça, e em alguns casos nem mesmo a vedação era com madeira cortada na serra. Isso acontecia principalmente porque a empresa urbanizadora oferecia 50% de desconto no valor do lote urbano, caso a casa fosse construída imediatamente após a aquisição da terra. Porém nas edificações construídas com caráter definitivo, predominou a técnica de se construir com tábuas, do tipo mata-junta, geralmente de *Aspidosperma polyneuron* (Peroba-Rosa), que em muitos casos era retirada do próprio terreno.

O rápido crescimento e diversificação das habitações em madeira evidenciam que a ocupação da região se deu de forma vertiginosa, e essencialmente alicerçada sobre a derrubada e utilização da madeira abundante. Os estudos de ZANI (2003) apontam que este fato ocorreu no norte do Paraná devido aos seguintes fatores sociais:

À pressa dos pioneiros em instalar-se tanto na área rural como na urbana, aliada à falta de moradias e estruturas de serviços; à abundância de madeira na região, aliada a um grande número de serrarias, tornando o seu preço acessível; ao grande número de carpinteiros associados à facilidade e rapidez construtiva, tornando o preço da mão-de-obra acessível à maioria da população. (ZANI, 2003, p. 22).

Carpinteiros se instalaram na região diante do grande número de edificações a serem construídas, e imprimiam nas edificações sua habilidade, muitas vezes adquirida em outras obras ou na própria família. Alguns possuíam mais rigor em detalhes que outros. Cada edificação possuía a volumetria de acordo com a necessidade do proprietário e conhecimento do mestre carpinteiro responsável por tal.

Apesar da volumetria e dimensões das casas se diferenciarem elas tinham mais semelhanças do que diferenças. Genericamente o sistema construtivo, que aliava a solução estrutural e a técnica construtiva das casas de tábuas do norte do Paraná era o mesmo, as ferramentas utilizadas também eram as mesmas e ocorreu de certa forma uma padronização das peças de madeira destinada a cada elemento construtivo. No entanto as dimensões das peças de madeira da região norte do estado, diferenciavam das do sul.

Em relação ao conjunto estrutural, a pesquisa realizada por Zani (2005) apresenta três subsistemas que compreendem: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares.

A parte portante é formada pelos quadros horizontais (superior e inferior) interligados através dos esteios. A estrutura do telhado é formada por tesouras romanas interligadas por trama de terças, caibros e ripas. As estruturas complementares eram formadas pelo enquadramento dos vãos de portas e janelas, vedações verticais e horizontais. (ZANI, 2005, p. 141)

As ferramentas utilizadas pelos carpinteiros eram formadas por três conjuntos básicos de acordo com cada etapa da construção, a primeira consistia no processo de medição e marcação do local, a segunda etapa da obra, compreendia o momento de cortar as peças e construir de fato os elementos da edificação como as paredes, assoalho, forro e teto, e a última etapa envolvia os acabamentos, o processo de plainar e entalhar.

As etapas, procedimentos e ferramentas pode ser melhor consultado em ZANI (2005).

Porém, com o tempo a prática de se construir em madeira acabou se dissipando, devido a distintos fatores, dentre os quais Zani enfatiza um que talvez possa ser tomado como central:

A técnica construtiva de se edificar em madeira durou aproximadamente 40 anos, tempo suficiente para a devastação completa da floresta norte-paranaense. Com a escassez de madeira, as construções com este material passaram a ter um custo próximo ao da alvenaria e deixaram de ter a preferência da maior parte da população. (ZANI, 2003, p.20).

A carpintaria foi o suporte à ocupação inicial da cidade e de seu entorno, configurando elemento de forte valor histórico, na medida em que representa patrimônio simultaneamente material, através das obras em si; e imaterial, representado pela fusão entre culturas e pelo conhecimento e técnica construtivas empregadas.

Arquitetura Religiosa em madeira

Dentre as diversas edificações em madeira que foram erguidas no período de ocupação de terras paranaenses, com as mais distintas finalidades, as capelas e igrejas são os exemplares que melhor representavam o esmero da técnica construtiva desenvolvida.

Em geral, as capelas tem sido os últimos remanescentes de construções em madeira não residenciais nas cidades do Paraná. Ações preservacionistas, como o tombamento, tem evitado a demolição das últimas capelas de madeira no estado. Ainda existem muitas casas espalhadas pelas cidades, porém pode-se identificar um grande número mal preservadas, que num futuro breve serão extinguidas pelo ambicioso mercado imobiliário.

Alguns templos religiosos foram registrados por Miranda e Carvalho (2005), onde os autores apresentam 33 exemplares de igrejas e capelas, situadas à sudeste do estado. As edificações religiosas retratadas são católicas romanas, católicas orientais bizantinas, cristã ortodoxa e luterana. Tais templos estão ligados às tradições religiosas e construtivas de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Os autores salientam que de forma geral os volumes dessas edificações possuem geometria de formas diversas, criando uma figura precisa: o pórtico, torre sineira, nave, altar e sacristia - as combinações dos telhados variam de uma edificação para outra, mas sempre possuem algo similar para que possam ser facilmente reconhecidas.

Nos estudos sobre Igrejas Ucranianas no Paraná de Batista (2009) são apresentados os levantamentos 18 são em madeira. Estes destacam em tal pesquisa, a importância da construção dos templos religiosos pelos imigrantes ucranianos como uma afirmação da etnia no novo território. Os primeiros edifícios religiosos destes imigrantes no Paraná tinham como principal matéria-prima a madeira da espécie *Araucaria angustifolia*, encontrada em abundância na região sul e sudeste do estado. Essas construções possuíam vedação em tábua (vertical) e mata-juntas, destacam-se as cúpulas nas coberturas, que recebem uma carga simbólica como signo da etnia ucraniana. O partido arquitetônico é muito variado entre essas igrejas, pois foi sofrendo alterações com o passar do tempo. O envolvimento da comunidade na construção destes templos era significativa, tendo a participação dos integrantes desde o projeto até a construção dos edifícios, que era realizada em mutirão. (BATISTA, *et al* 2009).

O norte do estado do Paraná, também teve uma grande variedade de capelas e igrejas construídas em madeira nas décadas de 1930 e 1940. A companhia colonizadora CMNP, com o intuito de manter a ordem nos núcleos que se formavam, procurava sempre agilizar a construção da igreja ou capela. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Este tipo de edificação se mostrou de extrema importância para os primeiros habitantes do local, sua relevância era verificada até mesmo na localização dos templos, segundo estudos de Barizon (1991) e Rego (2009), as igrejas ou capelas na área urbana, eram na maioria das vezes locadas no centro do traçado urbano da cidade.

As capelas que se localizavam na área rural eram de acordo com Barizon (1991), construídas pelos colonos, e locadas próximo a escola e a venda, voltadas para a estrada, na direção de maior afluência de pessoas. Era ao redor as capelas que se realizavam as festas religiosas, denominadas quermesses, uma das poucas formas de lazer dessa população naquele período.

Alguns exemplares das edificações religiosas do norte do Paraná foram estudadas por Barizon (1991) e Zani (2003). A primeira realizou o registro gráfico das fachadas das primeiras igrejas e capelas em madeira no norte do estado, o segundo inventariou algumas capelas em madeira que ainda existem nesta região. Estas eram construídas tendo como subsistema de vedação o uso de tábuas e mata-juntas, mas diferenciavam-se da arquitetura das casas na sua solução estrutural e de cobertura, em que grande parte dos casos utilizava pórticos atirantados por cabo de aço. Em relação ao programa, Zani (2003) afirma que, as capelas eram muito simples: nave, altar e sacristia. E o partido expressava essa simplificação na forma, sendo a nave coberta por um telhado de duas águas com forte inclinação e o altar e sacristia sempre com telhados mais baixos anexos. O coro e alpendre, também estavam presentes em algumas capelas. O campanário em quase todas.

Na cidade de Maringá, os primeiros templos religiosos em madeira foram, a capela São Bonifácio datada de 1940, construída na zona rural de Maringá, na Gleba Pinguim e a capela Santa Cruz,










construída em 1945, no Maringá Velho. A catedral Nossa Senhora da Glória, construída em 1947 na Avenida Tiradentes, próximo ao centro cívico da cidade, também teve sua primeira versão em madeira, mas foi demolida após a construção de outra edificação de maior porte em estrutura de concreto armado, e a Capela Nossa Senhora Aparecida construída em 1950 na Estrada Guaipó.

As Capelas São Bonifácio e a Santa Cruz, se diferenciam da maioria das construções do período por possuírem paredes duplas com encaixe macho-femea. Enquanto a Capela Nossa Senhora Aparecida apesar de possuir paredes duplas, seu sistema de vedação é do tipo mata-juntas. O programa arquitetônico também é simplificado, assim como na maioria das capelas do período.

As três capelas remanescentes na cidade estão tombadas pelo município, e as Capelas São Bonifácio e Santa Cruz pelo estado, e seus inventários realizados no Módulo Cadastro.

6. SELEÇÃO DE IMAGENS

		
Legenda: Casa de Madeira em Curitiba	Legenda: Casa da família Mazur - Irati	Legenda: Casa da Família Dembinski - Irati
Autor/Data Key Imaguire Jr/sem data	Autor/Data: Larissa Larocca	Autor/Data: Larissa Larocca
Fonte: IMAGUIRE JR (2011)	Fonte: LAROCCA JR (2008)	Fonte: LAROCCA JR (2008)
		
Legenda: Museu da Bacia do Paraná – UEM; Maringá.	Legenda: Antiga Casa da Família Stenzel	Legenda: Atual sede da Superintência do IPHAN-Pr
Autor/Data: autor desconhecido/2011.	Autor/Data: key Imaguire Jr/sem data	Autor/Data: autor desconhecido/sem data
Fonte: www.uem.br	Fonte: IMAGUIRE JR (2011)	Fonte: https://iphanparana.wordpress.com
		
Legenda: Igreja Imaculada Conceição; Antonio Olinto-Pr.	Legenda: Igreja São Miguel Arcanjo; Serra do Tigre, Mallet-Pr	Legenda: Igreja de São Pedro e São Paulo – Gonçalves Júnior, Irati-Pr
Autor/Data: autor desconhecido/2010	Autor/Data: Jamon José Gusso/2009	Autor/Data: Jamon José Gusso/2009
Fonte: angelovanhoni.com.br	Fonte: BATISTA (2009)	Fonte: BATISTA (2009)

		
Legenda: Capela Patrimônio Campinho - Arapongas	Legenda: Capela Fazenda Paraíso - Bela Vista do Paraíso	Legenda: Capela Nossa Senhora Aparecida Pinhalzinho -
Autor/Data: Antonio C. Zani/1997	Autor/Data: Antonio C. Zani/ s.d.	Autor/Data: Fernanda Piçanco/1995
Fonte: ZANI (2003)	Fonte: ZANI (2003)	Fonte: ZANI (2003)
		
Legenda: Hotel Maringá	Legenda: Hospital e Maternidade Maringá	Legenda: Catedral Nossa Senhora da Glória - Maringá
Autor/Data: autor desc/déc. 1940	Autor/Data: autor desc/déc. 1950	Autor/Data: Kenji Ueta/déc. 1970
Fonte: MBP	Fonte: MBP	Fonte: MBP
		
Legenda: Capela São Bonifácio	Legenda: Capela Santa Cruz	Legenda: Capela N. S. Aparecida
Autor/Data: André Renato/2014	Autor/Data: s/autor s/data	Autor/Data: André Renato/2015
Fonte: PMM	Fonte: PMM	Fonte: PMM
7. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS		
7.1. Miniaturas		
Não possui mapeamento realizado	Não possui mapeamento realizado	Não possui mapeamento realizado
Legenda:	Legenda:	Legenda:
Autor/Data	Autor/Data	Autor/Data
Fonte:	Fonte:	Fonte:
7.2. Referências		
Não possui mapeamento realizado		

8. FONTES DE INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERRIEL, A. **Tectônica e poética das casas de tábuas**. Curitiba: Instituto Arqbrasil, 2011.

BARIZON, M. B. **Primeiras Praças e Capelas do Norte do Estado do Paraná**: algumas considerações. Londrina: Semina, UEL, 1991.

BATISTA, F. D. A Tecnologia Construtiva em **Madeira na Região de Curitiba**: da Casa Tradicional à Contemporânea. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis: [s.n.], 2007.

BATISTA, F. D.; IMAGUIRE, M. R. G.; CORRÊA, S. R. M. **Igrejas Ucrânicas**: Arquitetura da Imigração no Paraná. 1. ed. Curitiba: Instituto Arqbrasil/Petrobrás Cultural, 2009.

BATISTA, F. D. **A casa de madeira**: um saber popular. Curitiba: Instituto Arqbrasil, 2011.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. São Paulo: Edanée, 1975.

IMAGUIRE JR, K; IMAGUIRE, M.R.G. **A casa de araucária**. Curitiba: Instituto Arqbrasil, 2011.

LAROCCA JÚNIOR, J. E. A. **Manual de Conservação e Adaptação de casas de Madeira do Paraná**. 1. ed. Ponta Grossa: Larocca Associados, 2008.

LAROCCA JÚNIOR, J. E. A. **Casa Eslavo Paranaense**: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná.. 22 ed. Ponta Grossa: Larocca Associados, 2008.

MIRANDA, N.; CARVALHO, C. **Igrejas de Madeira do Paraná**. Curitiba: Autores Paranaenses, 2005.

REGO, R. L. **Cidades Plantadas**: Os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

SANCHES, F. E. A. **A Arquitetura em Madeira**: Uma Tradição Paranaense. Curitiba: Scientia et labor, 1987

ZANI, A. C. **Arquitetura em Madeira**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

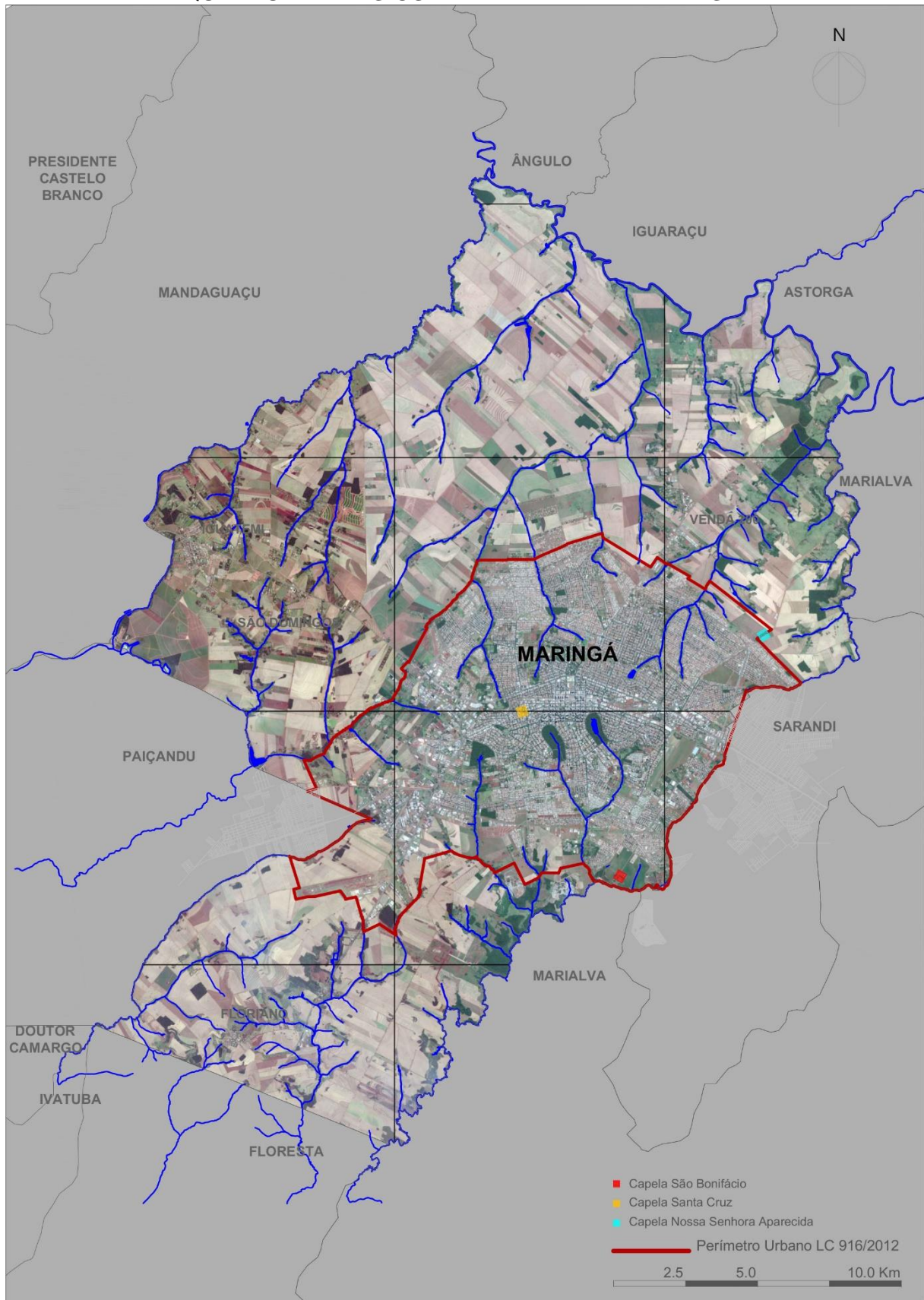
ZANI, A. C. **Repertório Arquitetônico das Casas de Madeira de Londrina-Pr**. Londrina: Antonio Carlos Zani, 2005.




9. PREENCHIMENTO

9.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	9.3. Data
9.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	Junho/2015

continuação Ficha M2/01			
6.PREENCHIMENTO			
6.1.Entidade	6.2.Responsável	6.3.Localização arquivos (imagens, mapas, etc)	6.4.Data
Universidade Estadual de Maringá	Alessandra Corsato Hoffmann	LAPHA – Dep. Arquitetura e Urbanismo da UEM	06/2015
Universidade Estadual de Maringá	Alessandra Corsato Hoffmann	LAPHA – Dep. Arquitetura e Urbanismo da UEM	06/2015
Universidade Estadual de Maringá	Alessandra Corsato Hoffmann	LAPHA – Dep. Arquitetura e Urbanismo da UEM	06/2015

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES INVENTARIADAS ARQUITETURA RELIGIOSA DE MADEIRA EM MARINGÁ-PR



FICHA M2/02		Cadastro de Bens			
1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				1.4. Código IPHAN	
Estado do Paraná					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Arquitetura em madeira					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					
Capela São Bonifácio					
2. LOCALIZAÇÃO DO BEM					
2.1. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.2. Código Postal	
Av. Pion. Antonio Fernandes Maciel 1193					
2.3. Localidade			2.4.U.F.	2.5. Município	
Gleba Ribeirão Pinguim			PR	Maringá	
2.6. Coordenadas Geográficas					
Datum		Zona		Altitude (m)	596m (n/m)
Latitude	23° 25'S	Longitude	51° 57'W	Erro horiz.(m)	
3. PROPRIEDADE					
	Pública	3.1. Identificação do Proprietário			
x	Privada	Movimento de Schoenstatt			
	Mista	3.2. Contatos			
	Outra (especificar)				
4. NATUREZA DO BEM					
	Arqueológico	x	Imóvel		Natural
	Paleontológico		Móvel		Integrado
4.1. Classificação					
5. CONTEXTO					
	Rural	x	Entorno Preservado		Forma Conjunto
x	Urbano		Entorno Transformado	X	Bem Isolado
6. PROTEÇÃO EXISTENTE			7. PROTEÇÃO PROPOSTA		
	Patrimônio Mundial				Patrimônio Mundial
	Federal/Individual				Federal/Individual
	Federal/Conjunto				Federal/Conjunto
x	Estadual/Individual				Estadual/Individual
	Estadual/Conjunto				Estadual/Conjunto
x	Municipal/Individual				Municipal/Individual
	Municipal/Conjunto				Municipal/Conjunto
	Entorno do bem protegido				Entorno do bem protegido
	Nenhuma			x	Outra: Inventário
6.1. Tipo/legislação incidente			7.1. Tipo/legislação incidente		
Decreto/Lei de Tombamento					
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO			9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	Integro				Bom
x	Pouco alterado			x	Precário
	Muito alterado				Em arruamento
	Descaracterizado				Arruinado
10. IMAGENS					
					
Legenda: Capela S. Bonifácio 1985		Legenda: Capela S. Bonifácio 1987		Legenda: Interior C. S. Bonifácio 1989	
Autor/Data: autor desconhecido/1985		Autor/Data: autor desconhecido/1987		Autor/Data: autor desconhecido/1987	
Fonte: Gerência de Patrimônio		Fonte: Gerência de Patrimônio		Fonte: Gerência de Patrimônio	

10. IMAGENS (continuação)		
		
Legenda: Visita "Comissão Especial" a Capela S. Bonifácio 1995	Legenda: Vista Posterior Capela S. Bonifácio 1995	Legenda: Vista Interna Capela S. Bonifácio 1995.
Autor/Data: autor desconhecido/1995	Autor/Data: autor desconhecido/1995	Autor/Data: autor desconhecido/1995
Fonte: Gerência de Patrimônio	Fonte: Gerência de Patrimônio	Fonte: Gerência de Patrimônio
		
Legenda: Vista Frontal Capela São Bonifácio 2014	Legenda: Vista Lateral/Posterior Capela S. Bonifácio 2013	Legenda: Vista Presbitério Capela S. Bonifácio 2013
Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2014	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2013	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2013
Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora
		
Legenda: Vista aérea entrada complexo Religioso	Legenda: Vista aérea do complexo religioso	Legenda: Vista aérea da Capela São Bonifácio
Autor/Data: s/autor/2014	Autor/Data: s/autor/2014	Autor/Data: s/autor/2014
Fonte: PMM	Fonte: PMM	Fonte: PMM
11. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS (síntese)		
<p>A História da Capela São Bonifácio está vinculada à trajetória de imigração do padre alemão Emílio Clemente Scherer, um diplomata que, no final da década de 1930 se posicionou contra o Reich, defendendo os interesses da igreja, e temendo a prisão fugiu da Alemanha para o Brasil. Hospedou-se primeiramente em Rolândia na casa de amigos, até encontrar um local para instalar-se definitivamente. (ROBLES, 2007, p. 112).</p> <p>Padre Emílio adquiriu o lote nº 01 da Gleba do Ribeirão Pingüim, inicialmente com área de 230 alqueires, posteriormente em uma nova aquisição, a área aumentou para 400 alqueires. Iniciou-se a derrubada da mata e a larga exploração da madeira, como de costume na época de ocupação do norte do Paraná. Ergueu-se primeiramente a casa do padre, a casa dos empregados e outras dependências e, posteriormente, uma capela. O Padre nomeou a área de Fazenda São Bonifácio, nome de um padroeiro alemão.</p> <p>A capela foi batizada com o mesmo nome do padroeiro da fazenda, a edificação começou a ser construída em 1939 e finalizada em 1940. Em 25 de fevereiro, o templo religioso fora abençoado pelo Padre Emílio.</p>		

A capela São Bonifácio foi provisionada como *oratorium semipublicum* pelo vigário Pe. Luis Othão Waschburger. Semipúblico é o oratório (capela) “erigido em benefício de uma comunidade ou de um grupo de fiéis que ali se reúnem, não aberto ao público em geral”. (ROBLES, 2007, p. 112).

O templo servia à comunidade local, que se dirigia à fazenda para os cultos e atividades litúrgicas. Foi nessa edificação que os habitantes do núcleo inicial da cidade realizaram as primeiras missas, batizados e casamentos dos moradores da região. “Aos domingos e dias santos, para lá se dirigiam os primeiros moradores, uns a cavalo, outros de carroças e alguns a pé” (PROJETO MEMÓRIA, 1985)

Com o tempo, o eclesiástico começou a desmembrar a fazenda, vendendo partes das terras. E em 1953, doa para os Palotinos os 200 alqueires restantes. Essa “doação” aconteceu como uma troca. A Sociedade do Apostolado Católico ficaria com a Fazenda e lhe beneficiavam com uma pensão vitalícia. Após a doação da Fazenda para os irmãos Palotinos, tanto o complexo quanto a capela passaram a ser administrados por eles. Em 1974 Padre Ludwig assumiu a administração do lugar, ficando por mais de 10 anos. Este padre em entrevista concedida ao PROJETO MEMÓRIA (1985), relata que a capela passou a ser pouco freqüentada, após a mecanização da lavoura. De acordo com o religioso, cerca de 80 pessoas moravam nas colônias, que pouco a pouco foram dissolvidas e a população seguiu para a cidade. Restaram apenas umas 5 ou 6 famílias. Pe. Ludwig indaga que apenas as crianças freqüentavam os cultos. Os adultos acabavam indo para outras capelas das proximidades.

Com o passar do tempo, o primeiro templo religioso foi se deteriorando fisicamente. Entre 1998 e 1999 foi realizado uma restauração/reforma na capela, conforme será detalhado no item 4.2.

Após a conclusão das obras de “restauração”, os irmãos Palotinos destacaram o Movimento apostólico de Schoenstatt para administrar a sede da Fazenda São Bonifácio. Este Movimento, que ainda administra a fazenda, pretende fundar no local o Santuário da Mãe Peregrina. Para tanto já se construiu no complexo um barracão, onde todo dia 18 de cada mês se celebram uma missa em homenagem a Mãe Peregrina. As missas são celebradas no barracão, pois a capela é muito pequena para a quantidade de fiéis que se dirigem até o complexo rural. A capela portanto tem servido para visitação destes fiéis, e eventuais missas comemorativas. A capela São Bonifácio permaneceu por muito tempo isolada na área rural, porém, o limite do perímetro urbano foi alterado englobando o lote em que o templo se localiza, e conseqüentemente os loteamentos se aproximam cada vez mais da capela. Atualmente no complexo religioso encontra-se a Capela São Bonifácio, a antiga casa do padre, uma gruta, sanitários e o barracão.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES (especializadas, temáticas)

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PROJETO MEMÓRIA. **Capela São Bonifácio**. Maringá:1980.


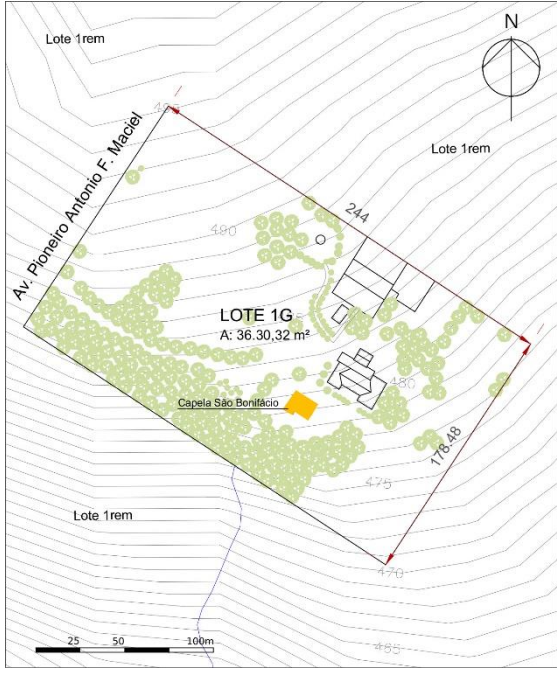
PROJETO MEMÓRIA. **Entrevista com Padre Ludwig**. Maringá: 1985

ROBLES, O. **A Igreja que Brotou da Mata**: os cinquenta anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dental Press, 2007.

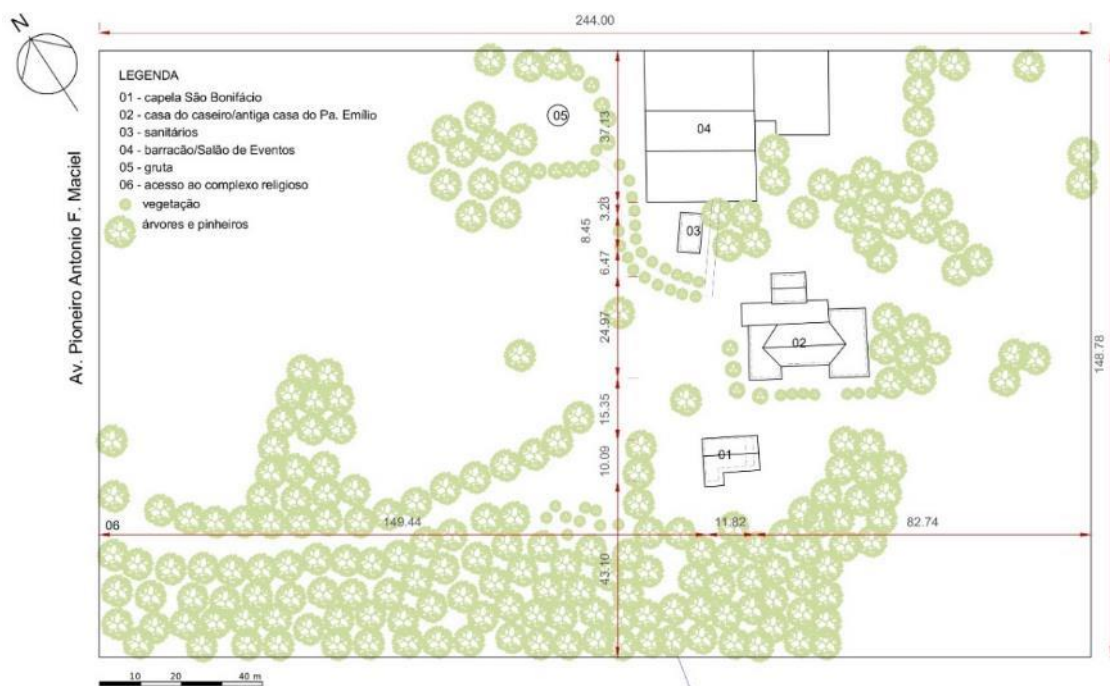
14. PREENCHIMENTO

14.1.Entidade	Universidade Estadual de Maringá	14.2.Data
14.3.Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M2/03 Bem imóvel - Caracterização Arquitetura Religiosa de Madeira

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			1.4. Código IPHAN		
Estado do Paraná					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Arquitetura em madeira					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					
Capela São Bonifácio					
2. DATA CONSTRUÇÃO					
1939 à 1940					
3. USOS E UTILIZAÇÃO					
3.1. Uso Original	3.2. Outros usos	3.3. Uso atual			
Capela	-----	Capela			
3.4. Celebrações Realizadas	3.5. Frequência das celebrações				
Orações – (Terço)	Mensalmente				
Missas	Semestralmente				
4. RELIGIÃO					
Católica Apostólica Romana					
5. RESPONSÁVEIS PROJETO E EXECUÇÃO					
5.1. Autor ou idealizador do projeto					
Idealizador Pe. Emílio Scherer					
5.2. Executores					
Mestre carpinteiro responsável	Sem informações				
Carpinteiros Ajudantes	Sem informações				
Outros Operários	Sem informações				
6. SITUAÇÃO E TOPOGRAFIA DO TERRENO					
6.1. Planta de Situação		6.2. Levantamento Topográfico			
					
Legenda: Localização e Situação Capela São Bonifácio		Legenda: Topografia Capela São Bonifácio			
Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann		Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann			
Fonte: PMM – modificado autora		Fonte: PMM - modificado autora			
6.3. Topografia do Terreno					
	Em aclave	x	Inclinado		Acidentado
x	Em declive		Plano		

7. IMPLANTAÇÃO



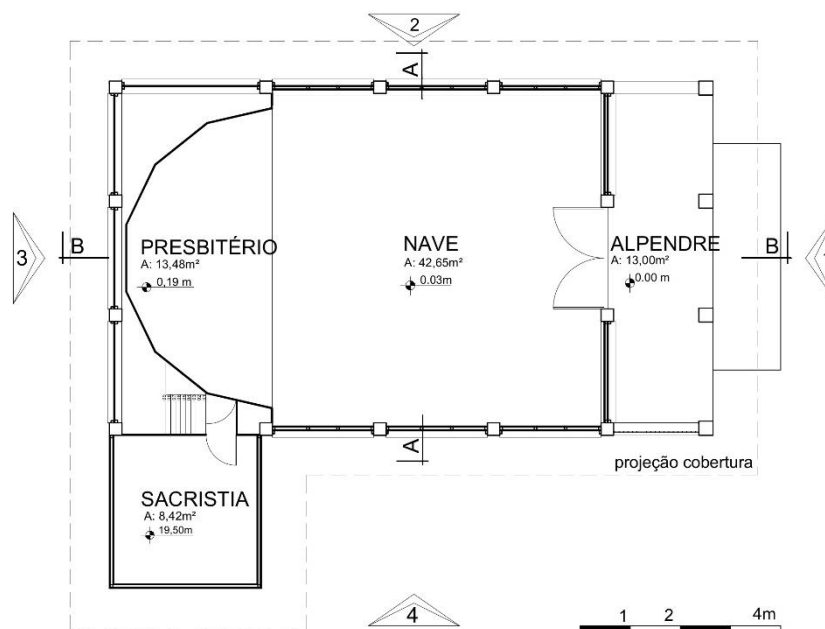
Legenda: Implantação Capela São Bonifácio

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

8. PLANTAS

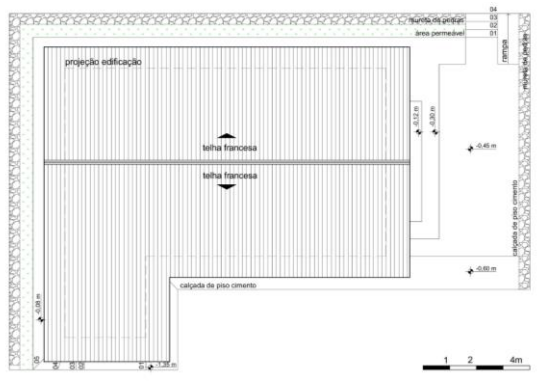
8.1. Planta Baixa



Legenda: Planta Baixa Capela São Bonifácio


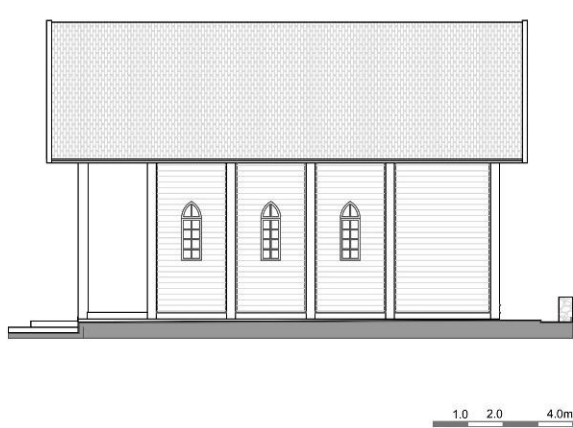
Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

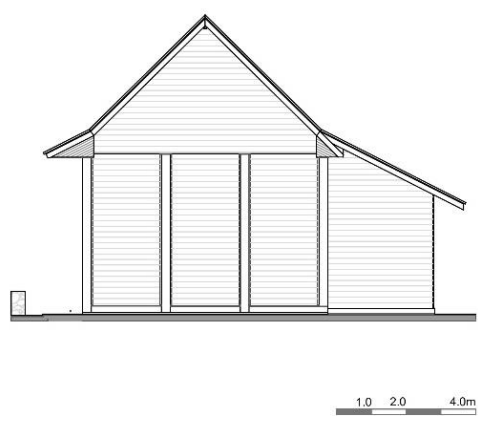
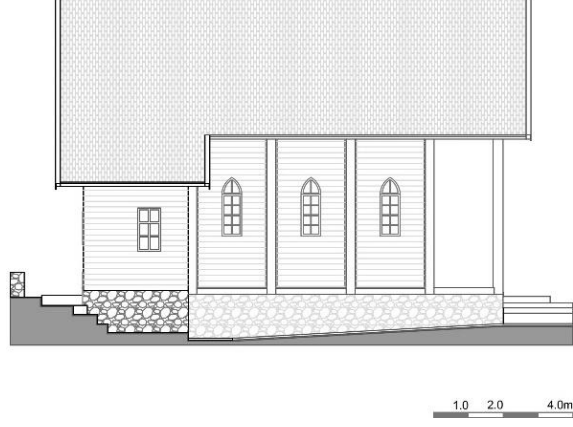
<p>8.2. Coro</p> <p>Esta Capela não possui coro</p>	<p>8.3. Cobertura</p> 
--	---

<p>Legenda:</p>	<p>Legenda: Planta de Cobertura Capela São Bonifácio</p>
<p>Fonte:</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Autor/Data:</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>

9. IMAGENS EXTERNAS/CROQUIS DAS FACHADAS

<p>9.1. Elevações</p>	
	

<p>Legenda: Elevação Capela São Bonifácio</p>	<p>Legenda: Elevação Lateral Direita Capela São Bonifácio</p>
<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Fonte: Acervo autora</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>

	
---	--

<p>Legenda: Elevação Posterior Capela São Bonifácio</p>	<p>Legenda: Elevação Lateral Esquerda Capela São Bonifácio</p>
<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Fonte: Acervo autora</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>

9.2. Imagens Externas



Legenda: Fotografia Frontal Capela São Bonifácio
 Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2014
 Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Vista Lateral Direita Capela S. Bonifácio
 Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2014
 Fonte: Acervo autora



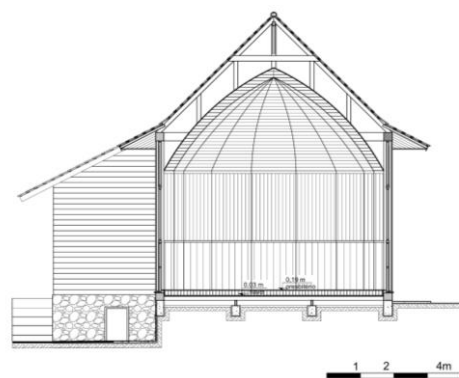
Legenda: Elevação Posterior Capela São Bonifácio
 Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora



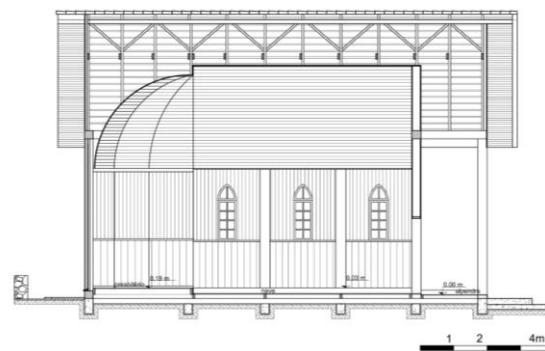
Legenda: Fotografia Lateral Esquerda Capela São Bonifácio
 Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora

10. IMAGENS INTERNAS/CROQUIS CORTES

10.1. Cortes



Legenda: Corte Transversal Capela São Bonifácio
 Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann
 Fonte: Acervo autora



Legenda: Corte Longitudinal Capela São Bonifácio
 Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann
 Fonte: Acervo autora

10.2. Imagens Internas



Legenda: Vista interna presbitério Capela São Bonifácio

Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2015

Fonte: Acervo autora



Legenda: Vista interna entrada Capela São Bonifácio

Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2014

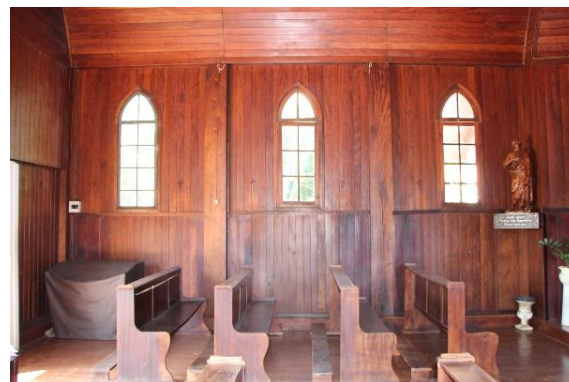
Fonte: Acervo autora



Legenda: Vista interna lateral direita Capela São Bonifácio

Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2015

Fonte: Acervo autora



Legenda: Vista interna lateral esquerda Capela São Bonifácio

Autor/ Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2015

Fonte: Acervo autora

11. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO (m)

11.1. Medidas internas

Largura nave	6.56	Profundidade da nave	6.56
Largura presbitério	5.96	Profundidade presbitério	3.00
Pé direito nave	6.80	Pé direito presbitério	6.36
Largura coro	-	Profundidade coro	-
Pé direito adendos (sacristia, depósito)	2.60	Pé direito nartex	-
Largura geral	6.56	Profundidade geral	9.56

11.2. Medidas externas

Altura fachada frontal	4.78	Altura fachada posterior	4.60
Altura fachada lateral direita	4.58	Altura fachada lateral esquerda	5.71
Altura cumeeira	8.46	Altura geral	8.46
Largura alpendre	6di	Profundidade alpendre	1.98
Altura alpendre	4.39	Pé direito alpendre	4.39
Atura torres	7.06		

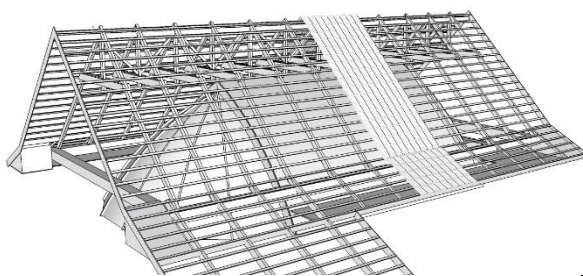
12. AMBIENTES E MATERIAIS				
12.1. Ambientes	12.2. Materiais dos elementos construtivos:			
	Piso	Revestimento	Forro	Aberturas
Alpendre	madeira	madeira	madeira	madeira
Nártex	-----	-----	-----	-----
Nave	madeira	madeira	madeira	madeira
Presbitério	madeira	madeira	madeira	madeira
Coro	-----	-----	-----	-----
Sacristia	madeira	madeira	madeira	madeira
Depósito	madeira	madeira	madeira	madeira
Confessionário	-----	-----	-----	-----
13. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA				
13.1. Estrutura				
<p>Na parte portante apresenta as vigas constantes na parte de baixo de 25 x 15 (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 25 x 25 se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal com modulação de 2,27 m na parte correspondente a nave, no alpendre seis eixos distanciam em 1,96 e no presbitério os eixos dos pilares possuem intervalo de 3,00m totalizando seis elementos, no sentido transversal a modulação é de 2,27 m, no total de 4 pilares. No quadro superior apresenta-se apenas as vigas laterais, que recebem as cargas da cobertura em função da conformação do forro.</p>				
13.1.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)				
				
Legenda: Perspectiva – parte portante da edificação		Legenda: Fotografia detalhe pilar		
Desenho: Vinicius Alves		Autor: Alessandra Corsato Hoffmann		
Fonte: Acervo autora		Fonte: Acervo autora		
13.2. Revestimentos (Paredes internas e externas - materiais, acabamentos)				
<p>Nas estruturas complementares o subsistema das vedações é do tipo sanduíche, ou seja paredes duplas, com tábuas em Aspidosperma Plyneuron (peroba-rosa) dispostas no sentido horizontal na parte externa com dimensão de 16,5 cm com encaixe macho-fêmea, e internamente o material encontra-se disposto no sentido vertical com lambris de 20,5 cm, também com encaixe macho-fêmea.</p>				
13.2.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)				
				
Legenda: Fotografia encaixe macho-fêmea parede interna		Legenda: : Fotografia encaixe macho-fêmea parede externa		
Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2015		Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2015		
Fonte: Acervo autora		Fonte: Acervo autora		

13.3. Cobertura (Técnica construtiva, materiais, acabamentos)

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura atirantada, que de acordo com ZANI (2003) é muito comum em casas construídas por alemães e nas capelas rurais. O vão vencido pela estrutura da cobertura é de 6,78 metros. O telhado é formado por duas com inclinação diferenciada nas laterais, que também é evidenciado por ZANI (2003) como característica de construções alemãs. O acabamento das laterais é do tipo caixão e as telhas são de barro do tipo francesa.

Seu forro de madeira apresenta forma ogival na parte correspondente a nave, e sobre o sacrário arremata o interior com uma cúpula composta por sete planos verticais que formam um quarto de circunferência.

13.3.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda Estrutura do telhado Capela São Bonifácio

Desenho: Vinícius Alves

Fonte: Arquivo pessoal autora

Legenda: Fotografia estrutura do telhado Capela S. Bonifacio

Desenho: Vinícius Alves

Fonte: Arquivo pessoal autora

13.4. Ornamentos (lambrequins, rendilhados, desenhos no forro, etc)

Esta capela não possui ornamentos do tipo lambrequins, rendilhados, desenhos nos forros, ou pinturas manuais.

13.4.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)

Legenda:

Fonte:

Autor/Data:

Legenda:

Fonte:

Autor/Data:

14. OBSERVAÇÕES (MARCAS E MODIFICAÇÕES)

A modificação mais significativa e a que se tem evidência, é a retirada da torre sineira.

Outro detalhe que imprime a marca do tempo é a cor da capela São Bonifácio, percebe-se que houve uma significativa descoloração.

14.1. Ilustrações



Legenda: Imagem da Capela São Bonifácio com Torre Sineira

Legenda: Capela São Bonifácio após "restauração"

Autor/data:

Autor/Data: autor desconhecido

Fonte: SANCHES (2002, p.12)

Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico

15. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE

A Capela São Bonifácio possui em seu interior imagens de santos entalhados em madeira vindos da Europa. Porém essas imagens estão sendo corroídas pelos cupins. O templo pode vir a ficar sem as imagens caso não seja realizada nenhuma ação que vise a preservação.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

17. LEVANTAMENTOS EXISTENTES

17.1. Levantamento	17.2. Autor	17.3. Data	17.4. Localização arquivos
Arquitetônico	Alessandra C. Hoffmann	11/2014	LAPHA
Fotográfico	Alessandra C. Hoffmann	2004/2007/2013/2014/2015.	LAPHA

18. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

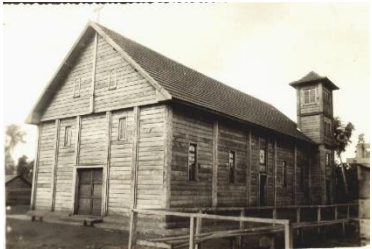
HOFFMANN, A. C.; *et al.* **Capela São Bonifácio e Capela Santa Cruz:** a arquitetura religiosa em madeira em Maringá nas décadas de 1930-40. In: PELEGRINI, S. C. A.; MUNHOZ, S.; ZANIRATO, S. H. (Org.). O Espaço Público: configuração de olhares. Maringá: TAC-Multimídia, 2006.

PROJETO MEMÓRIA. **Capela São Bonifácio.** Maringá:1980.

ZANI, A. C. **Arquitetura em Madeira.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

19. PREENCHIMENTO

19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M2/02 Cadastro de Bens					
1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				1.4. Código IPHAN	
Estado do Paraná					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Arquitetura em madeira					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					
Capela Santa Cruz					
2. LOCALIZAÇÃO DO BEM					
2.1. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.2. Código Postal	
Rua Santa Joaquina de Vedruna 365					
2.3. Localidade			2.4.U.F.	2.5. Município	
Zona 6 – Maringá Velho			PR	Maringá	
2.6. Coordenadas Geográficas					
Datum		Zona		Altitude (m)	596m (n/m)
Latitude	23° 25'S	Longitude	51° 57'W	Erro horiz.(m)	
3. PROPRIEDADE					
	Pública	3.1. Identificação do Proprietário			
x	Privada	Congressão Irmãs Carmelitas			
	Mista	3.2. Contatos			
	Outra (especificar)				
4. NATUREZA DO BEM					
	Arqueológico	X	Imóvel		Natural
	Paleontológico		Móvel		Integrado
4.1. Classificação					
5. CONTEXTO					
	Rural		Entorno Preservado		Forma Conjunto
X	Urbano	X	Entorno Transformado	X	Bem Isolado
6. PROTEÇÃO EXISTENTE			7. PROTEÇÃO PROPOSTA		
	Patrimônio Mundial		Patrimônio Mundial		
	Federal/Individual		Federal/Individual		
	Federal/Conjunto		Federal/Conjunto		
X	Estadual/Individual		Estadual/Individual		
	Estadual/Conjunto		Estadual/Conjunto		
X	Municipal/Individual		Municipal/Individual		
	Municipal/Conjunto		Municipal/Conjunto		
	Entorno do bem protegido		Entorno do bem protegido		
	Nenhuma		Nenhuma		
6.1. Tipo/legislação incidente			7.1. Tipo/legislação incidente		
Decreto Lei - Tombamento					
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO			9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	Íntegro		X	Bom	
X	Pouco alterado			Precário	
	Muito alterado			Em arruinação	
	Descaracterizado			Arruinado	
10. IMAGENS					
					
Legenda: Evento instalação cruz		Legenda: Fotografia Capela Sta Cruz		Legenda: Fotografia Capela Santa Cruz	
Autor/Data: autor desconhecido s/data		Autor/Data: autor desconh./ s/data		Autor/Data: autor desconhecido s/data	
Fonte: :MBP		Fonte:MBP		Fonte: MBP	

10. IMAGENS (continuação)		
		
Legenda: Fotografia externa Capela Santa Cruz	Legenda: Fotografia externa Capela Santa Cruz	Legenda: Fotografia interna Capela Santa Cruz
Autor/Data: s/autor/ s/data	Autor/Data: s/autor/ s/data	Autor/Data:
Fonte: :MBP	Fonte:MBP	Fonte:
		
Legenda: Fotografia aérea Capela Santa Cruz	Legenda: Fotografia aérea Capela Santa Cruz	Legenda: Fotografia aérea Capela Santa Cruz
Autor/Data: autor desconhecido/ 2014	Autor/Data: autor desc./ 2014	Autor/Data autor desconhecido / 2014
Fonte: :PMM	Fonte: PMM	Fonte: PMM
11. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS (síntese)		
<p>A população que ocupava a região do Maringá Velho, na década de 1940, passou a mobilizar-se para a construção de uma capela de melhor acesso, pois os religiosos precisavam se deslocar para a zona rural, até a Capela São Bonifácio para as celebrações religiosas. Para tanto, foram realizadas quermesses, festas, entre outros eventos, com intuito de arrecadarem fundos para a edificação religiosa. O Padre Emílio Scherer forneceu grande apoio à população na construção da capela. (MARINGÁ, 1991).</p> <p>A CMNP doou o terreno e entre 1945 e 1946 ergue-se o templo denominado de Capela Santa Cruz. O templo foi construído em madeira – peroba-rosa, que foi doada por fiéis.</p> <p>“De todas as edificações erigidas pelos moradores do Maringá Velho, uma encerra determinadas especificidades que em muito diferencia das demais, trata-se da Igreja Santa Cruz, um verdadeiro marco na história de Maringá, não apenas por constituir-se no primeiro templo religioso localizado na zona urbana, mas também pelo modo como deu-se sua construção, mobilizando praticamente toda uma sociedade que conscientizou-se da necessidade e importância de um estabelecimento desta natureza.</p> <p>A participação maciça da população no soerguimento da Capela Santa Cruz representa a ampla vontade de um povo que, em meio a um sertão onde muitas das vezes prevalecia a violência humana, buscava no amparo espiritual uma forma de atenuar essas vicissitudes”. (MARINGÁ, 1991).</p> <p>A partir de então, era nessa Capela que se celebravam os acontecimentos religiosos do núcleo crescente. Em 2 de abril de 1950 a capela foi instituída Paróquia e o Padre Emílio se tornou o primeiro Vigário da primeira paróquia. Ainda em 1950, ergue-se a igreja Santíssima Trindade, no centro de Maringá, que também foi denominada paróquia, atualmente catedral Nossa Senhora da Glória. Em outubro de 1951 o padre João Janssen foi denominado vigário da mesma, passando essa a ser a única paróquia da cidade a partir de então. (ROBLES, 2007).</p> <p>A partir de 1952 a Capela do Maringá Velho passa a fazer parte do conjunto arquitetônico do Colégio Santa Cruz. Esse colégio, bem como a capela, passou a ser administrado pelas Irmãs Carmelitas da</p>		

Caridade de Vedruna, vindas da Espanha para assumirem a missão de conduzir o primeiro colégio de irmãs da cidade e também o primeiro colégio particular do núcleo.

Essa capela também sofreu com o desgaste do tempo e, por volta de 1987, verificou-se a necessidade de uma restauração, pois suas estruturas estavam comprometidas, podendo o prédio ruir. Em 1990, com recursos próprios, a Prefeitura efetuou a restauração da Santa Cruz.

Atualmente são realizadas missas diariamente, além de casamentos nos finais de semana e esporadicamente batizados. A capela possui um grande número de fiéis frequentadores assíduos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES (especializadas, temáticas)



13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROBLES, O. **A Igreja que Brotou da Mata**: os cinquenta anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dental Press, 2007.

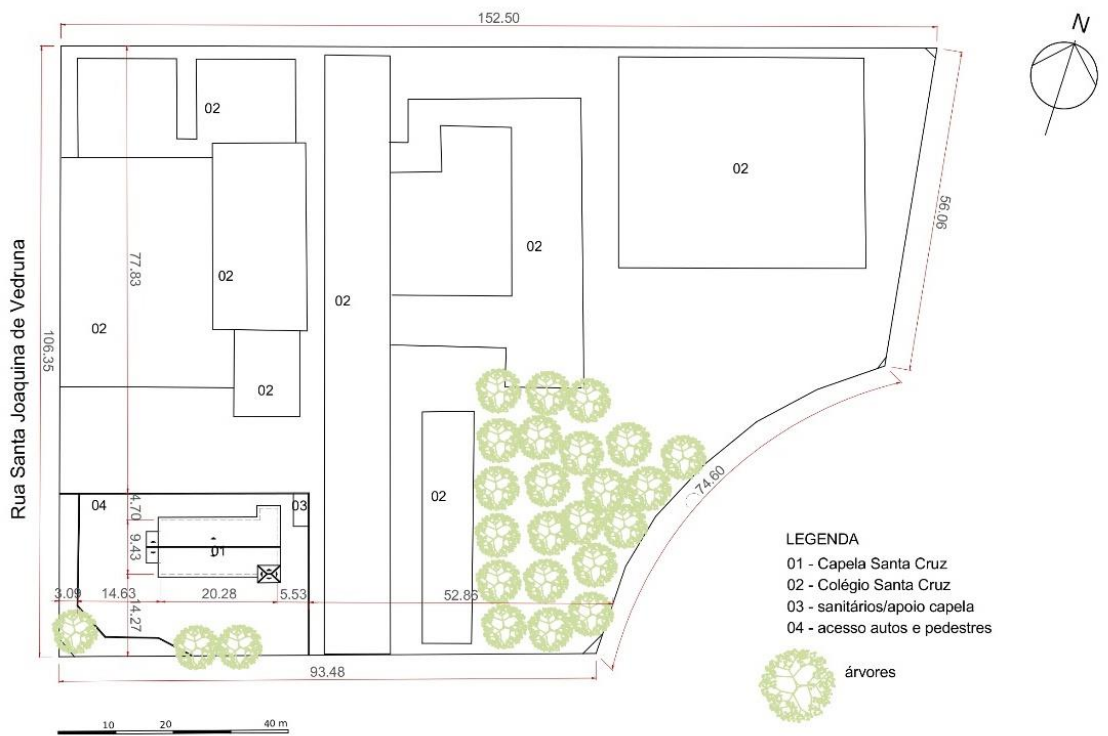
MARINGÁ. **Capela Santa Cruz**: a restauração que resgata a história de uma igreja que viu Maringá crescer. Maringá: [s.n.], 1991.

14. PREENCHIMENTO

14.1.Entidade	Universidade Estadual de Maringá	14.2.Data
14.3.Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M2/03 Bem imóvel - Caracterização Arquitetura Religiosa de Madeira					
1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	1.4. Código IPHAN				
Estado do Paraná					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Arquitetura em madeira					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					
Capela Santa Cruz					
2. DATA CONSTRUÇÃO					
1945/1946					
3. USOS E UTILIZAÇÃO					
3.1. Uso Original	3.2. Outros usos	3.3. Uso atual			
Capela		Capela			
3.4. Celebrações Realizadas	3.5. Frequência das celebrações				
Missas	Diária				
Casamentos	Semanalmente				
Batizados	Esporadicamente				
4. RELIGIÃO					
Católica Apostólica Romana					
5. RESPONSÁVEIS PROJETO E EXECUÇÃO					
5.1. Autor ou idealizador do projeto					
5.2. Executores					
Mestre carpinteiro responsável	Francisco Machado Homem Junior				
Carpinteiros Ajudantes	Izaltino Machado				
Outros Operários					
6. SITUAÇÃO E TOPOGRAFIA DO TERRENO					
6.1. Situação	6.2. Situação da Topografia do Terreno				
					
Legenda: Localização e Situação Capela Santa Cruz	Legenda: Topografia Capela Santa Cruz				
Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann	Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann				
Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora				
6.3. Topografia do Terreno					
	Em alicve		Inclinado		Acidentado
	Em declive	x	Plano		

7. IMPLANTAÇÃO



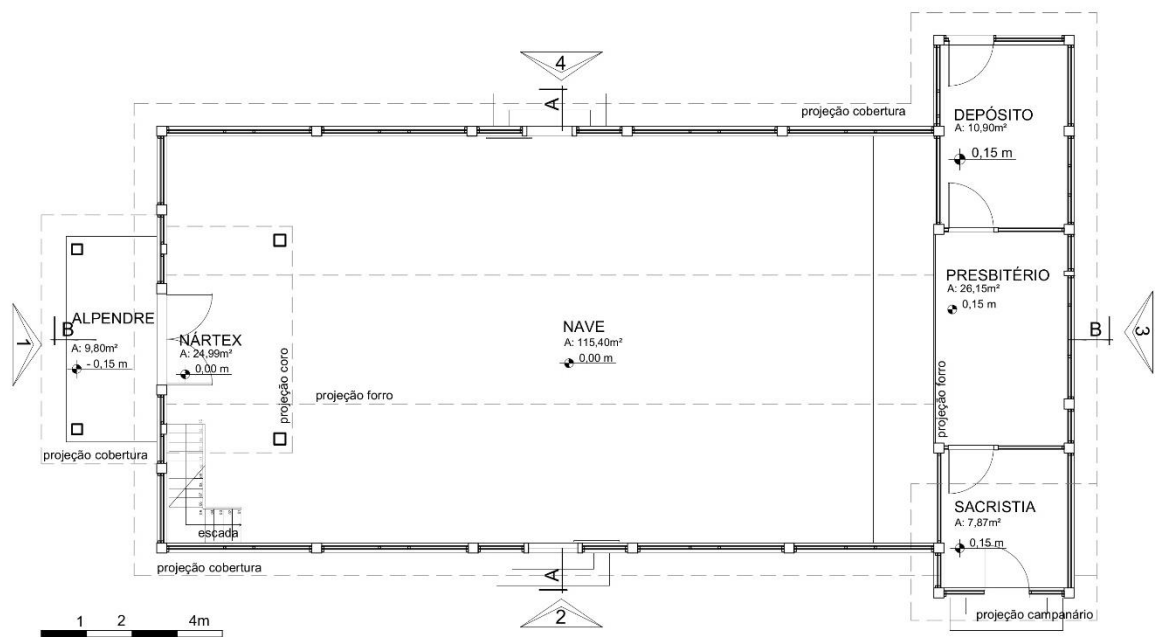
Legenda: Implantação Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

8. PLANTAS


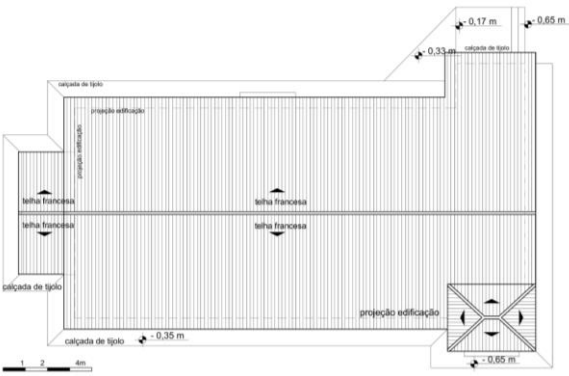

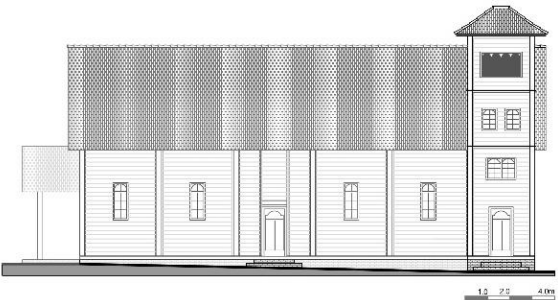
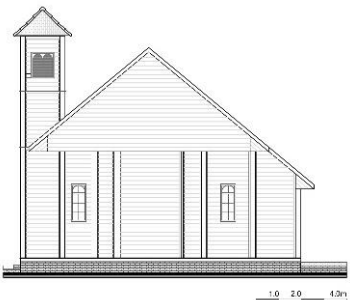
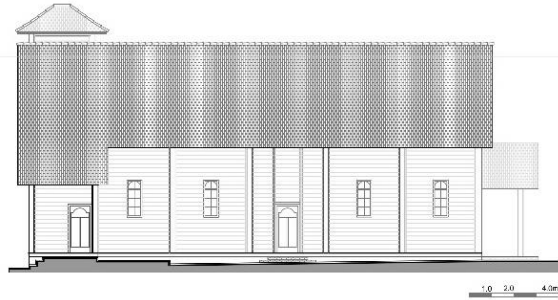
8.1. Planta Baixa



Legenda: Planta Baixa Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

8.2. Coro	8.3. Cobertura
	
<p>Legenda: Planta Coro Capela Santa Cruz</p>	<p>Legenda: Planta de Cobertura Capela Santa Cruz</p>
<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Fonte: Acervo autora</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>
9. IMAGENS EXTERNAS/CROQUIS DAS FACHADAS	
9.1. Elevações	
	
<p>Legenda: Fachada Frontal Capela Santa Cruz</p>	<p>Legenda: Fachada Lateral Direita Capela Santa Cruz</p>
<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Fonte: Acervo autora</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>
	
<p>Legenda: Fachada Posterior Capela Santa Cruz</p>	<p>Legenda: Fachada Lateral Esquerda Capela Santa Cruz</p>
<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>	<p>Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann</p>
<p>Fonte: Acervo autora</p>	<p>Fonte: Acervo autora</p>

9.2. Imagens Externas



Legenda: Fotografia Lateral Esquerda Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Lateral Direita Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Fachada Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



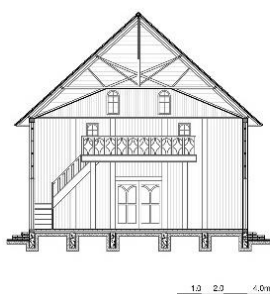
Legenda: Fotografia Fachada Posterior Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora

10. IMAGENS INTERNAS/CROQUIS CORTES

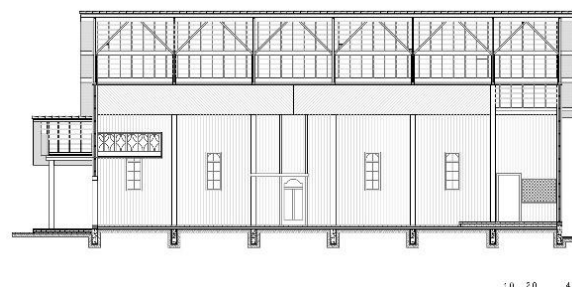
10.1. Cortes



Legenda: Corte transversal Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

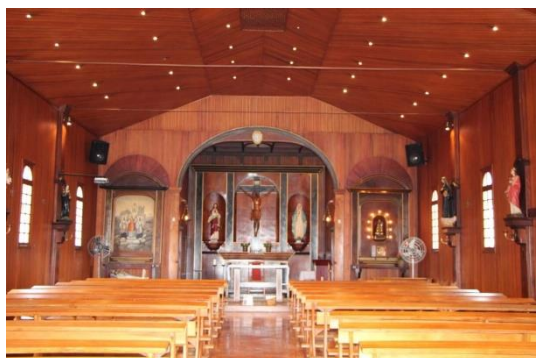


Legenda: Corte longitudinal Capela Santa Cruz

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

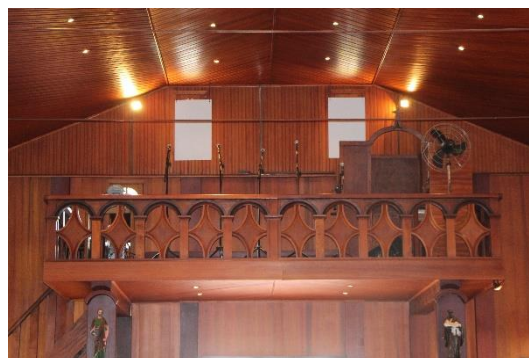
10.2. Imagens Internas



Legenda: Fotografia Presbitério Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

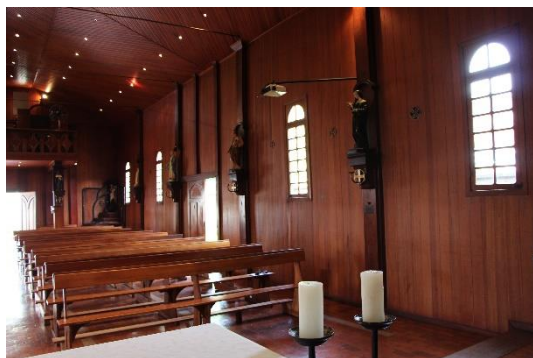
Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Coro Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

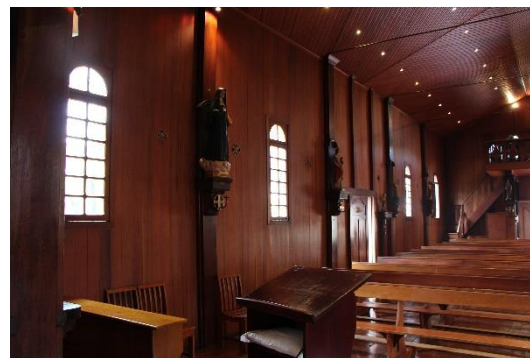
Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Lat. Direita Interna Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Lat. Esquerda Interna Capela Santa Cruz

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora

11. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO (m)

11.1. Medidas internas

Largura nave	8.99	Profundidade da nave	12.83
Largura presbitério	8.99	Profundidade presbitério	4.22
Pé direito nave	6.05	Pé direito presbitério	5.90
Largura coro	5.00	Profundidade coro	2.78
Pé direito adendos (sacristia, depósito)	2.80	Pé direito nártex	2.90
Largura geral	12.43	Profundidade geral	19.84

11.2. Medidas externas

Altura fachada frontal	9.60	Altura fachada posterior	9.96
Altura fachada lateral direita	5.02	Altura fachada lateral esquerda	5.13
Altura cumeeira	9.60	Altura geral	11.77
Altura alpendre	5.08	Pé direito alpendre	3.31
Atura torres	11.12		

12. AMBIENTES E MATERIAIS

12.1. Ambientes	12.2. Materiais dos elementos construtivos:			
	Piso	Revestimento	Forro	Aberturas
Alpendre	Tijolo		Madeira	Madeira
Nártex	Tijolo	Madeira	Madeira	Madeira
Nave	Tijolo	Madeira	Madeira	Madeira
Presbitério	Tijolo	Madeira	Madeira	Madeira
Coro	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira
Sacristia	Tijolo	Madeira	Madeira	Madeira
Depósito	Tijolo	Madeira	Madeira	Madeira
Confessionário				

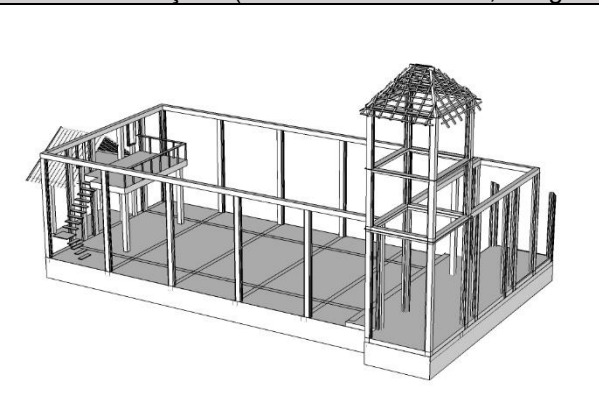
13. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

13.1. Estrutura

O conjunto estrutural da capela Santa Cruz pode ser dividido em três partes: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares.

A parte portante da edificação compreende: o quadro inferior, que são as vigas principais, constantes na parte de baixo do sistema estrutural, medindo 22 x 15 cm (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 22 x 22cm, que se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal em uma modulação de 3,21 m, e no sentido transversal numa modulação de 1,52 m, com exceção para o vão da porta de entrada que possui um espaçamento de 2,00 m entre os pilares; e o quadro superior, que é o quadro de cima, possuindo a mesma configuração formal do inferior, mas que recebem as cargas da cobertura a transferem para os pilares, pode-se observar nesta edificação que as vigas estão na posição “deitada”, com dimensão de 22 x 15 cm (L x A), intertravadas por tirantes metálicos.

13.1.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Perspectiva sistema estrutural Capela Santa Cruz

Legenda: Detalhe encaixe pilar da Capela Santa Cruz

Desenho: Vinicius Alves

Autor: Maurinho Piccioly/1990

Fonte: Acervo autora

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly

13.2. Revestimentos (Paredes internas e externas - materiais, acabamentos)

Das estruturas complementares, que compreendem as vedações verticais e horizontais e os vãos, na capela estudada, deve-se evidenciar as primeiras, um subsistema que diferencia a capela Santa Cruz, da maioria das construções em madeira do período. As paredes da capela são duplas, com tábuas de peroba-rosa na parte externa, dispostas na horizontal com encaixe macho-fêmea e seção de 22 x 2,5 cm, e na parte interna do templo as tábuas são da mesma espécie porém com seção de 12 x 2,5 cm dispostas no sentido vertical.

13.2.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Detalhe tábua com encaixe macho e fêmea

Legenda: Detalhe tábua com encaixe macho e fêmea

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990

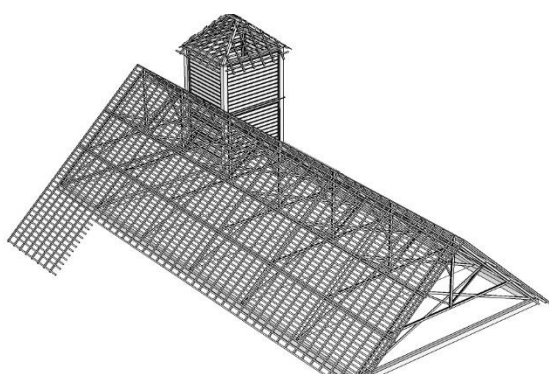
Fonte: Acervo Maurinho Piccioly

Fonte: Acervo Maurinho Piccioly

13.3. Cobertura (Técnica construtiva, materiais, acabamentos)

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura atirantada. Vencendo um vão de 9,5 metros. O telhado formado por duas águas, possui telhas de barro do tipo francesas, tendo como acabamento no beiral do tipo “caixão”. As ripas que sustentam as telhas são de “cedrinho” com seção de 5cm x 1,5 cm com intervalo de 40 cm entre uma e outra, estas são sustentadas pelos caibros, produzidos em peroba-rosa com seção de 6cm x 5 cm e intervalo de 50 cm entre eles. Sustentando estes últimos encontra-se as terças com dimensões de 7cm x 5 cm, posicionadas a 1,85 metros de distância entre cada uma. A tesoura por sua vez, também em peroba-rosa possui peças com dimensões de 8 x 6 cm, e tem a função de sustentar os elementos citados anteriormente. Outros componentes construtivos também fazem parte do conjunto da tesoura: como o pendural, as escoras e o banzo inferior e superior. O campanário forma um volume a parte da estrutura principal, sendo coberto com telhado de quatro águas com telha francesa.

13.3.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Perspectiva estrutura telhado Capela Santa Cruz

Legenda: Fotografia estrutura telhado Capela Santa Cruz

Desenho: Vinicius Alves

Autor/Data: Alessandra C. Hoffmann/2015

Fonte: arquivo pessoal autora

Fonte: arquivo pessoal autora

13.4. Ornamentos (lambrequins, rendilhados, desenhos no forro, etc)

A Capela Santa Cruz não possui ornamentação em sua construção.

13.4.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)

A Capela Santa Cruz não possui ornamentação em sua construção

Legenda:

Legenda:

Fonte:

Fonte:

Autor/Data:

Autor/Data:

14. OBSERVAÇÕES (MARCAS E MODIFICAÇÕES)

Poucas marcas de modificações são observadas na Capela Santa Cruz atualmente, as mais significativas correspondem ao acréscimo do alpendre e do depósito. O alpendre pode ser verificado comparando imagens antigas e atuais, já o acréscimo do depósito é constatado no memorial descritivo da restauração da Capela. Porém, antes de sua restauração o templo havia sofrido diversos outros acréscimos: o coro foi aumentado, ocupando quase metade da nave da capela; foi inserida uma escada do lado externo da construção; ocorreu um acréscimo nos fundos da edificação para a instalação de uma cozinha; forma acrescentadas janelas a edificação. Esses elementos foram todos retirados no momento da restauração do templo, segundo o memorial descritivo da intervenção e o depoimento do responsável pela execução, Maurinho Piccioly.

14.1. Ilustrações



Legenda: Fotografia Capela Santa Cruz déc. 50 sem alpendre
 Autor/Data: autor desconhecido
 Fonte: MBP



Legenda: Fotografia restauração Capela Santa Cruz
 Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990
 Fonte: Acervo Maurinho



Legenda: Coro retirado na restauração
 Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990
 Fonte: Acervo Maurinho



Legenda: Escada externa retirada na restauração
 Autor/Data: Maurinho Piccioly/1990
 Fonte: Acervo Maurinho

15. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE

A Capela Santa Cruz possui um grande número de estátuas de santos em seu interior. Essas imagens chegaram a ser restauradas no mesmo período que ocorreu a intervenção no edifício. Sugere-se um levantamento e catalogação das imagens em novos estudos.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

17. LEVANTAMENTOS EXISTENTES

17.1. Levantamento	17.2. Autor	17.3. Data	17.4. Localização
Arquitetônico	Alessandra Hoffmann C.	11/2014	LAPHA
Fotográfico	Alessandra Hoffmann C.	2004/2007/2013/2014/2015	LAPHA

18. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

HOFFMANN, A. C.; *et al.* **Capela São Bonifácio e Capela Santa Cruz**: a arquitetura religiosa em madeira em Maringá nas décadas de 1930-40. In: PELEGRINI, S. C. A.; MUNHOZ, S.; ZANIRATO, S. H. (Org.). O Espaço Público: configuração de olhares. Maringá: TAC-Multimídia, 2006.

MACHADO, I. Izaltino Machado: depoimento [dezembro 2014]. Entrevistadora: A.C. Hoffmann. Maringá, 2014. Gravação digital sonora e em vídeo. MACHADO.




MENEGAZZO, M. **Mauro Menegazzo**: depoimento [dezembro 2014]. Entrevistadora: A. C. Hoffmann. Maringá, 2014.

PICCIOLY, M. **Maurinho Piccioly**: depoimento [dezembro 2014]. Entrevistadora: A. C. Hoffmann. Maringá, 2014. Gravação digital sonora.

ZANI, A. C. Arquitetura em Madeira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

19. PREENCHIMENTO

19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M2/02		Cadastro de Bens			
1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				1.4. Código IPHAN	
Estado do Paraná					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Arquitetura em madeira					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					
Capela Nossa Senhora Aparecida					
2. LOCALIZAÇÃO DO BEM					
2.1. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.2. Código Postal	
Estrada do Guaiapó					
2.3. Localidade			2.4.U.F.	2.5. Município	
Gleba Ribeirão Sarandi			PR	Maringá	
2.6. Coordenadas Geográficas					
Datum		Zona		Altitude (m)	596m (n/m)
Latitude	23° 25'S	Longitude	51° 57'W	Erro horiz.(m)	
3. PROPRIEDADE					
	Pública	3.1. Identificação do Proprietário			
x	Privada	Cúria			
	Mista	3.2. Contatos			
	Outra(especificar)				
4. NATUREZA DO BEM					
	Arqueológico	x	Imóvel		Natural
	Paleontológico		Móvel		Integrado
4.1. Classificação					
5. CONTEXTO					
x	Rural	x	Entorno Preservado		Forma Conjunto
	Urbano		Entorno	x	Bem Isolado
6. PROTEÇÃO EXISTENTE			7. PROTEÇÃO PROPOSTA		
	Patrimônio Mundial		Patrimônio Mundial		
	Federal/Individual		Federal/Individual		
	Federal/Conjunto		Federal/Conjunto		
	Estadual/Individual		Estadual/Individual		
	Estadual/Conjunto		Estadual/Conjunto		
x	Municipal/Individual		Municipal/Individual		
	Municipal/Conjunto		Municipal/Conjunto		
	Entorno do bem protegido		Entorno do bem protegido		
	Nenhuma		Nenhuma		
6.1. Tipo/legislação incidente			7.1. Tipo/legislação incidente		
Decreto/Lei de Tombamento					
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO			9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	Íntegro	x	Bom		
x	Pouco alterado		Precário		
	Muito alterado		Em arruamento		
	Descaracterizado		Arruinado		
10. IMAGENS					
					
Legenda: Quermesse na Capela N. Senhora Aparecida		Legenda: Fotografia Externa Capela Nossa Senhora Aparecida		Legenda: Fotografia Interna Capela N. Senhora Aparecida	
Autor/Data: autor desc./ déc. 1950		Autor/Data: autor desc./ déc. 1990		Autor/Data: autor desc./déc 1990	
Fonte: GPH		Fonte: Acervo pessoal Alice Nunhez		Fonte: Acervo pessoal Alice Nunhez	

10. IMAGENS (continuação)		
		
Legenda: Vista externa Capela N. Senhora Aparecida	Legenda: Vista lateral Capela Nossa Senhora Aparecida	Legenda: Vista lateral esquerda Capela Nossa Senhora Aparecida
Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2015	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2014	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2013
Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora
		
Legenda: Vista Presbitério Capela N.S. Aparecida	Legenda: Vista Altar Capela N. S. Aparecida	Legenda: Coro e Forro Capela N. S. Aparecida
Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2014	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2013	Autor/Data: Alessandra Hoffmann/2013
Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora	Fonte: Acervo autora
		
Legenda: Vista Complexo religioso	Legenda: Complexo religioso e Estrada Guaiapó	
Autor/Data: 2014	Autor/Data: 2014	
Fonte: Street View	Fonte: Street View	
11. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS (síntese)		
<p>A capela Nossa Senhora Aparecida também é conhecida como a “capelinha do Guaiapó”, que é onde este templo se encontra, na estrada do Guaiapó. A estrada foi aberta em 1938, assim como a maioria das estradas rurais, iam se formando pequenos núcleos rurais no seu entorno. Em 1947 inaugurou-se nesta estrada a Escola Machado de Assis, com o intuito de atender a população desses pequenos núcleos. A população que ali residia, ainda precisava se deslocar quilômetros para frequentarem as missas nas Capelas São Bonifácio ou Santa Cruz.</p> <p>De acordo com os depoimentos dos pioneiros no documentário “Devotos do Guaiapó” (2011), a iniciativa para a construção de um capela próximo aos núcleos rurais daquela região, se deu pela própria comunidade tendo como líderes os pioneiros Armando Crippa e Manuel Gonçalves. A construção da capela se iniciou em 1949, em sistema de mutirão, e a madeira utilizada em sua construção foi doada por um fazendeiro. As imagens sacras, e mobiliários da capela foram doados pelos sitiantes da redondeza. (FACULDADE MARINGÁ, 2011)</p> <p>No início a capela pertencia à Paróquia de Marialva, somente após a construção da Paróquia Nossa Senhora da Glória a capela ficou sob a administração de uma paróquia maringaense. Ela passou pela administração de diversas paróquias ao longo do tempo, atualmente a capela faz parte da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.</p>		

Este templo também sofreu o desgaste do tempo, e precisou ser recuperado, porém foi a própria população que realizou uma reforma na capela. Essa mesma população que cuida, que preserva tal templo, pede seu tombamento.

Nesta capela ocorrem casamentos e missas semanalmente, e uma festa anual no dia de Nossa Senhora Aparecida, onde reúne diversos fiéis que trabalham, organizam e aproveitam a festa. A população que morava nos arredores e seus filhos e netos ainda frequentam assiduamente a capela e as festas que são realizadas no local, onde pode-se observar a identidade que esta população possui com tal templo.

A Capela Nossa Senhora Aparecida, encontra-se no limite da divisa do perímetro urbano da cidade de Maringá. Os loteamentos estão se aproximando dela, o que deve ser atentado pelo poder público, com o tombamento do templo algumas restrições de assentamentos na região devem ser fiscalizados.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES (especializadas, temáticas)

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


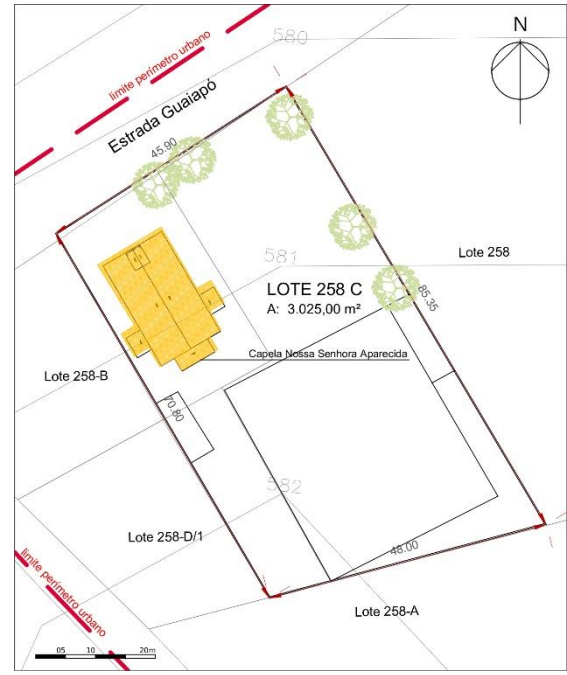
NUNHEZ, A. O. **Alice Oriolli Nunhez**: depoimento [março 2015]. Entrevistadora: A. C. Hoffmann. Maringá, 2015. Gravação digital sonora.

FACULDADE MARINGÁ. **Devotos do Guaiapó**: a preservação do patrimônio de uma comunidade rural (Documentário digital). Maringá-PR: [s.n.], 2011.

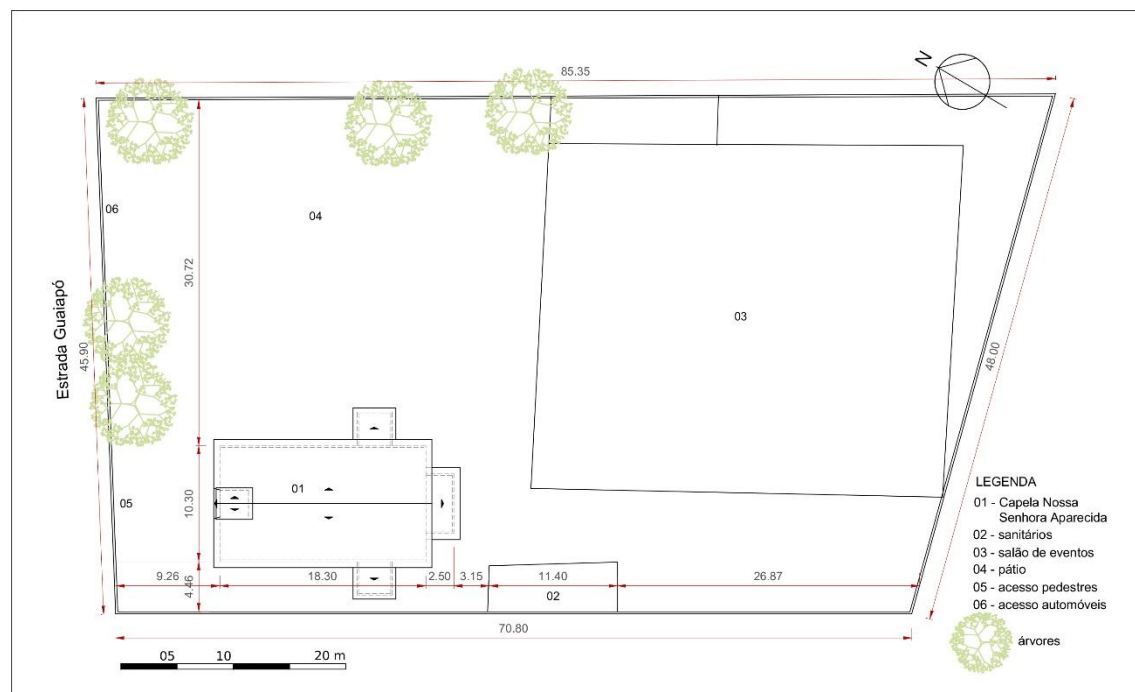
14. PREENCHIMENTO

14.1.Entidade	Universidade Estadual de Maringá	14.2.Data
14.3.Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M2/03 Bem imóvel - Caracterização Arquitetura Religiosa de Madeira

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			1.4. Código IPHAN
Estado do Paraná			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Arquitetura em madeira			
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)			
Capela Nossa Senhora Aparecida			
2. DATA CONSTRUÇÃO			
1950			
3. USOS E UTILIZAÇÃO			
3.1. Uso Original	3.2. Outros usos	3.3. Uso atual	
Capela		Capela	
3.4. Celebrações Realizadas	3.5. Frequência das celebrações		
Missas	Semanalmente		
Casamentos	Semanalmente		
Batizados	Esporadicamente		
4. RELIGIÃO			
Católica Apostólica Romana			
5. RESPONSÁVEIS PROJETO E EXECUÇÃO			
5.1. Autor ou idealizador do projeto			
Sem informações			
5.2. Executores			
Mestre carpinteiro responsável	Sem informações		
Carpinteiros Ajudantes	Sem informações		
Outros Operários	Sem informações		
6. SITUAÇÃO E TOPOGRAFIA DO TERRENO			
6.1. Situação		6.2. Situação da Topografia do Terreno	
			
Legenda: Localização Capela N. S. Aparecida		Legenda: Topografia Capela N. S. Aparecida	
Autor/Data:		Autor/Data:	
Fonte: PMM – modificado pela autora		Fonte: PMM – modificado pela autora	
6.3. Topografia do Terreno			
	Em aclave		Inclinado
	Em declive	x	Plano
			Acidentado

7. IMPLANTAÇÃO



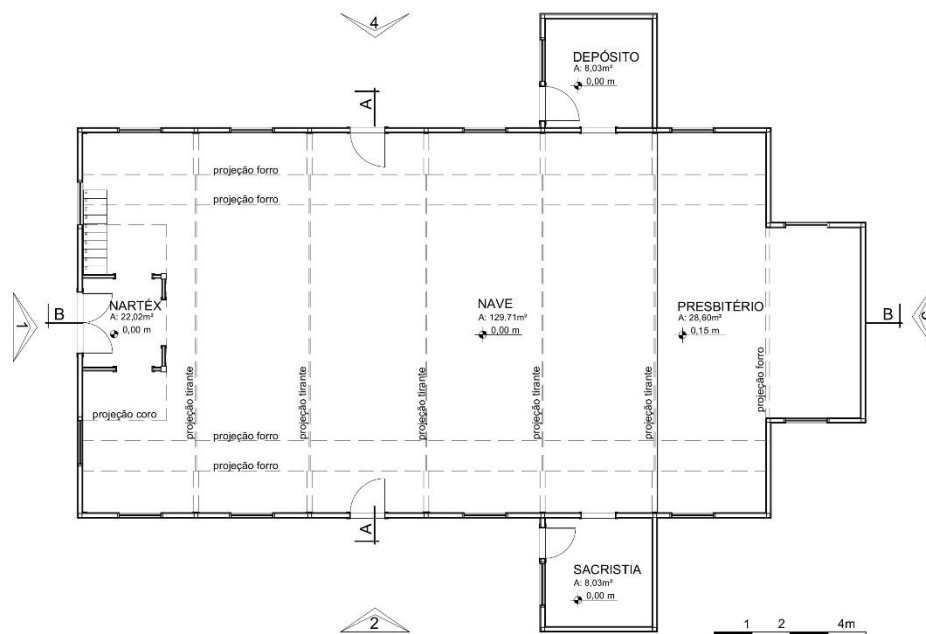
Legenda: Implantação Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

8. PLANTAS

8.1. Planta Baixa



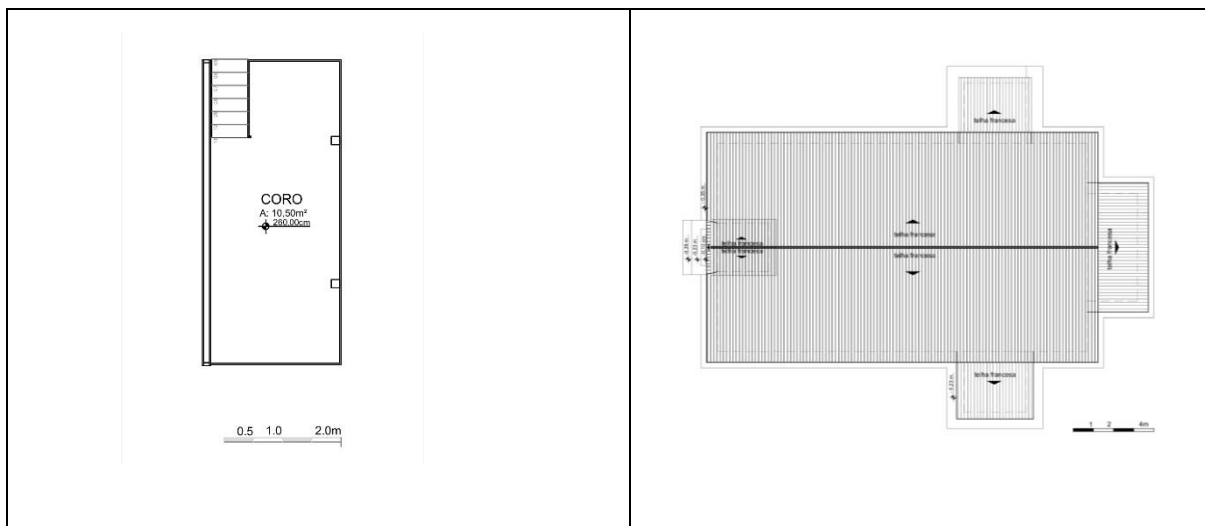
Legenda: Planta Baixa Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

8.2. Coro

8.3. Cobertura



Legenda: Planta Coro Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

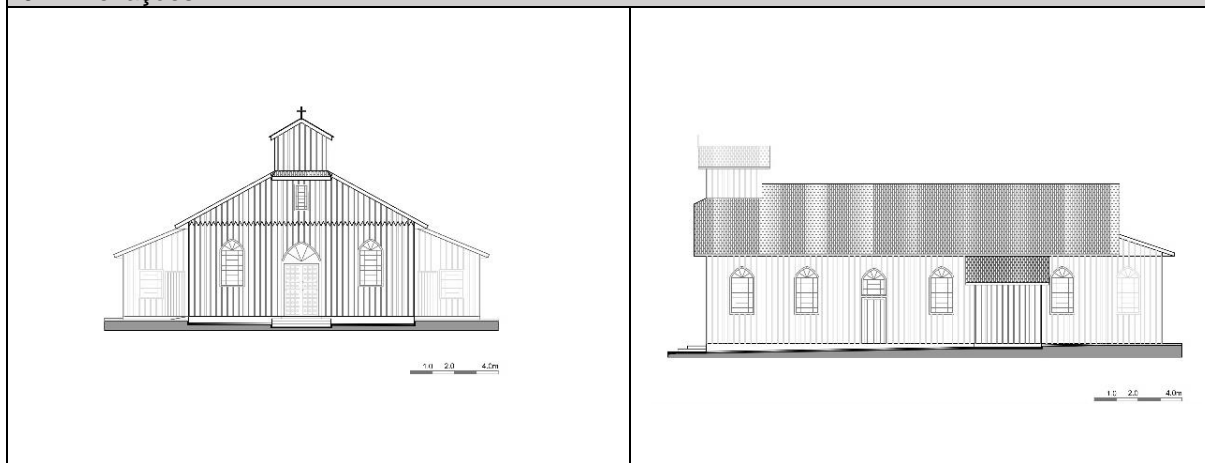
Legenda: Planta cobertura Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

9. IMAGENS EXTERNAS/CROQUIS DAS FACHADAS

9.1. Elevações



Legenda: Elevação Frontal Capela N. S. Aparecida

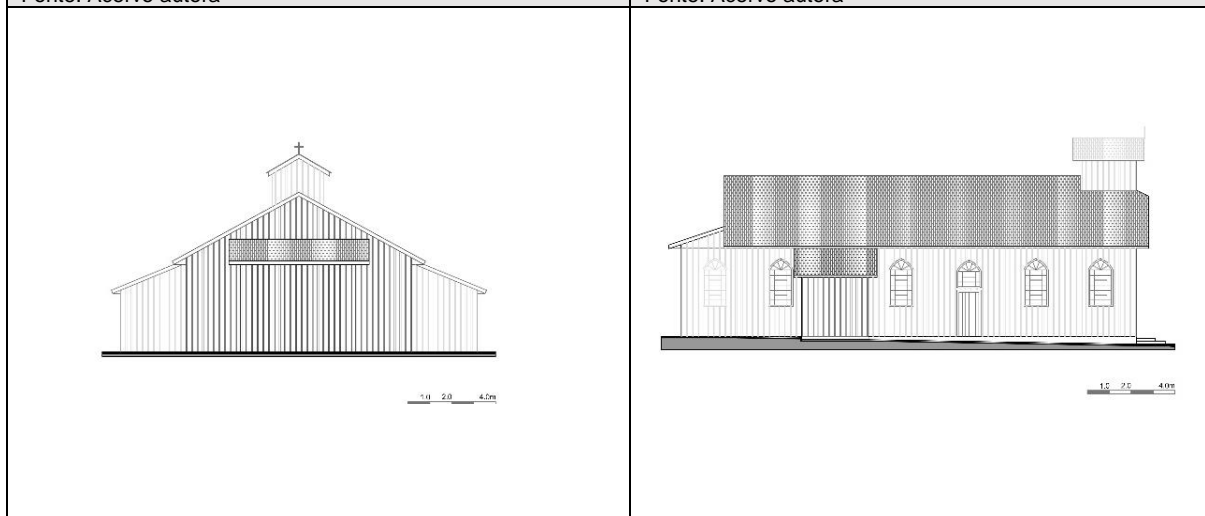
Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

Legenda: Elevação Lateral direita Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora



Legenda: Elevação Posterior Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

Legenda: Elevação Lateral Esquerda Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

9.2. Imagens Externas



Legenda: Fotografia Elevação Frontal Capela N. S. Aparecida

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Elevação Lateral Direita Capela N. S. Aparecida

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Elevação Posterior Capela N. S. Aparecida

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



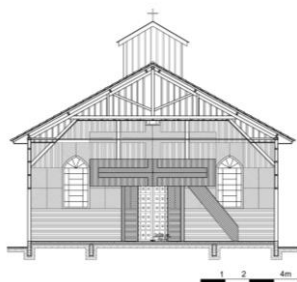
Legenda: Fotografia Elevação Lateral Esquerda Capela N. S. Aparecida

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora

10. IMAGENS INTERNAS/CROQUIS CORTES

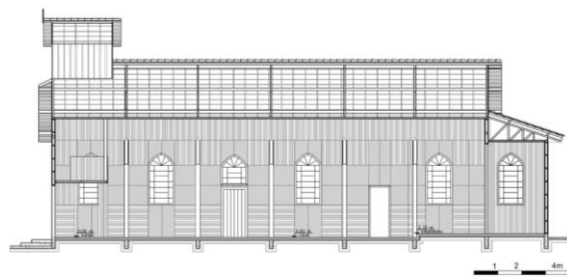
10.1. Cortes



Legenda: Corte Transversal capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora



Legenda: Corte Longitudinal Capela N. S. Aparecida

Desenho: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Fonte: Acervo autora

10.2. Imagens Internas



Legenda: Fotografia presbitério Capela N. S. Aparecida
 Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia entrada e teto Capela N. S. Aparecida
 Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia altar Capela N. S. Aparecida
 Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora



Legenda: Fotografia Coro Capela N. S. Aparecida
 Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013
 Fonte: Acervo autora

11. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO (m)

11.1. Medidas internas

Largura nave	10.15	Profundidade da nave	15.15
Largura presbitério	10.15	Profundidade presbitério	5.35
Pé direito nave	4.95	Pé direito presbitério	4.95
Largura coro	5.21	Profundidade coro	2.20
Pé direito adendos (sacristia, depósito)	2.80	Pé direito nartex	2.40
Largura geral	16.30	Profundidade geral	20.80

11.2. Medidas externas

Altura fachada frontal	6.75	Altura fachada posterior	4.00
Altura fachada lateral direita	4.35	Altura fachada lateral esquerda	4.35
Altura cumeeira	7.27	Altura geral	9.38
Altura alpendre		Pé direito alpendre	
Atura torres	9.38		

12. AMBIENTES E MATERIAIS

12.1. Ambientes	12.2. Materiais dos elementos construtivos:			
	Piso	Revestimento	Forro	Aberturas
Alpendre				
Nártex	ladrilho	madeira	madeira	Madeira/vidro
Nave	ladrilho	madeira	madeira	Madeira/vidro
Presbitério	ladrilho	madeira	madeira	Madeira/vidro
Coro	madeira	madeira	madeira	Madeira/cidro
Sacristia	ladrilho	madeira	madeira	madeira
Depósito	ladrilho	madeira	madeira	madeira
Confessionário				

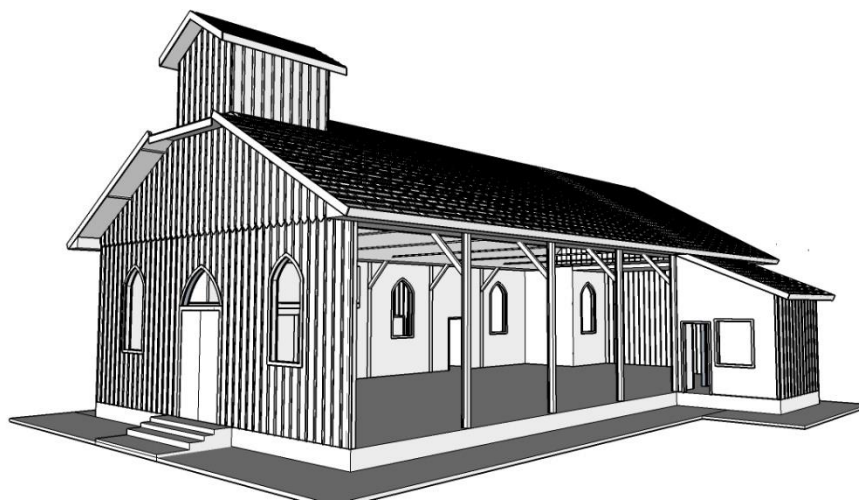
13. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

13.1. Estrutura

O conjunto estrutural da capela Nossa Senhora Aparecida pode ser dividido em três partes: a parte portante, a estrutura da cobertura e as estruturas complementares.

A parte portante da edificação em questão compreende: o quadro inferior, que são as vigas constantes na parte de baixo de 22 x 15 cm (L x A), formando um sistema bidirecional solto do solo, apoiado em uma mureta de tijolo; os pilares de 15 x 15cm, que se apoiam no quadro inferior e estão dispostos no sentido longitudinal em uma modulação de 3,00 m, e no sentido transversal numa modulação de 2,40 m; e o quadro superior, que é o quadro de cima, possuindo as vigas laterais, que recebem as cargas da cobertura e transferem para os pilares, que estão intertravados por tirantes metálicos.

13.1.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Desenho Esquemático pilares

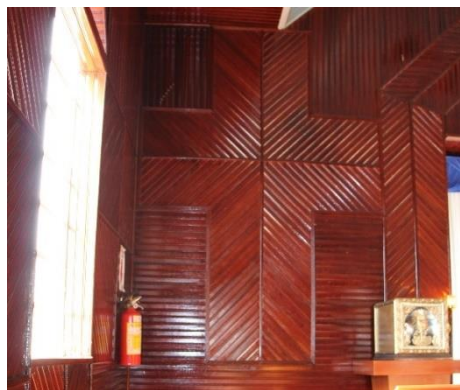
Desenho: Vinicius Alves

Fonte: acervo autora

13.2. Revestimentos (Paredes internas e externas - materiais, acabamentos)

A Capela Nossa Senhora Aparecida possui paredes duplas. É revestida externamente por tábuas de peroba-rosa no sentido vertical medindo genericamente 22 x 2,5 cm cada, com espaçamento de 1 a 2 milímetros entre as mesmas, sendo finalizada com as mata-juntas, que medem 6 x 1,2, e internamente o revestimento é de lambris, o mesmo empregado em forros, formando figuras geométricas.

13.2.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Parede Interna - Lambris

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora



Legenda: Parede Externa – tábua e mata-juntas

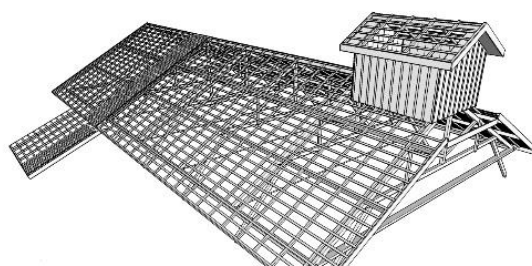
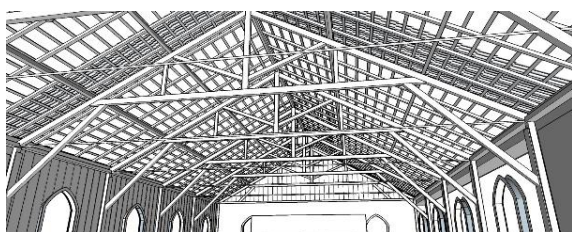
Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

13.3. Cobertura (Técnica construtiva, materiais, acabamentos)

A estrutura da cobertura é do tipo tesoura romana. Vencendo um vão de 10 metros. O telhado é formado por duas águas no corpo principal da edificação com telhas de barro do tipo francesas, tendo como acabamento no beiral do tipo “caixão”. As ripas que sustentam as telhas são de “cedrinho” com seção de 5 x 1,5 cm com intervalo de 40 cm entre uma e outra, estas são sustentadas pelos caibros, produzidos em peroba-rosa com seção de 6 x 5 cm e intervalo de 50 cm entre eles. Sustentando estes últimos encontra-se as terças com dimensões de 7 x 5 cm, posicionadas a 1,85 metros de distância entre cada uma. A tesoura por sua vez, também em peroba-rosa, e tem a função de sustentar os elementos citados anteriormente. Os demais adendos da capela possuem telhado com uma água, com as mesmas características da estrutura principal.

13.3.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Perspectiva estrutura cobertura – vista interna

Legenda: Perspectiva cobertura – vista externa

Desenho: Vinícius Alves

Desenho: Vinícius Alves

Fonte: acervo autora

Fonte: acervo autora

13.4. Ornamentos (lambrequins, rendilhados, desenhos no forro, etc)

Esta edificação não possui ornamentos na parte externa da edificação, porém seu forro possui diferentes disposições que formam figuras geométricas, como pode ser identificado nas imagens internas.

13.4.1. Ilustrações (desenho de detalhes, fotografias, perspectivas, etc)



Legenda: Fotografia Forro

Legenda: Fotografia Forro

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

Autor/Data: Alessandra Corsato Hoffmann/2013

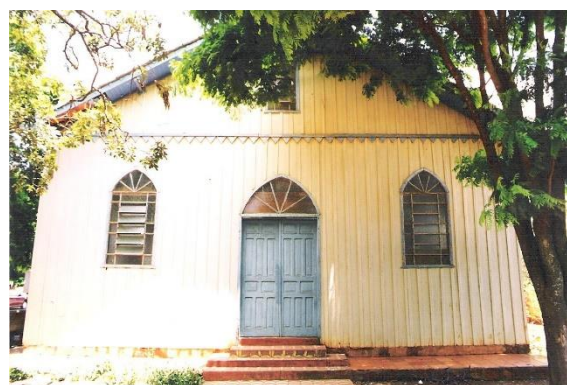
Fonte: acervo autora

Fonte: acervo autora

14. OBSERVAÇÕES (MARCAS E MODIFICAÇÕES)

As principais modificações que podem ser identificadas na capela em questão, consiste na alteração dos telhados dos adendos. O campanário possuía telhado com quatro águas, atualmente possui duas, e o adendo na parte de trás do presbitério, possuía telhado com três águas, atualmente encontra-se com uma água. Outra alteração constatada refere-se a cor da edificação, anteriormente era amarelo claro, hoje encontra-se azul.

14.1. Ilustrações



Legenda: Reforma Capela Nossa Senhora Aparecida

Autor/Data: autor desconhecido/sem data

Fonte: Acervo Alice Nunhez

Legenda: Fotografia Capela N.S. Aparecida antes reforma

Autor/Data: autor desconhecido/sem data

Fonte: Acervo Alice Nunhez

15. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES


17. LEVANTAMENTOS EXISTENTES

17.1. Levantamento	17.2. Autor	17.3. Data	17.4. Localização
Arquitetonico	Alessandra Hoffmann C.	11/2014	LAPHA
Fotográfico	Alessandra Hoffmann C.	2013/2014	LAPHA

18. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

19. PREENCHIMENTO

19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M3/01 Diagnóstico de conservação – Arquitetura religiosa de madeira											
1. IDENTIFICAÇÃO											
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)							1.4. Código IPHAN				
Estado do Paraná											
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)											
Arquitetura em madeira											
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)											
Capela Santa Cruz											
2. IMAGEM					4. DANOS E DEGRADAÇÃO DOS MATERIAIS						
					4.1. Fissura	4.2. Existência de deformações	4.3. Infiltração ascendente	4.4. Infiltração Descendente	4.5. Presença de Vegetação	4.6. Presença de xilófagos	4.7. Pintura ou verniz descascados
3. ESPAÇO AVALIADO											
3.1. Exterior	Fachada Frontal	Paredes	x		x					x	
		Ornamentos									
		Esquadrias									
		Portas									
		Beirais									
	Fachada Lat. Direita	Paredes	x		x					x	
		Ornamentos									
		Esquadrias									
	Fachada Esquerda Lat.	Paredes	x		x					x	
		Ornamentos									
		Esquadrias									
	Fachada Posterior	Paredes	x		x					x	
		Ornamentos									
		Esquadrias									
		Portas									
	Torres	Paredes	x		x					x	
		Ornamentos									
		Esquadrias									
		Portas									
	3.1. Interior	Nave e Nártex	Paredes								
Piso											
Forro											
Beirais											
Presbitério		Paredes									
		Piso									
		Forro									
Coro		Paredes									
		Piso									
		Forro									
Sacristia		Paredes									
		Piso									
	Forro										
3.3.Co- bertura	Cúpula/Abóbada										
	Estrutura do Forro										
	Estrutura do Telhado										
	Entelhamento										
3.4.Fun- dação	Cepos de Madeira										
	Cepos de Tijolos ou Pedra										
	Vigas										
	Outros										

5. ELEMENTOS COMPLEMENTARES AVALIADOS														
5.1. Elementos Artísticos Integrados	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.2. Elementos Arquitetônicos	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.3. Instalações Prediais	Bom estado	Degradação	Perda de partes	Adequadas	Regular	Inadequadas
	Altar	X				Escadas	x				Elétrica	x		
Retábulos	X			Esquadrias	x			Hidráulica e Sanitária						
Pinturas Parietais				Guarda-Corpos	x			Incêndio						
Púlpitos	X			Grades										
Pintura de forro	X			5.4. Sistema de Segurança								A	R	I
Azulejaria				Presença de vigias										X
Sinos	x			Existência de alarme e/ou monitoramento										x
Estátuas de santos	x			Existência de sistema de proteção contra incêndio										x
Outros				Outros										
5.5. Frequência de utilização				Celebrações	Limpeza	Reparos	Visitas Turísticas	Outros						
Diária				x	x									
Semanal							x							
Quinzenal														
Mensal						x								
Bimestral														
Trimestral														
Semestral														
Anual														
6. INTERVENÇÕES														
6.1. Data:			1989/90	6.2. Tipo de Intervenção			Restauração							
6.3. Empresa:			Piccioply e Piccioly											
6.4. RRT			6.5. Responsável Técnico											
7. DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES														
7.1. Exterior														
<p>Foram retirados adendos que descaracterizavam a edificação original. Para tanto foram eliminados: uma escada externa, um adendo na fachada posterior que abrigada uma cozinha/laboratório, um outro adendo na lateral esquerda, e as janelas alocadas acima das existentes desde a construção da capela. As tábuas apodrecidas da parte externa da edificação foram substituída, e a base dos pilares foram cortados e substituídos.</p>														
7.2. Interior														
<p>Foi retirado o acréscimo do coro. As tábuas que encontravam-se apodrecidas foram substituídas. O forro foi substituído.</p>														
7.3. Cobertura														
<p>Foram reparados os elementos da estrutura da cobertura, foi acrescentado uma lona entre as ripas e os caibros. Telhas novas, adquiridas na mesma olaria que produziu as telhas antigas da edificação, foram acrescentadas no lugar das quebradas.</p>														
7.4. Fundação														
<p>Foi realizada uma base (sapata) de concreto abaixo dos pilares, procedimento possível de ser realizado com a suspensão da capela do chão, através dos macacos hidráulicos.</p>														

7.5. Elementos Arquitetônicos		
As escadas, guarda-corpo e peitoris foram refeitos, pois ao longo do tempo a Congregação responsável pela capela aumentou a área correspondente ao coro, ocupando quase metade da nave, e após na ocasião da restauração o coro foi refeito como era originalmente, o que foi possível constatar através de fotos dos pioneiro		
7.6. Elementos Artísticos e Integrados		
As imagens de santos foram restauradas em São Paulo, por empresa especializada.		
7.7. Outras Informações		
8. ILUSTRAÇÕES DAS INTERVENÇÕES		
		
Legenda: Capela suspensa por macacos hidráulicos	Legenda: Capela suspensa por macacos hidráulicos	Legenda: Detalhe substituição base pilares
Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990	Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990	Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990
Fonte: Acervo Maurinho Piciolly	Fonte: Acervo Maurinho Piciolly	Fonte: Acervo Maurinho Piciolly
		
Legenda: Cobertura Revestida com lona	Legenda: Aplicação de produto contra cupim	Legenda: Intervenção na Cobertura da Capela
Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990	Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990	Autor/Data: Maurinho Piciolly/1990
Fonte: Acervo Maurinho Piciolly	Fonte: Acervo Maurinho Piciolly	Fonte: Acervo Maurinho Piciolly
9. OBSERVAÇÕES		
10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÕES		
11. PREENCHIMENTO		
19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M3/02 Relatório Fotográfico**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

1.4. Código IPHAN

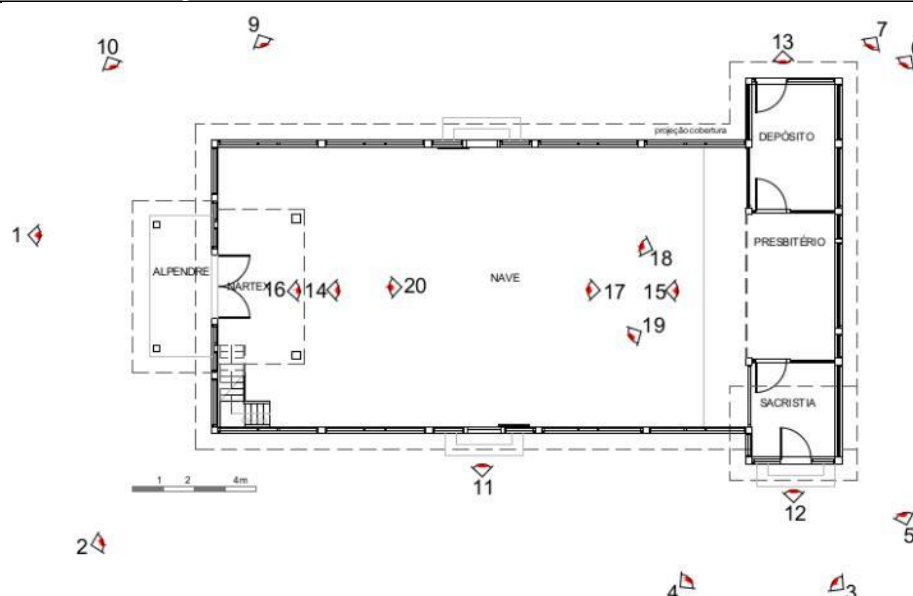
Estado do Paraná

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Arquitetura em madeira

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Capela Santa Cruz

2. PLANTA LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS

Legenda: Planta do registro fotográfico da Capela Santa Cruz

Autor: Alessandra Corsato Hoffmann

Fonte: Acervo autora

3. IMAGENS INTERNAS**5. COMENTÁRIOS**

Legenda:




01

Fachada Frontal





Data

2014

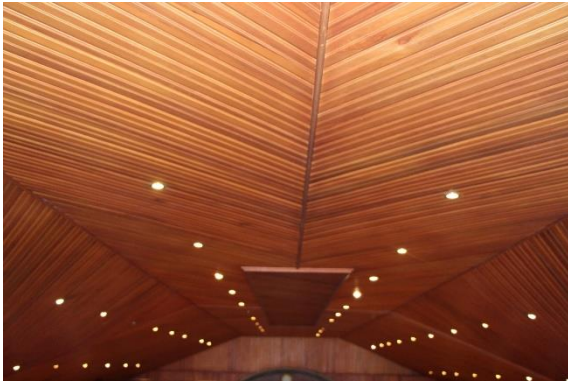



Esta imagem da Capela Santa Cruz captura a fachada principal da edificação, local onde localiza-se a porta de entrada a partir do alpendre. Este não fazia parte da construção original, mas para a melhor conservação da edificação, tal elemento arquitetônico permaneceu na edificação após sua restauração.

	Legenda: 02	Fachada Lateral Direita	Data 2014
<p>Esta fotografia apreende a fachada lateral da Capela, através desta imagem pode-se observar o alpendre a frente da edificação, uma das entradas lateral e as janelas da edificação e a torre ao fundo. Também pode ser observado uma placa de inauguração.</p>			
	Legenda: 03	Fachada Lateral Direita	Data 2014
<p>Nesta imagem foi registrado parte da torre, com a porta de entrada para a sacristia, e uma das entradas laterais.</p>			
	Legenda: 04	Torre sineira	Data 2014
<p>A fotografia captura a torre da capela, e ainda parte de uma das dependências do colégio Santa cruz.</p>			

	Legenda: 05	Fachada Posterior	Data 2014
	<p>A fachada posterior e a torre sineira são registrados nesta fotografia.</p> <p>Anteriormente a intervenção realizada na capela existia um adendo nesta elevação, que foi demolida durante o processo intervencionista.</p>		
	Legenda: 06	Fachada Posterior	Data 2014
	<p>Na fachada posterior pode ser observado a presença de alguns pilares que estão assimétricos. Isso pode ter ocorrido devido aos acréscimos realizados pelas irmãos.</p>		
	Legenda: 07	Entrada Depósito	Data 2014
	<p>A imagem enfoca a entrada do depósito da capela, onde pode ser constatado certo desgaste nas peças que formam o elemento estrutural da edificação.</p>		

	Legenda: 09	Fachada Lateral Esquerda	Data 2014
<p>Nesta imagem está enfocado uma das entradas laterais do templo.</p>			
	Legenda: 10	Fachada Frontal	Data 2014
<p>A fotografia ilustra a fachada frontal numa visão mais ampla, compreendendo parte da fachada lateral, onde pode ser observado o desgaste da pintura da madeira.</p>			
	Legenda: 11	Porta da entrada secundária	Data 2014
<p>A fotografia ilustra entrada secundária, da lateral direita da edificação, onde pode ser observado certo desgaste nas peças de madeira.</p>			
	Legenda: 12	Porta da entrada da sacristia	Data 2014
<p>A fotografia ilustra entrada para a sacristia, correspondente ao volume da torre.</p>			

	Legenda: 13	Porta de entrada do depósito	Data 2014
	<p>A fotografia ilustra entrada para o depósito, o desgaste da madeira fica evidente nas guarnições da porta</p>		
4.IMAGENS INTERNAS		5.COMENTÁRIOS	
	Legenda: 14	Vista do Presbitério	Data 2014
	<p>Esta fotografia registra ao presbitério da Capela Santa Cruz, capturada da entrada da edificação, também apreende os bancos e a geometria do forro.</p>		
	Legenda: 15	Presbitério	Data 2014
	<p>Na imagem aproximada do presbitério destacam-se o altar da capela e parte das imagens existentes no templo.</p>		


	Legenda: 16	Forro	Data 2014
	Legenda: 17	Entrada principal	Data 2014
	Legenda: 18	Lateral interna Esquerda	Data 2014
	Legenda: 19	Lateral Direita interna	Data 2014

Na imagem capturada do coro da edificação, registra-se o detalhe do forro, e também as luminárias que foram inseridas na capela após a restauração.

Na imagem capturada do presbitério da edificação, registra-se a entrada principal, bem como o coro, o forro e os bancos da capela. Nesta fotografia também é possível observar os tirantes metálicos.

A fotografia registra a lateral esquerda na parte interna da edificação, onde pode ser visualizado uma das entradas secundárias e as aberturas de janelas.

A fotografia registra a lateral direita na parte interna da edificação, onde pode ser visualizado uma das entradas secundárias e as aberturas de janelas.




	Legenda: 20	Coro	Data 2014
	<p>A fotografia capturada da nave da capela, enquadra o coro e parte do forro do edifício. A imagem apreende o detalhe do guarda corpo.</p>		
5.DADOS AUTOR			
5.1.Nome	Alessandra Corsato Hoffmann		
5.2.Formação	Arquitetura e Urbanismo		
5.3.Profissão	Arquiteta e Urbanista		
6.EQUIPAMENTOS UTILIZADOS			
6.1.Cameras	Imagens Internas:Canon T4i; Imagens Externas:Sony Cyber-shot DSC-w30		
6.2.Lentes	Canon – 18-135mm		
6.3. Outros Equip.			
7.LOCALIZAÇÃO ARQUIVOS			
Acervo pessoal autora;			
Acervo LAPHA.			
8.PREENCHIMENTO			
8.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	8.3. Data	
8.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015	


5. ELEMENTOS COMPLEMENTARES AVALIADOS														
5.1. Elementos Artísticos Integrados	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.2. Elementos Arquitetônicos	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.3. Instalações Prediais	Bom estado	Degradação	Perda de partes	Adequadas	Regular	Inadequadas
	Altar	x				Escadas			x		Elétrica	x		
Retábulos		x		Esquadrias			x	Hidráulica e Sanitária						
Pinturas Parietais				Guarda-Corpos				Incêndio						
Púlpitos				Grades										
Pintura de forro				5.4. Sistema de Segurança								A	R	I
Azulejaria				Presença de vigias										X
Sinos	x			Existência de alarme e/ou monitoramento										x
Estátuas de santos			x	Existência de sistema de proteção contra incêndio										x
Outros				Outros										
5.5. Frequência de utilização				Celebrações	Limpeza	Reparos	Visitas Turísticas	Outros						
Diária							x							
Semanal					x									
Quinzenal														
Mensal														
Bimestral														
Trimestral														
Semestral														
Anual														
6. INTERVENÇÕES														
6.1. Data:		1998/99		6.2. Tipo de Intervenção			"Restauração" - Reforma							
6.3. Empresa:		Ciplart												
6.4. RRT		6.5. Responsável Técnico			George Cury									
7. DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES														
7.1. Exterior														
As tábuas apodrecidas da parte externa da edificação foram substituídas, a base dos pilares foram cortados e substituídos, e os beirais foram reparados.														
7.2. Interior														
As tábuas que encontravam-se apodrecidas foram substituídas. O forro e o piso foram substituídos pelo mesmo tipo de material e mesma disposição.														
7.3. Cobertura														
Foram reparados os elementos da estrutura da cobertura, e a maioria substituídos. Telhas novas, , foram acrescentadas no lugar das quebradas.														
7.4. Fundação														
Foi realizada uma base (sapata) de concreto abaixo dos pilares, procedimento possível de ter sido realizado com a suspensão da capela do chão, através dos macacos hidráulicos.														





7.5. Elementos Arquitetônicos		
Não foi registrado alterações ou recuperações de elementos arquitetônicos		
7.6. Elementos Artísticos e Integrados		
Apesar da imagens sacras estarem com cupins, não foram reparadas.		
7.7. Outras Informações		
Não foi encontrado registros iconográficos da intervenção realizada na Capela São Bonifácio, nem com os engenheiros responsáveis pela execução e nem com a Gerência de Patrimônio, apenas registro da visita da "Comissão Especial" à capela.		
8. ILUSTRAÇÕES DAS INTERVENÇÕES		
		
Legenda: Fotografia da visita da "Comissão Especial a Capela S. Bonifácio	Legenda: Fotografia da Fachada Posterior anterior a reforma da Capela S. Bonifácio	Legenda: Fotografia interna da Capela S. Bonifácio anterior a reforma
Autor/ Data s/autor/1998	Autor/ Data s/autor/1998	Autor/ Data s/autor/1998
Fonte: GPH	Fonte: GPH	Fonte: GPH
9. OBSERVAÇÕES		
10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÕES		
11. PREENCHIMENTO		
19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

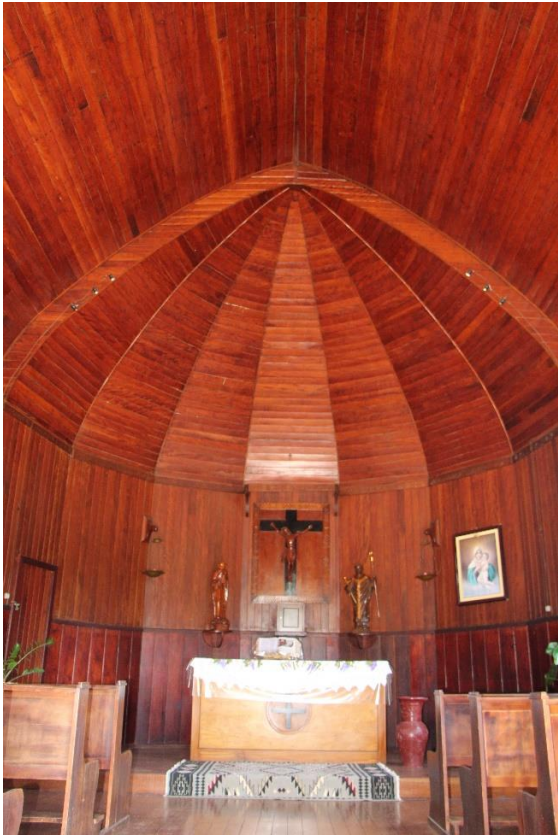

FICHA M3/02 Relatório Fotográfico			
1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			1.4. Código IPHAN
Estado do Paraná			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Arquitetura em madeira			
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)			
Capela São Bonifácio			
2. PLANTA LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS			
Legenda: Planta do registro fotográfico da Capela São Bonifácio			
Autor: Alessandra Corsato Hoffmann			
Fonte: Acervo autora			
3. IMAGENS EXTERNAS		5. COMENTÁRIOS	
	Legenda: 01	Fachada Frontal	Data 2014
	<p>Na fotografia da fachada frontal da edificação, pode ser visualizada a entrada principal, os pilares que conformam o alpendre, e também pode-se visualizar o desgaste do beiral.</p>		
	Legenda: 02	Fachada Lateral Direita	Data 2014
	<p>Na fotografia capturada da fachada lateral direita é possível observar a sequência dos pilares bem como as aberturas das janelas da edificação.</p>		

	Legenda: 03	Fachada Lateral Direita	Data 2014
<p>Na fotografia capturada da fachada lateral direita e parte da fachada posterior é possível observar o caimento do telhado, o beiral que é do tipo caixão.</p>			
	Legenda: 04	Fachada Posterior	Data 2014
<p>Na fotografia da fachada posterior também é possível visualizar o volume da sacristia que possui um caimento do telhado diferente do corpo principal.</p>			
	Legenda: 05	Volume da sacristia	Data 2014
<p>Na fotografia do volume da sacristia verifica-se que o encontro das duas paredes externas sem um elemento de ligação entre elas, como acontece no restante da edificação, que possui um pilar nas arestas.</p>			
	Legenda: 06	Detalhe do revestimento externo	Data 2014
<p>Essa fotografia apreende o detalhe dos lambris do revestimento externo de tábuas com encaixe macho-femea.</p>			

	Legenda: 07	Fachada Esquerda	Lateral Data 2014
<p>Essa fotografia apreende o detalhe dos lambris do revestimento externo de tábuas com encaixe macho-femea.</p>			
	Legenda: 08	Localização do sino	Data 2014
<p>Essa fotografia apreende o a localização do sino, que provavelmente foi improvisado neste local após a derrubada da torre.</p>			
	Legenda: 09	Sino	Data 2014
<p>Detalhe do sino da Capela São Bonifácio.</p>			

	Legenda: 10	Nicho	Data 2014
<p>Essa fotografia apreende o detalhe no nicho acima da porta de entrada onde localiza-se uma estátua de santo.</p>			
	Legenda: 11	Beiral	Data 2014
<p>O desgaste do beiral fica evidente.</p>			
	Legenda: 12	Cumeeira	Data 2014
<p>A cumeeira também apresenta desgaste.</p>			
	Legenda: 13	Beiral	Data 2014
<p>Essa imagem ilustra a necessidade de reparos nos beirais.</p>			

	Legenda: 14	Assoalho alpendre	Data 2014
<p>O assoalho do alpendre encontra-se bastante danificado.</p>			
	Legenda: 15	Desgaste da estrutura	Data 2014
<p>A estrutura da edificação apresenta bastante desgaste, bem como os lambris do revestimento externo.</p>			
	Legenda: 16	Desgaste da estrutura	Data 2014
<p>A imagem ilustra o desgaste da estrutura na aresta da lateral direita com a fachada posterior da edificação.</p>			
	Legenda: 17	Beiral degradado	Data 2014
<p>O beiral da fachada posterior apresenta estado de degradação.</p>			

	Legenda: 18	Beiral corroído	Data 2014
<p>O beiral da fachada lateral esquerda apresenta corrosão.</p>			
4.IMAGENS INTERNAS		5.COMENTÁRIOS	
	Legenda: 19	Presbitério	Data 2014
<p>Fotografia do presbitério da Capela São Bonifácio captura da entrada da edificação. Nesta imagem ilustra-se o formato ogival do forro sobre a nave e os planos verticais formando um quarto de circunferência sobre o presbitério.</p>			
	Legenda: 20	Fachada Frontal	Data 2014
<p>Na imagem aproximada do presbitério pode-se apreender o altar e as imagens encontradas no presbitério.</p>			




	Legenda: 21	Lateral direita interna	Data 2014
	Legenda: 22	Lateral esquerda interna	Data 2014
	Legenda: 23	Forro Ogival	Data 2014
	Legenda: 24	Estrutura do telhado	Data 2014

Esta imagem registra a lateral direita interna da edificação, ilustrando as entradas de luz no templo.


Esta imagem registra a lateral esquerda interna da edificação, ilustrando as entradas de luz no templo.

Nesta fotografia apreende-se a geometria ogival do forro sobre a nave da edificação.

Nesta fotografia apreende-se a a estrutura do telhado, verificando a existência de muitos sarrafos pregados aleatoriamente.

	Legenda: 25	Cobertura da sacristia	Data 2014
<p>Nesta fotografia apreende-se a estrutura do telhado sobre a sacristia.</p>			
	Legenda: 26	Elementos soltos	Data 2014
<p>A imagem registra elementos do revestimento interno soltos, necessitando de reparos.</p>			
	Legenda: 27	Fezes de animais	Data 2014
<p>A fotografia captura a existência de fezes de pássaros no forro do presbitério.</p>			
5.DADOS AUTOR			
5.1.Nome	Alessandra Corsato Hoffmann		
5.2.Formação	Arquitetura e Urbanismo		
5.3.Profissão	Arquiteta e Urbanista		
6.EQUIPAMENTOS UTILIZADOS			
6.1.Cameras	Canon T4i		
6.2.Lentes	Canon – 18-135mm		
6.3. Outros Equip.			
7.LOCALIZAÇÃO ARQUIVOS			
Acervo pessoal autora; Acervo LAPHA.			
8.PREENCHIMENTO			
8.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	8.3. Data	
8.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015	





5. ELEMENTOS COMPLEMENTARES AVALIADOS														
5.1. Elementos Artísticos Integrados	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.2. Elementos Arquitetônicos	Bom estado	Degradação	Perda de partes	5.3. Instalações Prediais	Bom estado	Degradação	Perda de partes	Acequadas	Regular	Inadequadas
Altar	x			Escadas		x		Elétrica		x			x	
Retábulos				Esquadrias	x			Hidráulica e Sanitária						
Pinturas Parientais				Guarda-Corpos	x			Incêndio						
Púlpitos				Grades										
Pintura de forro				5.4. Sistema de Segurança								A	R	I
Azulejaria				Presença de vigias										X
Sinos		x		Existência de alarme e/ou monitoramento										x
Estátuas de santos	x			Existência de sistema de proteção contra incêndio										x
Outros				Outros										
5.5. Frequência de utilização				Celebrações	Limpeza	Reparos	Visitas Turísticas	Outros						
Diária														
Semanal				x	x		x							
Quinzenal														
Mensal						x								
Bimestral														
Trimestral														
Semestral														
Anual														
6. INTERVENÇÕES														
6.1. Data:			6.2. Tipo de Intervenção				"Restauração" - Reforma							
6.3. Empresa:														
6.4. RRT			6.5. Responsável Técnico											
7. DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES														
7.1. Exterior														
As tábuas apodrecidas da parte externa da edificação foram substituídas, e os beirais foram reparados. A pintura que anteriormente era na cor amarela, foi alterada para azul														
7.2. Interior														
As tábuas que encontravam-se apodrecidas foram substituídas. O forro e o piso foram reparados. Foram acrescentados lustres com formatos circulares no forro da edificação. O piso foi reparado, tendo sido realizada pintura a mão em algumas partes que faltavam o ladrilho, pois não foi encontrado do mesmo tipo. Os rodapés foram substituídos.														
7.3. Cobertura														
Foram reparados os elementos da estrutura da cobertura, e a maioria substituídos. Existe evidência de que foi alterado o sistema estrutural da cobertura. Existem peças do telhado que aparecem vestígios de outros tipos de encaixe, algumas peças estão inclusive com cortes remetendo sambaduras. Telhas novas, foram acrescentadas no lugar das quebradas. Foi alterado o telhado do adendo da fachada posterior correspondente a parte do presbitério, anteriormente possuía três águas, após a reforma passou a ter uma água.														





7.4. Fundação		
Sem registro		
7.5. Elementos Arquitetônicos		
Sem registro		
7.6. Elementos Artísticos e Integrados		
Sem registro		
7.7. Outras Informações		
<p>Não foi encontrado registros documentais da capela Nossa Senhora Aparecida, porém com um membro pertencente a comissão da paróquia, forneceu algumas imagens do período da reforma do templo.</p>		
8. ILUSTRAÇÕES DAS INTERVENÇÕES		
		
Legenda: Fotografia reforma Capela N. S. Aparecida	Legenda: Fotografia reforma Capela N. S. Aparecida	Legenda: Fotografia reforma Capela N. S. Aparecida
Autor/ Data s/autor/	Autor/ Data s/autor/	Autor/ Data s/autor/
Fonte: Paróquia do Guaiapó	Fonte: Paróquia do Guaiapó	Fonte: Paróquia do Guaiapó
9. OBSERVAÇÕES		
10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÕES		
11. PREENCHIMENTO		
19.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	19.3. Data
19.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015

FICHA M3/02 Relatório Fotográfico						
1. IDENTIFICAÇÃO						
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		1.4. Código IPHAN				
Estado do Paraná						
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)						
Arquitetura em madeira						
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)						
Capela Nossa Senhora Aparecida						
2. PLANTA LOCALIZAÇÃO DAS IMAGENS						
Legenda:						
Fonte:						
Autor/Data						
3. IMAGENS INTERNAS		5. COMENTÁRIOS				
		Legenda:				
		<table border="1"> <tr> <td>01</td> <td>Fachada Frontal</td> <td>Data</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2014</td> </tr> </table>	01	Fachada Frontal	Data	
01	Fachada Frontal	Data				
		2014				
		<p>A fotografia registra a fachada frontal da edificação, onde pode ser visualizada a entrada principal, o chanfro no telhado e a torre sineira.</p>				

	Legenda: 02	Fachada esquerda	Lateral Data 2014
<p>A imagem registra a lateral esquerda da capela, o adendo lateral correspondente ao depósito e a torre sineira.</p>			
	Legenda: 03	Fachada Esquerda	Lateral Data 2014
<p>A imagem compreende a diagonal entre a fachada lateral esquerda e os fundos da edificação. Registra os volumes correspondentes ao depósito e parte do presbitério.</p>			
	Legenda: 04	Fachada Posterior	Data 2014
<p>A imagem compreende os fundos da edificação. Registra os volumes correspondentes a sacristia e parte do presbitério</p>			
	Legenda: 05	Fachada direita	Lateral Data 2014
<p>A imagem compreende os fundos da edificação. Registra o volume correspondente a parte do presbitério. O telhado deste volume sofreu alteração na reforma da edificação, pois era coberto com três águas, após a intervenção ficou com apenas uma caída de telhado.</p>			

	Legenda: 06	Fachada Direita	Lateral Data 2014
<p>A imagem captura a lateral direita da edificação e sua fachada frontal.</p>			
	Legenda: 07	Desgaste do revestimento externo	Data 2014
<p>Na fachada posterior da edificação pode ser observado certo desgaste na parte inferior das tábuas.</p>			
	Legenda: 08	Fezes de animais	Data 2014
<p>Na fachada posterior da edificação pode ser observado fezes de animais nos beirais, o que indica que pássaros fazem ninho dentro do forro.</p>			
4.IMAGENS INTERNAS		5.COMENTÁRIOS	
	Legenda: 09	Presbitério	Data 2014
<p>Esta imagem captura o presbitério da capela a partir do coro.</p>			

	Legenda: 10	Presbitério e altar	Data 2014
	Legenda: 11	Lateral esquerda interna	Data 2014
	Legenda: 12	Lateral direita interna	Data 2014
	Legenda: 13	Forro	Data 2014
<p>Na imagem aproximada do presbitério pode-se observar o altar. Na fachada posterior da edificação pode-se observar o altar da capela.</p>			
<p>A imagem captura a lateral esquerda interna da edificação, onde pode-se visualizar as entradas de luz natural pelas aberturas.</p>			
<p>A imagem captura a lateral direita interna da edificação, onde pode-se visualizar as entradas de luz natural pelas aberturas.</p>			
<p>A imagem captura o forro, onde aparece os detalhes formando figuras geométricas e os lustres.</p>			

	Legenda: 14	Coro	Data 2014
	Legenda: 15	Nicho	Data 2014
	Legenda: 16	Detalhe forro	Data 2014
	Legenda: 17	Detalhe forro	Data 2014

A imagem captura o coro da capela e os detalhes do revestimento interno da edificação, conformando figuras geométricas.

Nicho com imagem santa que localiza-se acima do coro, aparente na fachada frontal.

Detalhe do madeiramento do forro formando figuras geométricas.

Detalhe do madeiramento do forro formando figuras geométricas.

5.DADOS AUTOR		
5.1.Nome	Alessandra Corsato Hoffmann	
5.2.Formação	Arquitetura e Urbanismo	
5.3.Profissão	Arquiteta e Urbanista	
6.EQUIPAMENTOS UTILIZADOS		
6.1.Cameras	Imagens Internas:Canon T4i; Imagens Externas:Sony Cyber-shot DSC-w30	
6.2.Lentes	Canon – 18-135mm	
6.3. Outros Equip.		
7.LOCALIZAÇÃO ARQUIVOS		
Acervo pessoal autora;		
Acervo LAPHA.co		
8.PREENCHIMENTO		
8.1. Entidade	Universidade Estadual de Maringá	8.3. Data
8.2. Responsável	Alessandra Corsato Hoffmann	06/2015